

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.



Relatório de Gestão do Exercício de 2013

Aprovado pela RD-1522-11, de 22/05/2014

Florianópolis, 2014

Governo Federal
Ministério de Minas e Energia – MME
Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – Eletrobras
Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Relatório de Gestão do exercício de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 127/2013, da Portaria TCU nº 175/2013 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU Nº 133/2013).

Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

Florianópolis, 2014

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO	7
1 Parte A, item 1, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	8
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	8
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	8
1.3 Organograma Funcional.....	11
1.4 Macroprocessos finalísticos	85
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	86
1.6 Principais Parceiros.....	87
2 Parte A, item 2, do Anexo II da DN TCU 127/2013	88
2.1 Planejamento da unidade	88
2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados.....	94
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	131
3 Parte A, item 3, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	137
3.1 Estrutura de Governança.....	137
3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos.....	140
3.3 Remuneração Paga a Administradores.....	142
3.4 Sistema de Correição	145
3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU	145
3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	145
4 Parte A, item 4, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	147
4.1 Execução das despesas.....	147
4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	150
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	150
4.4 Transferências de Recursos.....	151
4.5 Suprimento de Fundos	164
4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ	164
4.7 Gestão de Precatórios.....	164
5 Parte A, item 5, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	165
5.1 Estrutura de pessoal da unidade	165
5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários.....	180
6 Parte A, item 6, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	187
6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros	187
6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	191
6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	191
7 Parte A, Item 7, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013	192
7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	192
8 Parte A, item 8, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	194
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	194
8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	197

9	Parte A, item 9, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	198
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU	198
9.2	Tratamento de Recomendações do OCI.....	208
9.3	Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna	215
9.4	Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93.....	217
9.5	Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário.....	218
10	Parte A, item 10, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	219
11	Parte A, item 11, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	222
11.1	Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	222
11.2	Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	222
11.3	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008	222
11.4	Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	223
11.5	Composição Acionária das Empresas Estatais.....	317
11.6	Relatório de Auditoria Independente	319
12	Parte A, item 12, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013	322
12.1	Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	322
	PARTE B - CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.....	325
15	Parte B, item 3, do Anexo II da DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013.....	326
40	Parte B, item 28, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	350
45	Parte B, item 33, do Anexo II da DN TCU n.º 127, DE 15/5/2013.	353

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.1 - Identificação Da UJ – Relatório De Gestão Individual	8
Quadro A.1.2.1 – Composição Acionária	9
Quadro A.2.2.3.4.1 – Ações Do Orçamento De Investimento 1	95
Quadro A.2.2.3.4.2 – Ações Do Orçamento De Investimento 2	97
Quadro A.2.2.3.4.3 – Ações Do Orçamento De Investimento 3	102
Quadro A.2.2.3.4.5 – Ações Do Orçamento De Investimento 4	105
Quadro A.2.2.3.4.6 – Ações Do Orçamento De Investimento 5	106
Quadro A.2.2.3.4.7 – Ações Do Orçamento De Investimento 6	109
Quadro A.2.2.3.4.8 – Empreendimentos Concluídos Em 2013	109
Quadro A.2.2.3.4.9 – Empreendimentos Em Andamento 2013-2014.....	110
Quadro A.2.2.3.4.10 – Ações Do Orçamento De Investimento 7	111
Quadro A.2.2.3.4.11 – Ações Do Orçamento De Investimento 8	111
Quadro A.2.2.3.4.12 – Ações Do Orçamento De Investimento 9	113
Quadro A.2.2.3.4.13 – Ações Do Orçamento De Investimento 10	115
Quadro A.2.2.3.4.14 – Ações Do Orçamento De Investimento 11	116
Quadro A.2.2.3.4.15 – Ações Do Orçamento De Investimento 12	117
Quadro A.2.2.3.4.16 – Ações Do Orçamento De Investimento 13	119
Quadro A.2.2.3.4.17 – Ações Do Orçamento De Investimento 14	120
Quadro A.2.2.3.4.18 – Ações Do Orçamento De Investimento 15	121
Quadro A.2.2.3.4.19 – Ações Do Orçamento De Investimento 16	122
Quadro A.2.2.3.4.20 – Ações Do Orçamento De Investimento 17	125
Quadro A.2.2.3.4.22 – Ações Do Orçamento De Investimento 18	126
Quadro A.2.2.3.4.23 – Ações Do Orçamento De Investimento 19	127
Quadro A.2.2.3.4.24 – Ações Do Orçamento De Investimento 20	128
Quadro A.2.2.3.4.25 – Ações Do Orçamento De Investimento 21	129
Quadro A.2.2.3.4.26 – Ações Do Orçamento De Investimento 22	130
Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas	147
Quadro A.4.1.3.1 – Despesas Por Modalidade De Contratação – Créditos Originários – Total.....	148
Quadro A.4.4.2 – Resumo Dos Instrumentos Celebrados Pela UJ Nos Três Últimos Exercícios	152
Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.	153
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Na. das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	153
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	169
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos À Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	169
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	170
Quadro A.5.1.5.4 – Atos Sujeitos À Remessa Física Ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)	170
Quadro A.5.1.8.1 – Evolução Do Número De Empregados.....	172
Quadro A.5.1.8.2 – Cursos De Socorrismo E Brigada De Incêndio Realizados Em 2013	173
Quadro A.5.1.8.3 – Indicadores De Treinamento No Período De 2012 E 2013.	173
Quadro A.5.1.8.4 – Média De Horas De Treinamento No Período De 2012 E 2013.	173
Quadro A.5.1.8.5 – Número De Beneficiados Com O Pid No Ano De 2013.	174
Quadro A.5.1.8.6 – Principais Indicadores De Previdência Complementar De 2011 A 2013.....	175
Quadro A.5.1.8.7 – Indicadores De Segurança Do Trabalho Da Eletrosul Em 2013.	177
Quadro A.5.1.8.8 – Planejamento de Aposentadoria	179
Quadro A.5.2.1 – Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da UJ.....	180
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	194
Quadro A.9.1.2.1 - Situação Das Deliberações Do TCU Pendentes De Atendimento No Exercício 1	205
Quadro A.9.1.2.2 - Situação Das Deliberações Do TCU Pendentes De Atendimento No Exercício 2	205
Quadro A.9.1.2.3 - Situação Das Deliberações Do TCU Pendentes De Atendimento No Exercício 3	206
Quadro A.9.1.2.4 – Sit. das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício 4.....	206
Quadro A.9.1.2.5 – Sit. das Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Exercício 5.....	207
Quadro A.9.1.2.6 - Situação Das Deliberações Do TCU Pendentes De Atendimento No Exercício 6	208
Quadro A.9.2.1.1 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 1	208

Quadro A.9.2.1.2 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 2	209
Quadro A.9.2.1.3 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 3	210
Quadro A.9.2.1.4 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 4	210
Quadro A.9.2.1.5 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 5	211
Quadro A.9.2.1.6 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 6	212
Quadro A.9.2.1.7 - Relatório De Cumprimento Das Recomendações Do OCI - 7	212
Quadro A.9.2.2.1 - Situação Das Recomendações Do OCI Pendentes De Atendimento No Exercício - 1 ...	213
Quadro A.9.2.2.2 - Situação Das Recomendações Do OCI Pendentes De Atendimento No Exercício - 2 ...	214
Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária Do Capital Social.....	317
Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes Em Outras Sociedades	318
Quadro B.3.1 - Patrocínios Culturais Concedidos Pela Eletrosul – 2013	326
Quadro B.3.2 - Demonstrativo De Publicidade, Patrocínios E Outros – 2013.....	327
Quadro B.28.1 – Condições Dos Contratos De Repasse.....	351
Quadro B.28.2 - Resumo Liberações De Recursos – ECR 282/2012 e ECR 283/2012.....	352
Quadro B.33.1 - Posição Dos Ativos Garantidores	353
Quadro B.33.2 – Participantes Dos Planos BD e CD.....	353
Quadro B.33.3 - Composição Da Aplicação (R\$ mil).....	354
Quadro B.33.4 - Demonstrativo De Repasses Feitos Pela Eletrosul À Elos Em 2013 (R\$ Mil):	354
Quadro B.33.5 – Outros Recursos.....	354
Quadro B.33.6 – Recursos Descontados Dos Empregados.....	354

PARTE A – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1 PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e energia			Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Eletrosul Centrais Elétricas S.A			
Denominação Abreviada: Eletrosul			
Código SIORG: 60382	Código LOA: 32225	Código SIAFI: 910810	
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista		CNPJ: 00.073.957/0001-68	
Principal Atividade: Geração e transmissão de energia elétrica			Código CNAE: 3511-5 e 3512-3
Telefones/Fax de contato:	(48) 3231-7000	(48) 3234-5678	(48) 3234-4040
Endereço Eletrônico: ouvidoria@eletrosul.gov.br			
Página na Internet: http://www.eletrosul.gov.br			
Endereço Postal: Rua Dep. Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal-Florianópolis, Santa Catarina, CEP: 88040-901			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituída em 23/12/1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 64.395 de 23/04/1969. Lei n.º 10.848/2004 – Art 31.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resoluções Aneel, Procedimentos de Rede ONS.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Publicações Aneel e ONS.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Não se aplica			

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Introdução:

O presente Relatório está estruturado de acordo com a portaria do TCU nº 175, de 9 de julho de 2013, e segue as orientações do Anexo II da Decisão Normativa-TCU nº 127 de 15 de maio de 2013. Estão apresentados os itens previstos no quadro A1, anexo da referida Decisão Normativa., de acordo com a Natureza Jurídica em que se enquadra a empresa.

Os itens 2.2, 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 4.1.2, 4.1.3.5, 4.1.3.6, 4.2, 4.3, 4.5, 4.6, 4.7, 5.1.4, 6.2, 6.3, 11.1, 11.3 não se aplicam pois a Unidade Jurisdicionada constitui-se em Sociedade de economia mista integrante da administração pública indireta

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma sociedade de economia mista de capital fechado, concessionária de serviços públicos de transmissão e produtora independente de geração de energia elétrica constituída em 1968, e autorizada a funcionar pelo Decreto Nº 64.395 de 23/04/1969. Controlada das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), e apresenta a seguinte composição acionária:

QUADRO A.1.2.1 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	Qtde de ações	Capital Social	% de participação
Eletrobras	100.993.125	4.289.954	99,8767
USIMINAS	57.901	2.461	0,0573
CEEE	49.519	2.105	0,0490
Copel	14.195	601	0,0140
Celesc	1.544	64	0,0015
CSN	1.194	52	0,0012
Outros	320	13	0,0003
Total	101.117.798	4.295.250	100,00

Fonte: Departamento de Contabilidade

A empresa tem sede em Florianópolis, estado de Santa Catarina, e atuação no Brasil, nos três estados da Região Sul, no Mato Grosso do Sul e em Rondônia. Nestas áreas, realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de transmissão e geração de energia elétrica, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes dessas atividades.

Além disso, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomentando o uso de fontes alternativas de energia. Por meio de SPE's, participa, também, de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica nos três estados da Região Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

Seu portfólio contempla como segmentos de negócio a geração e a transmissão de energia elétrica, com a prestação de outros serviços associados a esse setor, tais como: operação, manutenção e telecomunicações.

O Sistema de Transmissão Próprio da Eletrosul é constituído por 44 subestações e uma conversora de frequência (localizada na fronteira do Brasil com a Argentina), com uma capacidade total de transformação de 25.463 MVA.

A atual carteira de empreendimentos de transmissão em implantação pela Eletrosul (próprios e parcerias) compreende sete conjuntos de empreendimentos resultantes de leilões ANEEL, um conjunto de empreendimentos associados à interligação Brasil-Uruguai (em parceria com a Eletrobras), e diversas pequenas ampliações autorizadas pela ANEEL, além de melhorias e reforços nas instalações existentes.

As atividades de operação do sistema elétrico sob sua responsabilidade são coordenadas e controladas desde um Centro de Operação do Sistema, localizado em sua sede, que atua de acordo com procedimentos definidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

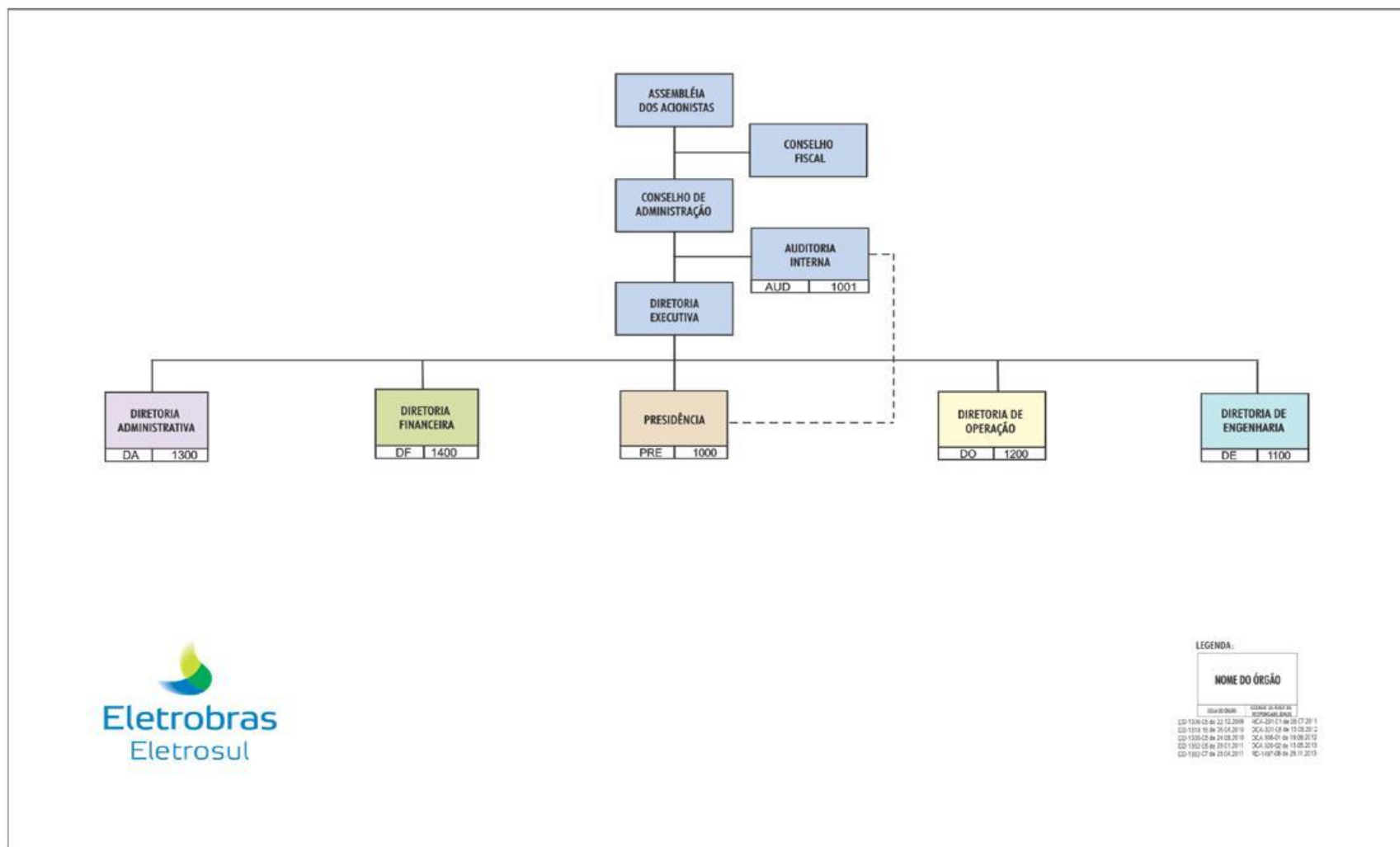
No segmento Geração, tem desenvolvido atividades para implantação de empreendimentos hidrelétricos e de fontes alternativas, que estão consolidando seu retorno a esse mercado. A atual carteira de empreendimentos de geração de energia elétrica da Eletrosul (próprios e parcerias) totaliza 2.146,45 MW de potência, dos quais 445 MW já se encontram em operação comercial.

Segundo seu estatuto, a Eletrosul tem por objeto social:

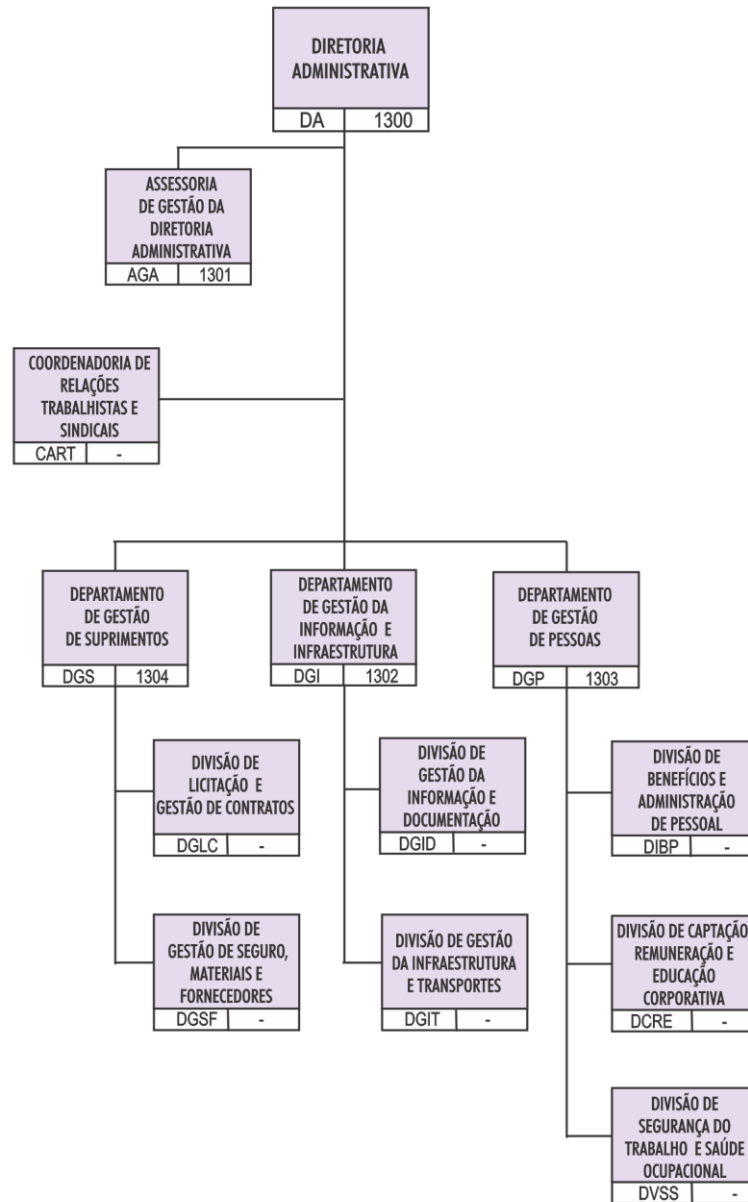
- a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas produtoras, subestações, linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, de acordo com legislação vigente;
- b) participar de pesquisas de interesse do setor energético, ligadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios

- para fins múltiplos;
- c) contribuir para a formação do pessoal técnico necessário ao setor de energia elétrica;
 - d) participar de entidades destinadas à coordenação operacional de sistemas elétricos interligados;
 - e) prestar serviços de laboratório, telecomunicação, operação e manutenção do sistema de geração e transmissão de energia elétrica além de apoio técnico, operacional e administrativo às empresas concessionárias, às autorizadas e às permissionárias de serviço público de energia elétrica;
 - f) participar de associações ou organizações de caráter técnico, científico ou empresarial de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica;
 - g) colaborar para a preservação do meio ambiente, no âmbito de suas atividades;
 - h) colaborar com a Eletrobras nos programas relacionados com a promoção e incentivo da indústria nacional de materiais e equipamentos destinados ao setor de energia elétrica, bem como para a sua normalização técnica, padronização e controle de qualidade.
 - i) comercializar, direitos de uso ou de ocupação de torres, instalações eletroenergéticas e prediais, equipamentos e instrumentos e demais partes que possam constituir recurso de infraestrutura de telecomunicações da empresa;
 - j) associar-se, mediante prévia e expressa autorização do Conselho de Administração da Eletrobras, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão de energia elétrica sob regime de concessão, autorização ou permissão.

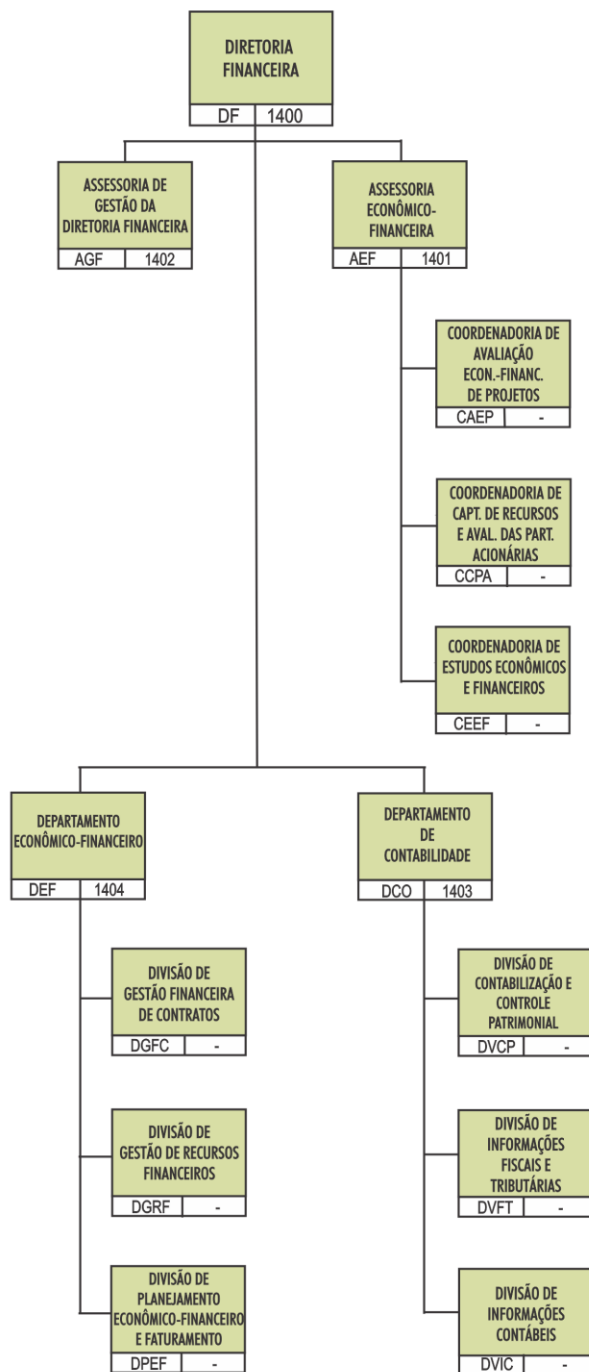
1.3 Organograma Funcional



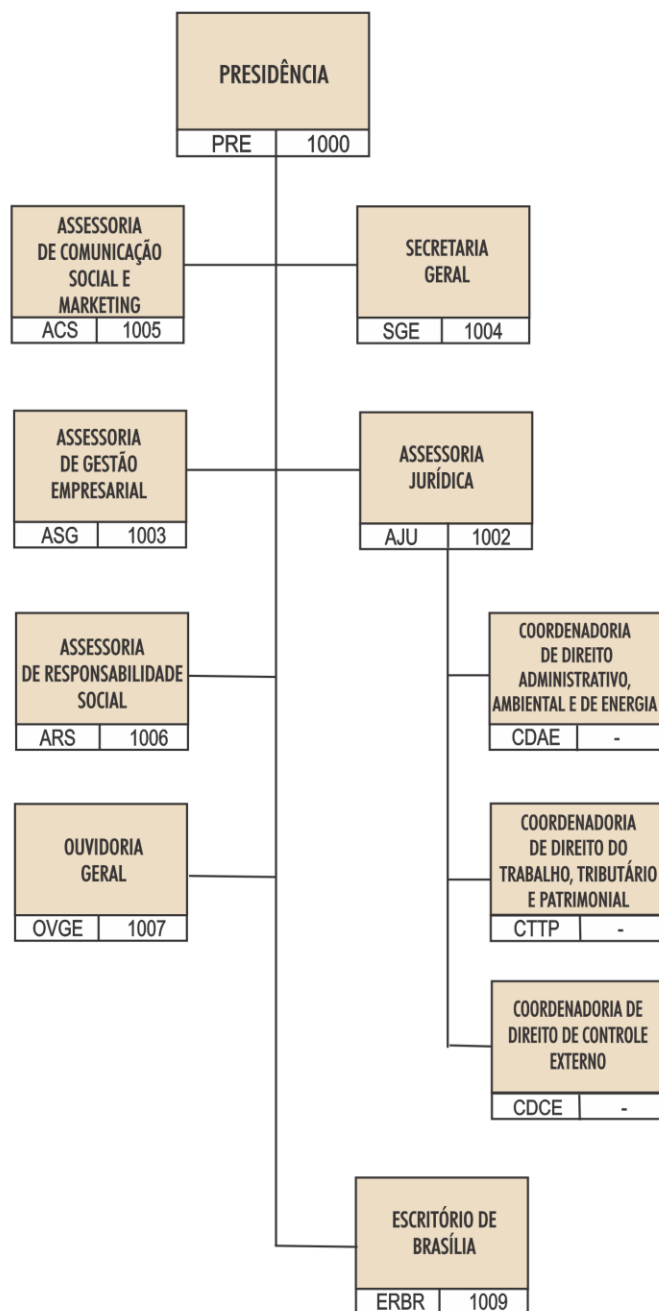
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



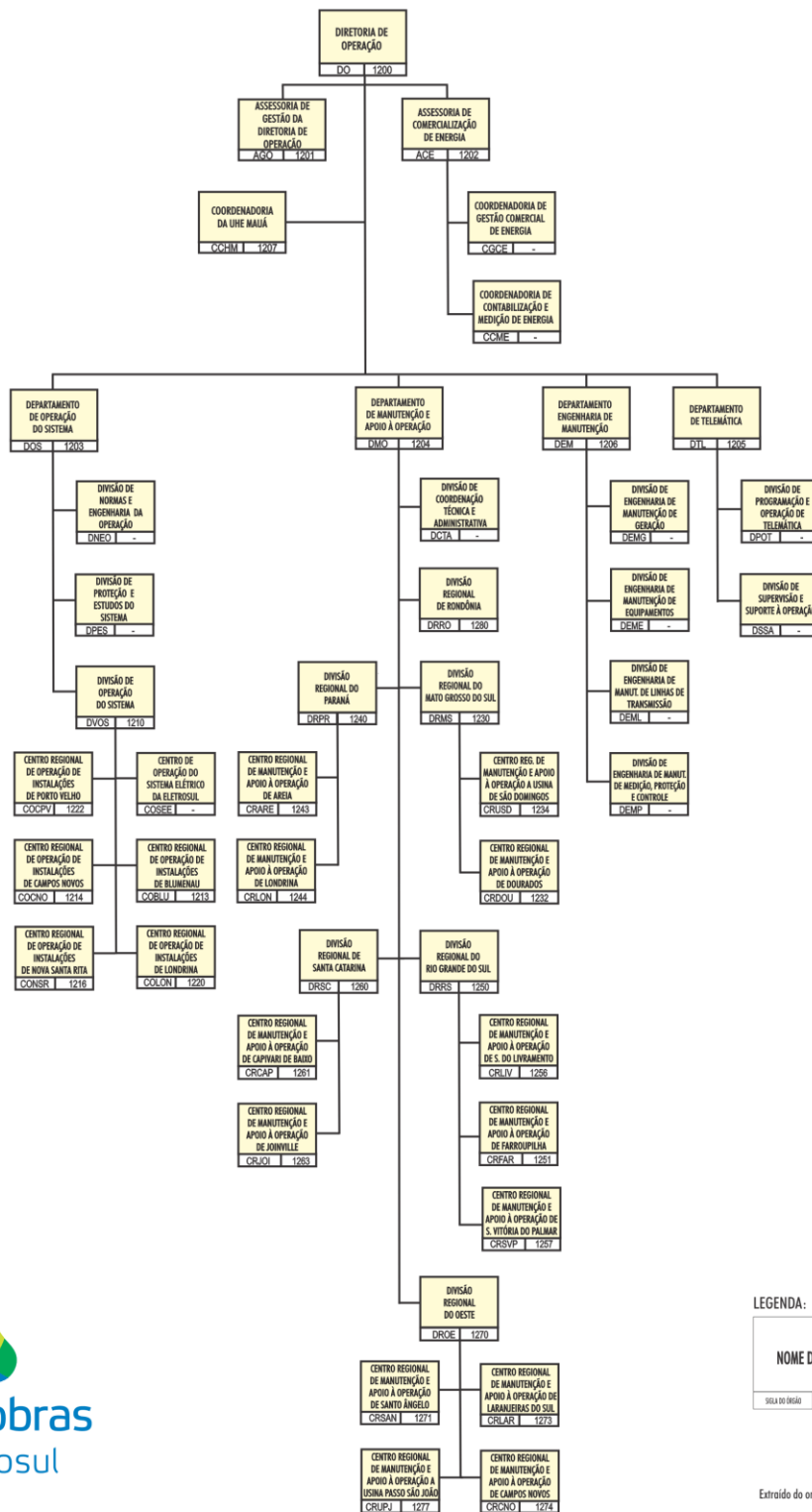
DIRETORIA FINANCEIRA



PRESIDÊNCIA



DIRETORIA DE OPERAÇÃO

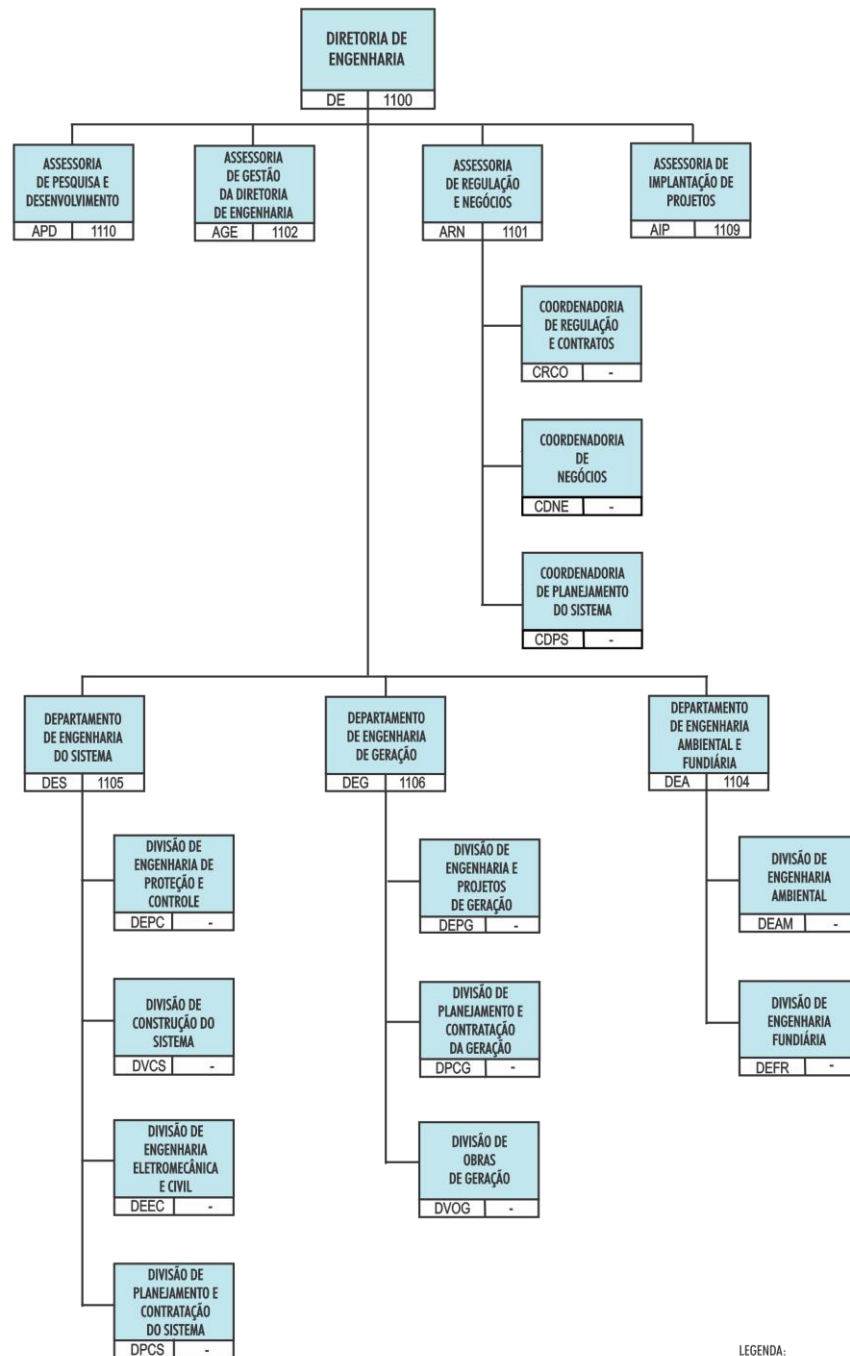


LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO	
SIGLA DO ÓRGÃO	CODIGO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Extraído do organograma atualizado em 29/11/2013

DIRETORIA DE ENGENHARIA



LEGENDA:

NOME DO ÓRGÃO	
SEÇÃO DO ÓRGÃO	CONCEITO DA ÁREA DE RESPONSABILIDADE

Descrição das atribuições e processos das áreas constantes do organograma

A Assembleia dos Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e Diretoria Executiva constam no item 3.1 – Estrutura de Governança.

Diretoria Administrativa (DA)

Responsabilidades:

- a. formular e gerenciar a política de gestão de pessoas, segurança do trabalho, saúde ocupacional e acompanhamento social;
- b. dirigir a formulação das políticas de documentação, serviços gerais, apoio administrativo, transportes e seguros;
- c. dirigir a formulação das políticas de suprimento;
- d. dirigir as práticas de preservação física dos bens e instalações;
- e. dirigir a formulação das políticas e estratégias de gestão e segurança da informação;
- f. promover o processo de negociação trabalhista e de relações com as representações sindicais;
- g. dirigir a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos;
- h. zelar pela implementação das diretrizes e estratégias socioambientais e climáticas corporativas.

Assessoria de Gestão da Diretoria Administrativa (AGA)

Responsabilidades:

- a. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativo-financeiras;
- b. coordenar, consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- c. coordenar o sistema de informações estratégicas da Diretoria;
- d. coordenar, consolidar e elaborar relatórios gerenciais da Diretoria;
- e. coordenar a elaboração da pauta de reuniões da Diretoria;
- f. participar da elaboração das pautas de reunião da Diretoria Executiva;
- g. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- h. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;
- i. coordenar a elaboração do processo de afastamento de empregado do país, a serviço ou para atividades de desenvolvimento e capacitação profissional;
- j. orientar a tomada de decisão quanto à locação de áreas no edifício Sede da Empresa a terceiros;
- k. orientar o processo de formalização do uso de instalações da Sede.

Coordenadoria de Relações Trabalhistas e Sindicais (CART)

Responsabilidades:

- a. dar atendimento às premissas da política corporativa no relacionamento com as diversas entidades sindicais ligadas à Empresa, mantendo uniformidade no trato das relações trabalhistas e sindicais;
- b. coordenar o processo de negociação dos Acordos Coletivos de Trabalho;
- c. coordenar na Diretoria e junto ao corpo gerencial a prevenção de demandas trabalhistas;
- d. representar a Empresa no Comitê de Relações Trabalhistas e Sindicais do Sistema Eletrobras, atuando nos processos de negociação coletiva das empresas do Sistema Eletrobras;
- e. proceder análise dos parâmetros de negociações coletivas, as tendências do cenário sindical brasileiro e orientações governamentais;

- f. representar a Empresa em fóruns e reuniões sobre Relações Trabalhistas e Sindicais, no âmbito das associações de classe patronais, bem como junto aos Órgãos Governamentais (MME/MPOG/DEST);
- g. manter um permanente canal de comunicação entre a Empresa e os sindicatos representativos dos seus empregados, relativamente as questões trabalhistas e sindicais;
- h. coordenar os processos de negociações coletivas junto às entidades sindicais representativas de empregados, no âmbito da Empresa;
- i. coordenar a elaboração da proposta de participação dos empregados nos lucros e resultados na Empresa;
- j. coordenar as ações administrativas relacionadas com as questões trabalhistas, priorizando os aspectos relativos a sua prevenção.

Departamento de Gestão de Suprimentos (DGS)

Responsabilidades:

- a. administrar os materiais e equipamentos de estoque da Empresa;
- b. gerenciar a inspeção técnica em materiais;
- c. gerenciar o cadastro de fornecedores, de material, o banco de especificações técnica, o banco de preços e o orçamento básico;
- d. gerenciar a elaboração dos processos de aquisição de bens e serviços para a administração, operação, manutenção, importação direta, e dos serviços de supervisão e montagem vinculados a contratos internacionais de fornecimento;
- e. coordenar os processos de alienação de bens móveis;
- f. administrar a execução das atividades do almoxarifado da Sede;
- g. coordenar a inspeção nas instalações e equipamentos de armazenagem da Empresa;
- h. promover o desenvolvimento de materiais e fornecedores;
- i. gerenciar o sistema da qualidade e a execução da auditoria da qualidade junto aos fornecedores;
- j. estabelecer as diretrizes para o sistema de armazenamento da Empresa;
- k. assessorar as áreas da Empresa na execução dos contratos de aquisições de materiais, obras e serviços;
- l. administrar a atividade de seguro na Empresa;
- m. providenciar licenças e autorizações necessárias à aquisição de produtos químicos controlados junto às entidades e autoridades governamentais;
- n. coordenar a gestão do transporte internacional;
- o. coordenar e executar a tramitação de notas fiscais da Empresa junto à Receita Federal;
- p. gerenciar as atividades de desembaraço aduaneiro e o recebimento de materiais importados pela Empresa.

Divisão de Licitação e Gestão de Contratos (DGLC)

Responsabilidades:

- a. coordenar a elaboração dos processos de aquisição de bens, obras e serviços destinados à operação e manutenção da infraestrutura da Empresa;
- b. coordenar a elaboração dos processos de importação direta e de serviços de supervisão de montagem vinculados a contratos internacionais de fornecimento;
- c. coordenar a contratação de transporte internacional de materiais importados;
- d. administrar a elaboração de modelos de editais de licitação e de contratos padrão para aquisição de materiais, obras e serviços;
- e. promover a capacitação de empregados, que fazem contratação na Empresa, nas atividades de licitação e contratação de bens e serviços;

- f. assessorar as áreas da Empresa na elaboração dos processos de aquisição e contratação;
- g. administrar e disponibilizar aos usuários o sistema informatizado de acompanhamento de desempenho de processos de aquisição e contratação;
- h. coordenar a análise crítica das requisições, exceto as de material de estoque;
- i. administrar e disponibilizar o banco de preços da Eletrosul, bem como monitorar o banco de preços da Eletrobras;
- j. administrar o banco de dados das planilhas de composição de custos;
- k. coordenar a gestão dos contratos de fornecimento de materiais e de serviços de diversas áreas da Empresa;
- l. assessorar as áreas quanto a emissão de aditamentos, apostilamentos e rescisões aos instrumentos contratuais;
- m. coordenar as negociações com os Fornecedores no âmbito de sua atuação.

Divisão de Gestão de Seguros, Materiais e Fornecedores (DGSF)

Responsabilidades:

- a. coordenar a análise jurídico-fiscal, econômico-financeira e qualificação técnica de interessados no registro cadastral;
- b. coordenar a emissão de Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores;
- c. administrar e disponibilizar aos usuários do banco de dados dos fornecedores cadastrados e registrados na Empresa, bem como, disponibilizar o sistema de acompanhamento de desempenho de fornecedores;
- d. coordenar o cadastramento da Empresa em outros órgãos, com os quais possua relacionamento comercial;
- e. assessorar as áreas da Empresa na análise de editais de licitação quanto à habilitação cadastral do proponente;
- f. responder questionamentos de licitantes no que se refere à habilitação cadastral;
- g. coordenar a emissão de Atestados de Capacidade Técnica, de fornecimento e de serviços executados;
- h. participar de comissões de licitação e equipes de apoio em processos licitatórios realizados pela Empresa quanto ao cadastro e habilitação de Fornecedores;
- i. administrar a atividade de contratação de seguros e de gerenciamento de riscos para fins de seguros na Empresa;
- j. acompanhar as negociações para a contratação de seguros em projetos decorrentes de parcerias com outras empresas;
- k. coordenar a gestão do transporte internacional, a supervisão do desembaraço aduaneiro e o recebimento de materiais importados pela Empresa;
- l. administrar os materiais e equipamentos de estoque da Empresa;
- m. coordenar a elaboração dos processos de alienação de bens móveis;
- n. coordenar e realizar a especificação técnica dos materiais de estoque;
- o. administrar o Banco de Especificações Técnicas de produtos;
- p. coordenar o sistema da qualidade e auditoria da qualidade junto a fornecedores;
- q. coordenar atividades de Avaliação Industrial de Fornecedores;
- r. administrar as atividades do almoxarifado da sede;
- s. coordenar a inspeção nas instalações e equipamentos de armazenagem da Empresa;
- t. coordenar o inventário anual dos materiais de estoque;
- u. estabelecer as diretrizes para o sistema de armazenamento da Empresa;
- v. coordenar o desenvolvimento de materiais e fornecedores;
- w. coordenar a inspeção técnica em materiais;
- x. providenciar licenças e autorizações necessárias à aquisição de produtos químicos controlados junto às entidades e autoridades governamentais;

- y. coordenar e executar a tramitação de notas fiscais da Empresa junto a Receita Federal.

Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura (DGI)

Responsabilidades:

- a. gerenciar, em conjunto com o órgão de telemática, a formulação e a implementação da política de segurança e estratégias de gestão da informação na Empresa;
- b. gerenciar a elaboração e a execução do plano evolutivo e integrado de sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- c. gerenciar e operar os ambientes de colaboração dos sistemas, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- d. gerenciar os sistemas e aplicativos corporativos do Portal da Eletrosul na Internet, Intranet e Extranet;
- e. gerenciar a implementação da metodologia para desenvolvimento de sistemas corporativos na Empresa;
- f. promover a padronização dos sistemas e aplicativos corporativos para a garantia da operabilidade e integração dos sistemas sob a responsabilidade do Departamento;
- g. gerenciar os processos de aquisição, desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas e aplicativos corporativos e de licenças de direito de uso na Eletrosul, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- h. promover a consolidação das necessidades e demandas de sistemas e aplicativos corporativos com exceção dos que fazem parte da cesta básica, para atender as necessidades da Empresa;
- i. gerenciar a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos e zelar pela padronização e manutenção de formulários;
- j. promover e analisar projetos de adequação da estrutura organizacional e de descrição das responsabilidades genéricas dos níveis hierárquicos e específicas dos órgãos;
- k. gerenciar a definição da sistemática para gestão dos instrumentos normativos da Empresa;
- l. participar da implementação da gestão por processo na Empresa;
- m. gerenciar o arquivo central de documentos administrativos, bem como, administrar o processo de aquisição de material bibliográfico e de filiações a entidades técnico-científicas;
- n. promover o suprimento de equipamentos para a execução de serviços gráficos, bem como, definir critérios para o funcionamento dos serviços gráficos, de malote e de circulação de correspondências na Empresa;
- o. gerenciar o processo de análise, elaboração e execução dos projetos de ocupação do espaço físico da Sede;
- p. promover a segurança patrimonial das instalações do edifício Sede;
- q. gerenciar o controle físico dos Equipamentos Gerais (EG) da Empresa;
- r. gerenciar a frota de veículos da Empresa e os processos de contratação de serviços de transporte de pessoal, de infraestrutura, bem como a contratação e execução do transporte de carga geral e específica, no território nacional;
- s. coordenar os processos de compras informais da Sede;
- t. gerenciar a elaboração de processos e a execução de Termos de Permissão de Uso Remunerado nas instalações da Sede;
- u. representar a Empresa junto a órgãos externos nos assuntos de competência do órgão de gestão da Informação e Infraestrutura;
- v. gerenciar na Sede a execução dos serviços administrativos, bem como, prestar apoio às áreas descentralizadas.

Divisão de Gestão da Informação e Documentação (DGID)

Responsabilidades:

- a. administrar o arquivo de segurança de documentos digitalizados e coordenar a formulação e implementação de políticas e estratégias de gestão da informação nas diversas tecnologias utilizadas na Empresa, exceto as voltadas para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- b. coordenar a elaboração e a execução do plano evolutivo e integrado de sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- c. coordenar a realização de análise, de prospecção de alternativas e de estudos de viabilidade para atender às necessidades de sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de Informática;
- d. coordenar a elaboração de especificação técnica e o orçamento básico para aquisição de sistemas e aplicativos corporativos e serviços associados, tais como: licenças de direito de uso, consultoria de implantação, customização, desenvolvimento; treinamento no uso; suporte técnico local e/ou remoto; manutenção corretiva; manutenção evolutiva e garantia de atualização técnica, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- e. coordenar a definição de padrões, técnicas e métodos, bem como a execução do processo de desenvolvimento e manutenção corretiva, preventiva e evolutiva de sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- f. coordenar a execução da customização, homologação e implantação dos sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de Informática;
- g. coordenar a implementação das integrações entre os sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- h. administrar o cadastro de sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- i. administrar os perfis de acessos aos sistemas e aplicativos corporativos, exceto os perfis de acesso definidos no ambiente Natural Security e os acessos voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- j. apoiar os gestores na parametrização das regras e as áreas de negócio na utilização dos sistemas e aplicativos corporativos, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- k. administrar o Portal da Eletrosul na Internet, Intranet e Extranet;
- l. administrar e operar os ambientes de colaboração, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- m. identificar as necessidades e demandas de sistemas e aplicativos para atender às necessidades da Empresa, exceto os voltados para telecomunicações, operação e infraestrutura de informática;
- n. promover a preservação dos acervos documentais, administrativos e bibliográficos centralizados e do arquivo de segurança instalado na Divisão Regional de Santa Catarina (DRSC);
- o. coordenar o processo de aquisição de material bibliográfico e de filiações às entidades técnico-científicas de interesse da Empresa;
- p. promover a disseminação da informação na Empresa;
- q. coordenar a definição da metodologia de transferência, seleção, tratamento técnico, preservação e recuperação da documentação administrativa;
- r. coordenar a formulação das políticas de organização, sistemas e métodos;

- s. promover e coordenar estudos de racionalização, simplificação e melhorias de métodos de trabalho na Empresa;
- t. coordenar a elaboração e análise de projetos de adequação da estrutura organizacional, das responsabilidades das áreas e das competências da cadeia gerencial;
- u. coordenar a elaboração e manutenção de aplicativos relativos à Comunicação Empresarial, Organograma e Substituição Temporária e Manuais Corporativos;
- v. coordenar o processo de elaboração, atualização, divulgação e controle dos instrumentos normativos da Empresa;
- w. participar da implementação da gestão por processo na Empresa;
- x. coordenar a padronização e manutenção de formulários, orientando e acompanhando o seu uso na Empresa;
- y. propor os critérios de funcionamento e coordenar a execução dos serviços de malote, protocolo, e circulação de correspondências na Empresa;
- z. coordenar o dimensionamento de equipamentos e a execução dos serviços gráficos na Sede, através de recursos próprios ou de terceiros;
- aa. coordenar a execução dos contratos de serviços de malote e circulação de correspondências da Empresa.

Divisão de Gestão da Infraestrutura e Transportes (DGIT)

Responsabilidades:

- a) coordenar a elaboração de requisição de compras e de especificações técnicas para aquisição de infraestrutura para as instalações da Sede, relacionadas a limpeza e conservação, ajardinamento, paisagismo, copa, vigilância, recepção, portaria, manutenção de sistemas de ar condicionado, grupo gerador de energia e instalações elétricas, manutenção de bens móveis, obras e equipamentos, bem como, para a aquisição de infraestrutura corporativa, relacionadas a transporte de cargas, deslocamento de pessoal, veículos da frota, mobiliários, locação de veículos e aeronaves, hospedagem, abastecimento e manutenção de veículos;
- b) administrar os contratos sob sua responsabilidade;
- c) coordenar a execução da manutenção da subestação do edifício Sede, com apoio do órgão de manutenção do sistema;
- d) promover estudos e projetos de ocupação do espaço físico do edifício Sede, coordenar a execução do projeto e administrar a utilização dos espaços de uso comum (salas de reunião compartilhadas, hall e auditório);
- e) coordenar os trabalhos de revitalização e de atualização tecnológica das instalações da Sede;
- f) coordenar a execução dos processos de compras informais para as áreas da Sede, bem como, a execução dos serviços de confecção de carimbos, cartões de visitas, chaves e aquisição de lanches;
- g) prestar apoio ao órgão de Segurança do Trabalho para manutenção e operação de equipamentos, sistemas e dispositivos de proteção anti-incêndio;
- h) coordenar a execução do transporte de carga geral e específica, no território nacional;
- i) administrar a frota de veículos da Empresa e a execução dos serviços associados;
- j) coordenar e definir a metodologia de controle físico dos equipamentos gerais da Empresa;
- k) definir, em conjunto com o órgão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional, as características e os critérios de utilização dos mobiliários de escritório;
- l) administrar a segurança patrimonial das instalações da Sede;
- m) coordenar o deslocamento de pessoal em viagens a serviço, nacional e internacional, e supervisionar os serviços de abertura e a prestação de contas das Guias de Viagem, emissão de passagens, hospedagens e seguro saúde para viagem internacional;

- n) coordenar os processos e acompanhar a execução de Termos de Permissão de Uso Remunerado nas instalações da Sede, bem como, o processo de locação de imóvel de terceiro para uso do Escritório de Brasília (ERBR);
- o) coordenar na Sede a execução dos serviços administrativos, bem como, prestar apoio às áreas descentralizadas, em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, controle orçamentário, financeiro, transporte e serviços gerais, entre outros;
- p) coordenar, no âmbito da Empresa, as publicações legais.

Departamento de Gestão de Pessoas (DGP)

Responsabilidades:

- a. gerenciar o processo de captação interna e externa de pessoal;
- b. gerenciar a política e os processos de cargos, carreiras e remuneração;
- c. gerenciar a política e o processo de educação corporativa;
- d. gerenciar o processo de acompanhamento de pessoal;
- e. gerenciar a execução da pesquisa de clima organizacional e acompanhar implementação do Plano de Melhoria do Clima;
- f. gerenciar o processo de execução dos programas de Segurança e de Saúde Ocupacional;
- g. gerenciar o processo de administração e registro de pessoal;
- h. gerenciar o processo de concessão de benefícios pela Empresa;
- i. gerenciar o processo da folha de pagamento e encargos sociais;
- j. gerenciar e acompanhar as ações de assistência social.

Divisão de Benefícios e Administração de Pessoal (DIBP)

Responsabilidades:

- a. coordenar a implementação da política de benefícios e de administração de pessoal na Empresa;
- b. coordenar os processos relacionados ao Plano de Saúde e ao atendimento 24 horas de Plantão;
- c. coordenar os processos relacionados aos benefícios de auxílio alimentação, auxílio educação, auxílio creche, vale-transporte, autodesenvolvimento e auxílio funeral;
- d. coordenar os processos relacionadas à folha de pagamento e encargos sociais;
- e. coordenar os processos de provisionamento e pagamentos da remuneração dos dirigentes da Empresa;
- f. coordenar a atualização do Manual de Diretor;
- g. coordenar os processos relacionadas aos registros funcional e pessoal dos empregados;
- h. coordenar a prestação de informações aos órgãos fiscalizadores quanto à declaração de bens e rendas do corpo gerencial;
- i. coordenar os processos de admissão e demissão de empregados;
- j. coordenar os processos de cessão, liberação, licenças e transferência de empregados;
- k. coordenar os processos de frequência de pessoal e de férias em toda Empresa;
- l. coordenar o processo de cálculo e pagamento da Participação de Lucros e Resultados (PLR);
- m. coordenar a atividade de registro de responsabilidade técnica do quadro funcional junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia (CREA), de Biologia (CRBio) e de Arquitetura e Urbanismo (CAU);
- n. administrar os recursos gerados pela retenção da verba do SESI, na gestão do esporte e atividades culturais aos empregados e seus dependentes;
- o. coordenar a realização do Programa Eletrosul em Movimento em toda a Empresa;
- p. coordenar a emissão das informações do cadastro de prestadores de serviços da Empresa, bem como, de custo de pessoal à Eletrobras e demais órgãos de fiscalização e controle;

- q. subsidiar o processo de negociação dos Acordos Coletivos de Trabalho.

Divisão de Captação, Remuneração e Educação Corporativa (DCRE)

Responsabilidades:

- a. coordenar a captação interna e externa de pessoal;
- b. coordenar na Empresa, e executar na Sede, o Programa de Estágio, o Programa de Preparação Profissional e o Programa Jovem Aprendiz;
- c. coordenar a implementação do Programa de Gestão de Desempenho e do Programa de Sucessão Funcional;
- d. coordenar e acompanhar o planejamento e as ações de educação corporativa;
- e. coordenar o processo de gestão dos recursos orçamentários referentes à educação corporativa na Empresa;
- f. coordenar o processo de certificação de empregados na Empresa;
- g. planejar e coordenar as ações do Programa de Desenvolvimento Gerencial;
- h. planejar e coordenar a implementação do Programa de Gestão do Conhecimento;
- i. coordenar as atividades e a utilização do Centro de Treinamento da Sede;
- j. coordenar o processo de dimensionamento quanti-qualitativo do quadro de pessoal;
- k. coordenar o processo de gestão do Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e o Plano de Cargos e Salários (PCS);
- l. coordenar o processo de gestão dos recursos financeiros oriundos de convênios e acordos de retenção da contribuição com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Divisão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional (DVSS)

Responsabilidades:

- a. coordenar a elaboração e implementação do Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social (PESSOAS)
- b. coordenar o processo de inspeção nos locais de trabalho, do ponto de vista da saúde ocupacional e segurança do trabalho;
- c. ministrar treinamentos específicos e assessorar na elaboração de programas de treinamento corporativo, no que se refere à segurança do trabalho, saúde ocupacional, qualidade de vida, bem estar, relacionamento interpessoal e clima organizacional;
- d. coordenar o processo de definição de critérios sobre Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e roupa profissional;
- e. coordenar o processo de definição e implementação de critérios relativos à segurança do trabalho e saúde ocupacional para projeto de novas instalações e ampliações das existentes, bem como, de inspeção nos locais de trabalho das instalações já existentes.
- f. coordenar e apoiar as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPA), bem como, promover a organização e treinamento das brigadas de emergência.
- g. coordenar e orientar as áreas da Empresa quanto à emissão das Comunicações de Acidentes do Trabalho (CAT);
- h. coordenar e orientar as unidades de saúde das Áreas descentralizadas da Empresa, no que se refere à padronização de procedimentos relacionados à saúde ocupacional e qualidade de vida;
- i. coordenar e prestar atendimento e acompanhamento psicossocial aos empregados e dependentes;
- j. coordenar na Empresa a execução dos Programas de Prevenção e Tratamento à Dependência de Álcool e Outras Drogas (PRAD), de Atendimento a Pessoas com Deficiência (PAPD) e de Orientação para Aposentadoria (POPA);

- k. coordenar e acompanhar o processo de readaptação e/ou reabilitação profissional de empregados;
- l. coordenar e desenvolver o processo de acompanhamento funcional dos empregados;
- m. coordenar a implementação de ações de acompanhamento social às populações atingidas pelas ampliações e novas instalações da Empresa;
- n. coordenar e orientar os órgãos da Empresa quanto a instalação dos sistemas de proteção e combate a incêndio e atendimento a emergências de saúde.
- o. coordenar e desenvolver, em conjunto com as demais áreas da empresa, o plano de ação visando a gestão e melhoria do clima organizacional;
- p. coordenar o processo de emissão de parecer de segurança e saúde ocupacional em documentos de aposentadoria e em propostas de movimentação de pessoal.

Diretoria Financeira (DF)

Responsabilidades:

- a. dirigir a formulação da política econômico-financeira e das estratégias para o alcance dos objetivos planejados para a função financeira e controlar sua execução;
- b. promover o suprimento e a gestão dos recursos financeiros necessários ao funcionamento e expansão dos negócios da Empresa;
- c. formular e propor a política de distribuição de dividendos na Empresa;
- d. administrar os direitos e obrigações da Eletrosul, na condição de patrocinadora, junto a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS);
- e. administrar os direitos e obrigações econômico-financeiras da Eletrosul na condição de sócia de outras empresas;
- f. gerenciar a elaboração e consolidação das demonstrações financeiras nos termos da legislação societária;
- g. patrocinar diretrizes socioambientais e climáticas corporativas e assegurar os recursos financeiros necessários a gestão socioambiental e climática.
- h. apoiar as ações socioambientais e climáticas corporativas, garantindo os recursos financeiros necessários.

Assessoria de Gestão da Diretoria Financeira (AGF)

Responsabilidades:

- a. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias econômico-financeiras;
- b. coordenar, consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria Financeira;
- c. coordenar o Sistema de Informações Estratégicas da Diretoria Financeira;
- d. coordenar, consolidar e elaborar relatórios gerenciais da Diretoria Financeira;
- e. coordenar a elaboração da pauta de reuniões da Diretoria Financeira;
- f. participar da elaboração das pautas de reunião da Diretoria Executiva;
- g. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria Financeira no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- h. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria Financeira;
- i. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- j. assessorar o Diretor na representação junto a Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS);
- k. participar de grupos de trabalho para elaborar estudos previdenciários e propostas de alterações estatutárias e regulamentares da Fundação ELOS;

- l. coordenar e orientar na Diretoria Financeira a execução da política econômico-financeira da Empresa.

Assessoria Econômico-Financeira (AEF)

Responsabilidades:

- a. elaborar estudos e subsidiar a Diretoria na análise relativa à qualificação econômico-financeira de parceiros, objetivando a participação em leilões de energia ou implantação de novos projetos;
- b. coordenar estudos de natureza econômico-financeira, relativamente aos leilões de energia realizados pela ANEEL;
- c. gerenciar o processo de avaliação das opções de financiamentos de longo prazo disponíveis para novos empreendimentos de energia, bem como estruturar a captação, garantias contratuais e covenants associados;
- d. gerenciar os processos de revisões tarifárias previstos nos respectivos contratos de concessão, detidos pela Eletrosul e/ou suas Sociedades de Propósito Específico, relativamente a questões econômico-financeiras, tais como: estrutura de capital, custo de capital, custos operacionais eficientes, CAPM;
- e. gerenciar a contratação de empréstimos e financiamentos para o programa de investimentos e/ou capital de giro da Empresa;
- f. gerenciar a alocação de recursos econômicos financeiros nas Sociedades de Propósito Específico em que a Eletrosul participe;
- g. gerenciar a avaliação de novos projetos, compreendendo o mapeamento de riscos e sua correspondente mitigação;
- h. gerenciar a elaboração de estudos e assessorar a Diretoria nos processos de aquisição de empresas ou participações acionária, bem como nos casos de fusão;
- i. gerenciar a avaliação dos efeitos financeiros das negociações dos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL);
- j. analisar, juntamente com a Área Tributária, os efeitos dos tributos nas modelagens financeiras de novos empreendimentos de energia;
- k. gerenciar a avaliação das diversas formas de garantias (de performance e contratuais), relativas à implantação de novos projetos;
- l. representar a Empresa junto a entidades do setor elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro;
- m. gerenciar a participação nas negociações junto a ANEEL sobre solicitações de receitas de novos empreendimentos de transmissão;
- n. gerenciar estudos de avaliação dos impactos econômico-financeiros de planos governamentais e das alterações da legislação do setor elétrico, bem como, de viabilidade econômica na substituição de equipamentos, instalações e veículos da Empresa;
- o. gerenciar a avaliação de estudos estratégicos, no sentido de otimizar os custos operacionais da Empresa, buscando minimizar os efeitos da revisão tarifária da ANEEL;
- p. gerenciar a avaliação, o acompanhamento e a proposição de alterações no âmbito da regulação econômico-financeira de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica;
- q. gerenciar a elaboração e a consolidação do Programa de Dispêndios Globais (PDG), do Orçamento de Investimentos (OI) e do Plano Plurianual (PPA) da Empresa;
- r. gerenciar a elaboração de projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos;
- s. gerenciar a elaboração de projeções de fluxo de caixa da Empresa;
- t. propor diretrizes e estratégias econômico-financeiras sobre as atividades de Planejamento e Metas Empresariais.

Coordenadoria de Avaliação Econômico-Financeira de Projetos (CAEP)

Responsabilidades:

- a. elaborar estudos econômico-financeiros, principalmente aqueles relacionados à avaliação de novos negócios no âmbito de leilões ou aquisições de participações acionárias;
- b. coordenar estudos e realizar o acompanhamento periódico da viabilidade econômico-financeira de empreendimentos, objeto de leilões de energia e transmissão realizados pela ANEEL;
- c. coordenar a atualização dos modelos econômico-financeiros da Empresa utilizados para avaliação de novos negócios;
- d. coordenar os processos de revisões tarifárias previstos nos respectivos contratos de concessão, detidos pela Eletrosul e/ou suas Sociedades de Propósito Específico, relativamente a questões econômico-financeiras, tais como: estrutura de capital, custo de capital, custos operacionais eficientes, CAPM;
- e. avaliar os impactos econômico-financeiros quanto à emissão de instrumentos de dívida para a Empresa e suas Sociedades de Propósito Específico;
- f. coordenar o processo de contratação de corretora para intermediação dos lances, bem como da definição das características das garantias a serem aportadas, nos leilões de energia e transmissão;
- g. avaliar as diversas formas de garantias (de performance e contratuais), relativas à implantação de novos projetos;
- h. representar a Empresa junto a entidades do setor elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro;
- i. coordenar e participar de negociações junto a ANEEL sobre solicitações de receitas de novos empreendimentos de transmissão;
- j. coordenar estudos de avaliação dos impactos econômico-financeiros de planos governamentais e das alterações da legislação do setor elétrico, bem como, de viabilidade econômica na substituição de equipamentos, instalações e veículos da Empresa;
- k. coordenar a elaboração de estudos de qualificação econômico-financeira de parceiros, objetivando a participação em leilões de energia e transmissão ou em projetos em andamento;
- l. avaliar, acompanhar e propor alterações no âmbito da regulação econômico-financeira de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica.

Coordenadoria de Captação de Recursos e Avaliação das Participações Acionárias (CCPA)

Responsabilidades:

- a. coordenar o processo de avaliação das opções de financiamentos de longo prazo disponíveis para novos empreendimentos de energia, bem como estruturar a captação, garantias contratuais e “covenants” associados;
- b. atuar junto às instituições financeiras no sentido preservar os interesses da Eletrosul nos contratos de captação de recursos;
- c. coordenar a avaliação das diversas formas de garantias (de performance e contratuais) relativas à implantação de novos projetos;
- d. coordenar e acompanhar as aplicações de recursos nas Sociedades de Propósitos Específicos (SPE) nas quais a Empresa possui participação;
- e. Coordenar o assessoramento às SPE na operacionalização das liberações de recursos;
- f. prestar informações às áreas da Empresa e à Eletrobras sobre assuntos financeiros relacionadas às SPE;
- g. coordenar o processo de análise e avaliação dos aspectos econômico-financeiros dos contratos de prestação de serviços relacionados a empréstimos e financiamentos;

- h. coordenar a definição do conteúdo econômico-financeiro dos contratos de prestação de serviços e de outros créditos;
- i. representar a Empresa junto à entidades do setor elétrico, em assuntos de caráter econômico-financeiro.

Coordenadoria de Estudos Econômicos e Financeiros (CEEF)

Responsabilidades:

- a. assessorar as áreas da Empresa sobre assuntos de caráter econômico-financeiro;
- b. atuar junto às entidades do setor elétrico em assuntos de caráter econômico-financeiro de interesse da Empresa;
- c. coordenar o atendimento aos diversos agentes, públicos e privados, relativamente às informações econômico-financeiras da Empresa;
- d. elaborar as diretrizes e coordenar o processo de propostas orçamentárias do Programa de Dispêndios Globais (PDG), do Orçamento de Investimento (OI) e do Plano Purianual (PPA) da Empresa;
- e. interagir com a Eletrobras e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), visando garantir os limites orçamentários propostos;
- f. atender as demandas oriundas da Eletrobras e do DEST, concernentes ao Programa de Dispêndios Globais (PDG), Orçamento de Investimento (OI) e Plano Purianual da Empresa;
- g. coordenar a elaboração e análise de projeções econômico-financeiras de médio e longo prazo, do equilíbrio econômico-financeiro e da capacidade de geração interna de recursos da Eletrosul;
- h. realizar estudos para o desenvolvimento de diretrizes e estratégias econômico-financeiras sobre as atividades de Planejamento e Metas Empresariais;
- i. coordenar a preparação de pareceres sobre o impacto econômico financeiro de planos governamentais e setoriais;
- j. avaliar, acompanhar e propor alterações no âmbito da regulação econômico-financeira de serviços públicos de transmissão e geração de energia elétrica.

Departamento Econômico-Financeiro (DEF)

Responsabilidades:

- a. gerenciar a elaboração e execução do fluxo de caixa de curto prazo da Empresa;
- b. gerenciar a custódia de bens, valores e direitos da Empresa;
- c. gerenciar o faturamento da receita da Empresa e as ações decorrentes;
- d. gerenciar financeiramente os contratos de aquisição de bens e serviços e de empréstimos e financiamentos;
- e. gerenciar o Contas a Pagar e o Contas a Receber da Empresa;
- f. gerenciar a comprovação financeira de utilização dos recursos vinculados aos contratos de financiamentos, junto aos órgãos financiadores;
- g. gerenciar os processos de abertura e encerramento de contas bancárias da Empresa, bem como as procurações e outros atos pertinentes à operacionalização e controle das mesmas;
- h. gerenciar as negociações com instituições financeiras relativas aos contratos de prestação de serviços bancários, de administração de contas e de garantias oferecidas pela Empresa;
- i. gerenciar e administrar as garantias financeiras oferecidas pela Empresa, vinculadas a contratos de empréstimos e financiamentos, contratos de compra e venda de energia e de participações em processos licitatórios de novos empreendimentos;
- j. gerenciar os créditos oriundos da renegociação baseada na Lei 8.727/93;

- k. gerenciar as ações pertinentes ao Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrasetoriais da ANEEL e ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN);
- l. acompanhar a legislação setorial, fiscal, tributária, bancária e de licitações de contratos administrativos notadamente quanto aos impactos nos processos financeiros da Eletrosul;
- m. gerenciar o atendimento aos diversos órgãos de controle externo (ANEEL, MME, MPOG, Eletrobras, ONS, TCU, CGU, BACEN, Auditorias e outros), relativamente às informações econômico-financeiras;
- n. gerenciar a execução do Plano Plurianual (PPA) da Empresa, do Programa de Dispêndios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimentos (OI);
- o. gerenciar a validação da Receita Anual Permitida referente aos ativos de transmissão e conexão e dos encargos setoriais decorrentes das atividades de transmissão e geração;
- p. gerenciar a avaliação dos aspectos econômico-financeiros de fornecedores e prestadores de serviços em processos licitatórios;
- q. gerenciar a execução orçamentária da Empresa.

Divisão de Gestão Financeira de Contratos (DGFC)

Responsabilidades:

- a. administrar financeiramente os contratos de aquisição de bens e serviços e respectivas garantias;
- b. analisar e emitir parecer sobre cláusulas financeiras contratuais, reajustes e garantias vinculadas aos instrumentos contratuais em consequência de alterações da legislação e de reivindicações dos credores;
- c. coordenar a aprovação e liberação para pagamento, dos processos vinculados às contratações de aquisição de bens e serviços e processos informais;
- d. analisar os reflexos financeiros, nos contratos em andamento, decorrentes de mudanças nas Legislações Tributárias Municipais, Estaduais e Federais;
- e. administrar financeiramente os contratos de empréstimos e financiamentos;
- f. efetuar a comprovação financeira dos contratos de empréstimos e financiamentos junto aos órgãos financiadores para fins de liberação dos recursos contratados;
- g. administrar o controle e acompanhamento das mutações das contas relativas aos contratos de empréstimos e financiamentos;
- h. administrar e controlar o Contas a Pagar da Empresa;
- i. validar, controlar e manter sob sua guarda as garantias de fiel cumprimento vinculadas aos contratos de aquisição de bens e serviços oferecidas pelas empresas contratadas;
- j. internalizar na Eletrosul os reflexos financeiros decorrentes da legislação fiscal, tributária e de licitações de contratos administrativos;
- k. coordenar a elaboração, encaminhamento e apresentação de informações econômico-financeiras, relativas ao Contas a Pagar e aos contratos sobre sua responsabilidade, aos diversos órgãos de controle interno e/ou externo (ANEEL, MME, MPOG, Eletrobras, ONS, TCU, CGU, BACEN, auditorias e outros).

Divisão de Gestão de Recursos Financeiros (DGRF)

Responsabilidades:

- a. administrar os recursos financeiros disponíveis da Empresa, visando a otimização dos mesmos;
- b. administrar e controlar os recursos financeiros vinculados ao Fundo Rotativo de Caixa (FRC) da Sede e os cheques;
- c. administrar e coordenar a elaboração e execução do fluxo de caixa da Empresa;

- d. administrar a custódia de bens, valores e direitos;
- e. administrar e controlar as atividades de recebedoria e pagadoria exercidas pelos agentes pagadores da Empresa;
- f. administrar e coordenar as operações de câmbio (importações, exportações e aquisição de moeda estrangeira);
- g. administrar e coordenar os cartões corporativos destinados à movimentação dos Pronto Pagamento;
- h. administrar e controlar os recursos vinculados as garantias financeiras de operações de empréstimos e financiamentos e/ou outras operações;
- i. administrar a reserva de recursos e movimentação financeira dos processos de bloqueio e penhora judicial;
- j. coordenar as negociações e administrar a formalização das condições para a realização das operações de tesouraria com o sistema bancário e com fornecedores;
- k. administrar e coordenar a abertura e encerramento das contas bancárias, bem como as procurações e outros atos pertinentes à operacionalização e controle das mesmas;
- l. administrar e controlar os registros no Sistema de Cadastro de Correntistas da Empresa;
- m. administrar e coordenar o processo de baixa dos títulos protestados em cartório;
- n. acompanhar a legislação setorial, fiscal, tributária, bancária e internalizar os reflexos financeiros na Eletrosul;
- o. coordenar a elaboração, encaminhamento e apresentação de informações econômico-financeiras, relativas a gestão dos recursos financeiros, aos diversos órgãos de controle interno e/ou externo (ANEEL, MME, MPOG, Eletrobras, ONS, TCU, CGU, BACEN, auditorias e outros).

Divisão de Planejamento Econômico-Financeiro e Faturamento (DPEF)

Responsabilidades:

- a. coordenar e administrar a execução e o acompanhamento do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal;
- b. coordenar e consolidar a proposta orçamentária de pessoal, Materiais, Serviço de Terceiros e Outras Despesas (MSO) e Investimentos das áreas da Empresa;
- c. coordenar o acompanhamento e a elaboração do relatório da execução orçamentária, monitorando o cumprimento dos limites legais;
- d. coordenar o atendimento aos órgãos internos e externos relativamente a informações econômico-financeiras;
- e. coordenar a elaboração do fluxo de caixa para atender demanda interna e da Eletrobras;
- f. coordenar equipe de apoio técnico às Comissões de licitações em assuntos econômico-financeiros;
- g. participar na elaboração do Relatório Anual da Administração, destacando os principais eventos sobre os aspectos econômico-financeiros;
- h. coordenar e administrar as garantias financeiras oferecidas pela Empresa, vinculadas a contratos de empréstimos e financiamentos, contratos de compra e venda de energia e de participações em processos licitatórios de novos empreendimentos;
- i. consolidar o relatório de prestação de contas da Presidência da República das ações da Eletrosul constantes do PPA;
- j. coordenar a elaboração do relatório referente aos empreendimentos da Empresa contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);
- k. coordenar a validação da Receita Anual Permitida referente aos ativos de transmissão e conexão;
- l. coordenar a execução e o registro das informações nos sistemas do DEST/MPOG do Programa de Dispendios Globais (PDG) e do Orçamento de investimentos (OI);

- m. controlar e administrar o faturamento das receitas da Empresa;
- n. controlar e administrar os créditos vinculados à Lei 8.727/93;
- o. controlar e administrar o Contas a Receber da Empresa;
- p. coordenar o acesso as transações no Sistema do Banco Central (SISBACEN);
- q. controlar e administrar os registros no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN);
- r. controlar e administrar os registros no Cadastro de Inadimplentes com Obrigações Intrasetoriais, da ANEEL, e a disponibilização do Certificado de Adimplemento ANEEL, da Empresa, em tempo oportuno;
- s. acompanhar a legislação setorial, fiscal, tributária, bancária e internalizar os reflexos financeiros na Eletrosul.

Departamento de Contabilidade (DCO)

Responsabilidades:

- a. assegurar o atendimento e a confiabilidade das informações relativas às contas representativas do patrimônio da Empresa;
- b. gerenciar a elaboração das demonstrações financeiras da Empresa;
- c. gerenciar os registros contábeis que se refletem na situação econômico-financeira da Empresa;
- d. gerenciar a elaboração das bases para a distribuição de dividendos, em conformidade com o Estatuto, a legislação vigente e as necessidades de expansão da Empresa;
- e. gerenciar a execução do planejamento tributário da Empresa e estabelecer critérios de cumprimento das obrigações tributárias;
- f. gerenciar a elaboração das projeções patrimoniais e de resultados;
- g. gerenciar os sistemas de custos, de receitas e despesas, patrimoniais e de investimentos;
- h. gerenciar o atendimento aos diversos agentes, públicos e privados (ANEEL, DEST, Eletrobras e Auditores Independentes), relativamente às informações econômico-financeiras da Empresa;
- i. assessorar as áreas da Empresa visando a observância dos postulados, princípios e convenções, assim como da legislação geral e específica do setor elétrico, que norteiam as avaliações e registros contábeis-patrimoniais.

Divisão de Contabilização e Controle Patrimonial (DVCP)

Responsabilidades:

- a. coordenar a realização dos inventários e cadastros da propriedade dos ativos em serviços e dos registros contábeis;
- b. acompanhar o cumprimento do cronograma de execução do fechamento dos sistemas contábeis e para-contábeis;
- c. promover as análises do custeio das atividades, dos bens em serviço e dos empreendimentos em curso;
- d. coordenar os processos de contabilização de desativação e de alienação de bens e direitos;
- e. coordenar a apuração e análise dos custos operacionais e de investimentos para o acompanhamento do Programa de Dispendio Global (PDG) e do Orçamento Interno;
- f. coordenar a apuração, contabilização e análise dos registros contábeis ocorridos nas contas patrimoniais;
- g. coordenar as transferências das imobilizações em curso para as contas do ativo imobilizado em serviço;
- h. assessorar as Áreas da Empresa quanto aos procedimentos para as apropriações/locações dos gastos com pessoal, material, serviço de terceiros e outras despesas;

- i. coordenar o monitoramento do acervo contábil da empresa;
- j. processar e monitorar o sistema contábil de Controle de Equipamentos Gerais (CEQ);
- k. coordenar o monitoramento dos bens da união em regime especial de utilização;
- l. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos contábeis;
- m. coordenar a elaboração das informações para a Prestação anual de Contas (PAC) e o Relatório de Informações Trimestrais (RIT);
- n. acompanhar a divulgação e manutenção do Plano de Contas Gerencial e do Serviço Público de Energia Elétrica;
- o. administrar o Sistema de Guia de Viagem (SGV).

Divisão de Informações Fiscais e Tributárias (DVFT)

Responsabilidades:

- a. coordenar as ações e procedimentos para o planejamento tributário da Empresa, acompanhando os débitos e créditos tributários;
- b. coordenar a elaboração das declarações e informações exigidas pela legislação tributária, federal, estadual e municipal;
- c. coordenar a apuração, contabilização, recolhimento e controle dos tributos municipais, estaduais e federais;
- d. coordenar a emissão dos comprovantes de rendimentos, de retenção na fonte e os relativos aos juros sobre o capital próprio e dividendos, para encaminhamento aos fornecedores e acionistas;
- e. acompanhar os registros, baixas, certificações e alterações dos estabelecimentos da Empresa no âmbito comercial e fiscal;
- f. acompanhar o registro, escrituração e a guarda dos livros fiscais da Empresa;
- g. acompanhar a regularidade fiscal da Empresa nas esferas federais, estaduais e municipais;
- h. assessorar as Áreas da Empresa quanto à observação da legislação fiscal e tributária;
- i. coordenar o atendimento aos esclarecimentos a clientes/fornecedores externos sobre aplicação da legislação tributária;
- j. assessorar as Áreas quanto à análise prévia de editais e/ou minuta de contrato de prestação de serviços e obras, no âmbito fiscal e tributário;
- k. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos fiscais;
- l. coordenar a elaboração de defesas tributárias em nível administrativo;
- m. acompanhar a legislação tributária federal, estadual e municipal em seus respectivos níveis.

Divisão de Informações Contábeis (DVIC)

Responsabilidades:

- a. assegurar o atendimento e a confiabilidade das informações relativas às contas representativas do patrimônio da Empresa;
- b. coordenar a elaboração e análise dos balancetes, demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas;
- c. coordenar a elaboração dos relatórios contábeis observando as rotinas contábeis norte-americana (USGAAP) e internacionais (IFRS);
- d. coordenar a atualização dos registros legais, bem como das informações relativas à participação dos acionistas;
- e. coordenar a elaboração das projeções patrimoniais e de resultados;

- f. coordenar a elaboração dos formulários das Prestações de Contas, das Informações Trimestrais (RIT), das Informações Consolidadas (ICS), para atender a Eletrobras e órgãos fiscalizadores e reguladores;
- g. coordenar a avaliação e os ajustes dos ativos monetários aos seus reais valores de recuperação, bem como, anualmente os testes de recuperabilidade dos Ativos (Teste de Impairment);
- h. assessorar as áreas para o cumprimento do estabelecido nos normativos contábeis;
- i. zelar pela manutenção do registro, escrituração e a guarda dos livros contábeis e societários da Empresa;
- j. coordenar o atendimento e disponibilizar informações aos auditores internos e independentes e aos órgãos fiscalizadores e reguladores sobre procedimentos contábeis;
- k. promover as análises e administrar as provisões das contas referentes aos depósitos judiciais e contingenciais;
- l. coordenar o registro para pagamento dos valores da contribuição e das consignações devidas a outros órgãos, calculados pelo órgão responsável pela folha de pagamento.

Presidência (PRE)

Responsabilidades:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias empresariais;
- b. preservar o patrimônio da Eletrosul;
- c. manter um sistema de auditoria interna;
- d. garantir um canal de comunicação com os públicos interno e externo, contribuindo para a preservação dos direitos individuais e coletivos;
- e. orientar as ações de comunicação social, marketing empresarial e responsabilidade social;
- f. representar os interesses da Empresa em juízo ou fora dele, perante outras sociedades, os acionistas e o público em geral;
- g. garantir a execução permanente de ações de melhoria socioambiental e climática por parte da Empresa;
- h. presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- i. dirigir a formulação da política de Gestão de Processos e de Riscos;
- j. orientar as ações da Secretaria Geral e do Chefe de Gabinete do Diretor-Presidente.

Assessoria de Comunicação Social e Marketing (ACS)

Responsabilidades:

- a. desenvolver as políticas de comunicação e marketing da Empresa e de concessão de patrocínio institucional, submetendo-as à apreciação do Diretor-Presidente e da Diretoria Executiva;
- b. assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva nos assuntos relacionados à comunicação social, marketing institucional e concessão de patrocínio institucional;
- c. planejar, executar e avaliar atividades de comunicação e marketing (jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas) e de concessão de patrocínio institucional;
- d. manter canais de comunicação com os públicos interno e externo, com o objetivo de informar, esclarecer e fortalecer a imagem, reputação e credibilidade institucional;
- e. coordenar a publicação institucional da Empresa;
- f. coordenar, planejar e executar os eventos da Empresa;
- g. representar a Empresa junto à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM), nas questões referentes a publicidade, jornalismo, relações públicas e concessão de patrocínio institucional;

- h. coordenar a participação da Empresa em eventos promocionais, culturais e institucionais externos, nos quais é patrocinadora, tais como: elaboração, montagem e serviço de recepção do "stand" e apresentação de programas institucionais em feiras; e
- i. desenvolver ações coordenadas com os demais departamentos/assessorias visando a utilizar os meios de comunicação para fortalecer o relacionamento institucional e as práticas de responsabilidade social;
- j. gerenciar o conteúdo da página da Eletrosul na Internet.
- k. coordenar o planejamento das atividades vinculadas à promoção das políticas de gênero.

Assessoria de Gestão Empresarial (ASG)

Responsabilidades:

- a. promover ações para a incorporação das melhores práticas de governança corporativa;
- b. promover a gestão do desempenho empresarial e a disseminação das práticas associadas;
- c. administrar o processo de Avaliação da Administração Superior, bem como reportar o resultado aos públicos de interesse;
- d. promover o alinhamento estratégico das decisões da Administração Superior;
- e. gerenciar a elaboração e implementação do Sistema de Gestão Empresarial, incluindo o Plano Estratégico;
- f. subsidiar o processo de tomada de decisão da Diretoria Executiva nos assuntos relacionados à gestão empresarial;
- g. gerenciar a execução dos planos de negócio decorrentes do Plano Estratégico;
- h. promover a gestão das informações empresariais estratégicas e sua divulgação aos públicos de interesse;
- i. gerenciar o desenvolvimento e a implementação da Gestão Ambiental Empresarial;
- j. gerenciar a implementação de ações relacionadas às Estratégias Climáticas;
- k. administrar a implementação da Gestão Orientada por Processos;
- l. administrar o desenvolvimento e a implementação da Gestão da Satisfação dos Clientes;
- m. secretariar o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul (CSEE);
- n. coordenar o Comitê Estratégico de Investimento (CEI);
- o. coordenar a implementação da Política de Gestão de Riscos;
- p. coordenar e acompanhar a aplicação, na Empresa, da metodologia de gestão de riscos corporativos e controles internos;
- q. coordenar a elaboração de Planos de Ação para eliminação de não-conformidades e implementação de melhorias nos processos;
- r. avaliar e monitorar a estrutura de controles internos da Empresa, em aderência à legislação e aos normativos internos, bem como à lei americana Sarbanes - Oxley;
- s. assessorar a Diretoria Executiva em assuntos internos e externos relacionados a governança corporativa, gestão empresarial, sustentabilidade, riscos e controles internos.

Assessoria de Responsabilidade Social (ARS)

Responsabilidades:

- a. assessorar o Diretor-Presidente e a Diretoria Executiva nos assuntos vinculados à Responsabilidade Social;
- b. desenvolver e propor práticas de Responsabilidade Social para a Empresa;
- c. gerenciar a execução e o acompanhamento da Política de Investimento Social;
- d. gerenciar o desenvolvimento de atividades vinculadas ao Programa Casa Aberta;
- e. coordenar o desenvolvimento do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul;
- f. gerenciar o Projeto Hortas Comunitárias;

- g. coordenar as atividades vinculadas ao Programa Voluntariado Empresarial incentivando o desenvolvimento de práticas entre os empregados;
- h. coordenar os processos do Programa Eletrosul de Doações;
- i. disseminar o conceito de responsabilidade social no âmbito da Empresa, dos novos empreendimentos e das localidades com prospecção de negócios;
- j. desenvolver e propor procedimentos para a concessão de patrocínio social da Empresa, de acordo com a legislação vigente;
- k. gerenciar o planejamento e a execução das ações sociais da Empresa alinhadas aos Programas do Governo Federal;
- l. gerenciar a análise das solicitações de patrocínio social de acordo com as diretrizes da Política de Investimento Social;
- m. promover ações, projetos e/ ou programas vinculados às políticas de gênero e diversidade;
- n. gerenciar o Programa das Ações Integradas da Empresa, vinculadas ao Programa Luz para Todos do Governo Federal;
- o. gerenciar a elaboração de diagnósticos socioeconômicos das comunidades localizadas no em torno dos novos empreendimentos e de prospecção de negócios;
- p. representar a Empresa junto a órgãos ou entidades públicos e/ou privados, nos assuntos vinculados à responsabilidade social;
- q. consolidar as informações e dados estatísticos da aplicação do Investimento Social da Empresa.

Ouvidoria Geral (OVGE)

Responsabilidades:

- a. ouvir e/ou receber, cadastrar, analisar e responder as manifestações recebidas dos públicos interno e externo, sobre a atuação da Empresa;
- b. encaminhar as manifestações recebidas à(s) área(s) da Empresa responsável(is) pelo assunto para os devidos esclarecimentos, quando for o caso, garantindo a segurança e o sigilo quanto à origem do manifestante;
- c. coordenar a análise das manifestações recebidas junto às áreas responsáveis pelo assunto, visando identificar oportunidades de melhoria no processo;
- d. encaminhar resposta ao manifestante, contribuindo para o fortalecimento da imagem e credibilidade da Empresa junto aos públicos interno e externo;
- e. manter a Diretoria Executiva informada sobre fatos relevantes e manifestações recebidas dos públicos interno e externo, bem como sobre as atividades desenvolvidas pela Ouvidoria;
- f. intermediar as divergências que porventura surjam quanto à apuração de fatos e resposta às manifestações recebidas pela Ouvidoria, nos termos da legislação em vigor, interagindo com as partes interessadas e/ou envolvidas no processo em análise, sejam estas interna ou externa à Empresa;
- g. garantir a imparcialidade na apuração de fatos e respostas aos manifestantes;
- h. participar da apuração e esclarecimento de denúncias públicas veiculadas na imprensa, contribuindo para a manutenção dos princípios éticos estabelecidos no Código de Ética da Empresa e Norma de Conduta nas Relações do Trabalho - NG-058.

Secretaria Geral (SGE)

Responsabilidades:

- a. coordenar e preparar as Assembleias Gerais dos Acionistas;
- b. secretariar as reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;

- c. divulgar os atos decorrentes das Assembleias Gerais dos Acionistas, das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- d. administrar a documentação decorrente das Assembleias Gerais dos Acionistas, das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- e. prestar assessoramento à Diretoria Executiva, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração;
- f. coordenar, na Empresa, os assuntos relativos à pauta das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
- g. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor-Presidente e da Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e legislação vigente;
- h. interagir com as áreas da Empresa, visando à condução e à análise de assuntos considerados relevantes para a administração;
- i. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos vinculados à Presidência e acompanhar, no âmbito da Empresa, os assuntos relatados pela Auditoria Interna;
- j. coordenar a elaboração e a manutenção dos aplicativos desenvolvidos no ambiente de colaboração relativos aos processos de Decisões Formais da Administração Superior e Conselho Fiscal;
- k. acompanhar o cumprimento das providências decorrentes das Decisões Formais da Administração Superior e Conselho Fiscal;
- l. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais no âmbito da Presidência;
- m. coordenar a execução das atividades concernentes ao apoio administrativo e financeiro ao Gabinete do Diretor-Presidente;
- n. coordenar a elaboração, consolidação e acompanhamento do Programa de Dispêndios Globais e o Orçamento Interno, no âmbito da Presidência.

Assessoria Jurídica (AJU)

Responsabilidades:

- a. gerenciar os assuntos de natureza jurídica da Eletrosul;
- b. gerenciar as atividades de consultoria e assessoria jurídica destinadas aos órgãos da Administração Superior e às áreas de responsabilidade da Eletrosul;
- c. gerenciar o patrocínio de causas judiciais ou administrativas, defendendo os interesses da Eletrosul, perante órgãos do Poder Judiciário e órgãos administrativos, tais como: TCU, CGU, ANEEL, IBAMA, entidades estaduais e municipais de licenciamento ambiental;
- d. gerenciar a defesa em processos judiciais e administrativos movidos contra os conselheiros, dirigentes e empregados da Eletrosul, instaurados pela prática de atos no exercício do cargo ou função, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da sociedade, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), conforme resolução da Diretoria Executiva;
- e. gerenciar o processo de controle de risco do contencioso judicial da Eletrosul;
- f. gerenciar o reporte de informações jurídicas à Administração Superior e às áreas de responsabilidade da Eletrosul.

Coordenadoria de Direito Administrativo, Ambiental e de Energia (CDAE)

Responsabilidades:

- a. coordenar as atividades de consultoria e assessoria jurídica relacionados aos ramos do Direito Administrativo, Ambiental e de Energia;

- b. coordenar o patrocínio de causas judiciais ou administrativas, defendendo os interesses da Eletrosul, perante órgãos do Poder Judiciário e órgãos administrativos, nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- c. coordenar a orientação jurídica às respostas das áreas de responsabilidade da Eletrosul no âmbito de processos administrativos de sua responsabilidade, auxiliando na interlocução dos assuntos relacionados à sua área de atuação;
- d. coordenar o controle do risco do contencioso judicial, nos assuntos relacionados a sua área de atuação, inclusive fornecendo as informações ou relatórios necessários a essa finalidade;
- e. coordenar o reporte de informações à gerência da Assessoria Jurídica da Eletrosul sobre o trâmite dos processos administrativos e judiciais afetos à sua área de atuação, orientando juridicamente sobre as decisões proferidas no âmbito desses processos;
- f. coordenar a defesa em processos judiciais e administrativos movidos contra os conselheiros, dirigentes e empregados da Eletrosul, relacionados à sua área de atuação, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), conforme resolução da Diretoria Executiva.

Coordenadoria de Direito do Trabalho, Tributário e Patrimonial (CTTP)

Responsabilidades:

- a. coordenar as atividades de consultoria e assessoria jurídica relacionados aos ramos do direito do trabalho, tributário e patrimonial;
- b. coordenar o patrocínio de causas judiciais ou administrativas, defendendo os interesses da Eletrosul, perante órgãos do Poder Judiciário e órgãos administrativos, nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- c. coordenar a orientação jurídica às respostas das áreas de responsabilidade da Eletrosul no âmbito de processos administrativos de sua responsabilidade, auxiliando na interlocução dos assuntos relacionados à sua área de atuação;
- d. coordenar o controle do risco do contencioso judicial, nos assuntos relacionados a sua área de atuação, inclusive fornecendo as informações ou relatórios necessários a essa finalidade;
- e. coordenar o reporte de informações à gerência da Assessoria Jurídica da Eletrosul sobre o trâmite dos processos administrativos e judiciais afetos à sua área de atuação, orientando juridicamente sobre as decisões proferidas no âmbito desses processos;
- f. coordenar a defesa em processos judiciais e administrativos movidos contra os conselheiros, dirigentes e empregados da Eletrosul, relacionados à sua área de atuação, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), conforme resolução da Diretoria Executiva.

Coordenadoria de Direito de Controle Externo (CDCE)

Responsabilidades:

- a. coordenar as atividades de consultoria e assessoria jurídica relacionados ao ramo do direito de controle externo;
- b. coordenar o patrocínio de causas judiciais ou administrativas, defendendo os interesses da Eletrosul, perante órgãos do Poder Judiciário e órgãos administrativos, nos assuntos relacionados a sua área de atuação;
- c. coordenar a orientação jurídica às respostas das áreas de responsabilidade da Eletrosul no âmbito de processos administrativos perante órgãos de controle externo, tais como Controladoria Geral da União (CGU) e Tribunal de Contas da União (TCU), auxiliando na interlocução com os órgãos de controle externo;
- d. coordenar o reporte de informações à gerência da Assessoria Jurídica da Eletrosul sobre o trâmite dos processos administrativos e judiciais afetos à área de direito de controle externo

e suas decisões relevantes, orientando juridicamente sobre as decisões proferidas no âmbito desses processos;

- e. coordenar o controle do risco do contencioso judicial, nos assuntos relacionados a sua área de atuação, inclusive fornecendo as informações ou relatórios necessários a essa finalidade;
- f. coordenar a defesa em processos judiciais e administrativos movidos contra os conselheiros, dirigentes e empregados da Eletrosul, decorrentes de controle externo do TCU e da CGU, nas hipóteses previstas no Estatuto Social e em Acordo Coletivo de Trabalho (ACT), conforme resolução da Diretoria Executiva.

Escritório de Brasília (ERBR)

Responsabilidades:

- a. representar a Empresa no Distrito Federal, quando por delegação expressa da Diretoria Executiva, ou os demais órgãos da Empresa, desde que solicitado;
- b. prestar assistência nas questões de ordem fiscal, jurídica, processual e administrativa junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais, no Distrito Federal, de acordo com as orientações dos órgãos competentes, resguardando os interesses da Empresa, em especial junto ao MME e ANEEL;
- c. prestar serviços de apoio ao processo de comunicação e marketing empresarial no Distrito Federal, de acordo com as orientações do órgão de comunicação e marketing;
- d. dar suporte aos empregados e familiares de empregados da Eletrosul, bem como das empresas do Sistema Eletrobras com as quais mantém convênio, nos casos de tratamento médico, hospitalar e odontológico, a serem realizados no Distrito Federal;
- e. prestar apoio no atendimento às autoridades do Setor Elétrico, quando em visita ao Distrito Federal;
- f. prestar serviços de apoio administrativo aos órgãos da Empresa, no distrito Federal, sempre que necessário ao desempenho das respectivas atribuições;
- g. acompanhar as informações estratégicas e ocorrências no Distrito Federal que possam ter reflexos nas atividades da Empresa, e comunicar à Diretoria Executiva e/ou demais órgãos envolvidos.

Diretoria de Operação (DO)

Responsabilidades:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a recepção, operação, manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. dirigir as políticas e estratégias para a implantação, operação e manutenção dos recursos de telemática operacional na empresa;
- c. apontar as necessidades de construção, repotencialização e recapacitação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, e dos sistemas de telecomunicações, sob o horizonte de análise da Operação;
- d. orientar o atendimento, de conformidade com as normas da Empresa, do apoio administrativo e representação da Eletrosul, nos Estados de Mato Grosso do Sul, Rondônia, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com exceção da Sede;
- e. dirigir e coordenar a prestação de serviços vinculados à operação e manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, e dos sistemas de telecomunicação;
- f. dirigir e coordenar a comercialização de energia elétrica das Usinas, frente aos demais agentes externos;
- g. contribuir na execução permanente de ações de melhoria socioambiental e climática por parte da Empresa.

Assessoria de Gestão da Diretoria de Operação (AGO)

Responsabilidades:

- a. consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- b. consolidar as informações gerenciais da Diretoria;
- c. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;
- d. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- e. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativo-financeiras;
- f. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais, no âmbito da Diretoria;
- g. coordenar, na Diretoria, os assuntos relativos à pauta de reuniões da Diretoria Executiva;
- h. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- i. coordenar e orientar na Diretoria, a execução das políticas de pessoal, suprimento e finanças;
- j. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor e Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e da legislação vigente;
- k. coordenar e supervisionar, na Diretoria, atividades relacionadas com engenharia de manutenção e operação, visando atender os padrões de qualidade e confiabilidade do sistema elétrico sob a responsabilidade da Empresa;
- l. coordenar o processo de celebração e gestão dos convênios junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia dos Estados de atuação da Eletrosul.

Coordenadoria da UHE Mauá (CCHM)

Responsabilidades:

- a. representar a Eletrosul junto ao Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS);
- b. acompanhar o desempenho e a execução orçamentária do empreendimento da UHE Mauá;
- c. elaborar os eventos financeiros do cronograma de pagamentos relativos à operação e manutenção da Usina, e os relatórios e demonstrações de fluxo de caixa;
- d. participar do planejamento e execução das ações administrativas e financeiras para o cumprimento dos eventos contratuais;
- e. conciliar os registros contábeis da Empresa e do Consórcio de acordo com o percentual de participação na UHE Mauá, de 49%;
- f. manter a Diretoria Executiva da Empresa informada com relação à situação econômico-financeira e patrimonial do Consórcio, bem como quanto ao cumprimento das obrigações societárias;
- g. coordenar a elaboração e alteração de contratos e convênios referentes à UHE Mauá, de interesse da Empresa;
- h. participar dos estudos e da implementação de eventuais oportunidades de negócios com terceiros relativos à UHE Mauá;
- i. atender as exigências e as demandas de informações dos diversos organismos setoriais;
- j. elaborar os demonstrativos e documentos necessários ao controle e acompanhamento do empreendimento;
- k. participar da definição, coordenação, organização e do acompanhamento das atividades relativas à segurança empresarial e patrimonial do Consórcio;
- l. elaborar os boletins de medição, atestados e certificados de cumprimento de evento contratual, e analisar as respectivas documentações de habilitação e faturamento emitidas pelos prestadores de serviços e fornecedores de bens;
- m. gerar todos os eventos econômico-financeiros, contábeis e fiscais relativos ao Consórcio, para atender às necessidades da Empresa;

- n. preparar e encaminhar processos sobre assuntos afetos as áreas de Direito do Trabalho, Tributário, Administrativo, Ambiental, Patrimonial e de Energia, afetos ao CECS e à UHE Mauá, para análise jurídica da Eletrosul;
- o. coordenar e supervisionar a identificação das interferências decorrentes da implantação da UHE Mauá e seus reflexos técnicos, sócio-ambientais e de custos;
- p. coordenar e supervisionar a elaboração de informações e especificações técnicas referentes à operação da UHE Mauá;
- q. registrar informações relativas ao CECS nos sistemas corporativos da Eletrosul;
- r. gerenciar a execução dos contratos de operação, manutenção e suporte da UHE Mauá.

Assessoria de Comercialização de Energia (ACE)

Responsabilidades:

- a. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados às estratégias de comercialização de energia elétrica;
- b. gerenciar as análises de atratividade dos negócios vinculados aos mercados Livre e Regulado, visando à tomada de decisão na comercialização de energia;
- c. gerenciar o portfólio de geração da Empresa, visando administrar o balanço energético resultante da energia própria disponível e dos contratos bilaterais firmados, de forma a maximizar os resultados decorrentes da comercialização de energia;
- d. gerenciar as atividades relacionadas a comercialização de energia elétrica quando da participação da Empresa nos leilões de energia;
- e. gerenciar a análise, elaboração e alteração, dependendo do caso, dos Contratos de Comercialização de Energia nos Mercados dos Ambientes Regulado e Livre;
- f. coordenar as análises vinculadas ao comportamento do mercado de energia elétrica brasileiro, inclusive monitorando as políticas de governo relacionadas à expansão da oferta, de forma a orientar a tomada de decisão nos negócios de geração da Empresa;
- g. acompanhar o desenvolvimento da legislação setorial, as regras de mercado e os procedimentos de comercialização de energia, bem como os mercados de créditos de carbono e subprodutos da geração de energia elétrica;
- h. gerenciar a comercialização de subprodutos da geração de energia elétrica;
- i. monitorar os resultados dos estudos de planejamento vinculados à expansão do sistema de geração brasileiro (oferta, demanda e preço);
- j. gerenciar a realização de estudos e projeções sobre o mercado e os preços de energia elétrica, bem como, pesquisa e monitoramento relativo ao Mercado Livre de Energia, inclusive a de análise das variações dos Preços de Liquidação de Diferenças (PLD) na CCEE;
- k. gerenciar o acompanhamento, junto ao ONS, do planejamento da operação da geração de curto e médio prazos e do Plano Anual de Operação Energética (PEN);
- l. gerenciar as atividades relacionadas ao Sistema de Medição para Faturamento (SMF) e Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE);
- m. gerenciar os processos no Sistema On-line de Modelagem de Ativo (SOMA);
- n. gerenciar a elaboração do relatório de medição dos empreendimentos próprios ou com participação acionária da Empresa;
- o. gerenciar as atividades de verificação e análise dos resultados da contabilização e liquidação financeira divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- p. gerenciar as atividades necessárias para a operacionalização da Liquidação Financeira na CCEE;
- q. gerenciar as operações no Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE, inclusive registro, validação e ajuste de contratos;

- r. gerenciar o faturamento de venda de energia elétrica, e processos de pagamentos de compra de energia elétrica, encargos e contribuições relacionadas às atividades de comercialização de energia;
- s. gerenciar a elaboração da proposta orçamentária e de fluxo de caixa relativa às atividades de comercialização de energia elétrica;
- t. gerenciar a elaboração de relatório periódico sobre as informações e resultados da comercialização de energia elétrica da Empresa;
- u. gerenciar os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e Contratos de Energia de Reserva) e no ambiente livre (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica).
- v. gerenciar a realização dos estudos de viabilidade de migração de unidades consumidoras da Eletrosul para o mercado livre, quando pertinente;
- w. gerenciar as atividades na CCEE relativas à gestão das unidades consumidoras da Eletrosul classificados como consumidores livres;
- x. representar a Empresa em fóruns técnicos e grupos de trabalho, relativos à projeção e acompanhamento do mercado e dos preços de energia e ao planejamento da expansão da geração;
- y. representar a Empresa junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e órgãos oficiais nas questões relativas à comercialização de energia elétrica;
- z. prestar informações acerca a comercialização de energia no tocante às auditorias internas e externas.

Coordenadoria de Gestão Comercial de Energia (CGCE)

Responsabilidades:

- a. coordenar as análises vinculadas ao comportamento do mercado de energia elétrica brasileiro, inclusive monitorando as políticas de governo relacionadas à expansão da oferta, de forma a orientar a tomada de decisão nos negócios de geração da Empresa;
- b. coordenar o portfólio de geração da empresa, visando gerenciar o balanço energético resultante da energia disponível e dos contratos firmados, de forma a maximizar os resultados decorrentes da comercialização de energia;
- c. coordenar as análises de atratividade dos negócios vinculados aos mercados Livre e Regulado, visando à tomada de decisão na comercialização de energia;
- d. coordenar as atividades relacionadas à participação da Empresa nos Leilões de Energia;
- e. representar a Empresa junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e órgãos oficiais nas questões relativas à comercialização de energia elétrica;
- f. coordenar as atividades de pesquisa e monitoramento relativas ao Mercado Livre de Energia, inclusive a de análise das variações dos Preços de Liquidação de Diferenças (PLD) na CCEE;
- g. coordenar as atividades vinculadas à comercialização de energia no Ambiente Livre, inclusive, a elaboração e alteração dos Contratos Bilaterais;
- h. coordenar a comercialização de subprodutos da geração de energia elétrica;
- i. monitorar o desenvolvimento da legislação setorial, as regras de mercado e os procedimentos de comercialização de energia, bem como os mercados de créditos de carbono e subprodutos da geração de energia elétrica;
- j. acompanhar junto ao ONS, o planejamento da operação da geração de curto e médio prazos e do Plano Anual de Operação Energética (PEN);
- k. coordenar a realização de estudos e projeções sobre o mercado e os preços de energia elétrica;

- l. representar a Empresa em fóruns técnicos e grupos de trabalho, relativos à projeção e acompanhamento do mercado e dos preços de energia e ao planejamento da expansão da geração.

Coordenadoria de Contabilização e Medição de Energia (CCME)

Responsabilidades:

- a. coordenar as atividades relacionadas ao Sistema de Medição para Faturamento (SMF) e Sistema de Coleta de Dados de Energia (SCDE);
- b. coordenar os processos no Sistema On-line de Modelagem de Ativo (SOMA);
- c. coordenar a elaboração do relatório de medição dos empreendimentos próprios ou com participação acionária da Empresa;
- d. verificar e analisar os resultados da contabilização e liquidação financeira divulgados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE);
- e. coordenar as atividades necessárias para a operacionalização da Liquidação Financeira na CCEE;
- f. realizar operações no Sistema de Contabilização e Liquidação da CCEE, inclusive registro, validação e ajuste de contratos;
- g. representar a Empresa junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e órgãos oficiais nas questões relativas à comercialização de energia elétrica;
- h. monitorar o desenvolvimento da legislação setorial, as regras de mercado e os procedimentos de comercialização de energia, bem como os mercados de créditos de carbono e subprodutos da geração de energia elétrica;
- i. coordenar o faturamento de venda de energia elétrica, e processos de pagamentos de compra de energia elétrica, encargos e contribuições relacionadas às atividades de comercialização de energia;
- j. coordenar a elaboração da proposta orçamentária e de fluxo de caixa relativa às atividades de comercialização de energia elétrica;
- k. analisar e divulgar periodicamente informações e resultados da comercialização de energia elétrica da Empresa;
- l. administrar os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado (Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado e Contratos de Energia de Reserva) e no ambiente livre (Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica).
- m. realizar estudos da viabilidade de migração de unidades consumidoras da Eletrosul para o mercado livre, quando pertinente;
- n. coordenar as atividades na CCEE relativas à gestão das unidades consumidoras da Eletrosul classificados como consumidores livres;
- o. prestar informações acerca a comercialização de energia no tocante às auditorias internas e externas.

Departamento de Operação do Sistema (DOS)

Responsabilidades:

- a. gerenciar o planejamento da operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. gerenciar a operação, em tempo real, dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- c. gerenciar o fluxo de informações referentes à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- d. gerenciar os sistemas de proteção, controle e supervisão, associados aos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;

- e. gerenciar a normatização dos procedimentos para operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- f. gerenciar a elaboração do Acordo Operativo e a análise dos contratos da operação;
- g. representar a Empresa junto aos agentes do Setor Elétrico, nos assuntos vinculados à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- h. analisar as ocorrências nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica; e
- i. elaborar estudos associados às atividades de operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica.

Divisão de Normas e Engenharia da Operação (DNEO)

Responsabilidades:

- a. elaborar e atualizar os Manuais de Operação de subestações e usinas;
- b. efetuar o treinamento operacional na aplicação dos Manuais de Operação;
- c. elaborar e atualizar os Diagramas Unifilares Operacionais de subestações e usinas;
- d. elaborar e cadastrar a identificação e posição operacional dos equipamentos e instalações;
- e. elaborar e atualizar, em conjunto com as empresas envolvidas, os Acordos Operativos;
- f. efetuar a análise dos contratos que envolvam a operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- g. coordenar a elaboração e acompanhamento dos custos referentes às atividades de operação;
- h. definir os padrões de qualidade dos procedimentos, sistemas de controle e supervisão da operação;
- i. efetuar a análise dos projetos das ampliações ou modificações nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, com vistas aos padrões de qualidade da operação;
- j. analisar os projetos das unidades operativas, no que se refere a intertravamento e controle;
- k. participar do comissionamento de ampliações, modificações e novas instalações, com vistas aos padrões de qualidade dos procedimentos, sistemas de controle e supervisão da operação;
- l. analisar a execução dos procedimentos operacionais nas ocorrências dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- m. acompanhar as indisponibilidades nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e analisar os reflexos na Receita Anual Permitida e na satisfação do cliente externo;
- n. propor, obter e avaliar índices para análise do desempenho dos equipamentos, sistemas de supervisão e controle, linhas de transmissão, usinas e equipes operacionais do sistema da Eletrosul, empresas associadas e/ou de terceiros prestadores de serviços de operação e manutenção;
- o. efetuar o cadastro e a classificação, além de manter atualizados os bancos de dados das análises de pós-operação;
- p. propor, obter e avaliar índices para análise do desempenho das interligações com outras empresas;
- q. efetuar a análise dos processos e resultados operacionais, interagindo com as áreas envolvidas, ONS e agentes de operação;
- r. efetuar o estudo e acompanhamento das recomendações de melhorias dos processos operacionais;
- s. efetuar a análise e acompanhamento do atendimento das recomendações aos processos operacionais emitidas pelo ONS, ANEEL e clientes externos;
- t. efetuar o acompanhamento das instalações, com o objetivo de aprimorar a qualidade e o atendimento das ações operacionais;
- u. elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, avaliação e estatística da operação;
- v. coordenar e elaborar relatórios de acompanhamento da operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica;
- w. manter disponibilizado o acervo documental de normatização e de pós-operação.

Divisão de Proteção e Estudos do Sistema (DPES)

Responsabilidades:

- a. gerenciar a execução da manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e de telecomunicações, bem como, o desenvolvimento, a implantação e a coordenação do sistema de administração da manutenção dos equipamentos e instalações dos sistemas de transmissão e geração da Eletrosul;
- b. elaborar e analisar estudos pré-operacionais e analisar a operação e o desempenho de equipamentos, linhas de transmissão e usinas, sob o foco sistêmico;
- c. participar de ensaios em campo para verificação do desempenho operacional e funcional de equipamentos do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, bem como da qualidade de energia;
- d. analisar novos empreendimentos quanto aos aspectos de flexibilidade operativa, confiabilidade, sistemas de proteção, controle e supervisão;
- e. testar e manter programas computacionais desenvolvidos por terceiros ou adquiridos pela Empresa, bem como desenvolver programas auxiliares de pequeno porte, voltados à aplicação nas áreas de estudos elétricos e proteção de sistemas;
- f. administrar o banco de dados de características e limitações elétricas dos equipamentos e linhas do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- g. realizar estudos de superação de equipamentos e instalações do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- h. participar da elaboração dos estudos de planejamento da operação, elaborados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, e avaliar seus reflexos na Empresa;
- i. realizar estudos para subsidiar a especificação de equipamentos do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- j. determinar a capacidade operativa dos componentes do sistema de transmissão;
- k. coordenar e realizar estudos de confiabilidade, para estabelecimento da reserva de equipamentos, no horizonte da operação;
- l. calcular os ajustes e parametrizar os dispositivos de proteção e registradores de perturbações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica;
- m. definir a filosofia, critérios de ajuste e esquemas das proteções do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- n. solicitar às áreas de manutenção, testes nos relés, esquemas de proteção e sistema de supervisão da proteção, acompanhando o desenvolvimento dos mesmos, e, à área de engenharia, modificações nos esquemas de proteção e no sistema de supervisão da proteção, bem como coordenar as solicitações de modificações nos esquemas de proteção;
- o. participar em testes de dispositivos de proteção e registradores de perturbações do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, em fábrica, laboratório e campo;
- p. analisar as ocorrências no sistema de transmissão e de geração de energia elétrica, focando no desempenho da proteção e do sistema e identificação da causa do desligamento;
- q. alimentar o banco de dados do sistema integrado de análise de perturbações, com os dados estatísticos da Empresa, e elaborar relatórios estatísticos de desempenho da proteção e das causas dos desligamentos forçados dos componentes do sistema de transmissão e de geração de energia elétrica;
- r. elaborar e manter atualizados os diagramas unifilares de medição e proteção das subestações e usinas;
- s. administrar e elaborar estudos de curto-circuito no sistema de transmissão e geração de energia elétrica;

- t. participar do comissionamento de ampliações e novas instalações de transmissão e de geração, nos aspectos de proteção, supervisão da proteção e de registradores de perturbações;
- u. Definir, analisar, ajustar e solicitar a implantação de esquemas especiais de proteção e controle em equipamentos e linhas de transmissão;
- v. acompanhar a metodologia de cálculo, alocação e quantificação da reserva de potência operativa junto ao ONS, voltada às usinas da Empresa;
- w. solicitar às áreas de manutenção, testes especiais de sistemas, tais como energização e rejeição de carga em linhas de transmissão e transformadores e demais testes voltados à área de transitórios eletromagnéticos de sistemas, acompanhando o desenvolvimento dos mesmos;
- x. elaborar e manter o Banco de Dados de Linhas de Transmissão e Equipamentos, no âmbito do Departamento de Operação do Sistema;
- y. analisar e definir, com subsídios do Departamento de Manutenção do Sistema, a aplicação de sobrecarga em transformadores de potência e linhas de transmissão da Empresa.

Divisão de Operação do Sistema (DVOS)

Responsabilidades:

- a. coordenar a operação em tempo real nas subestações e usinas;
- b. coordenar o acompanhamento das condições operacionais dos equipamentos dentro dos limites e características operacionais;
- c. coordenar, elaborar e executar o programa de desligamentos e a execução de serviços em equipamentos e instalações de geração e transmissão da Eletrosul, empresas associadas e/ou terceiros, com os quais a Eletrosul compartilha serviços e instalações;
- d. coordenar a operação da rede fora da área de atuação do Operador Nacional do Sistema de Transmissão (ONS);
- e. coordenar a supervisão do Sistema de Comunicação de Dados, Voz e Medição;
- f. analisar o desempenho do sistema de supervisão, controle e comando;
- g. analisar as ocorrências de tempo real e a programação das solicitações de intervenções nos equipamentos e linhas de transmissão e geração que envolvem o sistema da Eletrosul;
- h. coordenar, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, o programa de treinamento, certificação e acompanhamento comportamental para os operadores das usinas, Centros Regionais de Operação de Instalações e Centro de Operação do Sistema Eletrosul;
- i. coordenar e elaborar o Programa Mensal de Desligamento (PMD);
- j. coordenar o desenvolvimento de rotinas, sistemáticas e ferramentas para melhorar a performance dos sistemas de solicitações de intervenção e gerenciamento da operação em tempo real;
- k. analisar, em conjunto com as áreas de estudos elétricos e energéticos, as implicações operativas de desligamentos solicitados, determinando configurações e condições mais adequadas à realização dos serviços;
- l. coordenar o repasse, às áreas de manutenção e expansão, dos critérios e procedimentos referente à análise, programação e execução de desligamentos no sistema Elétrico;
- m. coordenar a elaboração e análise dos relatórios operacionais, diários e mensais, das subestações e, por meio destes, acompanhar as pendências, as execuções de pedidos de serviços e as alterações realizadas nas subestações e usinas sob sua responsabilidade;
- n. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão localizados em sua área de atuação;
- o. zelar pelo cumprimento das normas técnicas de segurança durante a execução de serviços nas instalações da Eletrosul;

- p. coordenar, controlar, comandar e executar a operação dos reservatórios, em regime normal de operação, nas usinas sob a responsabilidade da Eletrosul, resguardando a segurança dos reservatórios;
- q. coordenar, acompanhar e elaborar a programação energética das usinas da Eletrosul, representando-a junto aos demais agentes do setor elétrico;
- r. coordenar o programa diário de geração, programa de intervenções em usinas, produção e defluência, relativos ao programa diário de carga e frequência;
- s. representar a Eletrosul junto aos agentes do setor elétrico nos assuntos voltados a operação do sistema e em eventos e atividades em sua área de atuação;
- t. coordenar as Comissões de Emergência de usinas da Eletrosul;
- u. analisar restrições de ordem ambiental e de uso múltiplo da água, que possam interferir na formulação dos planos e programas de operação;
- v. efetuar estudos hidrometeorológicos e de dados hidráulicos operativos, necessários à operação do sistema, e informar as restrições hidráulicas temporárias para a operação dos reservatórios da Eletrosul;
- w. coordenar a elaboração e execução orçamentária dos custos e investimentos em sua área de atuação;
- x. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como o desenvolvimento de ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;
- y. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- z. coordenar a programação, execução e fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- aa. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;
- bb. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Operação de Instalações de Porto Velho (COCPV)

Responsabilidades:

- a. controlar e executar a operação em tempo real das Subestações de sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades relacionadas a inspeções e testes periódicos operacionais das subestações e serviços auxiliares;
- c. programar, controlar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão de energia elétrica nas instalações teleassistidas, quando necessário;
- d. acompanhar testes de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão de sua área de atuação;
- e. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, localizados em sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à execução da operação e infraestrutura;
- g. programar e executar ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;
- h. programar e executar ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos, em sua área de atuação;

- i. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Operação de Instalações de Campos Novos (COCNO)

Responsabilidades:

- a. controlar e executar a operação em tempo real das Subestações de sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades relacionadas a inspeções e testes periódicos operacionais das subestações e serviços auxiliares;
- c. programar, controlar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão de energia elétrica nas instalações teleassistidas, quando necessário;
- d. acompanhar testes de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão de sua área de atuação;
- e. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, localizados em sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à execução da operação e infraestrutura;
- g. programar e executar ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;
- h. programar e executar ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos, em sua área de atuação;
- i. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Operação de Instalações de Nova Santa Rita (CONSR)

Responsabilidades:

- a. controlar e executar a operação em tempo real das subestações de sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades relacionadas a inspeções e testes periódicos operacionais das subestações e serviços auxiliares;
- c. programar, controlar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão de energia elétrica nas instalações teleassistidas, quando necessário;
- d. acompanhar testes de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão de sua área de atuação;
- e. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, localizados em sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à execução da operação e infraestrutura;
- g. programar e executar ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;

- h. programar e executar ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos, em sua área de atuação;
- i. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro de Operação do Sistema Elétrico da Eletrosul (COSEE)

Responsabilidades:

- a. supervisionar e controlar as condições operacionais dos equipamentos dentro dos seus limites e características;
- b. supervisionar, comandar e executar ações no programa diário de geração, relativas à operação de usinas;
- c. supervisionar, controlar, comandar e executar a operação dos reservatórios, em regime normal de operação, resguardando a segurança;
- d. supervisionar e atuar no programa diário de operação, programa de intervenções em usinas e despacho de geração, em comum acordo com o ONS, quando necessário;
- e. analisar, em conjunto com as áreas de estudos elétricos e energéticos, as implicações operativas de desligamento em urgência e/ou emergência, determinando as configurações e condições mais adequadas para o sistema da Empresa, observando a segurança das pessoas envolvidas e do sistema;
- f. acompanhar as ocorrências em tempo real no sistema de transmissão e geração e coordenar a execução dos trabalhos das equipes de operação;
- g. coordenar e executar o controle de tensão das instalações no sistema da Empresa;
- h. coordenar o restabelecimento das condições adequadas da rede pós distúrbio, minimizando o tempo de indisponibilidade dos componentes da Empresa;
- i. coordenar as manobras programadas quanto à sua conformidade com o Manual de Operação e quanto à situação contingencial do sistema, adequando-as, se for o caso, à realização dos serviços solicitados;
- j. elaborar e supervisionar as manobras de energização de novos equipamentos nas subestações da Empresa, definindo juntamente com a equipe da comissão de testes as sequências de manobras a serem executadas na etapa de testes;
- k. comandar e executar as rotinas de operação na sala de controle do COSE, tais como: sistemáticas de intervenção, acompanhamento de ferramentas computacionais, sistema de supervisão, controle e comando, sistema de comunicação e gravação de voz, dados de medições;
- l. zelar pelo cumprimento de normas de segurança e das instruções do Manual de Operação, primando pela segurança das pessoas e dos equipamentos;
- m. elaborar o Relatório Diário de Operação do Sistema (RDOS);
- n. elaborar as escalas de turno e supervisionar o seu cumprimento;
- o. supervisionar e operar os equipamentos principais e auxiliares dentro dos limites de segurança, de acordo com instruções específicas para cada equipamento da subestação do edifício Sede, usinas e subestações coletoras;
- p. propor melhorias nas rotinas, sistemáticas e ferramentas de suporte ao tempo real.

Centro Regional de Operação de Instalações de Blumenau (COBLU)

Responsabilidades:

- a. controlar e executar a operação em tempo real das subestações de sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades relacionadas a inspeções e testes periódicos operacionais das subestações e serviços auxiliares;
- c. programar, controlar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão de energia elétrica nas instalações teleassistidas, quando necessário;
- d. acompanhar testes de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão de sua área de atuação;
- e. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, localizados em sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à execução da operação e infraestrutura;
- g. programar e executar ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;
- h. programar e executar ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos, em sua área de atuação;
- i. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Operação de Instalações de Londrina (COLON)

Responsabilidades:

- a. controlar e executar a operação em tempo real das subestações de sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades relacionadas a inspeções e testes periódicos operacionais das subestações e serviços auxiliares;
- c. programar, controlar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão de energia elétrica nas instalações teleassistidas, quando necessário;
- d. acompanhar testes de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão de sua área de atuação;
- e. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, localizados em sua área de atuação;
- f. desenvolver estratégias e planos de ação para a execução e acompanhamento das atividades vinculadas à execução da operação e infraestrutura;
- g. programar e executar ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental, bem como das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, em sua área de atuação;
- h. programar e executar ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos, em sua área de atuação;
- i. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. representar a Empresa como preposto em demandas judiciais;

- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Departamento de Manutenção e Apoio à Operação (DMO)

Responsabilidades:

- a. gerenciar a execução da manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e de telecomunicações, bem como, o desenvolvimento, a implantação e a coordenação do sistema de administração da manutenção dos equipamentos e instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação da Eletrosul;
- b. gerenciar a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. gerenciar a execução do comissionamento de novas instalações dos sistemas de transmissão e geração;
- d. gerenciar o atendimento aos requisitos de preservação do meio ambiente e execução do monitoramento ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações da Empresa;
- e. gerenciar e desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- f. gerenciar questões fundiárias dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações da Empresa, referentes a embargos, invasões de faixas de domínio e danos provocados por terceiros;
- g. gerenciar as atividades relativas aos recursos de manutenção alocados nas oficinas das regionais;
- h. gerenciar os contratos de locação e comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os contratos de prestação de serviços de operação e manutenção a terceiros;
- i. gerenciar os contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. gerenciar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros.

Divisão Regional do Paraná (DRPR)

Responsabilidades:

- a. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e a execução das atividades fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos

- pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
 - h. coordenar a programação e execução das atividades relativas aos recursos de manutenção alocados nas oficinas da Regional;
 - i. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
 - j. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
 - k. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
 - l. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
 - m. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
 - n. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Areia (CRARE)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Londrina (CRLON)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Divisão Regional de Santa Catarina (DRSC)

Responsabilidades:

- a. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e a execução das atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;

- g. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
- i. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- l. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- m. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Capivari de Baixo (CRCAP)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Joinville (CRJOI)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Divisão de Coordenação Técnica e Administrativa (DCTA)

Responsabilidades:

- a. coordenar o planejamento e controlar as atividades de manutenção e apoio à operação;
- b. coordenar e supervisionar as atividades de manutenção e apoio à operação, capacitação e comissionamento de novas instalações;
- c. coordenar a participação nas pesquisas e na implantação de novas metodologias de manutenção, visando à melhoria permanente, em conjunto com as Divisões de Engenharia de Manutenção do Departamento de Engenharia de Manutenção;
- d. coordenar e controlar o andamento das recomendações relacionadas com a manutenção, oriundas de relatórios de ocorrências no Sistema de Transmissão e de Geração;
- e. gerenciar junto às áreas da Sede, as solicitações relacionadas a assuntos administrativos, financeiros (contábil e orçamentário), de suprimento e de informática, feitas pelas Divisões Regionais do Departamento;
- f. prestar suporte à área de negócios, na análise de contratos e definição de orçamentos relacionados à área de manutenção;
- g. realizar a gestão econômica dos desligamentos das instalações de transmissão, para a mitigação dos impactos da Parcela Variável;
- h. desenvolver e aprimorar os sistemas de informação da manutenção e apoio à operação;

- i. coordenar o desenvolvimento de índices para avaliação do desempenho das instalações e das equipes de manutenção e apoio à operação;
- j. consolidar as informações para envio aos órgãos de fiscalização (ONS, ANEEL) em atendimento aos Procedimentos de Rede;
- k. manter o controle e a guarda do acervo de Instruções de Manutenção, que compõem os Manuais de Manutenção e promover a sua publicação, distribuição e controle de atualizações;
- l. coordenar o levantamento de informações do sistema informatizado de gestão de ativos, através de inspeções nas subestações e usinas;
- m. controlar o orçamento global (investimento e custeio) do Departamento;
- n. coordenar o atendimento e respostas às recomendações dos Relatórios de Auditoria Interna;
- o. coordenar o processo de elaboração, atualização e inspeção dos Planos de Contingências;
- p. controlar os dados referentes ao estoque de equipamentos reserva, zelando pela qualidade das informações dos almoxarifados da manutenção;
- q. coordenar o atendimento aos requisitos de preservação do meio ambiente e execução do monitoramento ambiental de Usinas e demais instalações em operação da Empresa;
- r. coordenar o atendimento das questões fundiárias referentes a embargos, invasões de faixas de domínio e danos provocados por ação de terceiros.

Divisão Regional de Rondônia (DRRO)

Responsabilidades:

- a. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e a execução das atividades fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
- i. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;

- l. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- m. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Divisão Regional do Mato Grosso do Sul (DRMS)

Responsabilidades:

- a. programar, coordenar e executar a manutenção e inspeção das subestações, usinas e linhas de transmissão de sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- c. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- d. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e a execução das atividades fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e servidão da Empresa em sua área de atuação;
- g. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- h. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- i. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
- j. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- k. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- l. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- m. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- n. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina de São Domingos (CRUSD)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;

- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Dourados (CRDOU)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Divisão Regional do Rio Grande do Sul (DRRS)

Responsabilidades:

- a. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e a execução das atividades fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. coordenar a programação e execução das atividades relativas aos recursos de manutenção alocados nas oficinas da Regional;
- i. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
- j. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- k. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- l. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- m. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- n. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Sant'Ana do Livramento (CRLIV)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;

- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Farroupilha (CRFAR)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santa Vitória do Palmar (CRSVP)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Divisão Regional do Oeste (DROE)

Responsabilidades:

- a. coordenar a programação e a execução das atividades de manutenção de equipamentos de subestações e usinas, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. coordenar a programação e a execução das atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. coordenar a programação e a execução dos ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. coordenar a programação e execução das ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. coordenar a programação e a execução das atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. coordenar a programação e execução das ações para atendimento aos requisitos de preservação ambiental dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, desenvolver ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;

- g. coordenar a programação e execução das ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. coordenar os contratos de locação e de comodato de bens e/ou direitos de natureza imobiliária e mobiliária, e os de prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) a terceiros;
- i. coordenar a programação, a execução e a fiscalização dos contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- j. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- k. coordenar a execução dos serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- l. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- m. coordenar a programação e execução das práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Santo Ângelo (CRSAN)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação a Usina Passo São João (CRUPJ)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Laranjeiras do Sul (CRLAR)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou

usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;

- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Campos Novos (CRCNO)

Responsabilidades:

- a. programar e executar as atividades de manutenção de equipamentos de subestações, serviços auxiliares, linhas de transmissão, sistemas de proteção e controle, sistemas digitais e telecomunicações, em sua área de atuação;
- b. programar e executar as atividades de apoio à operação dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica nas instalações teleassistidas;
- c. programar e executar os ensaios de comissionamento de novas instalações e ampliações dos sistemas de transmissão e geração de sua área de atuação;
- d. programar e executar ações para conservação do patrimônio e segurança das instalações dos sistemas de transmissão, geração e telecomunicação localizados em sua área de atuação;
- e. programar e executar as atividades de fiscalização e preservação ambiental de áreas de propriedade e de servidão da Empresa em sua área de atuação;
- f. programar e executar as ações para o atendimento aos requisitos de preservação ambiental e o monitoramento dos sistemas de transmissão, geração e demais instalações, bem como, das ações compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais produzidos pelos empreendimentos em operação, atividades e ações da Empresa em sua área de atuação;
- g. programar e executar as ações administrativas e judiciais para desembargo e/ou desocupação dos bens imóveis e faixas de domínio, quando de eventuais embargos e/ou usos e ocupações irregulares após a entrada em operação dos empreendimentos em sua área de atuação;
- h. programar e fiscalizar a execução de contratos de serviços e de obras de adição sob sua responsabilidade;
- i. representar a Empresa em eventos e atividades em sua área de atuação;
- j. executar os serviços administrativos da Área em processos relacionados a administração de pessoal, suprimentos, transporte e serviços gerais, entre outros;
- k. representar a Eletrosul como preposto em demandas judiciais;
- l. programar e executar as práticas de saúde ocupacional e segurança no trabalho, na execução das atividades pertinentes à sua área de atuação.

Departamento de Engenharia de Manutenção (DEM)

Responsabilidades:

- a. gerenciar os planos de manutenção, desenvolvendo e implantando novos métodos e procedimentos;
- b. gerenciar a análise das ocorrências nos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. gerenciar os contratos de serviços de grande porte ou de aquisições necessárias para a integridade e confiabilidade do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;

- d. administrar o Banco de Dados da Manutenção;
- e. gerenciar a execução de inspeções e ensaios em subestações, usinas, laboratórios, fábricas, oficinas e instalações de terceiros;
- f. promover as melhorias nas fases de projeto de novas instalações e/ou ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa;
- g. administrar comissões de testes de ampliações e/ou novos empreendimentos;
- h. gerenciar a definição de critérios de dimensionamento e logística de materiais e sobressalentes, bem como, das equipes de manutenção executiva;
- i. gerenciar a participação em pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias, novos métodos e técnicas de planejamento, incluindo projetos de P&D aprovados pela Empresa;
- j. representar a Empresa junto às entidades do setor elétrico, nos assuntos vinculados à manutenção dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica.

Divisão de Engenharia de Manutenção de Geração (DEMG)

Responsabilidades:

- a. coordenar e avaliar o desempenho das manutenções de equipamentos de unidades geradoras, sistemas de controle, serviços auxiliares e instalações civis das usinas geradoras;
- b. coordenar a análise, supervisão e/ou participar da execução de intervenções em equipamentos (correções, alterações e/ou modificações) que visem colocar os equipamentos de geração em disponibilidade para operação;
- c. coordenar as tratativas necessárias para manutenção dos equipamentos de geração em garantia;
- d. coordenar o desenvolver e/ou pesquisar novos métodos e técnicas de manutenção visando à atualização e aprimoramento dos serviços, através de estudos e ensaios em campo, junto aos fabricantes e em laboratórios, para as usinas geradoras;
- e. coordenar a emissão de laudos e pareceres técnicos dos equipamentos, sistemas de controle, de serviços auxiliares e instalações civis de usinas geradoras;
- f. coordenar o acompanhamento e/ou participar de todas as fases de projeto de novas instalações e ampliações responsabilizando-se pela análise e pela emissão de pareceres técnicos, sob o ponto de vista de manutenção de equipamentos e instalações civis de usinas geradoras;
- g. coordenar a participação no desenvolvimento do projeto e da montagem de equipamentos e instalações civis de usinas geradoras que envolvam novas tecnologias;
- h. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, a orientação técnica às equipes de manutenção para realização de comissionamento de novas instalações e ampliações de usinas geradoras;
- i. coordenar a elaboração de normas e instruções de manutenção de equipamentos e instalações civis de usinas geradoras;
- j. coordenar e propor os critérios e o dimensionamento de materiais de reserva/sobressalentes, para a manutenção das usinas geradoras;
- k. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionadas a equipamentos e instalações civis de usinas geradoras;
- l. coordenar a elaboração de especificações técnicas para contratação de serviços, aquisições, equipamentos e materiais para manutenção de equipamentos e instalações civis de usinas geradoras;
- m. coordenar a participação das inspeções em fábrica de equipamentos de usinas geradoras;
- n. coordenar implantação de projetos de modificações em equipamentos e instalações civis de usinas geradoras, atendendo necessidades detectadas pelas áreas de campo ou pela análise do órgão de Engenharia de Manutenção;

- o. coordenar, propor ou supervisionar ensaios especiais em laboratórios, oficinas, fábricas ou usinas geradoras;
- p. coordenar o suporte técnico a outras áreas da Empresa nos serviços de manutenções de equipamentos e instalações civis de usinas geradoras.

Divisão de Engenharia de Manutenção de Equipamentos (DEME)

Responsabilidades:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho dos equipamentos eletromecânicos de subestações e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. administrar o banco de dados institucional referente a equipamentos eletromecânicos de subestações, visando ao controle das parametrizações, ajustes dos equipamentos eletromecânicos de subestações;
- d. coordenar a emissão de relatórios, recomendações, laudos e pareceres técnicos relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- e. coordenar a elaboração dos critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- f. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de equipamentos eletromecânicos de subestações;
- g. coordenar a elaboração e aplicação dos módulos de testes, quando do comissionamento de novas instalações, recapacitações, projetos de modificações e melhorias, relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- h. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapacitações, repotencializações e melhorias, em oficinas, laboratórios e subestações;
- i. coordenar os atendimentos emergenciais, relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- j. coordenar e/ou prestar suporte técnico às equipes de manutenção executiva em atividades relacionadas à manutenção de equipamentos eletromecânicos de subestações;
- k. coordenar a elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais e componentes relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- l. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de Engenharia de Expansão da Empresa, relacionados a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- m. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de manutenção de equipamentos eletromecânicos de subestações;
- n. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionadas a equipamentos eletromecânicos de subestações, incluindo projetos de P&D aprovados pela Empresa;
- o. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionadas a equipamentos eletromecânicos de subestações;
- p. coordenar o desenvolvimento de referências metrológicas nas áreas físico-química e mecânica;
- q. coordenar a execução das atividades de rotina dos laboratórios de alta tensão, físico-químico e eletromecânico;
- r. coordenar ensaios elétricos rotineiros e especiais em subestações, usinas, laboratórios, oficinas e instalações de terceiros, relacionados a equipamentos eletromecânicos e instalações civis de subestações e usinas, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;

- s. coordenar a implantação dos sistemas de monitoramento de equipamentos eletromecânicos de subestações, no âmbito da engenharia de manutenção;
- t. coordenar as atividades da oficina central, relacionada a revitalização de equipamentos eletromecânicos de subestações e a regeneração de fluidos isolantes.

Divisão de Engenharia de Manutenção de Linhas de Transmissão (DEML)

Responsabilidades:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- b. promover a análise das ocorrências e do desempenho das linhas de transmissão, e definir medidas corretivas, preventivas e preditivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em linhas, laboratórios e instalações de terceiros, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapitações, repotencializações e melhorias relacionadas as linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- e. coordenar os atendimentos emergências, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- f. coordenar a elaboração dos critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- g. coordenar estudos de viabilidade, elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, relacionados a linhas de transmissão;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa, relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos para as equipes de manutenção;
- j. administrar o banco de dados institucional referente a linhas de transmissão;
- k. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;
- l. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionados a linhas de transmissão e parte aérea de subestações, incluindo projetos de P&D aprovados pela empresa;
- m. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionados a linhas de transmissão;
- n. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de linhas de transmissão;
- o. promover o levantamento e edição de dados de geoprocessamento de torres e acessos de linhas de transmissão em operação;
- p. coordenar a elaboração de especificações técnicas, orçamentos e fiscalização, em relação aos contratos de supressão de vegetação e recuperação de acessos em linhas de transmissão;
- q. coordenar a participação nas atividades de inspeção, levantamento topográfico em faixa de servidão de linhas de transmissão em operação, bem como, a realização de análise técnica relacionada a travessias e solicitação aos proprietários quanto à retirada de benfeitorias e obstáculos construídos dentro da faixa de servidão.

Divisão de Engenharia de Manutenção de Medição, Proteção e Controle (DEMP)

Responsabilidades:

- a. coordenar o desenvolvimento e a implantação de novos métodos e procedimentos de manutenção, relacionadas a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação, dispositivos de telecomunicação, telecontrole, teleproteção, em subestações, estações repetidoras e usinas;
- b. promover a análise das ocorrências e desempenho dos sistemas e dispositivos de proteção, sistemas e dispositivos de comunicação e definir medidas corretivas e preventivas;
- c. coordenar a execução de ensaios elétricos especiais em subestações, usinas, laboratórios, oficinas e instalações de terceiros, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação, sistemas e dispositivos de telecomunicação de subestações, estações repetidoras e usinas, inclusive inspeções e ensaios realizados em fábrica;
- d. promover o desenvolvimento de estudos, projetos, execução de recapitações, repotencializações e melhorias, em laboratórios elétricos, em sistemas de telecomunicação de subestações e usinas;
- e. coordenar atendimentos emergenciais, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação e em sistemas de telecomunicação de subestações, estações repetidoras e usinas;
- f. coordenar e propor os critérios de dimensionamento, controle, logística e manutenção de materiais e peças reservas, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição e sistemas de telecomunicação;
- g. coordenar a elaboração de especificações técnicas para a contratação de serviços e/ou fornecimento de materiais, sistemas, dispositivos e componentes de proteção e controle e de telecomunicação;
- h. promover a participação nos projetos de novas instalações e ampliações, fornecendo subsídios técnicos aos órgãos de engenharia de expansão da Empresa, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação e sistemas de telecomunicação de subestações, estações repetidoras e usinas;
- i. promover, em conjunto com o órgão de Gestão de Pessoas, treinamentos técnicos às equipes de manutenção;
- j. administrar o banco de dados institucional referente a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia e instrumentação de subestações, estações repetidoras e usinas;
- k. coordenar a elaboração de recomendações técnicas visando à normatização dos procedimentos de manutenção;
- l. coordenar a participação nas comissões de testes necessárias à colocação em operação de novos empreendimentos e/ou ampliações;
- m. participar de pesquisas, estudos, análises, novos ensaios e implantações de novas tecnologias relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação, sistemas e dispositivos de telecomunicação, telecontrole, teleproteção e supervisão de subestações, estações repetidoras e usinas, incluindo projetos de P&D aprovados pela Empresa;
- n. representar a Empresa nas entidades e comitês técnicos nacionais e internacionais, relacionados a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação e sistemas de telecomunicação de subestações, estações repetidoras e usinas;
- o. coordenar e propor critérios de dimensionamento e logística de equipes de manutenção executiva de sistemas de proteção, controle e sistemas de telecomunicação;

- p. coordenar a elaboração dos módulos de testes, quando do comissionamento de novas instalações, recapacitações, projetos de modificações e melhorias, relacionadas a sistemas e dispositivos de proteção, controle, supervisão, medição, metrologia, instrumentação e sistemas de telecomunicação de subestações, estações repetidoras e usinas;
- q. administrar a Central de Manutenção, visando ao controle das parametrizações, ajustes, lógicas e softwares instalados nos dispositivos de medição, proteção, controle, supervisão e sistemas de telecomunicação de subestações estações repetidoras e usinas;
- r. administrar o Programa Anual de Manutenção da Medição de Energia;
- s. coordenar as referências metrológicas na área Elétrica, junto ao INMETRO;
- t. coordenar e supervisionar manutenções preventivas e corretivas em sistemas de telecomunicação, de subestações, usinas e estações repetidoras.

Departamento de Telemática (DTL)

Responsabilidades:

- a. gerenciar as atividades de planejamento, especificação, projeto, aquisição, implantação e administração das estações de trabalho, servidores corporativos, sistemas de armazenamento e backup de dados e sistemas de rede de dados da Empresa, englobando os serviços de base de dados, armazenamento e cópia de segurança da base de dados, DNS, DHCP, antivírus, Internet, autenticação e acesso seguro de usuários a rede de dados e softwares básicos;
- b. gerenciar as atividades de planejamento, especificação, projeto, aquisição, implantação e administração dos sistemas de comunicação móvel, telefonia fixa, supervisão de imagens (patrimonial e operacional das áreas descentralizadas, usinas e subestações) e videoconferência, bem como todos os dispositivos inteligentes;
- c. gerenciar as atividades de planejamento, especificação, projeto, aquisição, instalação e administração da infraestrutura de telemática, voltados a ampliação da capacidade dos ambientes em operação;
- d. gerenciar a implantação de melhorias funcionais e o desenvolvimento de novas soluções de projeto da infraestrutura de telemática, buscando ampliar o nível de desempenho e promover a constante atualização tecnológica dos sistemas em operação;
- e. administrar as representações externas a empresa, junto aos órgãos públicos e privados visando a regularização dos sistemas e serviços de telemática e participações em grupos de pesquisa e estudos sobre tecnologias voltadas a sistemas e serviços de telemática;
- f. gerenciar e prospectar novas oportunidades de negócios na prestação de serviços de telemática;
- g. gerenciar a elaboração e administração do plano de contingências e da estratégia de segurança da Empresa relacionados a infraestrutura e aos serviços de telemática;
- h. gerenciar a operação e o suporte para infraestrutura e serviços de telemática, visando atender áreas e processos da Empresa, dentro dos níveis de serviço acordados;
- i. gerenciar a administração dos ambientes computacionais, corporativo e industrial em operação, garantindo o acesso seguro aos usuários;
- j. gerenciar a padronização dos serviços de telemática, garantindo a operabilidade dos sistemas em produção da Empresa;
- k. gerenciar o processo de aquisição de infraestrutura, equipamentos e softwares básicos voltados aos serviços de telemática;
- l. gerenciar as licenças de direito de uso de hardwares e softwares básicos dos serviços de telemática;
- m. gerenciar e implementar a Política de Segurança, visando controle de acesso, disponibilidade, integridade e a inviolabilidade dos dados sob a guarda do órgão de telemática;

- n. gerenciar a elaboração e a implementação do Plano Diretor de Telemática;
- o. gerenciar a realização do Teste de Aceitação em Fábrica (TAF) e do Teste de Aceitação em Campo (TAC) de novos equipamentos de telemática voltados a melhorias e ampliação dos ambientes em operação;
- p. gerenciar a participação quando da realização do TAF e do TAC de novos equipamentos de telecomunicação e automação voltados a ampliação do sistema elétrico;
- q. gerenciar o atendimento, através do help desk, de todas as solicitações de usuários de telemática;
- r. gerenciar, operar e administrar o acesso às informações do sistema elétrico provenientes do Sistema Supervisório da Empresa, necessárias às áreas de estudos, planejamento, pré e pós operação, engenharia de manutenção e áreas afins da Empresa, garantindo a segurança da informação e a integridade dos sistemas.

Divisão de Programação e Operação de Telemática (DPOT)

Responsabilidades:

- a. identificar as necessidades e a demanda de infraestrutura para atendimento aos serviços de telecomunicação e informática para atendimento às áreas de administração, operação e manutenção;
- b. planejar, homologar, especificar e analisar propostas de fornecedores envolvendo a implantação de melhorias na infraestrutura e recursos de telecomunicação e informática, em decorrência da análise de capacidade/disponibilidade dos serviços para atendimento a requisitos operacionais e administrativos;
- c. propor diretrizes para a programação orçamentária da infraestrutura, recursos e serviços de telecomunicação e informática em atendimento as áreas da empresa;
- d. garantir a regularização dos sistemas de telecomunicação e informática junto aos órgãos públicos em consequência de novas exigências na legislação e melhorias na infraestrutura;
- e. acompanhar os Testes de Aceitação em Fábrica (TAF) e os Testes de Aceitação em Campo (TAC), relativos a equipamentos e sistemas de telecomunicação e informática oriundos de novos empreendimentos de expansão do setor elétrico;
- f. coordenar a realização do TAF e do TAC, relativos a equipamentos e sistemas de telecomunicação e informática em decorrência da aplicação de melhorias;
- g. administrar sistemas de reparo em garantia relativos a infraestrutura que compõem os sistemas computacionais;
- h. administrar, supervisionar e operar os sistemas de infraestrutura, recursos e serviços de telecomunicação e informática que compõem o Centro de Controle de Telecomunicações, os Datacenters (principal e contingência), as redes de dados corporativa (LAN e WAN) e operacional (WAN) e os equipamentos de Quality of Service (QoS), realizando o monitoramento, a análise e o relatório de performance dos servidores, do acesso à Internet e do tráfego de dados na rede computacional e corporativa avaliando o desempenho dos roteadores, switch, appliances, servidores, storages e unidades de fitas;
- i. apoiar e proporcionar as condições para atualização e desenvolvimento profissional no estado da arte aos empregados;
- j. apoiar tecnicamente o Departamento na prospecção de novas oportunidades de negócios de prestação de serviços de telecomunicação e informática;
- k. planejar, projetar, implantar e gerenciar a segurança do acesso à rede de dados corporativa e operacional da Empresa;
- l. prospectar novas tecnologias aplicadas à infraestrutura de telecomunicação e informática;
- m. representar externamente a Eletrosul, junto a órgãos públicos e privados, no tocante a assuntos de telecomunicações e informática;

- n. estudar, prospectar e homologar padrões de softwares para as estações de trabalho e administrar as licenças de direito de uso de softwares operacionais e da cesta básica na Empresa;
- o. administrar o sistema de armazenamento de dados (storage) e o sistema de cópias de segurança (back-up);
- p. especificar, instalar, configurar e administrar o sistema de base de dados corporativo;
- q. administrar contas de usuários nos servidores e sistemas de informações em conjunto com o órgão de Gestão da Informação;
- r. administrar os servidores, estações de trabalho e infraestrutura da rede computacional corporativa prestando apoio na administração das redes locais em áreas descentralizadas;
- s. administrar os Serviços de Rede (Domain Name System - DNS, Dynamic Host Configuration Protocol - DHCP, serviço de impressão, acesso a dados e recursos);
- t. administrar o serviço de autenticação e acesso no ambiente Windows na rede;
- u. administrar o sistema de antivírus das estações de trabalho, antispam e filtro de conteúdo da Internet;
- v. planejar e administrar o acesso da Empresa à Internet;
- w. administrar e planejar a atualização dos softwares das estações de trabalho pela Rede;
- x. coordenar a elaboração da especificação técnica para a contratação de serviços de manutenção e de suporte técnico à rede computacional corporativa, sistemas de armazenamento e de base de dados e servidores.

Divisão de Supervisão e Suporte à Operação (DSSA)

Responsabilidades:

- a. coordenar o serviço de suporte técnico aos usuários e garantir as correções e melhorias nos sistemas de supervisão digital e automação de subestações, usinas e centros de controle, compreendendo sistemas scada e ems, unidades terminais remotas, concentradores de dados, gateways de comunicação e dispositivos digitais de aquisição e controle;
- b. propor e realizar melhorias funcionais, e desenvolver novas soluções de projeto para sistemas de supervisão digital e automação, buscando ampliar o nível de desempenho e promover a constante atualização tecnológica dos sistemas em operação;
- c. definir requisitos, analisar projeto, comissionar e dar aceitação final aos sistemas de supervisão digital e automação para novos empreendimentos e ampliações de subestações, usinas e centros de controle;
- d. gerenciar centralizadamente e manter atualizadas as telas de operação, e as bases de dados dos sistemas scada e ems, unidades terminais remotas, concentradores de dados, gateways de comunicação e dispositivos digitais de aquisição e controle;
- e. manter o Laboratório de Automação, Supervisão e Controle (LASC), executando em laboratório, testes de interoperabilidade, novas configurações, montagens e desenvolvimentos, visando validar instalações em campo;
- f. manter o Centro de Controle de Automação (CCA), para o acesso e o gerenciamento remoto dos sistemas de supervisão digital e automação, instalados nas subestações, usinas e centros de controle, fazendo o monitoramento contínuo do desempenho e da disponibilidade dos equipamentos, bem como, executando reparos e melhorias remotamente;
- g. manter e prover melhorias e ampliações dos serviços e de infraestrutura relacionados aos sistemas digitais de supervisão e automação para o Centro de Operação do Sistema Eletrosul (COSE), o Centro de Operação de Contingência (COC), os Centros Regionais de Operação de Instalações (CROIs), e salas de controle de subestações e usinas;
- h. controlar o acesso às informações do sistema elétrico da Eletrosul, disponíveis nos sistemas scada e ems, das subestações, usinas e centros de controle, necessárias às áreas de estudos, planejamento, pré e pós operação, engenharia de manutenção e áreas afins da Empresa, bem

como, disponibilizar acesso ao ONS e aos outros agentes do setor elétrico, garantindo a segurança da informação e a integridade dos sistemas;

- i. controlar os equipamentos, programas e contratos, associados aos sistemas de supervisão digital e automação, do ponto de vista de peças de reposição, vida útil do parque instalado, necessidades de aquisição, suporte e garantias de fornecedores e parceiros; e
- j. promover o treinamento contínuo dos usuários, principalmente operadores, dos sistemas de supervisão digital e automação de subestações, usinas e centros de controle.

Diretoria de Engenharia (DE)

Responsabilidades:

- a. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a participação da Empresa nos leilões de transmissão e geração de energia elétrica;
- b. dirigir a formulação das políticas e estratégias para construção, repotencialização e recapitação do sistema de transmissão de energia elétrica;
- c. dirigir a formulação das políticas e estratégias para a implantação das Usinas e Pequenas Centrais Hidrelétricas da Empresa;
- d. dirigir a formulação das políticas e estratégias para estudos e implementação de edificações, de urbanismo e de infraestrutura dos empreendimentos, das instalações de apoio e de segurança dos sistemas em operação;
- e. dirigir a formulação de políticas e estratégias para administração do patrimônio imobiliário da Empresa;
- f. dirigir a formulação e a implementação das políticas e estratégias socioambientais e climáticas corporativas;
- g. promover a administração e o controle da participação da Empresa nos empreendimentos em implantação;
- h. administrar a execução dos programas Luz para Todos e PRC-PRODEEM nos estados que integram a área de atuação da Empresa;
- i. dirigir a formulação das políticas e estratégias de pesquisa e desenvolvimento da Empresa.

Assessoria de Pesquisa e Desenvolvimento (APD)

Responsabilidades:

- a. coordenar as ações de inovação da Empresa;
- b. coordenar os programas de pesquisa, desenvolvimento e propriedade intelectual;
- c. coordenar atividades de monitoramento tecnológico voltadas para a inovação na Empresa;
- d. coordenar o processo de contratação e gestão de projetos de inovação, pesquisa e desenvolvimento;
- e. coordenar o processo de avaliação (ex ante e ex post) dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e propriedade intelectual em todas as instalações da Empresa;
- f. avaliar as possibilidades de comercialização de patentes e de proteção de invenções (Direito Autoral, Patente, Registro de Software);
- g. coordenar a captação de recursos no âmbito da pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, junto a entidades externas;
- h. coordenar ensaios elétricos em laboratórios, fábricas, subestações e usinas, em equipamentos destinados aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- i. coordenar a fiscalização, vistoria e o acompanhamento da conformidade da execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em laboratórios, salas de controle e pátios de manobras de subestações energizadas, inclusive em cabines de distribuição e instalações de entidades parceiras;

- j. zelar para que os conhecimentos gerados pela pesquisa e desenvolvimento sejam internalizados na Empresa;
- k. gerenciar ações junto a órgãos estaduais e municipais, ministérios, instituições acadêmicas e de pesquisa e empresas do setor elétrico e tecnológico, em assuntos voltados para a inovação, propriedade intelectual, eficiência energética e conservação de energia elétrica.

Assessoria de Gestão da Diretoria de Engenharia (AGE)

Responsabilidades:

- a. consolidar e acompanhar o Plano de Gestão da Diretoria;
- b. consolidar as informações gerenciais da Diretoria;
- c. coordenar a elaboração, consolidar e controlar os orçamentos no âmbito da Diretoria;
- d. coordenar e consolidar as manifestações dos órgãos da Diretoria no tocante às auditorias internas e de órgãos externos de controle;
- e. participar da proposição de diretrizes empresariais, políticas e estratégias administrativa-financeiras;
- f. prestar serviços de apoio administrativo e financeiro às atividades do Gabinete do Diretor;
- g. coordenar a proposição de normas, procedimentos e demais atividades organizacionais, no âmbito da Diretoria;
- h. coordenar e orientar na Diretoria, a execução das políticas de pessoal, suprimento e finanças da Empresa;
- i. coordenar na Diretoria os assuntos relativos à pauta de reuniões da Diretoria Executiva; e
- j. analisar e consolidar os processos a serem submetidos à aprovação do Diretor e Diretoria Executiva, quanto ao atendimento das normas e da legislação vigente.

Assessoria de Regulação e Negócios (ARN)

Responsabilidades:

- a. conduzir a prospecção, estruturação e desenvolvimento de novos negócios, orientando as demais áreas afetas;
- b. gerenciar o processo de formação de parcerias, participações em leilões, aquisição de projetos e participação societária da Eletrosul;
- c. assessorar o Diretor nos assuntos vinculados à formulação das políticas e estratégias da expansão do sistema de transmissão e geração de energia elétrica e da gestão patrimonial e sócio-ambiental, bem como nos assuntos vinculados a novos negócios de energia elétrica e telecomunicação;
- d. gerenciar a avaliação de novos projetos, compreendendo o mapeamento de riscos e sua correspondente mitigação;
- e. coordenar as ações relativas ao desenvolvimento de negócios afetos ao objeto social da Eletrosul, incluindo geração, transmissão, comercialização e telecomunicação;
- f. coordenar a elaboração e as alterações de contratos de concessão, de prestação de serviços de transmissão (CPST), de conexão (CCT, CCD), de uso dos sistemas de transmissão/distribuição (CUST, CUSD), de compartilhamento de instalações (CCI) e de serviços associados e outros instrumentos afim;
- g. coordenar a negociação para a utilização da infraestrutura do sistema de transmissão, geração e telecomunicação da Empresa;
- h. coordenar o relacionamento e as ações da Empresa junto às associações setoriais (ABRATE, ABRAGE, ABCE), nos assuntos referentes a Regulação e Planejamento do Setor Elétrico;
- i. coordenar as ações da Empresa junto aos órgãos reguladores, referentes a solicitação de autorização de expansão do sistema de transmissão e geração de energia elétrica;

- j. acompanhar a legislação setorial, analisar e registrar seus impactos e assessorar as diversas áreas da empresa acerca dos aspectos regulatórios pertinentes às atividades empresariais da Eletrosul;
- k. acompanhar o planejamento dos processos de licenciamento ambiental e de desapropriações dos empreendimentos a serem implantados pela Eletrosul, isoladamente ou em parceria;
- l. conduzir, no âmbito da Diretoria de Engenharia, os processos de fiscalização realizados pelos órgãos de controle regulatórios e administrativos;
- m. coordenar com as áreas afetas os processos de fiscalização promovidos pelos órgãos reguladores no que tange à implantação, operação e manutenção de empreendimentos;
- n. relacionar-se com os responsáveis pelo assessoramento jurídico prestado às Sociedades de Propósito Específico em que a Eletrosul detenha participação, coordenando as atividades correspondentes naquelas em que a Eletrosul tenha participação acionária relevante;
- o. coordenar a celebração de contratos relativos a prestação de serviços a terceiros e contratos afetos às relações setoriais;
- p. coordenar técnica e estrategicamente as áreas da Diretoria de Engenharia;
- q. prestar suporte técnico e regulatório aos processos de revisão tarifária periódica e gestão tarifária em geral da Eletrosul, gerenciando a participação nas negociações junto à ANEEL referente a solicitações de receitas de novos empreendimentos de transmissão;
- r. prestar suporte de Engenharia e Regulação, incluindo o relacionamento técnico com agentes setoriais (ONS, ANEEL, EPE, MME), estudos relacionados à autorizações/acessos, orientação técnica às áreas de engenharia, coordenação de orçamento de custos e definição de cronograma de implantação de empreendimentos, suporte técnico e regulatório ao desenvolvimento de negócios, integração com as áreas de planejamento;
- s. gerenciar as atividades de planejamento setorial voltados à identificação de oportunidades de negócio e expansão;
- t. coordenar, junto com as demais áreas da empresa, a elaboração de estudos de prospecção e inventário de novos potenciais para geração de energia elétrica;
- u. representar a Empresa junto aos agentes do Setor Elétrico, nos assuntos vinculados a expansão da transmissão, da geração e do mercado de energia elétrica.

Coordenadoria de Regulação e Contratos (CRCO)

Responsabilidades:

- a. coordenar o processo de formação de parcerias de SPE ou Consórcios para novos negócios;
- b. coordenar o cadastramento e habilitação da Eletrosul, junto à ANEEL e EPE, para participação em leilões de transmissão e de geração de energia elétrica;
- c. coordenar os processos relacionados aos contratos de concessão, de prestação de serviços de transmissão (CPST), de uso dos sistemas de transmissão e distribuição (CUST, CUSD) e de serviços associados;
- d. coordenar o processo de elaboração e acompanhamento dos contratos de conexão (CCT's, CCD's), de compartilhamento de instalações (CCI's), Termos de Transferência de ativos e de serviços associados, bem como, dos contratos de prestação de serviços a terceiros, sendo que para estes, deverá ser observada a NG específica para prestação de serviço;
- e. coordenar as negociações para utilização e compartilhamento da infraestrutura do sistema de transmissão, geração e telecomunicação da Empresa;
- f. coordenar os processos de incorporação, transferência e indenização de ativos, aquisição de empreendimentos e participações acionárias em SPE;
- g. coordenar e acompanhar os processos de fiscalização promovidos pelos órgãos reguladores no que se refere à implantação, operação e manutenção de empreendimentos;
- h. coordenar a participação da Empresa nas audiências públicas promovidas pelos órgãos reguladores e ministeriais;

- i. assessorar as áreas da Empresa, acerca dos aspectos contratuais e regulatórios relacionados aos novos empreendimentos prospectados pela Eletrosul;
- j. coordenar as ações da Empresa junto às associações setoriais (ABRATE, ABRAGE, ABCE), nos assuntos referentes a regulação do Setor Elétrico, bem como junto aos órgãos de controle (CADE e DEST), relacionados aos novos negócios;
- k. coordenar a avaliação das receitas estabelecidas para os investimentos em melhorias ou reforços;
- l. assessorar, tecnicamente, as áreas financeiras nos processos de revisão tarifária periódica, junto aos órgãos reguladores da transmissão de energia;
- m. participar da elaboração do Plano Diretor de Melhorias e Reforços (PDMR).

Coordenadoria de Negócios (CDNE)

Responsabilidades:

- a. coordenar a formulação das políticas e estratégias de expansão do sistema de geração e transmissão de energia elétrica;
- b. coordenar o processo de participação da Empresa em novos negócios na área de transmissão e geração de energia elétrica;
- c. coordenar e avaliar novas conexões aos sistemas de transmissão e a conexão de novas usinas e demais concessionárias, bem como analisar os documentos PET e PAR, visando à elaboração de plano de negócios da transmissão e de geração de energia elétrica;
- d. coordenar o processo de solicitação de autorização para expansão do sistema de transmissão de energia elétrica;
- e. coordenar e preparar propostas com as áreas internas e com fornecedores visando à participação da Eletrosul em leilões de transmissão e de geração de energia elétrica;
- f. coordenar e acompanhar as visitas técnicas nas instalações da Eletrosul e de terceiros, visando à participação da Empresa em leilões da ANEEL;
- g. coordenar as negociações técnicas e comerciais com os agentes envolvidos no que se refere ao acesso de terceiros ao sistema de transmissão e de uso restrito da Eletrosul;
- h. coordenar as ações internas e externas junto ao Operador Nacional do Sistema (ONS) e concessionárias de transmissão ou distribuição, referentes ao acesso dos empreendimentos de geração da Eletrosul ao sistema elétrico;
- i. coordenar a elaboração de relatórios sobre os leilões de empreendimentos de transmissão para subsidiar a Diretoria na tomada de decisão;
- j. assessorar o representante da Empresa nos assuntos relacionados aos investimentos da transmissão para participação nos trabalhos do Comitê de Investimentos do Sistema Eletrobras (CISE).

Coordenadoria de Planejamento do Sistema (CDPS)

Responsabilidades:

- a. realizar estudos de planejamento da expansão da geração, transmissão e do mercado de energia elétrica no âmbito do planejamento empresarial;
- b. coordenar a participação da empresa nos processos de planejamento da expansão eletroenergética desenvolvidos no âmbito do Ministério de Minas e Energia (MME), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) e Operador Nacional do Sistema (ONS);
- c. realizar estudos para subsidiar a análise de viabilidade de projetos de empreendimentos de geração e transmissão de energia;
- d. identificar oportunidades de novos negócios e obrigações de investimentos para a Empresa relativo ao sistema de transmissão no âmbito do planejamento setorial;

- e. coordenar o levantamento de dados e informações em subestações, linhas de transmissão e usinas, em operação ou em construção, relacionados ao processo de expansão do sistema elétrico;
- f. coordenar o desenvolvimento de estudos elétricos e de confiabilidade para definição do sistema de conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN de novos potenciais de geração prospectados pela Empresa;
- g. coordenar os processos de consulta e solicitação de acesso de novas usinas no âmbito do ONS, das distribuidoras e de outros agentes do setor;
- h. elaborar relatórios e boletins sobre a expansão do setor elétrico;
- i. acompanhar os projetos de P&D quando relacionados ao desenvolvimento de novos negócios.

Assessoria de Implantação de Projetos (AIP)

Responsabilidades:

- a. administrar o monitoramento do prazo, do escopo, do custo e dos riscos dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul e os em parceria, durante a fase de implantação;
- b. coordenar junto às áreas de engenharia de transmissão e geração, de planejamento, de meio ambiente e fundiária e econômico-financeira, a implementação de ações, durante a implantação dos empreendimentos da Eletrosul e os em parcerias;
- c. coordenar o levantamento de informações dos empreendimentos da Eletrosul, em implantação, para consolidação de relatórios para subsidiar a Diretoria e envio à Eletrobras;
- d. promover a integração das diversas áreas envolvidas na implantação dos empreendimentos de geração e transmissão da Eletrosul;
- e. coordenar o processo de formação e aprovação das equipes, coordenadores e líderes, responsáveis pela implantação e promover reuniões de acompanhamento do empreendimento, na sede ou na obra;
- f. definir e desenvolver a metodologia para o gerenciamento de projetos e identificar as melhores práticas no mercado, com vistas ao alcance da excelência na implantação de empreendimentos;
- g. coordenar a elaboração e a implementação do Manual de Gerenciamento de Projetos da Eletrosul;
- h. coordenar e participar de reuniões nas obras, entre as equipes técnicas da Eletrosul, engenharia do proprietário e fornecedores de bens e serviços, para nivelamento de informações quanto ao andamento das obras;
- i. representar a empresa em reuniões junto aos parceiros ou em reuniões junto à Eletrobras, ONS, ANEEL, MME, órgãos ambientais e entidades de financiamento nas ações necessárias à implantação de empreendimentos em parcerias.

Departamento de Engenharia do Sistema (DES)

Responsabilidades:

- a. gerenciar a implantação do programa de expansão do sistema de transmissão da Empresa;
- b. gerenciar a execução de estudos, anteprojetos e projetos executivos dos empreendimentos do sistema de transmissão;
- c. gerenciar os processos de licitação de obras, materiais, equipamentos, serviços de engenharia, estudos, consultoria e meio ambiente, referentes à expansão, melhorias e recapitação de subestações, linhas de transmissão, telecomunicação, edificações e demais construções de interesse da Empresa;

- d. gerenciar contratos nacionais e internacionais, para os empreendimentos de sistema de transmissão;
- e. coordenar o desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia, em conjunto com a área de gestão ambiental e patrimonial, para os empreendimentos do sistema de transmissão;
- f. gerenciar os estudos, projetos e implantação de automação, proteção e controle digital de subestações e centros de operação da Empresa;
- g. gerenciar a elaboração de estudos, anteprojetos e projetos, e a implantação de obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- h. coordenar, no âmbito técnico e orçamentário, a elaboração de propostas para execução de novas instalações para acessantes e conectantes ao sistema de transmissão da Empresa;
- i. coordenar, no âmbito técnico e orçamentário, a elaboração de propostas para ampliação da rede básica da Empresa, para posterior solicitação de autorização ao órgão regulador;
- j. gerenciar o projeto e a implantação de recapacitação, repotencialização, retrofit e modernização de equipamentos e instalações do sistema de transmissão;
- k. gerenciar o acervo centralizado de documentos de engenharia;
- l. administrar os almoxarifados de obras do sistema de transmissão.

Divisão de Engenharia de Proteção e Controle (DEPC)

Responsabilidades:

- a. coordenar ou participar da elaboração de estudos, pesquisas, anteprojetos, especificações técnicas e projetos executivos de novas instalações, ampliações, melhorias, recapacitação e modernização de subestações, integração de usinas e centros de operação;
- b. elaborar as especificações técnicas e participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, materiais e sistemas de Proteção e Controle para as novas instalações, ampliações, melhorias e modernização de subestações, integração de usinas, centro de operação e demais construções de interesse da empresa;
- c. elaborar os Relatórios Técnicos R4 (Caracterização da Rede Existente) referentes às novas instalações da Rede Básica;
- d. analisar e aprovar projetos de sistemas de proteção e controle, melhorias de subestações e projetos de integração de usinas;
- e. realizar as inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em materiais e sistemas de origem nacional e internacional;
- f. desenvolver, supervisionar ou atuar em estudos, pesquisas e projetos de automação de subestações e centros de operação;
- g. elaborar estudos, especificações, projetos, testes de software e hardware de sistemas computacionais de controle, proteção e supervisão para subestações e centros de operação;
- h. coordenar a implantação do programa de digitalização nas instalações da Empresa;
- i. desenvolver estudos de engenharia, especificações, projetos e implantação da digitalização dos sistemas de controle e proteção das subestações;
- j. desenvolver estudos de engenharia, especificações, projeto de implantação e modernização do Centro de Operação da Empresa;
- k. elaborar estudos, especificações, projetos, implantação e testes de sistemas de Proteção e Controle, para a obtenção de características, dados e desempenho de sistemas para as áreas de pós-operação, engenharia de manutenção e demais áreas afins da Empresa, bem como outros agentes do setor elétrico;
- l. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos e sistemas de Proteção e Controle;
- m. testemunhar e aprovar os ensaios de protótipo e de tipo, de equipamentos e sistemas de Proteção e Controle, bem como dos testes de modelo de relés de proteção;
- n. monitorar e manter atualizado o acervo centralizado de documentos de engenharia;

- o. desenvolver projetos para implantação do gerenciamento eletrônico de documentos de engenharia;
- p. coordenar e executar as revisões "como construído" dos projetos;
- q. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de sistemas de proteção, controle e supervisão, sob o enfoque da engenharia.

Divisão de Construção do Sistema (DVCS)

Responsabilidades:

- a. supervisionar, inspecionar o fornecimento de bens e fiscalizar a construção, ampliação, melhorias, integração de usinas e recapitação de subestações, linhas de transmissão, obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- b. elaborar a programação executiva das obras e participar da realização de seus orçamentos;
- c. emitir as solicitações de intervenções para trabalhos em área energizada (PL e PESE), programar e efetuar tais intervenções;
- d. fiscalizar e/ou coordenar a execução do levantamento de dados de sondagens e topografia, para projetos de subestações e linhas de transmissão, sistemas de telecomunicações, edificações e demais construções de interesse da Empresa;
- e. supervisionar e administrar os almoxarifados de obras do sistema de transmissão;
- f. administrar os contratos sob sua responsabilidade;
- g. participar na elaboração da revisão de projetos executivos em sua versão "como construído";
- h. participar de comissões de licitações para contratação de serviços de engenharia e construção;
- i. participar das comissões de testes de equipamentos e sistemas;
- j. coordenar e/ou participar dos diligenciamentos e das inspeções de equipamentos e materiais em fábrica;
- k. acompanhar e apoiar as equipes de comissionamento de montagem de equipamentos e sistemas;
- l. manter o controle e a guarda dos documentos de contrato de obras, suprimentos e serviços de engenharia e demais serviços;
- m. elaborar, periodicamente, os Boletins de Medição dos contratos de obras, projetos e de fornecimento de equipamentos e de serviços do Departamento;
- n. efetuar a supervisão periódica das obras, de modo a acompanhar sua evolução e qualidade;
- o. elaborar mensalmente relatório de evolução das obras;
- p. coordenar a logística de transporte de equipamentos e materiais para atendimento às obras do sistema de transmissão.

Divisão de Engenharia Eletromecânica e Civil (DEEC)

Responsabilidades:

- a. coordenar ou participar da elaboração de estudos, anteprojetos, especificações técnicas e projetos executivos eletromecânicos e civis de novas instalações, ampliações, melhorias, integração de usinas, recapitação e modernização de subestações, centro de operação e linhas de transmissão;
- b. coordenar ou participar da elaboração de estudos, anteprojetos, projetos estrutural, civil e arquitetônico, projetos de urbanismo e paisagismo, projetos complementares de edificações, projetos de sistemas anti-incêndio de instalações e edificações, obras de infraestrutura e demais construções de interesse da Empresa;
- c. elaborar as especificações técnicas e participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, aquisição de equipamentos, materiais, e sistemas para as novas instalações,

- ampliações, melhorias e modernização de subestações, centro de operação, e linhas de transmissão e demais construções de interesse da empresa;
- d. realizar as inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em equipamentos, materiais e sistemas de origem nacional e internacional;
 - e. elaborar estudos, especificações, projetos, implantação e testes de linhas de transmissão e subestações, para a obtenção de características, dados e desempenho de equipamentos e sistemas para as áreas de pós-operação, engenharia de manutenção e demais áreas afins da Empresa, bem como outros agentes do setor elétrico;
 - f. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos, equipamentos e sistemas;
 - g. testemunhar e aprovar os ensaios de protótipo e de tipo, de equipamentos, materiais, estruturas e sistemas;
 - h. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de equipamentos, subestações e linhas de transmissão, sob o enfoque da engenharia.

Divisão de Planejamento e Contratação do Sistema (DPCS)

Responsabilidades:

- a. elaborar o programa de expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa;
- b. coordenar, elaborar a justificativa, os orçamentos e os cronogramas, e consolidar a documentação técnica/econômica que é encaminhada à ANEEL, quando da Solicitação de Autorização para novos empreendimentos de transmissão;
- c. coordenar as atividades de implantação dos empreendimentos da expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa;
- d. programar e coordenar a implantação de reforços, correções e melhorias, em linhas de transmissão e em subestações em operação, em atendimento às necessidades das áreas de operação e manutenção, às determinações da ANEEL e do ONS, constantes no Plano Diretor de Melhorias e Reforços da Empresa;
- e. coordenar a adoção de soluções para os empreendimentos de expansão, ampliações, modernização, melhorias, integração de usinas, reforços e correções do sistema de transmissão da Empresa, levantando dados de subestações e linhas de transmissão, com o objetivo de aperfeiçoar a aplicação dos recursos;
- f. coordenar as diversas fases da execução dos empreendimentos da expansão, ampliações e modernização do sistema de transmissão da Empresa, em linhas de transmissão e em subestações, incluindo a supervisão no campo e diligenciamento em fábrica;
- g. supervisionar e inspecionar no campo a execução dos empreendimentos de melhorias, reforços e correções nas linhas de transmissão e em subestações do sistema de transmissão da Empresa, incluindo a supervisão no campo e diligenciamento em fábrica;
- h. planejar, coordenar e elaborar o orçamento de investimento dos empreendimentos da expansão da transmissão, integração de usinas, participação em leilões e modernização do sistema de transmissão da Empresa, bem como nos empreendimentos em que a Eletrosul presta serviços de engenharia do proprietário;
- i. planejar e elaborar a proposta orçamentária de investimentos, Materiais, Serviços e Outros (MSO) e de pessoal do Departamento e acompanhar o seu cumprimento;
- j. analisar a evolução orçamentária de investimento do programa de expansão e modernização do sistema de transmissão da Empresa, bem como propor eventuais ajustes com o objetivo de se melhorar o aproveitamento dos recursos financeiros;
- k. desenvolver e monitorar o banco de dados de preços para elaboração de orçamentos de novos empreendimentos, ampliações do sistema de transmissão da Empresa e análise de pleitos de aditivos contratuais;

- l. elaborar os Planos dos Empreendimentos e controlar o seu cumprimento, nas diversas fases de implantação integrado ao programa de gerenciamento de projetos, de acordo com as diretrizes da Empresa;
- m. elaborar os relatórios mensais e disponibilizar informações gerenciais referentes a todos os empreendimentos em que o DES participa;
- n. coordenar e elaborar documentos de contrato para os editais dos processos licitatórios para a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, integração de usinas, modernização, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da Eletrosul;
- o. coordenar a implantação dos empreendimentos da expansão do sistema de transmissão realizados em parceria (SPE);
- p. coordenar o levantamento de custos de equipamentos e sistemas, projetos, obras de implantações e ampliações, para composição de propostas quando da participação da empresa em leilões da ANEEL, inclusive realizando levantamento no campo de soluções e características de equipamentos e instalações;
- q. coordenar e participar da fiscalização realizada pela ANEEL, Eletrobras e MME, nas obras de empreendimentos de transmissão, integração de usinas, modernização, melhorias e reforços;
- r. coordenar e participar da elaboração dos Relatórios Técnicos de Alternativa de Referência – R2, Caracterização e Análise Socioambiental – R3 e Caracterização da Rede Existente - R4, quando solicitados pelo MME para a composição dos Editais de Leilão de Transmissão da ANEEL;
- s. planejar, coordenar e elaborar o orçamento para os contratos de compartilhamento de instalação – CCI e contratos de conexão a transmissora - CCT, quando da solicitação de acesso ao sistema elétrico da Eletrosul por novos agentes;
- t. coordenar e elaborar os editais dos processos licitatórios para a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, modernização, integração, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da Eletrosul, bem como outros editais de processos licitatórios de interesse da Empresa;
- u. promover a contratação dos serviços e bens a serem aplicados nos empreendimentos de expansão, modernização, melhorias, reforços e correções do sistema de transmissão da Eletrosul, bem como outras contratações de interesse da Empresa;
- v. promover a guarda e a organização dos arquivos com a documentação referente a cada processo licitatório e respectiva contratação.

Departamento de Engenharia de Geração (DEG)

Responsabilidades:

- a. promover o desenvolvimento de estudos para implantação de empreendimentos a partir de fontes convencionais ou alternativas, bem como, de novas tecnologias aplicadas a geração de energia elétrica;
- b. gerenciar a execução de estudos de inventário, de recursos, condicionantes e demais fatores de infraestrutura, voltados para a identificação de oportunidades de expansão da geração de energia;
- c. projetos de engenharia básico e executivo, especificações técnicas de materiais, de equipamentos e serviços para expansão da geração de energia;
- d. gerenciar a execução de contratos de fornecimento, orçamentação e análise de custos de obras, materiais e serviços destinados a empreendimentos de expansão da geração de energia;
- e. gerenciar a execução da análise e estudos especiais na avaliação de desempenho de equipamentos e componentes das instalações de geração de energia;

- f. gerenciar a execução das atividades de diligenciamento, inspeções e testes em fábrica, certificação de qualidade de materiais, equipamentos e comissionamento, relativos às instalações de geração de energia;
- g. gerenciar a elaboração de estudos, especificações, projetos, testes e modificações funcionais de software e hardware de sistemas informatizados de supervisão, controle, regulação e proteção para os novos empreendimentos de geração de energia;
- h. gerenciar a construção de empreendimentos de expansão de geração de energia;
- i. administrar a memória técnica dos estudos e projetos de empreendimentos de geração de energia;
- j. gerenciar a elaboração dos processos e a execução dos contratos de locação de imóveis vinculados a área de geração de energia;
- k. representar a Empresa nas entidades e comitês nacionais e internacionais de equipamentos e sistemas de empreendimentos de geração de energia, sob o enfoque da engenharia.

Divisão de Engenharia e Projetos de Geração (DEPG)

Responsabilidades:

- a. coordenar a elaboração de estudos de inventário, de viabilidade e energéticos de projetos básico e executivo, referentes a concepção, arranjos, ampliações, melhorias, recapacitação e modernização de empreendimentos de geração de energia elétrica;
- b. coordenar e executar o planejamento, programação, consolidação das propostas orçamentárias visando a implantação de novos empreendimentos de geração de energia elétrica;
- c. coordenar a elaboração de estudos, anteprojetos, projetos arquitetônico e civil, projetos de urbanismo e paisagismo, projetos complementares de edificações, obras de infraestrutura e demais construções associadas aos empreendimentos de geração de energia;
- d. identificar as interferências decorrentes dos projetos de empreendimentos de geração de energia elétrica e seus reflexos sócio-ambientais e econômico-financeiros;
- e. participar das comissões de licitação para a contratação de serviços, aquisição de equipamentos, materiais, e sistemas para as novas instalações de geração de energia elétrica, ampliações, melhorias e modernização de empreendimentos de geração de energia;
- f. coordenar a participação das inspeções, ensaios e testes de aceitação em fábrica em equipamentos, materiais e sistemas associados aos empreendimentos de geração de energia;
- g. desenvolver estudos, pesquisas e projetos de aplicação de novas tecnologias digitais quanto aos equipamentos de interface com o sistema elétrico;
- h. coordenar a elaboração de estudos, pesquisas e projetos de sistemas de controle, regulação e automação de empreendimentos de geração de energia;
- i. elaborar estudos, especificações, projetos, testes de software e hardware e implantação de sistemas computacionais de controle, proteção e supervisão para as instalações de geração de energia;
- j. coordenar a elaboração de especificação técnica para os processos de licitação de serviços, de obras e materiais de geração de energia, bem como, para orçamentação e análise de viabilidade dos projetos de novos empreendimentos de geração;
- k. coordenar e executar as revisões "como-construído" dos projetos de empreendimentos de geração de energia;
- l. participar das Comissões de Testes e dar suporte técnico às equipes de licitação, construção e comissionamento sobre os projetos, equipamentos e sistemas de empreendimentos de geração de energia;
- m. prestar apoio técnico na análise/avaliação de viabilidade de projetos de geração, cujas parcerias são de interesse da Empresa e nas negociações de empreendimentos entre a Empresa, parceiros e/ou instituições envolvida.

Divisão de Planejamento e Contratação da Geração (DPCG)

Responsabilidades:

- a. coordenar e elaborar os editais dos processos licitatórios para as contratações referentes à expansão, modernização, melhorias reforços e correções de empreendimentos de geração de energia elétrica da Empresa;
- b. promover a contratação dos serviços e bens a serem aplicados na expansão, modernização, melhorias, reforços e correções de empreendimentos de geração de energia;
- c. coordenar e administrar os contratos de fornecimento nacional e internacional para os empreendimentos de expansão, modernização, melhorias, reforços e correções de empreendimentos de geração de energia;
- d. coordenar e elaborar os termos aditivos relativos aos contratos de serviços e bens destinados à implantação, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia;
- e. conduzir e participar de reuniões com representantes de prestadores de serviços, fornecedores de bens e empreiteiros de construção, tratando os problemas inerentes de interface e desvios contratuais vinculados à habilitação para pagamento e seguro garantia;
- f. manter o controle e a guarda dos documentos relativos às contratações de obras, suprimentos, serviços de engenharia e demais serviços;
- g. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos vinculados aos empreendimentos de geração de energia e às ampliações, melhorias e recapacitações das instalações de geração existentes;
- h. elaborar os boletins de medição/atestados de cumprimento de evento contratual e habilitar para pagamento, de acordo com as cláusulas contratuais;
- i. supervisionar os almoxarifados de obras dos empreendimentos de geração de energia da Empresa;
- j. coordenar o planejamento das atividades para a implantação de empreendimentos de geração de energia elétrica;
- k. coordenar as diversas fases da execução dos empreendimentos da expansão, ampliações e modernização do sistema de geração da Empresa, imediatamente após a contratação dos prestadores de serviços e dos fornecedores de bens até o total cumprimento das respectivas obrigações contratuais, inclusive supervisionando e diligenciando no campo ou na fábrica a sua execução;
- l. elaborar e coordenar o orçamento de investimento da expansão, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia, bem como o orçamento de prestação de serviços para terceiros;
- m. elaborar a proposta orçamentária operacional, de Materiais, Serviço de Terceiros e Outras Despesas (MSO) e de pessoal do Departamento e acompanhar a sua realização;
- n. analisar a evolução orçamentária de investimento da expansão, modernização, melhorias e correções de empreendimentos de geração de energia;
- o. promover a guarda e a organização dos arquivos com a documentação técnica dos empreendimentos;
- p. elaborar o cronograma físico, supervisionar e inspecionar no campo a execução dos empreendimentos, incluindo diligenciamento em fábrica;
- q. coordenar a implantação dos empreendimentos de geração realizados em parceria (SPE);
- r. coordenar e participar da fiscalização realizada pela ANEEL, Eletrobras e MME, nas obras de empreendimentos de geração de energia.

Divisão de Obra de Geração (DVOG)

Responsabilidades:

- a. coordenar, supervisionar, inspecionar e fiscalizar a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica com as respectivas obras de infraestrutura, urbanismo, paisagismo e edificações complementares associadas, bem como as ampliações, melhorias, recapacitações e modernizações das instalações de geração existentes;
- b. identificar as interferências decorrentes da implantação dos empreendimentos de geração de energia elétrica e seus reflexos socioambientais e econômico-financeiros;
- c. coordenar, supervisionar e elaborar a programação executiva das obras dos empreendimentos de geração de energia;
- d. supervisionar e fiscalizar a execução dos contratos de projeto, de fornecimento de sistemas, equipamentos e materiais, de obras civis e de montagem eletromecânica, vinculados aos novos empreendimentos de geração de energia elétrica e às ampliações, melhorias e recapacitações das instalações de geração existentes;
- e. coordenar a realização de inspeções de acompanhamento da fabricação dos sistemas, equipamentos e materiais a serem aplicados em empreendimentos de geração de energia;
- f. coordenar a realização dos testes de aceitação, em fábrica, dos sistemas, equipamentos e materiais a serem aplicados em empreendimentos de geração de energia;
- g. participar das comissões de testes de aceitação, em campo, dos sistemas, equipamentos e demais instalações de empreendimentos de geração de energia;
- h. coordenar o recebimento, a guarda em almoxarifados do canteiro de obras e o controle da aplicação dos sistemas, equipamentos e materiais destinados às obras de geração de energia;
- i. definir e coordenar a infraestrutura associada aos canteiros de obra;
- j. coordenar a elaboração dos boletins de medição/atestados de cumprimento de evento contratual e processar as respectivas documentações de habilitação e faturamento para pagamento;
- k. coordenar a elaboração de informações econômico-financeiras referentes à implantação dos novos empreendimentos de geração de energia, bem como, consolidar proposta orçamentária dos empreendimentos em implantação e controlar sua execução;
- l. coordenar a elaboração das respostas às solicitações de esclarecimentos de editais de licitação para contratação de bens e serviços a serem aplicados nos empreendimentos de geração de energia;
- m. participar das comissões de licitações para contratação de bens e serviços a serem aplicados nos empreendimentos de geração de energia;
- n. executar os processos e supervisionar a execução contratos de locação de imóveis vinculados a área de geração de energia;
- o. coordenar a elaboração e análise do planejamento de obra, do cronograma físico, dos marcos contratuais e do orçamento de referencia para as contratações necessárias à implantação dos empreendimentos de geração;
- p. analisar, sob a ótica técnica, as solicitações de aditamentos contratuais solicitadas pelo fornecedor de bens ou serviços;
- q. subsidiar os órgão da Empresa com informações pertinentes às obras conduzidas;
- r. manter a memória técnica e arquivo com as informações relevantes à implantação de cada empreendimento.

Departamento de Engenharia Ambiental e Fundiária (DEA)

Responsabilidades:

- a. gerenciar a elaboração e implementação das políticas e diretrizes ambientais, fundiárias e de geoprocessamento no âmbito da Empresa;
- b. gerenciar as questões ambientais e fundiárias na expansão e ampliação dos novos negócios;
- c. gerenciar os processos de licenciamento ambiental e regularização fundiária de empreendimentos ou de áreas de interesse da Empresa;
- d. gerenciar a condução dos serviços referentes à regularização e liberação fundiária de áreas de interesse da Empresa;
- e. gerenciar a elaboração e implementação de estudos, programas e projetos ambientais necessários ao planejamento e implantação de empreendimentos;
- f. gerenciar atividades de cartografia, gestão da informação e geoprocessamento referentes às questões ambientais e fundiárias;
- g. desenvolver ações visando à proteção e à recuperação ambiental, incluídas as medidas compensatórias e mitigadoras dos efeitos ambientais decorrentes da implantação de empreendimentos;
- h. assessorar as áreas da Empresa no que se refere à avaliação de imóveis para locação, alienação ou outros de natureza imobiliária;
- i. administrar e zelar pela integridade do acervo documental relativo aos processos ambientais e fundiários;
- j. participar da coordenação de projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) voltados para os meios socioambientais e fundiários;
- k. representar a Empresa junto aos órgãos licenciadores e normativos, comitês e grupos de trabalho nas questões relacionadas ao meio ambiente e ao fundiário;
- l. gerenciar o processo de contratação de materiais e serviços junto às áreas responsáveis, bem como realizar a gestão e fiscalização administrativa e financeira dos respectivos contratos.

Divisão de Engenharia Ambiental (DEAM)

Responsabilidades:

- a. coordenar a implementação das diretrizes socioambientais no âmbito da Empresa;
- b. implementar projetos e programas de recomposição físico-territorial da área de influência dos empreendimentos hidrelétricos e eólicos em implantação até a entrada em operação;
- c. representar a Empresa junto aos órgãos licenciadores e normativos, comitês e grupos de trabalhos, nas questões relacionadas ao licenciamento ambiental;
- d. coordenar a avaliação ambiental de novos negócios para fins de participação em leilões ou aquisição de empreendimentos de terceiros;
- e. coordenar a celebração de parcerias e convênios técnico-científicos e termos de cooperação mútua, em conjunto com as áreas afins, visando à implementação de programas, projetos e ações socioambientais das instalações dos empreendimentos em construção;
- f. coordenar o desenvolvimento de atividades ambientais junto às comunidades localizadas nas áreas de influência direta dos empreendimentos da Empresa, até a entrada em operação;
- g. executar levantamentos, realizar análises, orçamentos e emitir pareceres técnicos para viabilização ambiental de novos empreendimentos;
- h. participar, juntamente com as áreas de engenharia, no âmbito das questões socioambientais, na definição de traçados de linhas de transmissão, seleção de áreas para implantação de subestações, empreendimentos de geração e demais obras associadas;
- i. coordenar a padronização de ações de monitoramento e controle ambiental;
- j. coordenar os processos de licenciamento ambiental juntos aos órgãos licenciadores (IPHAN, IBAMA, FEPAM, IMASUL, FATMA, FUNAI, entre outros);

- k. coordenar a elaboração de especificação técnica e orçamento básico para subsidiar as contratações de consultorias para a elaboração de estudos e programas ambientais e orientar e supervisionar as atividades das contratadas.

Divisão de Engenharia Fundiária (DEFR)

Responsabilidades:

- a. coordenar a implementação de diretrizes de ordem patrimonial, fundiária e de geoprocessamento no âmbito da Empresa;
- b. coordenar o encaminhamento técnico e legal de questões patrimoniais e fundiárias;
- c. coordenar a avaliação fundiária de novos negócios para fins de participação em leilões de geração e transmissão ou aquisição de empreendimentos de terceiros;
- d. coordenar a participação, juntamente com as áreas de engenharia, no âmbito das questões fundiárias, na definição de traçados de linhas de transmissão, seleção de áreas para implantação de subestações, empreendimentos de geração e demais obras associadas;
- e. coordenar a liberação de imóveis e faixas de domínio para execução de trabalhos de topografia, sondagens e construção de empreendimentos de geração e transmissão e/ou quaisquer outros empreendimentos da Empresa;
- f. coordenar a realização de serviços de topografia, geoprocessamento, avaliação, indenização e legalização, de terras e danos, referentes a empreendimentos de geração e transmissão, bem como de demais bens imóveis de interesse da Empresa;
- g. coordenar a definição de critérios de avaliação e indenização, bem como as tratativas com a população atingida, comissões e entidades representativas da região de abrangência dos empreendimentos;
- h. conduzir processos judiciais relativos a notificações de imóveis embargados para estudos e levantamentos preliminares, imissões na posse, contestações do empreendimento e/ou dos valores indenizatórios e demais ações que envolvam a Empresa como autora ou requerida em assuntos fundiários;
- i. coordenar a elaboração de especificação técnica, orçamento básico e marcos contratuais para subsidiar as contratações relacionados a serviços de topografia, geodésia, geoprocessamento e regularização fundiária;
- j. conduzir e gerenciar, junto aos órgãos competentes, os processos de Autorização para Estudos Topográficos e Geológicos, bem como, de aprovação de travessias de empreendimentos de transmissão e obtenção de Declaração de Utilidade Pública (DUP);
- k. coordenar a gestão da informação de dados e documentos físicos e digitais, mediante a implementação de processos corporativos vinculadas à política de geoprocessamento da Empresa;
- l. buscar parcerias e celebrar convênios técnico-científicos e termos de cooperação mútua, visando a implementação de programas, projetos e ações sociais e/ou fundiárias nas áreas abrangidas pelos empreendimentos;
- m. coordenar estudos sobre legislações e normas técnicas de Engenharia Cartográfica, de Agrimensura e de Avaliação, bem como Notariais e Registros;
- n. representar a Empresa junto aos órgãos, comitês e grupos de trabalhos, nas questões fundiárias e de patrimônio imobiliário.

1.4 Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos da Eletrosul são: a geração, cuja primeira usina própria entrou em operação comercial em 2012, e a transmissão de energia elétrica, seu principal negócio desde 1998.

Em 2007 iniciou-se o mapeamento dos processos, com a elaboração de mapas, normas e procedimentos para padronização, devidamente aprovados pela Diretoria Executiva. Outros procedimentos são documentados, há mais de 30 anos, por meio dos manuais de operação e de manutenção, que determinam o que e como devem ser feitos pelos profissionais para garantir que o padrão de trabalho seja executado por todos os envolvidos.

QUADRO A.1.4.1 – Manuais De Operação E De Manutenção

Padrões de trabalho	Manual técnico de operação	Manual técnico de manutenção
Critério	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS	Baseado nas normas da ANEEL e do ONS, bem como nos catálogos dos fabricantes de equipamentos
Composição	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas	Normas, Procedimentos e Instruções Técnicas
Divulgação	Via correio eletrônico e disponibilizado no ambiente de escritório “Lotus Notes”	

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Os serviços de geração e transmissão de energia elétrica são garantidos pelo Departamento de Operação do Sistema – DOS, Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO e Departamento de Engenharia de Manutenção - DEM, no que se refere à operação e manutenção. Esses dois órgãos constantemente realizam:

- o monitoramento do estado, condições e ocorrências em equipamentos e linhas de transmissão;
- a avaliação do estado dos equipamentos;
- a inspeção para verificação de anormalidades (inspeção diária ou semanal);
- o registro em sistemas corporativos dos defeitos ou anormalidades detectadas/encontradas em equipamentos e LTs;
- o gerenciamento da execução dos Pedidos de Serviço (PS) de manutenção.

Para garantia da qualidade dos serviços, a Eletrosul possui também sistemas de monitoramento *on-line* de alarmes e grandezas de equipamentos, tais como, sistema de supervisão e controle e central de monitoramento de equipamentos. O desempenho do processo e melhorias são continuamente verificados.

O processo principal “Operação do Sistema” é avaliado por meio da análise dos dados cadastrados no RDOS – Relatório Diário de Ocorrências no Sistema, que é avaliado do ponto de vista de desempenho de proteção, por meio da elaboração de AOS – Análise de Ocorrência no Sistema (deste o ano de 1976), que gera PS – Pedido de Serviço à área de manutenção, e dos procedimentos operacionais, por meio da elaboração de RAPO – Relatório de Análise de Procedimentos Operacionais (deste o ano de 2006), e onde são geradas recomendações às áreas de manutenção, operação, telemática e engenharia.

Também são realizadas inspeções periódicas, pelas equipes de operação das instalações, gerando PS à área de manutenção para correção de anormalidades (essa prática existe desde 2007).

O processo de “Manutenção da Geração e Transmissão” é avaliado criticamente por meio da análise dos indicadores de desempenho, pelo Departamento de Manutenção e Apoio à Operação – DMO, a partir de relatórios, estatísticas e dados históricos. Quando são constatadas anormalidades, emitem-

se PS de manutenção. A engenharia de manutenção analisa a incidência das anormalidades e o final de vida útil dos equipamentos e emite uma RT – Recomendação Técnica para as Regionais envolvidas efetuarem as correções/adequações necessárias. Essas avaliações resultam em maior disponibilidade e confiabilidade do sistema, bem como na preservação do meio ambiente onde a empresa atua.

A disponibilidade do sistema de transmissão indica o percentual do tempo em que este permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado. O indicador de disponibilidade de transmissão é calculado com base nos Procedimentos de Rede - Submódulo 25.8 “Indicadores de desempenho de equipamentos e linhas de transmissão e das funções transmissão e geração”.

O índice de disponibilidade de transmissão da Eletrosul obteve, nos quatro últimos anos, os resultados a seguir apresentados:

QUADRO A.1.4.2 – Disponibilidade De Transmissão				Valores em %
Instalação	2010	2011	2012	2013
Linhas de Transmissão	99,92	99,90	99,89	99,88
Banco de Capacitores	99,81	99,75	99,74	99,97
Reatores	99,89	99,94	99,77	99,84
Transformadores	99,89	99,88	99,87	99,86

Fonte: Departamento de Operação do Sistema

No que concerne às concessionárias de transmissão de energia elétrica, a Aneel, por meio da Resolução Normativa nº 270/2007, define indicadores que permitem aferir o desempenho das concessionárias de transmissão:

- **Parcela Variável – PV:** é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão;
- **Adicional à RAP:** é o valor a ser adicionado à receita anual da transmissora que apresenta elevado desempenho.

Neste contexto, a Eletrosul objetiva executar com excelência todos os seus processos e em especial os vinculados à transmissão de energia, visando manter a maior disponibilidade dos seus ativos e, consequentemente, adicionar valores à sua receita.

No que tange à Geração, há um indicador de disponibilidade também, que tem como base as taxas de indisponibilidade programadas e forçadas. Com relação aos índices de Disponibilidade de Geração, em 2013, ficaram em 90,42% na geração hidráulica, e 99,03% na geração eólica.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Os processos de apoio estão definidos em normas de gestão empresarial, de acesso a todos os empregados. Em virtude da informatização todos os processos se utilizam das ferramentas computacionais, buscando efetuar melhores controles dentro do que está definido em normas de gestão. Exemplo: abertura e fechamento de guia de viagem, controle de frequência, etc. Os macroprocessos de apoio essenciais ao funcionamento da Empresa são:

- Gestão de Suprimentos;
- Gestão Financeira;

- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Tecnologia da Informação;
- Gestão Empresarial.

As não-conformidades são tratadas em reuniões gerenciais e reuniões específicas com as áreas envolvidas, buscando-se o encaminhamento de soluções e reformulando os padrões para incorporar as melhorias definidas, se for o caso. As normas de gestão são revisadas para manter atualizadas todas as alterações efetuadas nos processos em virtude da identificação de não-conformidades.

QUADRO A.1.5.1 – Padrões De Trabalho E Manuais

Padrões de trabalho	Manual de organização	Manual de competência	Manual de gestão empresarial
Critério	Baseado no estatuto da Empresa que define a estrutura hierárquica na AD superior na deliberação da diretoria que estabelece os demais níveis	Baseado nos níveis e limites de competência, que estabelecem critérios para autorização de gastos e para assinatura de documentos	Baseado na legislação, portarias, acordos coletivos e diretrizes internas, traduzidas em normas e procedimentos de gestão empresarial (NGs e PGs) específicas
Composição	Normas de Organização	Deliberação e Delegação de Poderes	Normas e Procedimentos de Gestão Empresarial
Divulgação	Via correio eletrônico e banco de dados específico do software “Lotus Notes”		

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

1.6 Principais Parceiros

MACROPROCESSO: Geração De Energia Elétrica

- Consórcio Energético Cruzeiro do Sul
- Companhia Hidroelétrica Teles Pires S.A.
- ESBR Participações S.A.
- Livramento Holding S.A.
- Chuí Holding S.A.
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A.
- Parque Eólico Capão do Inglês
- Parque Eólico Coxilha Seca
- Parque Eólico Galpões
- Parque Eólico Chuí 09
- Parque Eólico Verace (24 à 31 e 34 à 36)

MACROPROCESSO: Transmissão De Energia Elétrica

- Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.
- Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A.
- Marumbi Transmissora de Energia S.A.
- Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.
- Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.
- Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.
- Uirapuru Transmissora de Energia S.A.

2 PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU 127/2013

2.1 Planejamento da unidade

Conforme mencionado no item 1.2, o Plano Estratégico Integrado das Empresas Eletrobras estabelece premissas institucionais únicas para todas as empresas subsidiárias, e tem o período de abrangência de 2010-2020. Este é o Plano Estratégico que a Eletrosul adota.

Conforme o estatuto social da Eletrosul, a Empresa realiza estudos e projetos, constrói e opera instalações de geração e transmissão de energia elétrica, investe em pesquisa e desenvolvimento, fomenta o uso de fontes alternativas de energia, presta serviços de telecomunicação e pratica outros atos de comércio decorrentes destas atividades. Estas são suas competências constitucionais, legais e normativas.

O Plano Estratégico, por sua vez, busca alinhar-se às competências das empresas Eletrobras, incluindo a Eletrosul, e aprimorar o atendimento às suas finalidades, bem como à melhoria dos processos conforme os negócios em que atua. A seguir são apresentados os Negócios e os Objetivos Estratégicos das empresas Eletrobras.

Negócios das Empresas Eletrobras

Os negócios das empresas Eletrobras que possuem relação com a Eletrosul são:

Geração de energia elétrica

As empresas Eletrobras deverão participar ativamente no mercado nacional e na viabilização de grandes empreendimentos de geração de energia elétrica, como indutoras do desenvolvimento socioeconômico e ambiental do País. No aspecto operacional, as atenções deverão estar voltadas para o aumento da eficácia e eficiência e a melhoria da qualidade dos serviços de geração de energia elétrica.

Transmissão de energia elétrica

No negócio de transmissão de energia elétrica, as empresas Eletrobras focarão sua atuação nos projetos estruturantes e nas interligações regionais com os sistemas isolados e com os países da América do Sul, devendo ampliar suas participações na rede de transmissão do sistema interligado nacional (SIN). Atuarão fortemente na melhoria da rentabilidade, no aumento da eficácia e eficiência operacionais, na melhoria da qualidade dos serviços e na redução das perdas nas operações de transmissão.

Comercialização de energia elétrica

As empresas Eletrobras promoverão o desenvolvimento do negócio de comercialização e gestão de energia elétrica no mercado livre, dentro e fora das áreas de concessão de suas distribuidoras. Desenvolverão estratégias inovadoras para a comercialização da energia proveniente de seus futuros empreendimentos no exterior e das novas usinas termoeletricas no País.

Além do foco na comercialização e gestão de energia elétrica, as empresas Eletrobras se voltarão para a viabilização comercial de novos negócios associados à geração, transmissão e distribuição de energia e à utilização dos ativos das empresas.

Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras

Estão reproduzidos abaixo, na íntegra, os Objetivos Estratégicos das Empresas Eletrobras. Os Objetivos são divididos em Finalísticos (1 a 5) e de Gestão e Competências (6 a 12). Estes objetivos estão estabelecidos para o período de 2010 a 2020, estando dessa forma, vigentes durante o exercício de 2013.

Objetivos Finalísticos

1. Ampliar e aprimorar os negócios de GTD&C de energia elétrica de forma competitiva e rentável.
2. Maximizar a participação da energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética do Sistema Eletrobras.
3. Expandir seletivamente a atuação internacional em GTD&C, alinhada aos negócios da companhia e com foco nas Américas.
4. Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo, pactuando metas de execução e equilíbrio econômico-financeiro.
5. Garantir que os empreendimentos do Sistema Eletrobras sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno.

Objetivos de Gestão e Competências

6. Implantar novo modelo de gestão empresarial e organizacional que garanta uma atuação integrada, rentável e competitiva.
7. Aprimorar a governança corporativa, baseada nas melhores práticas do mercado.
8. Atrair, desenvolver e reter talentos para o Sistema Eletrobras.
9. Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias.
10. Potencializar a reputação, a credibilidade e confiança do Sistema Eletrobras perante os seus empregados, o mercado e a sociedade.
11. Minimizar as amarras institucionais internas e externas para assegurar a atuação em condições competitivas.
12. Intensificar a atuação integrada em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e mensurar sua contribuição para os resultados do Sistema Eletrobras.

Com relação ao PPA – Plano Plurianual, foram executados os programas e ações relacionados a seguir, totalmente alinhados ao Plano Estratégico da Unidade.

QUADRO A.2.1.1 - Ações Relacionadas Aos Objetivos Finalísticos

Programa 2033 – Energia Elétrica
Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo para Geração de Energia Elétrica
Ação 1F91 – Implantação da UHE Passo São João e Sistema de Transmissão Associado
Ação 1K88 – Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado
Ação 10D6 – Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado
Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra e Sistema de Transmissão Assoc.
Ação 1050 – Ampliação no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul
Ação 2D94 – Reforços e Melhorias no Sistema de Transm. na Região Sul e no Mato Grosso do Sul
Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica
Ação 13FD - Implantação do projeto Megawatt Solar
Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia
Ação 8549 - Preservação e Conservação Ambiental em Emp. de Geração e Transm. de Energia Elétrica

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

QUADRO A.2.1.2 - Ações Relacionadas Aos Objetivos De Gestão E Competências

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais
Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis
Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos
Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

As estratégias e riscos da Eletrosul associados aos objetivos do Plano Estratégico do Sistema Eletrobras são apresentados a seguir:

QUADRO A.2.1.3 – Plano Estratégico Do Sistema Eletrobras

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
1 - Ampliar e aprimorar os negócios de GT&C de forma competitiva e rentável	1. Participar ativamente das melhores oportunidades previstas no planejamento governamental para expansão de geração de energia elétrica.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão de Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios
	2. Atuar seletivamente na comercialização de energia.	Risco Operacional - Comercialização 1. Compra e Venda de Energia 2. Garantia de Contratos de Energia
	3. Investir em eficiência energética na oferta de energia: repotencialização de usinas e redução de perdas técnicas na geração e transmissão.	Risco operacional – P&D+I, Geração e Transmissão 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Disponibilidade de Geração 3.Disponibilidade de Transmissão 4.Revisão Tarifária na Transmissão
2 - Priorizar os investimentos em energia limpa, incluindo novas fontes renováveis na matriz energética da Eletrosul	1. Desenvolver capacitação tecnológica e multidisciplinar para geração de energia limpa.	Risco operacional – P&D+I e Pessoal 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Treinamento e Capacitação
	2. Investir em novos experimentos de geração com novas fontes renováveis.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1.Governança de P&D+I Risco operacional – P&D+I 1.Desenvolvimento Tecnológico 2.Gestão da Propriedade Intelectual
	3. Participar agressivamente dos leilões de geração com fontes renováveis, com garantia de viabilidade técnica e econômico-financeira dos empreendimentos.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1.Concorrência 2.Novos Negócios e Leilões
3 - Expandir a atuação internacional	Neste objetivo a Eletrosul não possui estratégias relacionadas.	
4 - Participar da gestão dos programas de energia elétrica de interesse do governo	1. Negociar diretrizes, critérios e condições para participação do Sistema Eletrobras em programas governamentais associados à energia elétrica.	Risco Estratégico – Imagem 1.Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1.Sustentabilidade
	2. Pactuar com o MME contrato de gestão para cada programa governamental, explicitando metas, recursos, remuneração, cronograma e responsabilidades.	Risco Estratégico – Imagem 1.Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1.Sustentabilidade
	3. Aprimorar o sistema de gestão, acompanhamento e apropriação de custos dos programas de governo nos quais o Sistema Eletrobras tenha participação relevante.	Risco Estratégico – Imagem 1.Patrocínio, Convênio e Doações Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1.Sustentabilidade

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
5 - Garantir que os investimentos da Eletrosul sejam vetores de desenvolvimento sustentável para suas áreas de entorno	1. Promover programas de desenvolvimento sustentável das comunidades do entorno de todos os empreendimentos nos quais o Sistema Eletrobras esteja envolvido.	Risco operacional - Socioambiental 1. Impacto da Biodiversidade e no Meio Físico 2. Impacto Socioeconômico
	2. Negociar e pactuar previamente com as comunidades os benefícios e as medidas propostos nos programas de inserção regional e desenvolvimento sustentável.	Risco Estratégico – Fatores Externos 1. Mobilizações Sociais Risco operacional - Socioambiental 1. Impacto da Biodiversidade e no Meio Físico 2. Impacto Socioeconômico
6 - Aprimorar a Gestão Empresarial	1. Desenvolver e implantar modelo de gestão consistente com as especificidades do Sistema Eletrobras e com as novas demandas e desafios.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Planejamento Estratégico
	2. Adequar a estrutura do Sistema, os processos organizacionais e os projetos a um novo paradigma de custos e eficiência.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade 2. Estrutura Organizacional
	3. Formular e implementar modelo e processo de gestão de mudança do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
7 - Aprimorar a Governança Corporativa	1. Formular, desenvolver e implementar o modelo de governança corporativa, segundo as melhores práticas.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
	2. Adequar os estatutos e regimentos internos, exigindo um perfil adequado dos representantes dos acionistas nas empresas do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
	3. Implementar suporte e mecanismos para o exercício das funções de administração superior e representação externa do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da Alta Administração 2. Aderência as Regras
8 - Atrair, desenvolver e reter talentos	1. Estabelecer políticas e aprimorar processos de gestão de pessoal, especialmente no domínio da seleção e do desligamento, remuneração, carreira e sucessão, avaliação de desempenho, compatíveis com o novo modelo de gestão empresarial e organizacional do Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1. Treinamento e capacitação 2. Desempenho de Pessoal 3. Recrutamento e Seleção 4. Relações Sindicais 5. Retenção de Pessoal 6. Segurança do Trabalho
	2. Desenvolver e implementar modelo, redes e programas de gestão do conhecimento no Sistema Eletrobras.	Risco operacional – Pessoal 1. Treinamento e Capacitação
	3. Promover a avaliação contínua do desempenho, orientando o desenvolvimento de carreira, com foco em resultados e competências.	Risco operacional – Pessoal 1. Desenvolvimento das Pessoas
	4. Criar e manter ambiente de trabalho e métodos de gestão estimulantes e capazes de motivar e comprometer as pessoas.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade

Objetivos Estratégicos	Estratégias	Risco Associado da Matriz de Risco
9 - Aprimorar a gestão dos negócios, participações e parcerias	1. Aprimorar, implantar e integrar as práticas de gestão técnica e econômico-financeira de empreendimento.	Risco Estratégico – Estratégia de Mercado 1. Novos Negócios e Leilões 2. Gestão do Negócio de SPEs e Consórcios 3. Concorrência Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão Contábil de Ativos Risco Operacional - Engenharia e Construção 1. Projetos de Engenharia 2. Custo das Obras 3. Qualidade dos Empreendimentos 4. Prazo de Entrega das Obras
	2. Criar e aprimorar instrumentos e condições para a negociação, estruturação, gestão e acompanhamento das participações e parcerias do Sistema Eletrobras.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão dos Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 3. Carteira de Participações
	3. Promover os investimentos e desinvestimentos necessários, buscando maximizar a rentabilidade da carteira.	Risco Financeiro - Investimentos 1. Gestão dos Negócios Corporativos 2. Gestão do Negócio SPE e Consórcio 3. Carteira de Participações
10 - Potencializar a reputação, credibilidade e confiança perante os empregados, o mercado e a sociedade	1. Associar a marca e a imagem do Sistema Eletrobras a um sistema empresarial de energia limpa, eficiente, rentável e indutor do desenvolvimento.	Risco Estratégico – Imagem 1. Sustentabilidade 2. Comunicação Institucional
	2. Consolidar a comunicação institucional e mercadológica do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Imagem 1. Comunicação Institucional 2. Comunicação de Crises 3. Relações Institucionais com Partes Interessadas
11 - Minimizar as amarras institucionais internas e externas	1. Identificar as amarras institucionais que dificultam a atuação do Sistema Eletrobras em condições competitivas e atuar junto às instâncias decisórias, visando à supressão das restrições.	Risco Conformidade – Reporte 1. Informações e Dados Técnicos 2. Relatórios Risco Estratégico – Imagem 1. Relações Institucionais com Partes Interessadas
	2. Revisar e aprimorar os normativos internos (Suprimento, RH, Jurídico), visando à supressão de restrições endógenas.	Risco Conformidade – Legislação e Regulamentação
	3. Implantar uma gestão voltada para eliminação de redundâncias, ganhos de escala e busca de eficiência operacional.	Risco Estratégico – Modelo de Negócio 1. Sustentabilidade
	4. Negociar e implantar contratos de medição de desempenho das empresas do Sistema Eletrobras com o acionista majoritário.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Desempenho da alta Administração
12 - Intensificar a atuação integrada em PD+I e mensurar sua contribuição para a Empresa	1. Consolidar e aprimorar os mecanismos de integração e de identificação, análise, proposição e execução de projetos de P&D+I do Sistema Eletrobras.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	2. Aprimorar a gestão dos projetos de P&D+I, considerando os mecanismos de mensuração de resultados.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I
	3. Estabelecer mecanismos para assegurar fluxos contínuos de recursos para P&D+I.	Risco Estratégico – Governança Corporativa 1. Governança de P&D +I

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Com a finalidade de atender os objetivos da organização, foram implementadas as seguintes adequações na estrutura/atividades da empresa:

- Reestruturação organizacional da empresa.
- Redução de programas relacionados a treinamento e desenvolvimento pessoal.
- Redução de orçamento para Agência de Publicidade.
- Redução da aquisição de brindes institucionais e materiais para feiras e eventos, ficando somente aqueles imprescindíveis.
- Redução das viagens, participação em reuniões, grupos de trabalho, comitês, seminários, treinamentos, por meio de videoconferências e utilização de empregado educador.
- Revisão nos contratos e diminuição das contratações de pessoal terceirizado.
- Incorporação das SPEs em que a Empresa detém 100% do Capital Social.

A divulgação dos objetivos estratégicos foi realizada quando do lançamento do plano estratégico, por meio de cartilhas, quadros de avisos eletrônicos e cartazes, que permanecem vigentes. As metas específicas de 2013 foram divulgadas a todos os gerentes por meio de resolução da Diretoria Executiva.

Para atingir os objetivos estratégicos, a Eletrosul executa ações alinhadas às estratégias integradas das empresas Eletrobras, conforme o Plano de Metas e Ações apresentado no item a seguir.

QUADRO A.2.1.4 – Plano De Metas E Ações

Objetivos Relac.	Metas	Ações
1, 2, 9	Obter uma Receita Operacional de, no mínimo, R\$950 milhões no ano de 2013	Incorporação das SPEs em que a Empresa detém 100% do Capital Social.
		Reduzir a Parcela Variável dos ativos de transmissão em relação ao Pagamento Base da Função de Transmissão
		Aumentar o Índice de Disponibilidade de Geração para todas as usinas da empresa
		Aumentar o Índice de Disponibilidade de Transmissão
		Aumentar o nível de realização dos investimentos aprovados
		Cumprir os cronogramas físicos de implantação dos empreendimentos de transmissão
		Cumprir os cronogramas físicos de implantação dos empreendimentos de geração
		Garantir níveis adequados da rentabilidade da carteira de projetos de geração frente a rentabilidade esperada à época do leilão
		Garantir níveis adequados da rentabilidade da carteira de projetos de transmissão frente a rentabilidade esperada à época do leilão

6, 11	Reduzir em, no mínimo, 5% os Custos Operacionais (PMSO) em relação ao valor orçado para 2013.	Revisão de programas relacionados a treinamento e desenvolvimento pessoal.
		Revisão do programa de patrocínio da Empresa em 2013, com o cancelamento da quase totalidade dos projetos.
		Suspensão da aquisição de brindes institucionais e materiais para feiras e eventos, ficando somente aqueles imprescindíveis.
		Revisão das viagens, participação em reuniões, grupos de trabalho, comitês, seminários, treinamentos, etc.
		Revisão da contratação da Agência de Publicidade.
		Reavaliação das contratações de pessoal terceirizado e postos de serviços.
		Extinção do escritório regional de Brasília.
		Revisão da Política de Operação.
		Extinção da estrutura do Programa Luz para Todos.
		Extinção da estrutura da Coordenação da Hidrelétrica de Mauá – CHM.

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

As limitações foram decorrentes de restrições orçamentárias e financeiras, licenciamentos ambientais, problemas geológicos, ajustes de projetos, alterações de cronogramas, problemas de fornecimento de materiais e equipamentos, alterações contratuais, interferências regulatórias e intempéries climáticas.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui programas sob sua responsabilidade previstos no PPA, respondendo, contudo, por algumas ações vinculadas aos programas 2033 – Energia Elétrica, 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia e 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais, motivo pelo qual não apresenta informações dos itens 2.2.1, 2.2.2 da portaria nº175.

2.2.3 Ações

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. não possui Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS tendo apenas Orçamento de Investimento, motivo pelo qual não apresenta informações dos itens 2.2.3.1 a 2.2.3.3 da portaria nº175.

2.2.3.4 Ações - Orçamento de Investimento - OI

Programa 2033 – Energia Elétrica

Ação 12DQ – Implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo com 53 MW e Sistema de Transmissão Associado em 34 e 69 kV, com 43 km de extensão

A ação 12DQ compreende a implantação do Complexo Hidrelétrico São Bernardo, composto pelas PCH Barra do Rio Chapéu no Rio Braço do Norte e João Borges no Rio Caveiras, no Estado de Santa Catarina.

QUADRO A.2.2.3.4.1 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 1

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.12DQ. 0042		Tipo: projeto	
Título	Implantação do Complexo São Bernardo com 53 MW, e de Sistema de Transmissão Associado, em 34 e 69 KV, com 43 Km de Extensão.			
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas		Código: 000R	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		Código: 32225	
Ação prioritária	Não			
Execução Financeira (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
24.945.186	51.540.025		42.697.230	
Execução Física				
Descrição da Meta	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação do Complexo São Bernardo para Geração de Energia Elétrica	%	4,00	5,00	5,00

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Início em outubro de 2005 e conclusão em julho de 2013.

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do complexo atingiu dentro do exercício, um avanço acumulado de 64%, correspondente a conclusão das PCHs João Borges e Barra do Rio Chapéu. As PCHs que corresponderiam ao restante do Complexo estão desautorizadas pela ANEEL. O projeto está concluído.

- **Fatores Intervenientes:**

PCH Barra Do Rio Chapéu

O processo de licitação nº 90570212 para contratação do projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, obras civis, montagem eletromecânica e comissionamento da PCH Barra do Rio Chapéu lançado em 23/10/2007 resultou deserto, isso prejudicou o cronograma de implantação do empreendimento devido à necessidade da revisão e consolidação do Projeto Básico aprovado pela ANEEL.

A Eletrosul passou por dificuldades relacionadas ao licenciamento ambiental do sistema de transmissão associado à PCH Barra do Rio Chapéu, que impediram a definição exata da data de operação comercial da usina, conforme carta CE DE-0047/2010, encaminhada a ANEEL em 09/07/2010. A referida Licença Ambiental foi emitida somente em 07/01/2011.

Foram encontradas falhas geológicas no leito da barragem. Após limpeza da fundação verificou-se que esta falha era contínua ao longo do barramento. Foram necessários então estudos geotécnicos adicionais para verificar a realidade da fundação bem como determinar a solução de engenharia necessária para permitir o assentamento da barragem. Estes estudos adicionais, os ajustes de projeto e a execução do tratamento desta falha impactaram no cronograma do empreendimento.

Nas capelas do túnel de adução ocorreram alguns escorregamentos de materiais. sendo necessária a instalação de cambotas metálicas nestes locais para estabilização. O túnel apresentou deslocamentos relacionados a zonas cisalhadas o que exigiu muita prudência e

esforço individual (coragem) da equipe técnica para sua estabilização. Quando viabilizado o acesso com segurança, a situação encontrada extrapolou, negativamente, às expectativas, comprometendo o cronograma projetado para a obra, necessitando de prazo adicional para a conclusão dos serviços

PCH João Borges

Em Maio de 2011, relataram-se atrasos das obras civis devido ao imprevisto geológico que implicou na construção de uma Chaveta sob o Barramento da Usina e tratamento da fundação da casa de força por meio de injeções de consolidação. Estes eventos implicaram novas inspeções geológicas, instruções de campo, desenvolvimento de novos projetos executivos, reuniões de projeto e obra, escavações em rocha não previstas inicialmente sob condições especiais de segurança, injeções de concreto para consolidação da rocha e outros serviços adicionais.

Além disso, a carência de fornecimento do cimento constatada no país afetou a obra da PCH João Borges. No final de Agosto de 2011 ocorreram chuvas que resultaram no galgamento da ensecadeira do Canal de Fuga/Casa de Força. Esse imprevisto teve impacto de uma semana até o esgotamento do local.

Devido ao faturamento existente na seção do barramento, tornou-se necessário à execução de chaveta sob o barramento. A dificuldade em realizar o serviço de escavação e os riscos envolvidos em possíveis deslizamentos de rocha, atrasou consideravelmente o cronograma.

Em junho de 2012 finalizaram-se as escavações na chaveta e a continuação da armação no alteamento da casa de força. Essas obras, não previstas no cronograma, atrasaram o avanço físico previsto.

- **Restos a pagar:**

A Eletrosul não é um órgão da Administração Direta e, portanto não possui restos a pagar. Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

PCH Barra Do Rio Chapéu

O ano de 2013 marcou a conclusão das obras de implantação da PCH Barra do Rio Chapéu, sendo desenvolvidas as seguintes atividades:

Conclusão da montagem dos equipamentos eletromecânicos da usina;

Conclusão do comissionamento das duas Unidades Geradoras da usina;

Execução da ponte sobre o canal de fuga; e

Acabamentos civis do edifício de controle.

Em 07/02/2013 foi emitido a Licença Ambiental de Operação (LAO) pela FATMA (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina).

As duas unidades geradoras de usina foram liberadas para entrarem em operação comercial em 19/02/2013 conforme Despacho ANEEL nº 380 de 18/02/2013.

PCH João Borges

Em 2013 teve início a operação comercial da PCH João Borges. Dentre as atividades que foram registradas no período pode-se listar:

Finalização das Obras Civis da Usina;

Entrega em obra, montagem e comissionamento dos equipamentos eletromecânicos;

Comissionamento das três Unidades Geradoras nos meses de maio, junho e julho/2013;

Acabamentos civis e paisagismo.

Em 26 de Maio de 2013 foi iniciada a operação em testes da primeira unidade geradora. Nos meses seguintes, em 18 de Junho de 2013 e 21 de Julho de 2013 foram conectadas ao sistema as demais unidades geradoras, UG-02 e UG-03 respectivamente.

As duas unidades geradoras foram liberadas para operação comercial conforme os seguintes despachos:

Despacho ANEEL UG-01 e 02: 26/07/2013 - 2.693-2013

Despacho ANEEL UG-03: 02/08/2013 - 2.766-2013

Em 04/07/2013 foi emitida a Licença Ambiental de Operação (LAO) pela FATMA (Fundação de Amparo ao Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina), de número 5540/2013.

Ação 1K88 – Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá com 361,0 MW (PR) e Sistemas de Transmissão Associados em 230 kV, com 43,2 km e 108 km de extensão.

A ação 1K88 compreende a implantação da UHE Mauá e do sistema de transmissão associado, localizado no Estado do Paraná, abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Sapopema, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

QUADRO A.2.2.3.4.2 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.1K88.0041		Tipo: Projeto	
Título	Implantação da UHE Mauá, com 361 Mw, e Sistemas de Transmissão Associados, em 230 Kv, com 41 Km e 110 Km de Extensão (PR)			
Iniciativa	Implantação da Usina Hidrelétrica Mauá		Código: 000E	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica com modicidade tarifária. Código: 0019			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		Código: 32225	
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial*	Dotação Final		Valor Realizado	
69.658.330	94.107.600		91.959.911	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação da UHE Mauá e Sistema de Transmissão Associado	%	2,00**	2,00	1,00***

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro

* A Dotação Inicial é a soma dos valores previstos pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 e reabertura de crédito extraordinário de 2012 para 2013 pelo Decreto de 23/01/2013.

** O empreendimento já havia realizado 99% de meta física no ano de 2012, sendo previsto para 2013 apenas 1%, porém a reabertura em 2013 de parte do crédito extraordinário de 2012 trouxe a previsão de mais 1% por questões de limitação do sistema SIOPE do DEST, 1% este que não teria como ser realizado, caso contrário a obra alcançaria 101% de realização física.

***Constatou-se em 17/02 que a realização física deste empreendimento foi de 1,0%, que devido ao fechamento do sistema não foi possível retificar. A divergência ocorreu devido à interpretação do Consórcio responsável, que considerou que os serviços já prestados e não pagos por pendências não haviam sido realizados. Já a realização econômica considerou os serviços citados como realizados, devido às apropriações contábeis. Para equiparar com a realização econômica estes serviços foram também considerados como realizados no percentual físico e justificados ao DEST.

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

A obra teve início em julho de 2008. Em novembro e dezembro de 2012 entraram em operação comercial as unidades UG1, UG2 e UG3, e em janeiro de 2013, as UG4 e UG5, da casa de força complementar.

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do empreendimento apresentou, dentro do exercício de 2013, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

O Contrato de Concessão nº 001/2007-MME – UHE Mauá prevê alterações na UHE Presidente Vargas, de propriedade da empresa Klabin. O fato de não se ter definido, em tempo hábil, sobre estas alterações, acarretou a postergação do marco contratual MC-10A (Pronto para início da operação comercial da UH Presidente Vargas). Estas alterações para a recapacitação da UG-01 da Usina, só foram aprovadas pela proprietária em 28 de fevereiro de 2013, com o aceite da alternativa proposta pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Há necessidade também de se aprovar o Projeto Básico da recapacitação junto à ANEEL, o que mantém indefinida a data para cumprimento do marco MC-10A. A previsão é que os serviços de recapacitação da unidade geradora somente sejam concluídos em meados de 2015.

Pelo fato de a usina já estar em operação, estes valores posteriormente comporão o investimento da ação de Manutenção do Sistema de Geração.

Com a entrada em operação da última UG a empresa respeitando a orientação da ANEEL fez a apropriação de todos os valores de serviços realizados e não pagos por motivo de algum tipo de pendência.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Empreendimento em operação. Obra concluída.

- **Outras Considerações:**

- a) **Sistema de Transmissão associado ao empreendimento da UHE Mauá**

Em 23/11/2012 foi assinado o termo de transferência dos ativos do Sistema de Transmissão Associado ao Empreendimento da UHE Mauá para a Copel Geração e Transmissão S.A., concessionária de transmissão responsável pela atividade na área.

- b) **Monitoramento do Reservatório da UHE Mauá**

Em 2013 a empresa Ingá Engenharia e Consultoria Ltda. fez inspeções, monitoramento e avaliação das condições de estabilidade das margens do reservatório após sua formação, em face da implantação e operação da UHE Mauá, incluindo as áreas de influência das variantes das LTs de 750 kV de Furnas.

- c) **Área de Preservação Permanente - APP**

Em 2013 foram feitos 60 km de cercas para isolamento da área de APP do reservatório.

- d) **Operação e Manutenção da UHE Mauá**

A disponibilidade das unidades geradoras (89,07%) está dentro do esperado para o primeiro ano de operação da usina. Observa-se também que a maior parte da indisponibilidade é do tipo programada, e está relacionada às inspeções em garantia, como as paradas de 1.000 e 5.000 horas. A taxa de falha (17,7) é considerada elevada, mesmo para uma usina nova. Mesmo assim a disponibilidade foi pouco afetada, já que a indisponibilidade forçada foi de apenas 1,29%.

Isto ocorreu porque o TMR – Tempo Médio de Reparo – foi bastante baixo, de apenas 5,78 horas.

e) Resumo das Atividades de O&M

Em 2013, foram executadas 2696 ordens de serviço.

No período, foram concluídas 372 guias de manutenção. O número final de guias estimado é de 587, ou seja, atualmente o trabalho está 63% concluído. A elaboração das guias de serviço depende, em grande parte, da sua primeira execução, daí o motivo de 37% ainda não terem sido elaboradas.

A equipe de operação concluiu a elaboração de 37 guias de inspeção, ficando esta atividade totalmente concluída.

Em 31/12/2013 a equipe de O&M e seus terceirizados contavam com 1248 dias sem acidentes de trabalho.

f) Revisões em Garantia das Unidades Geradoras

Foram realizadas as seguintes revisões em 2013:

- Revisão de 1000 horas
 - UG 1 – realizada nos dias 21/01/2013 a 01/02/2013
 - UG 2 – realizada nos dias 18/02/2013 a 01/03/2013
 - UG 3 – realizada nos dias 08/04/2013 a 20/04/2013
 - UG 4 – realizada nos dias 18/03/2013 a 22/03/2013
 - UG 5 – realizada nos dias 01/04/2013 a 05/04/2013
- Revisão de 5000 horas
 - UG 1 – realizada nos dias 14/10/2013 a 25/10/2013
 - UG 2 – realizada nos dias 23/09/2013 a 10/10/2013
 - UG 3 – realizada nos dias 02/09/2013 a 14/09/2013
 - UG 4 – realizada nos dias 04/11/2013 a 09/11/2013
 - UG 5 – realizada nos dias 18/11/2013 a 23/11/2013

g) Energia Gerada

No ano de 2013 foram contabilizados na CCEE 2.394.443,56 MWh. Conforme o Contrato de Concessão, a garantia física de energia é de 197,7 MWh médios, e a nossa geração foi de 273,34 MWh médios, gerando 38,26% a mais do que o compromisso assumido.

Em 2013 foram gerados: 2.394.443,56 MWh

Em 2012 foram gerados: 199.275,12 MWh

Total da Geração da Usina: 2.593.718,68 MWh

Principalmente por tratar-se de empreendimento integrante do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, sua operação proporciona o aumento na capacidade de geração de energia elétrica necessário para o desenvolvimento do país, atendendo à crescente demanda de consumo e assegurando a expansão da oferta planejada para essa atividade econômica.

Com o retorno da Eletrosul à atividade de geração, nos termos da Lei nº 10.848/2004, a construção desse empreendimento com capacidade de produção de 363,14 MW representa uma etapa importante na sua consolidação como Empresa Geradora de Energia Elétrica.

A área de influência da UHE MAUÁ e do Sistema de Transmissão Associado é no Estado do Paraná, abrangendo áreas rurais dos municípios de Telêmaco Borba, Ortigueira, Curiúva, Ibatí, Figueira, Arapoti, Ventania e Jaguariaíva.

Este projeto foi implantado pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS formado pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia (51%) e Eletrosul Centrais Elétricas S. A. (49%). Com potência instalada de 363,14 MW e garantia física 197,7 MW médios, a UHE Mauá é constituída de uma Usina Principal com 3 Unidades geradoras tipo Francis Vertical de 117,36 MW cada, e uma Usina Complementar com 2 Unidades geradoras tipo Francis Horizontal de 5,529 MW cada. Fica localizada no Rio Tibagi, logo a montante do local denominado Salto Mauá, nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, no Paraná. Para a conexão da usina ao Sistema Interligado Nacional foram construídas as linhas de transmissão LT 230 kV Mauá – Jaguariaíva e a LT 230 kV Mauá – Figueira, e as subestações SE Mauá 230 kV, que se conecta com as subestações de Jaguariaíva e Figueira através das duas LTs de 230 kV, e a SE Elevadora da Usina Complementar se interliga a SE Mauá.

Sua capacidade instalada é suficiente para atender o consumo de aproximadamente 1 milhão de pessoas.

Comunicação Social: A aproximação com a população atingida tem sido alcançada com as ações do Programa de Comunicação Social, por meio das quais o empreendedor minimiza sentimentos de desconfiança e insegurança na população em geral, além de promover uma imagem positiva do empreendimento e das empresas consorciadas. Entre as informações divulgadas estão às características do projeto, o andamento da obra, os possíveis impactos e as medidas para mitigá-los, bem como informações gerais sobre energia elétrica e questionamentos que podem surgir de parte do público-alvo – aos quais a equipe responsável pelo Programa de Comunicação Social está sempre atenta.

Reassentamento: Até 31/12/2013, foram 143 áreas adquiridas para reassentamento. No ano de 2013 foram concedidas 16 cartas de crédito. O reassentamento como um todo, é disponibilizado ao público-alvo mediante aquisição de imóvel, incluídas as benfeitorias produtivas e não produtivas existentes no imóvel e as benfeitorias a construir no caso de necessidade de melhoramentos no imóvel.

Ações Mitigatórias: Proporcionar o desenvolvimento econômico e social sustentável à região afetada pela construção da Usina e do Sistema de Transmissão Associado, através de programas e ações mitigadoras dos impactos sócio-ambientais em desenvolvimento como:

- Monitoramento das Condições Climatológicas;
- Observação das Condições Hidrossedimentológicas;
- Monitoramento dos Taludes Marginais;
- Monitoramento das Condições Sismológicas;
- Monitoramento da Qualidade da Água;
- Subprograma de Monitoramento das Águas Subterrâneas;
- Subprograma de Monitoramento das Condições Limnológicas e da Qualidade da Água;
- Subprograma de Macrófitas Aquáticas;
- Conservação da Flora e Fauna;
- Subprograma de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar;
- Subprograma de Compensação Ambiental;
- Subprograma de Salvamento e Conservação da Flora;
- Subprograma de Monitoramento e Conservação da Fauna;
- Subprograma de Resgate e Salvamento Científico da Fauna e Flora;
- Subprograma de Inventário, Monitoramento e Manejo da Ictiofauna;
- Resgate do Patrimônio Arqueológico: Prospecção, Monitoramento, Salvamento e Educação Patrimonial;

- Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico;
- Remanejamento da População Atingida;
- Monitoramento da População Atingida;
- Readequação e Relocação de Infraestrutura;
- Apoio as Atividades Rurais;
- Controle da Saúde Pública;
- Apoio a População Migrante;
- Comunicação Social;
- Educação Ambiental;
- Gestão do Reservatório;
- Proteção as Abelhas Melíferas e Nativas do Médio Tibagi;
- Subprograma para acompanhamento da Produtividade do Mel;
- Subprograma para Abelhas Nativas;
- Atividades junto à Sociedade Organizada;
- Visitas ao canteiro de obras;
- Programa de rádio "Mauá Mais Energia";
- Visitas de autoridades ao empreendimento;
- Produção de material gráfico e audiovisual sobre o empreendimento; e
- Participação em eventos regionais e organização de eventos próprios com o objetivo de divulgar o empreendimento.

Condicionante Indígena: O Projeto Básico Ambiental (PBA) do Componente Indígena faz parte do processo de licenciamento da UHE Mauá. Para isto, segue as orientações dos Estudos Socioambientais nas Terras Indígenas de Queimadas e Mococa que atenderam ao Termo de Referência FUNAI – Ofício nº 235/CMAM/CGPIMA/2006.

Referidos estudos foram detalhados em uma Matriz de Impactos que foi aprovada pela FUNAI e posteriormente apresentada nas Terras Indígenas. Para cada impacto oriundo da UHE Mauá nas respectivas Terras Indígenas, foram indicadas medidas de mitigação, apoio ou compensação. Considerando os estudos prévios, as orientações institucionais e a participação indígena, este PBA é constituído por oito programas e treze subprogramas voltados tanto aos aspectos ambientais quanto aos aspectos socioculturais ensejados pela interface empreendimento comunidades indígenas. Tais Programas foram aprovados pela FUNAI em 25 de maio de 2012 através do Ofício nº 340/2012/DPDS-FUNAI-MJ.

Os referidos Programas e Subprogramas visam à mitigação e compensação dos impactos socioambientais oriundos da construção e operação da UHE Mauá estando organizados da seguinte maneira:

- I- Programa de Articulação de Lideranças Indígenas, Execução, Gestão e Monitoramento do PBA.
- II- Programa de Apoio às Atividades Agropecuárias das Comunidades Indígenas.
- III- Programa de Vigilância e Gestão Territorial das Terras Indígenas.
- IV- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Proteção de Nascentes.
- V- Programa de Fomento a Cultura e Fomento a Atividades de Lazer.
- VI- Programa de Melhoria da Infraestrutura das Terras Indígenas.
- VII- Programa de Monitoramento da Qualidade da Água do Rio Tibagi.
- VIII- Programa de Monitoramento da Fauna.

O CECS entende que o conhecimento dessas informações é absolutamente imprescindível para a fiscalização por parte do órgão responsável pelo licenciamento (IAP), bem como pela sociedade.

Principais atividades relativas aos Indígenas em 2013:

- Janeiro e fevereiro: Implantação da safra de cereais totalizando área de 295,65 hectares das culturas de milho, feijão e arroz. A totalidade desta área foi executada através do método da agricultura orgânica.
- Março e abril: Entrega de 8 camionetes, 2 veículos automotores, 1 ambulância, 11 motocicletas, 1 mini ônibus, 6 tratores de 85 HP e 2 tratores de 110 HP.
- Maio: Entrega de 73 implementos agrícolas nas terras indígenas.
- Junho: Entrega de 5 caminhões e 3 ônibus de 44 lugares.
- Agosto: Contratação de empreiteiras para construção de 33 edificações nas terras indígenas.
- Setembro: Realização de análises de solo, aquisição e aplicação de corretivos agrícolas. Início das operações agrícolas para plantio da safra 2013-2014.
- Novembro e dezembro: Aquisição e entrega de 41 novilhas e 3 touros nelore na Terra Indígena Barão de Antonina e 9 novilhas e 3 touros nelore, 6 novilhas gir-leiteira e 3 cavalos crioulos e 3 cavalos quarto de milha na Terra Indígena Pinhalzinho. Elaboração de mapas georreferenciados das terras indígenas e início da implantação de ações referentes à recuperação de áreas degradadas e gestão territorial.
- Realização de 57 cursos técnicos nas terras indígenas, conforme diretrizes do PBA-CI.
- Realização de 46 cursos de habilitação destinados à indígenas.
- Coordenação das atividades de 14 técnicos e 58 indígenas contratados para execução do PBA-CI.

Ação 10D6 – Implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos com 48 MW e Sistema de Transmissão Associado em 138kv, com 40km de extensão

A ação 10D6 compreende a implantação da Usina Hidrelétrica São Domingos e do sistema de transmissão associado, localizada no Estado do Mato Grosso do Sul, no Rio Verde, na divisa dos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.

QUADRO A.2.2.3.4.3 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 3

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.10D6. 0054		Tipo:Projeto	
Título	Implantação da UHE São Domingos, com 48 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv, com 40 Km de extensão (MS).			
Iniciativa	Implantação de Usinas Hidrelétricas		Código: 000S	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica. Código: 0019			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		Código: 32225	
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
45.027.717*	48.335.908		45.681.151	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação da UHE São Domingos e Sistema de Transmissão Associado	%	2,00	2,00	1,00**

* A Dotação Inicial é a soma dos valores previstos pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 e reabertura de crédito extraordinário de 2012 para 2013 pelo Decreto de 23/01/2013.

** Constatou-se em 17/02 que a realização física deste empreendimento foi de 2,1%, que devido ao fechamento do sistema não foi possível retificar. A divergência ocorreu devido à interpretação de nossa engenharia, que considerou que os serviços já prestados e não pagos por pendências, não haviam sido realizados. Já a realização econômica considerou os serviços citados como realizados, devido às apropriações contábeis. Para equiparar com a realização econômica estes serviços foram também considerados como realizados no percentual físico e justificados ao DEST.

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Essa ação iniciou em janeiro de 2008 e foi concluída em Julho de 2013.

- **Execução das Metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

Entrada em operação comercial da Unidade Geradora 1: 14/06/2013. Entrada em operação comercial da Unidade Geradora 2: 27/07/2013

- **Fatores Intervenientes:**

O cronograma físico do empreendimento, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e constante do Contrato de Concessão nº 092/2002, ficou suspenso tendo em vista a instauração do Inquérito Civil nº 053/2002. Com a celebração de Termo de Acerto Conduta – TAC, em janeiro de 2006, foi reaberto o processo de licenciamento ambiental, com a obtenção em maio de 2007, da Licença Prévia-LP.

Durante a realização de estudos complementares ocorreu resistência de alguns proprietários, o que provocou atraso na execução do Projeto Básico da UHE São Domingos. Ressalta-se que dentre as condicionantes para a emissão da Licença de Instalação - LI, a desafetação da RPPN Cachoeira Branca e a aprovação da Avaliação Ambiental Estratégica eram fundamentais e só foram obtidas em 12/2008. Havia também a necessidade de licenciamento separado do canteiro de obras, caminhos de serviço para início das obras, o que prejudicou o início das obras do empreendimento. A Licença Ambiental de Instalação só foi obtida em 29/06/2009, o que impactou no cronograma inicialmente estabelecido.

Outros acontecimentos que impactaram no cronograma do empreendimento foram às chuvas ocorridas em março/2011 que ocasionaram o alagamento da Casa de Força e danos na ponte do canteiro de obras bem como o incêndio nos alojamentos ocorrido no mesmo período.

No dia 16 de março de 2012 o IMASUL encaminhou à Eletrosul o ofício AJU/Nº493/12, embargando as obras da Usina Hidrelétrica São Domingos alegando o descumprimento da condicionante 13 da LI, relativa ao projeto do Mecanismo de Transposição de Peixes. Após diversas ações da Eletrosul, o IMASUL suspendeu o embargo no dia 30 de março, sendo iniciada a partir desta data a remobilização do pessoal da obra. Além dos dias parados houve um atraso até a retomada total dos serviços que prejudicaram o cronograma.

Em 2012 a UHE São Domingos sofreu atrasos novamente devido a grande quantidade de chuvas que atingiu a região e as tentativas de incêndio nos alojamentos do empreendimento.

Por problemas técnicos e gerenciais ocorridos durante a implantação da UHE São Domingos, o CCSD – Consórcio Construtor São Domingos não teve êxito em disponibilizar para Operação Comercial as unidades geradoras nos prazos definidos em contrato, ou seja:

QUADRO A.2.2.3.4.4 – Datas De Realização – Unidade Geradora

Operação Comercial	Data Contratual	Data realizada
Unidade Geradora 1	01/03/2013	14/06/2013
Unidade Geradora 2	14/04/2013	27/07/2013

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Desta forma, em 26/08/2013, através da correspondência UHSD-E-EVCE-GRL-P00-0386-0 o CCSD comunicou a Eletrosul a suspensão as obras.

Com a entrada em operação comercial das unidades geradoras várias estruturas e atividades ficaram semi construídas ou com pendências, o que levou a Eletrosul, após a decisão do CCSD em suspender conclusão das obras, a rescindir de forma unilateral o contrato de implantação da UHE São Domingos, para assim, poder concluir as obras visando garantir uma operação segura da usina.

- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Empreendimento em operação. Obra concluída.
- **Outras Considerações:**
A implantação da UHE São Domingos representou um aumento de 48 MW à capacidade de geração de energia elétrica no país. Proporcionando o incremento da atividade econômica dos municípios atingidos, a partir da arrecadação de impostos, tributos e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos.
Para a Empresa, representa o retorno a Geração de Energia Elétrica, nos termos de que dispõe a Lei nº 10.848/2004.
Essa usina foi construída no estado do Mato Grosso do Sul, englobando os municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo.
Essa obra está contemplada no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Ação 10D7 – Implantação do Complexo Hidrelétrico Alto da Serra, com 37,5 MW (SC) para a geração de energia elétrica

A ação 10D7 compreende a implantação do Complexo Alto da Serra e é constituído por duas PCH's com capacidade total instalada de 37,5 MW, sendo a PCH Santo Cristo implantada no trecho médio do rio Pelotinhas, a 5 km de sua foz, e a PCH Coxilha Rica no trecho médio do Rio Pelotinhas a 35 km de sua foz no Rio Pelotas, no sudeste do Estado de Santa Catarina, municípios de Capão Alto e Lages.

Um Sistema de Transmissão Associado composto de uma LT em 138kV, em Circuito Simples, deverá ser instalado entre as PCHs e a subestação coletora SE Santo Cristo.

QUADRO A.2.2.3.4.5 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 4

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.10D7. 0042		Tipo: Projeto	
Título	Implantação do Complexo Alto da Serra com 37 Mw e de Sistema de Transmissão Associado, em 138 Kv com 54 Km de extensão (SC) .			
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas		Código: 000R	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica com modicidade tarifária			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		Código: 32225	
Ação prioritária	Não			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado		
88.518.092	10.962.000	3.935.145		
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação do Complexo Alto da Serra e Sistema de Transmissão Associado.	%	12,00	1,0	0,00

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

As Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deveria iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015. No entanto, devido à demora na publicação das Resoluções Autorizativas, a Eletrosul busca neste momento junto a ANEEL a revisão deste cronograma.

- **Execução das metas:**

O Complexo Alto da Serra é composto pelas PCHs Santo Cristo e Coxilha Rica, no rio Pelotinhas, Estado de Santa Catarina.

Em 18/04/2011 foi publicado o Despacho nº 1.387 que indeferiu as outorgas requeridas pela Eletrosul para implantar os empreendimentos.

A Eletrosul entrou com recurso contra o Despacho e em 05/12/2012 foram publicadas as Resoluções Autorizativas nº 3.533 e 3.534 de 12/06/2012, que autorizaram a Eletrosul a implantar os empreendimentos.

As Autorizações trazem o início das obras da PCH Santo Cristo em março/2013 e término em fevereiro/2015, enquanto a PCH Coxilha Rica deveria iniciar em fevereiro/2013 e terminar em fevereiro/2015. Devido à demora na publicação das Resoluções Autorizativas a Eletrosul busca neste momento junto a ANEEL a revisão deste cronograma.

Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras.

As tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início do empreendimento já foram iniciadas.

- **Fatores Intervenientes:**

Inicialmente, o indeferimento inicial das outorgas, pela ANEEL, para a Eletrosul implantar e explorar as citadas PCHs impossibilitou a execução de qualquer atividade, uma vez que sem dispor de Ato Autorizativo da ANEEL, entretanto, em 2013, essa questão foi superada.

Após a autorização da ANEEL para retomada do projeto pela Eletrosul a FATMA suspendeu a Licença de Instalação da PCH devido o empreendimento não possuir Parecer Técnico do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – favorável à sua emissão, até que fosse regularizada a situação do mesmo junto àquele órgão.

A Eletrosul obteve Parecer Técnico do IPHAN favorável à emissão da Licença Ambiental de Instalação da PCH Santo Cristo, entretanto a FATMA questionou a competência ambiental do licenciamento ambiental do mesmo ao IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que manteve o licenciamento ambiental na esfera estadual.

Atualmente, o licenciamento ambiental da PCH Santo Cristo tramita na esfera estadual, na Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA.

Quanto a PCH Coxilha Rica, atualmente a Eletrosul ainda está buscando a sua regularização junto ao IPHAN e FATMA.

- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.
- **Outras Considerações:**
Condição operacional – fase do projeto:
Com a nova Resolução Autorizativa publicada já foram iniciados serviços complementares de sondagem e topografia na PCH Santo Cristo visando consolidar os projetos para licitação das obras.
Continuam as tratativas junto aos órgãos ambientais buscando as licenças necessárias ao início da PCH Santo Cristo.

Ação 1050 – Ampliação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul e no Mato Grosso do Sul

A ação de Ampliação do Sistema de Transmissão na região Sul é composta por diversos empreendimentos decorrentes de resoluções da ANEEL, autorizando a ampliação e reforços/melhorias, no sistema de transmissão na região Sul, adequando à evolução das necessidades operacionais e possibilitando a manutenção dos elevados índices de desempenho operacional deste sistema.

QUADRO A.2.2.3.4.6 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 5

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.1050. 0001		Tipo: Projeto	
Título	Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e no Mato Grosso do Sul.			
Iniciativa	Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações		Código: 0027	
Objetivo	Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras. Código: 0036			
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225	
Ação prioritária	Não			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
201.112.391	60.652.510		50.375.919	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada

Ampliação do Sistema de Transmissão na Região Sul e MS.	%	28,00	19,00	13,00

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Esta ação iniciou em Janeiro de 2008 e a sua conclusão está prevista para dezembro de 2015.

- **Execução das metas:**

Em 2013 foram concluídos os seguintes empreendimentos:

- SE JOINVILLE NORTE 230/138 kV, 150 MVA – AMPLIAÇÃO “C”: Instalação do 3º Autotransformador 230/138-13,8 - 150MVA e conexões associadas. A obra foi iniciada em 26/10/2011 e concluída em 24/09/2013.

- SE NOVA SANTA RITA 525/230 kV, 2688 MVA – AMPLIAÇÃO “F”: Instalação do 4º Banco de Autotransformadores 525/230- 13,8 - 672MVA e conexões associadas. A obra foi iniciada em 22/02/2012 e concluída em 15/12/2013.

- SE Ijuí 2 230/69 kV*: instalação de 02 (dois) transformadores trifásicos 230/69 kV, 83 MVA cada. A obra foi iniciada em 06/10/2010 e concluída em 14/04/2013. Foi incorporada pela Eletrosul em 29/05/2013.

- **Fatores Intervenientes:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.879/2011

O Seccionamento da LT 138kV Jorge Lacerda A – Palhoça na SE Garopaba Encantada (CELESC), sofreu atraso devido aos sucessivos problemas ocorridos por conta das dificuldades de definição na localização da SE, as tratativas quanto ao futuro deste empreendimento estão sendo acompanhadas junto à CELESC e à ANEEL pela ARN (Assessoria de Regulação e Negócios – Eletrosul).

Com o recebimento da carta CELESC nº 971469 (datada de 10/05/2013), que contem informações sobre o andamento deste empreendimento, a Eletrosul está tomando as providências necessárias para possibilitar a postergação do prazo de energização dos seus módulos de entrada de linha junto à ANEEL. Uma destas providências foi o envio da correspondência CE ARN-0209/2013 (datada de 20/11/2013) à própria ANEEL, solicitando a revogação da respectiva autorização com ressarcimento de gastos realizados ou, alternativamente, a postergação do prazo de energização do empreendimento para setembro/2015.

No momento as atividades relativas à ampliação da SE GEA continuarão suspensas, aguardando a sinalização da ARN quanto às negociações da CELESC. A Eletrosul necessitará de, no mínimo, 20 meses após a confirmação da localização para o reinício das atividades. Desta forma, o prazo CELESC de dezembro/2014 para a energização da SE, levando em conta a previsão de conclusão das negociações pelo terreno da SE (entre CELESC e prefeitura de Garopaba) ser para o 4º trimestre de 2013, é inviável para a Eletrosul concluir as obras de sua responsabilidade.

O Seccionamento da LT 138 kV Palhoça Imbituba na SE Palhoça Pinheira (Celesc), sofreu prorrogação devido ao atraso das licenças ambientais prévias e de instalação e os atrasos na implantação da infraestrutura da SE Palhoça Pinheira (CELESC). A Eletrosul recebeu a carta CELESC nº 983562 (datada de 18/10/2013, em resposta à correspondência CE ARN-0174/2013), onde a distribuidora CELESC encaminhou cronograma das obras de

implantação da SE, prorrogando o prazo de energização deste empreendimento para final de outubro/2014. Com isto, a Eletrosul continuará tomando as devidas providências, com o intuito de postergar o prazo de energização ANEEL dos ramais de LT e dos módulos de entrada de linha de sua responsabilidade, sendo uma destas providências o envio da correspondência CE ARN-0209/2013 (datada de 20/11/2013) à própria ANEEL, onde a Eletrosul solicita a revogação da respectiva autorização com ressarcimento de gastos realizados ou, alternativamente, a postergação do prazo de energização do empreendimento para setembro/2015.

- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.

- **Outras Considerações:**

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.161/2011

O Seccionamento da LT 230 kV Passo Fundo – Monte Claro, na SE Nova Prata 2, está com o cronograma comprometido devido a três fatores: A relocação das LT's 69 kV por parte da RGE e Hidrotérmica, a liberação por parte do IPHAN do diagnóstico interventivo e a Licença Ambiental de Instalação para a LT 230 kV. A licitação para contratação das obras foi revogada em função da reprogramação dos cronogramas da RGE e Hidrotérmica, relativos às relocações das LTs 69 kV. O edital para esta contratação foi relançado em outubro/2013, estando a sua assinatura atualmente condicionada às informações acerca do cronograma das obras da RGE.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.339/2012

A substituição do autotransformador (ATF4) 230/138 kV, 84 MVA, por outro autotransformador 230/138 kV de 150 MVA, referente à Ampliação “E” da SE Itajaí, está sem atrasos, sendo que a sua entrega à operação está programada para ser entregue dentro do tempo estipulado pela ANEEL na REA 3.339.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.815/2012

As atividades previstas na Ampliação “A” da SE Alegrete, Implantação de um transformador 69/13,8 kV - 17 MVA, adequação da infraestrutura da SE e substituição dos cubículos 13,8 kV existentes, estão em andamento com previsão de entrega dentro do estipulado pela ANEEL na REA 3.815/2012.

No decorrer do ano de 2013 a Eletrosul recebeu três autorizações da ANEEL para implantar reforços em instalações de transmissão sob sua responsabilidade, REA 3.915/2013, REA 4.056/2013 e REA 4.325/2013.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.915/2013

O empreendimento denominado **SE Joinville Norte Ampliação “D”**, sucede na instalação de 02 bancos de capacitores 230 kV - 2x100 MVar na SE Joinville Norte e de seus respectivos módulos de conexão, no arranjo barra dupla a quatro chaves. Em 2013 foi contratada a empresa que será responsável pela execução da Ampliação “D” e a data de energização está prevista para 26/02/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.056/2013

A **Ampliação “C” da SE Foz do Chapecó**, compreende a Instalação do 3º Autotransformador Trifásico 230/138 kV - 50 MVA na SE Foz do Chapecó e de seus respectivos. O empreendimento está em fase de contratações de bens e serviços. A data de energização está prevista para 15/05/2015.

Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.325/2013

Com o intuito de melhorar o atendimento elétrico da região norte do estado de Santa Catarina, a ANEEL autorizou a Eletrosul a executar o **Seccionamento da LT 138 kV**

Araquari Hyosung – Joinville GM, em circuito duplo, na SE Joinville Santa Catarina (CELESC). A contratação referente ao Projeto Básico consolidado está concluída, porém, devido à análise de recurso interposto à ANEEL sobre a ReA. nº4.325/2013, o cronograma do empreendimento está suspenso até a resposta final.

Ação 2D94 – Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão de Energia na Região Sul e Mato Grosso do Sul

A ação de Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.7 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 6

Identificação da Ação		
Código	25.75.2033.2D94. 0001	Tipo:Atividade
Título	Reforços e Melhorias no Sistema de Transmissão na Região Sul e no Estado do Mato Grosso do Sul	
Iniciativa	Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações. Código: 002D	
Objetivo	Implementar reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia na região Sul e MS. Código: 0037	
Programa	Energia Elétrica	Código:2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
27.641.200	4.008.964	2.757.783

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**
Esta ação iniciou em Janeiro de 2008, possuindo atividades constantes em seu projeto.
- **Execução das metas:**

QUADRO A.2.2.3.4.8 –EMPREENHIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2013

PAR – RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA ANEEL 3.578/2012	Conclusão da obra
SE 138 KV FLORIANÓPOLIS Instalação de TPs de medição de 138 kV nos circuitos Palhoça 1 e 2	18/12/2013

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

- **Fatores Intervenientes:**
Devido ao atraso nos fornecimentos de alguns contratos de equipamentos, houve a necessidade da reprogramação de pagamentos vinculados a esta ação para 2014, sem prejuízo ao atendimento dos cronogramas da ANEEL.
- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.

- **Outras considerações:**

O Plano Diretor de Melhorias e Reforços visa à realização das modificações e alterações necessárias nas instalações da Eletrosul, para retirar restrições ao sistema de transmissão e melhorar a confiabilidade e flexibilidade da sua operação e manutenção.

Em 2013, os investimentos em Reforços e Melhorias do Sistema de Transmissão se concentraram nos empreendimentos autorizados pela ANEEL, a partir da Resolução Autorizativa nº 3.758/2012 e nº 4.367/2013, contemplando substituição de equipamentos como: Transformadores Capacitivos, Disjuntores e Pára-Raios.

Estes Reforços visam oferecer maior disponibilidade, confiabilidade e flexibilidade ao seu sistema de transmissão da Eletrosul. Mantendo a regularidade, continuidade, segurança e atualidade do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações de transmissão, em conformidade com o contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica e os Procedimentos de Rede.

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.367/2013, autorizou as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica, dentre elas a Eletrosul, a implantar reforços em instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de Transmissão.

Visando o aumento de capacidade de transmissão e o aumento de confiabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN, está programada para 2014 a entrega para a operação dos seguintes reforços:

QUADRO A.2.2.3.4.9 – EMPREENDIMENTOS EM ANDAMENTO 2013-2014

Empreendimentos em andamento 2013-2014	Energização prevista
PAR – RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.367	
SE Areia Substituição de 3 TCs 230 kV do vão do TF3	Dezembro-14
SE Curitiba: Substituição de 4 DJs 230 kV dos vãos JNO C1 (762), JOI (722), TIE (742), SMS (712)	Dezembro-14
SE Gravataí 2 Substituição de 15 TCs 230 kV dos vãos TF1, TF2, TF3, BC4 e BC5	Dezembro-14
SE Salto Osório: Substituição de 9 TCs 230 kV dos vãos TF7, UHSO 5 e UHSO 6	Dezembro-14
PAR - RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA ANEEL 3.578/2012	
SE Blumenau Substituição de 21 TCs dos circuitos JNO 230kV, JOI 230kV, PAL 230kV e dos TFs 1, 2, 3 e 4 230/138kV do setor de 230kV	Abril-14
SE Itá Aquisição e instalação de PRs 444 kV no módulo de entrada da LT YTA-NSR	Março-14

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Ação 4471 – Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica

A ação compreende a operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de transmissão, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de transmissão, garantindo o atendimento adequado aos serviços de

transmissão de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de Transmissão é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.10 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 7

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.4471.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Sul	
Iniciativa	Manutenção do sistema de transmissão	Código: 01G2
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando à confiabilidade e segurança do sistema.	
		Código: 437
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
8.359.500	2.350.000	837.237

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

Os dispêndios de manutenção alocados nesta atividade referem-se a melhorias da infraestrutura de manutenção, tais como:

- Serviços de manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica;
- Indenização de Servidão/Benfeitorias/Danos em LT em Operação;
- Contratação de serviço de projeto arquitetônico para Santana do Livramento.
- contratação de serviços de construção civil.

- **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- Postergação de atividades para o próximo exercício;
- Fracasso em licitação; e
- Contingenciamento do orçamento no exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 200G – Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica

A ação 200G compreende a operação e manutenção dos equipamentos e instalações do sistema de geração, buscando evitar ou minimizar a indisponibilidade dos mesmos. Maximizar a disponibilidade das instalações de geração, garantindo o atendimento adequado aos serviços de geração de energia elétrica. A ação de Manutenção do Sistema de geração é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.11 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 8

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.200G.0001	Tipo: Atividade
Título	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica na Região Sul.	

Iniciativa	Manutenção do parque gerador de energia	Código: 01G1
Objetivo	Promover a manutenção das instalações de geração e de transmissão de energia elétrica, visando à confiabilidade e segurança do sistema.	Código 437
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
23.748.216	21.860.632	7.684.651

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

Esta ação inclui dispêndios com eventuais manutenções das usinas em operação, compra de materiais sobressalentes, atividades de implantação e manutenção de torres anemométricas, estações de meteorológicas para monitoramento solar, além de contenciosos judiciais de empreendimentos em operação.

Em 2013, também foi dada continuidade às atividades de prospecção de parques eólicos, conforme listado abaixo:

- Prospecção UEE Entorno II
- Prospecção UEE Coxilha Negra
- Prospecção UEE Santa Vitória do Palmar
- Prospecção UEE Jaguarão
- Prospecção UEE Lavras do Sul
- Prospecção UEE Mostardas
- Prospecção UEE Quaraí
- Prospecção UEE Pinheiro Machado
- Prospecção Eólica (diversos)
- Implantação de torres anemométricas

Também foi dado início a implantação de rede de monitoramento de irradiação solar através da contratação de 5 estações de monitoramento (contrato 1106130029), a serem implantadas em áreas pertencentes à Eletrosul, conforme segue:

- Subestação Dourados
- Subestação Anastácio
- UHE São Domingos
- UHE Passo São João
- Subestação Coletora Porto Velho
- Conversora de Uruguaiana

Ainda em 2013 foram provisionados contenciosos judiciais referentes à UHE Mauá.

- **Fatores Intervenientes**

A não realização total da meta econômica é justificada pelos seguintes motivos:

- Postergação de atividades para o próximo exercício;
- Contingenciamento do orçamento no exercício.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.

Ação 14NA – Interligação Brasil-Uruguai

A ação 14NA compreende a Implantação da SE Candiota 525/230 KV, com um banco de autotransformadores de 672 MVA, construção da linha de transmissão de 230 KV entre Presidente Médici e Candiota e construção da linha de transmissão de 525 KV entre a SE Candiota e a Fronteira Brasil - Uruguai (conexão na linha de transmissão da empresa transmissora do Uruguai - UTE). Tem por finalidade fortalecer a integração energética entre o Brasil e o Uruguai, mediante a construção de uma interligação de grande porte, conforme memorando de entendimentos firmado entre as autoridades do segmento de energia dos dois países.

QUADRO A.2.2.3.4.12 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 9

Quadro 12.2.3.1 - Ações do Orçamento de Investimentos				
Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.14NA. 0001			Tipo: Projeto
Título	Interligação Elétrica Brasil-Uruguai			
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações			Código: 0027
Objetivo	Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras. Código: 0036			
Programa	Energia Elétrica			Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A			Código: 32225
Ação prioritária	(SIM)			Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
47.955.455	46.485.037		37.222.489	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Interligação Elétrica Brasil-Uruguai	%	90	80	66

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra**

Em 05/07/06 foi celebrado Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Energia do Brasil e do Uruguai com o objetivo de fortalecer a integração energética entre os dois países, mediante a construção de uma interligação de grande porte, entre a localidade de San Carlos, no Uruguai, e a região de Candiota, no Brasil.

A ANEEL, através da Resolução Autorizativa 2.280/2010 de 23/02/2010, publicada no D.O. em 26/02/2010 autorizou a ELETROBRAS a importar e exportar energia mediante intercâmbio elétrico entre Brasil e Uruguai, nas modalidades, condições e montantes que vierem a ser estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia - MME. Esta resolução compreende a construção de uma subestação 525/230 kV na região de Candiota-RS e uma linha de transmissão de 525 kV, com 60 km, no lado brasileiro, interligada ao sistema de 525 kV uruguaio.

Em reunião realizada em 25/05/2012 entre MME/Eletrobras/Eletrosul, o MME destacou a necessidade do cumprimento do cronograma e a própria vontade dos governos dos dois países em relação à construção do sistema de interconexão, que devem ser prioritários ante as dificuldades legais para viabilizar a execução das obras.

Diante das dificuldades encontradas pela Eletrobras nas providências da construção, com destaque para aquelas que mais influenciaram no atraso do cronograma inicialmente estabelecido, foi proposta a assunção das obras pela Eletrosul, dada a expertise e aparelhamento da mesma na execução de obras similares, para otimizar o processo e cumprir com o cronograma ajustado com o Uruguai.

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 66%.

- **Fatores Intervenientes:**

Um dos problemas que ocorreram em 2013 que impactaram no cronograma do empreendimento foi o grande volume de chuva no último quadrimestre de 2013, que além de impedir o trabalho em campo, acabou danificando algumas estruturas que já estavam preparadas para concretagem, bem como dificultando o acesso a algumas estruturas.

Outro fator que contribuiu para o atraso no cronograma foi à postergação do prazo para o lançamento de cabos. Esta atividade possui um peso elevado no cronograma e não foi iniciado dentro do prazo, porque houve atraso no fornecimento de estruturas metálicas inviabilizando a montagem de torres de ancoragem as quais são essenciais para o lançamento.

No que tange à questão fundiária, há torres para serem liberadas para construção. Estas torres estão em área de reflorestamento, da espécie eucalipto e que demandará um esforço elevado para supressão de vegetação, dada a quantidade elevada de árvores que deverão ser erradicadas. Caso este impasse fundiário não seja resolvido, esta demanda de trabalho fará parte do caminho crítico da obra, causando atrasos diretos no cronograma de energização da linha de transmissão.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Através do contrato de cessão nº 80112022, a ELETROBRAS cedeu parcialmente à Eletrosul os direitos e obrigações (39,6% do valor do investimento deste empreendimento no Brasil) oriundos do contrato nº ECE-554/2010, firmado entre Eletrobras e UTE - Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas. A parcela da Eletrosul compreende os ativos de transmissão relativos às linhas LT 525 kV Candiota – Melo, trecho brasileiro e da LT 230 kV Candiota – Presidente Médici. Além destes ativos cabe à Eletrosul realizar a engenharia do proprietário e fiscalização das obras e contratos de todo o Empreendimento.

O prazo de conclusão para os empreendimentos pertencentes à Interligação Brasil – Uruguai é junho/2014.

- **Outras Considerações:**

Condição operacional – fase do projeto:

Atualmente a construção está focada na realizada na concretagem das fundações e montagem das estruturas metálicas torres. Além de outros serviços de apoio e suporte para execução destes, exemplos construção de acesso, limpeza de faixa, separação de material no canteiro. O lançamento dos cabos está previsto para se iniciar no final de Janeiro/2014.

A Interligação Brasil – Uruguai fará a conexão da SE Presidente Médici, localizada no sul do Rio Grande do Sul, a SE San Carlos, próxima ao balneário de Punta Del Leste no Uruguai, fortalecerá a integração energética entre os dois países, mediante a construção de

uma interligação de grande porte, com capacidade de 500 MW. Este valor representa cerca de 30% da demanda máxima de potência do Uruguai.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 12PJ – Implantação da SE Foz do Chapecó 230 /138 KV/100 MVA

A ação 12PJ compreende a Implantação da SE 230/138 kV Foz do Chapecó, com 100 MVA, pertencentes à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional - SIN, incluindo fornecimento dos respectivos equipamentos e materiais e serviços de projeto e obra, incluindo 1 Módulo Geral em arranjo de barramento tipo BD4, 1 Transformadores Trifásicos 230/138-13,8 kV de 50 MVA cada, 2 Conexões de Transformador - BD4138,1 Interligação de Barras,1 Entradas de Linhas - BD4 (Planalto), 2 Conexões de Transformador - BD4Legenda:- BD4 - Barra Dupla 4 Chaves 8.

QUADRO A.2.2.3.4.13 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 10

QUADRO A.2.2.3.4.13 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 10			
Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.12PJ. 0043		Tipo:Projeto
Título	Implantação da SE Foz do Chapecó, 230/138Kv/100MVA		
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações		Código: 0027
Objetivo	Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras. Código: 0036		
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
1.760.294		1.606.146	
Execução Física do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Implantação da SE Foz do Chapecó	%	1	1

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**
Contrato de Concessão 002/2011, referente ao Lote B do Leilão nº 08/2010-ANEEL. A Obra teve início no 16/06/2011 e foi concluída em 16/02/2013. A Implantação da SE Foz do Chapecó, 230/138 kV, 100 MVA, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2011 - ANEEL, inicialmente concedido à Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul SA - RS Energia, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.
- **Execução das Metas:**
O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.
- **Fatores Intervenientes:**
A Eletrosul foi responsável pela Engenharia do Proprietário para a instalação de dois TFs 230/138 kV de 50 MVA cada, respectivas conexões em 230 e 138 kV arranjo barra dupla a quatro chaves e implantação do pátio de 138 kV.
- **Restos a pagar:**
Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**
Empreendimento em operação. Obra concluída.
- **Outras Considerações:**
Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.
No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia,
A instalação de dois TFs 230/138 kV de 50 MVA cada, respectivas conexões em 230 e 138 kV arranjo barra dupla a quatro chaves e implantação do pátio de 138 kV, foi essencial ao atendimento à expansão do suprimento de energia elétrica na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e na Região Sul do Estado de Santa Catarina.
Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 12PK – Implantação da Linha de Transmissão Monte Claro - Garibaldi

A ação 12PK compreende a implantação da Linha de Transmissão Monte Claro - Garibaldi, Circuito simples, em 230 kV, localizada no estado do Rio Grande do Sul, compreendendo as instalações de transmissão compostas pela Linha de Transmissão em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 33,34 Km, origem na Subestação Monte Claro e término na Subestação Garibaldi; entradas de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Além das aquisições das servidões de passagens da LT e liberações ambientais necessárias à implantação do projeto.

QUADRO A.2.2.3.4.14 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 11

Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.12PK. 0043		Tipo:Projeto
Título	Implantação da Linha de Transmissão Monte Claro – Garibaldi (circuito simples/230Kv com aproximadamente 34 Km. (RS))		
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações		Código: 0027
Objetivo	Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras. Código: 0036		
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
3.024.763		2.818.767	
Execução Física do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Implantação da LT Monte Claro-Garibaldi.	%	9	9

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Contrato de Concessão 012/2010, referente ao Lote C do Leilão nº 01/2010-ANEEL. A Obra teve início no 15/10/2010 e foi concluída em 17/07/2013. A Implantação da Linha de Transmissão de 230 kV Monte Claro/Garibaldi com trecho aproximado de 33,34 km em circuito simples, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 012/2010 - ANEEL, inicialmente concedido à Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul SA - RS Energia, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.

- **Execução das Metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul foi responsável pela Engenharia do Proprietário para a implantação da linha de transmissão 230 kV Garibaldi – Monte Claro, circuito simples, com extensão de 33,34 km; para a implantação de 01 (um) módulo de entrada de linha 230 kV, arranjo barra principal e transferência, na SE Garibaldi 230/69 kV e para a implantação de 01 (um) módulo de entrada de linha 230 kV, arranjo barra dupla a quatro chaves, na SE Monte Claro 230 kV.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Empreendimento em operação. Obra concluída.

- **Outras Considerações:**

Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.

No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia.

A Implantação da LT 230 kV Monte Claro – Garibaldi é essencial ao atendimento à expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Serrana, Vacaria, Gramado e Canela.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 14KG – Ampliação da capacidade da SE Lajeado Grande 230/138 KV

A ação 14KG compreende a implantação de equipamentos e módulos incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas, além da infra-estrutura necessária para a sua implantação.

QUADRO A.2.2.3.4.15 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 12

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.14KG.0043	Tipo:Projeto
Título	Ampliação da capacidade da SE Lajeado Grande 230/138 Kv (RS)	
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações	Código: 0027
Objetivo	Implementar reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia na região sul	

	e MS.	Código: 0037	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225	
Ação prioritária	(SIM)	Obra do PAC	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
1.807.517		1.312.211	
Metas do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Ampliação da SE Lajeado Grande.	%	5,00	5,00

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Contrato de Concessão 011/2010, referente ao Lote B do Leilão nº 01/2010-ANEEL. A Obra teve início no 15/10/2010 e foi concluída em 29/11/2012. A Implantação da SE Lajeado Grande, 230/138 kV, 75 MVA, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2010 - ANEEL, inicialmente concedido à Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul SA - RS Energia, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.

- **Execução das Metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul foi responsável pela Engenharia do Proprietário para a ampliação da SE Lajeado Grande 230/138 kV, com a instalação de um autotransformador trifásico 230/138 kV, 75 MVA, e a implantação de um novo pátio 138 kV.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Empreendimento em operação. Obra concluída.

- **Outras Considerações:**

Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.

No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia.

A ampliação da SE Lajeado Grande 230/138 kV, com a instalação de um autotransformador trifásico 230/138 kV, 75 MVA, e a implantação de um novo pátio 138 kV é essencial ao atendimento à expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Serrana, Vacaria, Gramado e Canela. Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 14KH– Implantação da SE Caxias 6 - 230/69 KV

A ação 14KH compreende a implantação da SE 230/69kV Caxias 6, com equipamentos e módulos, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infraestrutura necessária.

QUADRO A.2.2.3.4.16 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 13

Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.14KH. 0043		Tipo:Projeto
Título	Implantação da SE Caxias 6- 230/69 KV (RS).		
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações		Código: 0027
Objetivo	Implementar reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia na região sul e MS. Código:0037		
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código:32225
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
2.355.525		1.580.537	
Execução Física do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Implantação da SE Caxias 6	%	3	3

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**
Contrato de Concessão 011/2010, referente ao Lote B do Leilão nº 01/2010-ANEEL. A Obra teve início no 06/10/2010 e foi concluída em 20/08/2012. A Implantação da SE Caxias 6, 230/69 kV, 330 MVA, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2010 - ANEEL, inicialmente concedido à Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul SA - RS Energia, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.
- **Execução das Metas:**
O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.
- **Fatores Intervenientes:**
A Eletrosul foi a responsável pelos Serviços de Engenharia do Proprietário para a implantação da SE Caxias 6 230/138 kV.
- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Empreendimento em operação. Obra concluída.
- **Outras Considerações:**
Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.

No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia.

A implantação da SE Caxias 6 230/138 kV, é essencial ao atendimento à expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Serrana, Vacaria, Gramado e Canela.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 14KX– Implantação da SE Nova Petrópolis 2-230/69 KV

A ação 14KX compreende a implantação da SE Nova Petrópolis 2 230/69KV, com equipamentos e módulos, incluindo aquisição de terrenos, licenças ambientais, projetos básicos e executivos, fornecimento de materiais e equipamentos, obras civis e montagem eletromecânicas e a infraestrutura necessária.

QUADRO A.2.2.3.4.17 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 14

Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.14KX. 0043		Tipo:Projeto
Título	Implantação da SE Nova Petrópolis 2 em 230/69 Kv (RS).		
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações		Código: 0027
Objetivo	Implementar reforços e melhorias no sistema de transmissão de energia na região sul e MS. Código: 0037		
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
2.017.223		1.428.309	
Execução Física do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	%	5	5

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Contrato de Concessão 011/2010, referente ao Lote B do Leilão nº 01/2010-ANEEL. A Obra teve início no 06/10/2010 e foi concluída em 03/11/2012. A Implantação da SE Nova Petrópolis 2, 230/69 kV, 83 MVA, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 011/2010 - ANEEL, inicialmente concedido à Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul SA - RS Energia, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.

- **Execução das Metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul foi responsável pela Engenharia do Proprietário para a implantação da SE Nova Petrópolis 2 230/69 kV.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Empreendimento em operação. Obra concluída

- **Outras Considerações:**

Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.

No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A. - RS Energia.

A implantação da SE Nova Petrópolis 2 230/69 kV, é essencial ao atendimento à expansão do suprimento de energia elétrica às regiões de Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Cruz Alta, Ijuí, Santo Ângelo e Serrana, Vacaria, Gramado e Canela.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 128J – Implantação da SE Coletora Porto Velho 500/230 KV e das LTs Coletoras associadas em 230 KV

A ação 128J compreende módulo geral da SE 500/230 KV Coletora Porto Velho; duas Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW e LTs Coletora Porto Velho – Porto Velho, C1 E C2, em 230 KV fazem parte do conjunto de linhas de transmissão, subestações e demais instalações vinculadas aos empreendimentos que compõem a integração do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional.

QUADRO A.2.2.3.4.18 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 15

Identificação da Ação			
Código	25.752.2033.128J. 0011		Tipo:Projeto
Título	Implantação da SE Coletora Porto Velho 500/230 KV e LTs associadas 230 KV		
Iniciativa	Implantação de Linha de Transmissão e Subestações		Código: 0027
Objetivo	Expandir o SIN para o pleno atendimento do mercado, para integração de novos empreendimentos de geração de energia elétrica e para extensão a todas as capitais brasileiras. Código: 0036		
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225
Ação prioritária	(SIM)		Obra do PAC
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação Final (Ação incorporada pela Eletrosul)		Valor Realizado	
14.688.074		13.629.883	
Execução Física do Exercício Para a Ação			
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física (Incorporada pela Eletrosul)	
		Prevista	Realizada
Manutenção do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica	%	1	1

Fonte: Departamento Econômico-Financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Data de início e de conclusão da obra:**

Contrato de Concessão 010/2009, referente ao Lote A do Leilão nº 007/2008-ANEEL. A Obra teve início no 26/02/2009 e foi concluída em 25/03/2012. Implantação da SE Coletora

de Porto Velho, 500/230 kV, objeto do Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 010/2009 - ANEEL, inicialmente concedido a Porto Velho Transmissora de Energia SA, foi incorporada pela Eletrosul conforme Resolução Autorizativa nº 4.018, de 02 de abril de 2013 da ANEEL.

- **Execução das Metas:**

O cronograma físico do empreendimento atingiu, dentro do exercício, um avanço acumulado de 100%.

- **Fatores Intervenientes:**

A Eletrosul ficou responsável pelos Serviços de Engenharia do Proprietário para implantar, operar e manter a SE 500/230 kV Coletora Porto Velho, Estações Conversoras CA/CC/CA Back-To-Back 400 MW e a LT Coletora Porto Velho – Porto Velho, C1 e C2 em 230 kV.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Empreendimento em operação. Obra concluída

- **Outras Considerações:**

Em Abril de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.018/2013, onde concedeu anuência à transferência de concessão da Empresa Porto Velho Transmissora de Energia – PVTE mediante incorporação desta pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul.

No dia 29/05/2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas da Eletrosul, a incorporação da Sociedade de Propósito Específico (SPE) da Empresa Porto Velho Transmissora de Energia – PVTE.

A implantação da SE 500/230 kV Coletora Porto Velho, das Estações Conversoras CA/CC/CA Back-To-Back 400 MW e da LT Coletora Porto Velho – Porto Velho, C1 e C2 em 230 kV estabelecem a integração das usinas do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional.

Para a Eletrosul, o benefício se traduz em incremento real da sua receita, refletindo diretamente no resultado econômico-financeiro da Empresa.

Ação 13FD – Implantação do Projeto Megawatt Solar

O empreendimento consiste na implantação de um sistema solar fotovoltaico conectado à rede elétrica da Celesc e integrado ao edifício sede da Eletrobras Eletrosul em Florianópolis, SC. Ele será composto, entre outros equipamentos, por módulos fotovoltaicos de diversas tecnologias (silício policristalino ou monocristalino e silício amorfo – filme fino), a serem instalados na cobertura do edifício sede da Eletrosul e estacionamentos adjacentes, totalizando uma potência instalada de, pelo menos, 1 MWp.

QUADRO A.2.2.3.4.19 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 16

Identificação da Ação		
Código	25.752.2033.13FD. 0042	Tipo:Projeto
Título	Implantação do Projeto Megawatt Solar, para Geração de Energia Elétrica (1 MWp), a partir de painéis fotovoltaicos e LT Associada (200 m, em 13,8 Kv (SC)).	
Iniciativa	Implantação de Plantas para Geração de Energia Elétrica a partir de Outras Fontes Alternativas Código: 000Y	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas e renováveis. Código: 0025	
Programa	Energia Elétrica	Código: 2033

Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A			Código: 32225
Ação prioritária	Não			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
3.980.245*	8.469.538		6.005.823	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação do Projeto Megawatt Solar	%	37,00	82,00	55,00

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

* A Dotação Inicial é a soma dos valores previstos pela Lei nº 12.798 de 04/04/2013 e reabertura de crédito extraordinário de 2012 para 2013 pelo Decreto de 23/01/2013.

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

O cronograma físico do complexo atingiu dentro do exercício, um avanço acumulado de 73%.

- **Fatores Intervenientes:**

Devido aos problemas para comprovar a certificação exigida para os módulos fotovoltaicos, houve necessidade de alteração do fornecedor, motivo pelo qual tiveram que ser revistos os projetos.

A engenharia da Eletrosul também identificou uma restrição na localização das coberturas dos estacionamentos (afastamento mínimo do arruamento principal, que não estava descrito no Edital), o que levou à necessidade de revisão dos projetos.

No projeto estavam previsto execução de estacas tipo Hélice Continua (EHC) e estacas tipo raiz. Durante execução algumas EHC foram substituídas por estacas tipo raiz, por ter encontrado rocha no solo, não previstas pela sondagem.

Problemas recorrentes na perfuratriz, na execução das estacas tipo raiz, implicaram em atraso na finalização destas estacas.

Algumas estacas tipo raiz tiveram que ser substituídas por estacas tipo casing, por ter encontrado rochas matacão no solo, não previstos pela sondagem.

Os projetos civis dos blocos das fundações tiveram que ser revisados em função da execução das estacas fora dos padrões estabelecidos no projeto (excentricidade) e dos desníveis do terreno.

Apesar de os cubículos de MT terem sido liberados em fábrica (Argentina), após inspeção, em agosto de 2013, os mesmos apenas foram recebidos em obra em novembro de 2013, devido a problemas alfandegários.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

- **Outras Considerações:**

O Projeto Megawatt Solar é constituído de três subsistemas principais:

- Cobertura do edifício sede
- Estacionamentos adjacentes
- Projeto Experimental

O **subsistema da Cobertura do edifício sede** se encontra mais avançado. Toda a construção civil já está concluída (reforço da laje – CT2 e CT3), os principais equipamentos já foram fornecidos (módulos, inversores, pilarete de reforço do telhado, estrutura de suporte dos módulos, cabos CA e CC, transformadores, cubículos de MT), e a montagem eletromecânica está avançada (concluída a instalação dos pilaretes de reforço do telhado e estrutura de suporte dos módulos e instalação de 40% dos módulos previsto para a cobertura). Ainda está pendente o fornecimento e instalação de eletrocalhas, pórtico de suporte dos inversores, bases dos transformadores e cubículos de MT, piso elevado, caixas de seccionamento CC, caixa de agrupamento CA, painéis de Serviços Auxiliares e passagem dos cabos CC e CA.

Para o **subsistema dos estacionamentos**, foi concluída toda a obra civil (sondagem, fundações, blocos, aterramento, readequação do sistema anti-incêndio e eletrodutos para iluminação externa, reconstituição do meio-fio e pavimentação do canteiro central dos estacionamentos, passagem dos eletrodutos de BT, MT e comunicação). Alguns dos principais equipamentos deste subsistema já foram fornecidos (módulos, inversores, cabos CA e CC), estando pendente o fornecimento das estruturas metálicas de estacionamento, caixas de seccionamento CC, caixas de agrupamento CA, montagem eletromecânica dos equipamentos, passagem de cabos e sistema de drenagem pluviométrica.

Para o **Projeto Experimental** já foram fornecidos os módulos e inversores Fotovoltaicos, porém ainda está pendente projeto e consequentemente execução. Além destes três subsistemas está previsto a construção da estação solarimétrica e Subestação do Megawatt Solar (CM/CT1).

Para a **estação solarimétrica** foram recebidos todos os sensores previstos no edital, porém não foram fornecidas as peças sobressalentes e ainda está pendente o projeto e instalação destes equipamentos. Para o **CM/CT1**, as obras civis estão avançadas - sondagem, fundações, blocos, laje inferior e superior, paredes, reboco, base para transformador, piso e canaletas concluídas, pendentes pintura, instalação do telhado, portas e janelas e sistema de drenagem pluviométrica. Já foram fornecidos os transformadores, cubículos de MT e cubículos de Proteção. Pendente fornecimento dos bancos de bateria e Retificadores, Painéis de Serviços Auxiliares, Pannel de Medição e Faturamento e Pannel de Comunicação (SCADA/PCU), assim como instalação elétrica do CM/CT1, passagem de eletrodutos que interligam CM/CT1 ao prédio da Eletrosul e passagem de cabos. Pendente fornecimento do sistema de conexão a rede (poste, religador e miscelâneas). A previsão de entrada em operação do subsistema da cobertura do edifício sede é 14/05/2014 e do restante da usina é 27/05/2014.

Programa 2119 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Ação 8549 – Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica.

Considera a implementação de ações de preservação e conservação e sócio-ambientais inerentes aos empreendimentos em operação, tais como: ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à obtenção das Licenças de Operação dos empreendimentos, conforme determinação da ANEEL; ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental; ações de natureza social e ambiental (por exemplo, Programa de Remanejamento da População Atingida) decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação.

Esta ação foi criada no final do ano de 2009 com a finalidade da Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica e é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.20 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 17

QUADRO 12.23.4.20 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 17		
Identificação da Ação		
Código	25.752.2119.8549.0001-Ação classificada como atividade. Tipo:Atividade	
Título	Preservação e Conservação Ambiental em Empreendimentos de Geração e Transmissão de Energia Elétrica	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia. Código: 2119	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
6.016.258	1.053.600	35.272

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

- Ações ambientais necessárias para atender às condicionantes dos órgãos de controle ambiental, inclusive aquelas relacionadas à obtenção das Licenças de Operação - LO dos empreendimentos, conforme determinação da ANEEL;
- Ações voltadas ao programa de recuperação de áreas degradadas, tanto relativo aos empreendimentos de geração quanto ao sistema de transmissão, de acordo com exigências dos órgãos de controle ambiental e suas respectivas demandas;
- Ações de natureza social e ambiental (por exemplo, Programa de Remanejamento da População Atingida) decorrentes dos reassentamentos implementados em função dos empreendimentos em operação – ou seja, questões intrínsecas ao âmbito fundiário dos empreendimentos envolvidos.

- **Fatores Intervenientes:**

De forma geral, as empresas estão submetidas aos efeitos das decisões geradas no ambiente macroeconômico. Especificamente, no que tange a área ambiental e fundiária fatores como externalidades (positivas e negativas) assim como, a dependência direta de manifestações e exigências de órgãos/agentes demandantes (FATMA, FUNAI, IBAMA, Ministério Público Federal e Estaduais, proprietários de terras atingidas, entre outros), muitas vezes de forma intempestiva, o que atribui ao orçamentista dificuldades quanto a elaboração, quantificação e qualificação orçamentária. Assim, frente à complexidade exposta, busca-se minimizar assimetrias e excedentes orçamentários, quando possível.

As atividades referentes que competem à área ambiental e não foram realizadas em 2013 referem-se às situações abaixo listadas as quais ainda estão em negociação com órgãos intervenientes ao licenciamento ambiental:

- Reposição Florestal do Sistema de Reforço Eletroenergético ao Litoral Catarinense.
- Reposição Florestal do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina.
- Programa de Arqueologia Subaquática do Sistema de Reforço Eletroenergético à Ilha de Santa Catarina.
- Componente Indígena do Sistema de Reforço Eletroenergético ao Litoral Catarinense.

O Sistema de Reforço a Ilha de Santa Catarina é composto pela SE Desterro e LT Ilha/Palhoça; enquanto que o Sistema de Reforço ao Litoral Catarinense é composto por LT Biguaçu/Palhoça e LT Jorge Lacerda B/Blumenau. Para ambos os Reforços o atendimento ao Estudo do Componente Indígena e ao Projeto Básico Ambiental (PBA) de Arqueologia. Como não houve entendimento

entre Eletrosul, IPHAN e FUNAI, aguarda-se a qualquer momento, a decisão judicial dos valores a serem pagos à FUNAI e a indicação por parte do IPHAN de programa de compensação a ser executado.

Sob o enfoque fundiário, os imóveis que apresentam situação documental irregular podem ficar com a indenização pela passagem da linha de transmissão pendente até sua regularização. Os valores previstos para a indenização destas servidões pendentes não foram quitados devido à situação documental dos imóveis permanecerem inalteradas, impedindo a conclusão da indenização.

Para garantir a segurança de operação das linhas de transmissão são realizadas supressões periódicas de vegetação, gerando danos aos imóveis onde ocorrem. Os valores orçados para as indenizações decorrentes desta atividade não foram totalmente consumidos devido à reprogramação da supressão em algumas das linhas após as inspeções da manutenção.

- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.

Programa 0807 – Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais

Ação 4101 – Manutenção e Adequação de Bens Imóveis

Realização de obras de alvenaria, de estruturas e instalações; obras de manutenção nas tubulações de água, esgoto, telefone e energia elétrica etc, em edificações que sejam contabilizadas no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.22 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 18

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4101.0040-Ação classificada como atividade Tipo:Atividade	
Descrição	Manutenção e Adequação de Bens Imóveis	
Título	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
4.446.250	2.956.250	144.445

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**
 - a) Instalação de sistema de exaustão no edifício Sede da empresa, aquisição de câmaras de segurança; e
 - b) Construção de um Centro de Visitação junto aos parques eólicos para atendimento ao público em geral.
- **Fatores Intervenientes:**
Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes obras:

- a) Construção de arquivo de documentação permanente -
- b) Ampliação do sistema de ar condicionado do edifício sede –
- c) Novo sistema anti-incêndio para o arquivo de documentação permanente -
- d) Ampliação do Circuito Interno de TV da sede -
- e) Estudo e implantação do sistema de gerenciamento eletrônico de documentos – GED;
- f) Novo acesso adjacente a Elase pela Cesar Ceara -

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 4102 – Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos

Realização de serviços de manutenção e adequação nos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.23 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 19

Identificação da Ação		
Código	25.122.0807.4102.0480 Tipo:Atividade	
Título	Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A Código: 32225	
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
12.765.300	10.315.300	3.770.036

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

- a) Aquisição de Container;
- b) Material bibliográfico;
- c) Aquisição Estante/ Frigobar/HD; e
- d) Escada em Alumínio para manutenção da Sede.

- **Fatores Intervenientes:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício deixaram de serem adquiridos:

- a) 10 Veículos pequenos;
- b) 02 Caminhonetes;
- c) Equipamentos para auditório/salas compartilhadas; e
- d) Mobiliário específico para Arquivo/Centro de Documentação.

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 4103 – Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento

Aquisição de bens e serviços de manutenção e adequação de equipamentos das áreas de informática, informação e teleprocessamento de propriedade das empresas estatais que sejam contabilizados no imobilizado.

Essa ação é classificada como atividade, pois se realiza de modo contínuo e permanente, não havendo acompanhamento físico.

QUADRO A.2.2.3.4.24 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 20

Identificação da Ação		
Código	25.126.0807.4103.0040	Tipo:Atividade
Título	Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
15.905.958	9.591.458	6.067.328

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**

Os valores realizados nesta ação são decorrentes da compra de software e hardware, entre os quais, destaca-se:

- a) Equipamentos de informática
- b) Aquisição de licença XENDESKTOP
- c) Software Gerenciamento de Bibliotecas
- d) Licenças de Software;
- e) Aquisição de switch e transceptores
- f) Servidor corporativo plataforma computacional
- g) Licenças e Atualizações do Software Adobe
- h) Aquisição de Software bibliográfico - Sophia
- i) Aquisição de Impressoras - Aquisição de Software Processos Jurídicos – Percept Tols
- j) Software e Licenças para manter os sistemas de informática atualizados.

- **Fatores Intervenientes:**

Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, foram canceladas as seguintes aquisições:

- a) Atualizações das estações gráficas do Arquivo Central
- b) Software Ferramentas de BPM
- c) 160 Licenças ConsistGem;
- d) Licenças do SGA e SPA Aquisição de Notebooks Software para monitoramento e performance de Aplicações Software para rastreamento de correspondências

- **Restos a pagar:**

Não se aplica.

- **Ações Prioritárias na LDO:**

Não.

Ação 14N9 – Aquisição de Imóvel – Regional de Santa Catarina (SC)

Aquisição de imóvel com localização e instalações adequadas, para atender as atividades da Regional de Santa Catarina (Sertão do Maruim). Trata-se de uma atividade, portanto não tem avanço físico.

QUADRO A.2.2.3.4.25 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 21

Identificação da Ação		
Código	25.752.0807.14N9.0042	Tipo: Atividade
Título	Aquisição de Imóvel-Regional de Santa Catarina (SC)	
Programa	Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais. Código: 0807	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A	Código: 32225
Ação prioritária	Não	
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)		
Dotação Inicial	Dotação Final	Valor Realizado
19.000.000	0	0

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**
Face ao contingenciamento do orçamento no exercício, esta ação foi adiada.
- **Fatores Intervenientes:**
A aquisição deste imóvel foi adiada em função da redução receita da empresa, causada pela determinação da Lei nº 12.783.
- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não.

Ação 128G – Implantação do complexo hidrelétrico Rio Lava Tudo (SC)

Construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, aproveitando o potencial hidrelétrico do Rio Lava Tudo, constituído pelas PCHs São Mateus (19MW), Antoninha (13MW), Gamba (10,8MW) e Malacara (9,2), todas localizadas no rio Lava Tudo, na região de Lages, São Joaquim e Pádua, em Santa Catarina.

QUADRO A.2.2.3.4.26 – AÇÕES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 22

Identificação da Ação				
Código	25.752.2033.128G.0042		Tipo:Projeto	
Título	Implantação do complexo Hidrelétrico do Rio Lava Tudo, composto por 4 PCH's, totalizando 52 Mw, Interligadas por Sistema de Transmissão em 138 Kv com 36 Km de Extensão.			
Iniciativa	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas		Código: 000R	
Objetivo	Aproveitar o potencial de geração hidrelétrica a partir de fonte hídrica com modicidade tarifária.		Código: 0019	
Programa	Energia Elétrica		Código: 2033	
Unidade Orçamentária	Eletrosul Centrais Elétricas S.A		Código: 32225	
Ação prioritária	Não			
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)				
Dotação Inicial	Dotação Final		Valor Realizado	
1.300.000	0		0	
Execução Física do Exercício Para a Ação				
Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Implantação do complexo Rio Lava Tudo.	%	1	0	0

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

Análise Situacional (referente ao item 2.2.3.5 da Portaria – TCU nº175, de 9 de julho de 2013)

- **Execução das metas:**
Este projeto esta cancelado.
- **Fatores Intervenientes:**
De acordo com o despacho nº. 2053 da ANEEL de 2 de julho de 2013 foi indeferido o pedido formulado pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A. para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica mediante a implantação e a exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas do referido complexo.
- **Restos a pagar:**
Não se aplica.
- **Ações Prioritárias na LDO:**
Não

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Custos Com PMSO

Objetivo da Meta: Reduzir gastos com PMSO em relação a Receita Operacional Líquida (ROL).

Fórmula = $PMSO/ROL$

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

- **PMSO** – Representa os custos que a Empresa tem para realização dos seus serviços e manutenção de sua estrutura empresarial para alavancar negócios próprios e/ou em parceria.

P - custos com pessoal;

M - custos com material;

S - custos com serviços de terceiros;

O – outros custos.

- **ROL** – Receita Operacional Líquida. É resultado da Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais. (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE).

Este indicador quantifica a participação dos custos com PMSO em relação à ROL. Quanto menor for este valor maior a eficiência da empresa.

META 2013	REALIZADO 2013
73,2%	63,8%

Dívida Líquida

Objetivo da Meta: Manter a dívida líquida em níveis compatíveis com a geração de caixa operacional.

Fórmula = $Dívida\ Líquida/EBITDA$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

- **Dívida Líquida** – Soma de todas as obrigações financeiras (empréstimos, debêntures, títulos de renda fixa, etc.) da empresa, sejam elas de curto ou longo prazo. Deste montante devem ser deduzidas as disponibilidades da empresa, ou seja, a soma dos instrumentos que podem ser considerados como papel moeda.
- **EBITDA – Geração de caixa operacional** – É o lucro da empresa sem considerar os pagamentos de amortizações, juros, taxas, impostos e a depreciação. Demonstra o valor gerado pela empresa em suas operações. Este indicador mede a capacidade de geração de recursos próprios por uma empresa.

Este indicador utiliza valores consolidados, ou seja, a partir de critérios técnicos, são consolidados à Controladora (Eletrosul), valores referentes as empresas controladas (e.g.: SPE's).

Este índice é uma medida da alavancagem financeira da empresa. Ele indica o número de anos de fluxo de caixa requeridos para pagar todas as dívidas da companhia.

META 2013	REALIZADO 2013
13,6	8,3

Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido

Objetivo da Meta: Aumentar a rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Fórmula = Lucro Líquido/Patrimônio Líquido

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **Lucro Líquido** – É o ganho final da empresa como resultado de suas atividades. É o que sobra após serem descontados de sua receita todos os custos e despesas.
- **Patrimônio Líquido** – O Patrimônio Líquido é formado pelo capital social, reservas, e lucros ou prejuízos acumulados. É demonstrado no Balanço da empresa. Significa todo o capital investido na empresa pelo acionista.

Este indicador calcula o retorno que a empresa dá ao seu acionista, ou seja, qual o percentual de lucro em relação ao valor total investido na empresa pelo acionista, que é o patrimônio líquido.

META 2013	REALIZADO 2013
1,1	4,9

Investimento Realizado

Objetivo da Meta: Aumentar o nível histórico de realização de investimentos.

Fórmula =
$$\frac{\text{Investimento realizado}}{\text{Investimento aprovado}} \times 100$$

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **Investimento realizado** – Somatório dos investimentos próprios e em parcerias efetivamente desembolsados.
- **Investimento aprovado** – Somatório dos investimentos próprios e em parcerias aprovados no orçamento.

Este indicador utiliza valores consolidados, ou seja, a partir de critérios técnicos, são consolidados à Controladora (Eletrosul), valores referentes as empresas controladas (e.g.: SPE's).

Este indicador avalia a capacidade de realização dos investimentos aprovados. Quanto mais próximo de 100% significa um bom planejamento orçamentário e também uma boa execução do mesmo.

META 2013	REALIZADO 2013
90,0	86,3

Margem EBITDA

Objetivo da Meta: Aumentar a margem % do EBITDA frente à Receita Operacional Líquida.

Fórmula = EBITDA/ROL

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **EBITDA – Geração de caixa operacional** – É o lucro da empresa sem considerar os pagamentos de amortizações, juros, taxas, impostos e a depreciação. Demonstra o valor gerado pela empresa em suas operações. Este indicador mede a capacidade de geração de recursos próprios por uma empresa.
- **ROL** – Receita Operacional Líquida. É resultado da Receita Operacional Bruta menos Impostos sobre a Receita e Encargos Setoriais. (valor retirado da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE).

Esse indicador expressa a capacidade de geração de caixa operacional através das operações da empresa. Por não incluir as despesas com depreciação e amortização e a equivalência patrimonial, a margem do Ebitda pode ser vista como uma aproximação do fluxo de caixa (e não do lucro) da empresa.

META 2013	REALIZADO 2013
23,0	33,1

ISE Bovespa – Dimensão Econômica

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho econômico, segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Nesta dimensão, o questionário avalia os processos de planejamento estratégico, a gestão dos ativos intangíveis e qualifica a empresa em relação aos riscos diversos. Há, também nesta dimensão, os critérios relacionados ao desempenho financeiro e lucratividade e os critérios de cumprimento das normas legais de apresentação dos resultados.

META 2013	REALIZADO 2013
52,2	56

INDICADORES OPERACIONAIS

Parcela Variável Descontada em Transmissão

Objetivo da Meta: Reduzir a Parcela Variável Descontada em Transmissão (PVI).

Fórmula = PV/PB

Unidade: %

Polaridade: Quanto menor melhor ↓

Definições:

- **PV** – Parcela Variável
- **PB** – Pagamento Base da função transmissão.

Demonstra, em termos percentuais, o valor descontado da receita de transmissão por indisponibilidades no sistema de transmissão da Eletrosul. É uma penalidade imposta pela ANEEL, e que prevê também, recompensas para as empresas que tiverem um bom índice de Disponibilidade.

META 2013	REALIZADO 2013
2,850	1,084

Índice de Disponibilidade de Geração (DISPGR)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Geração para todas as usinas da empresa

$$\text{Fórmula} = \frac{(1-\text{TEIFa}) \times (1-\text{TEIP})}{(1-\text{TEIF Ref}^*) \times (1-\text{TEIP Ref})}$$

Unidade: Índice

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **TEIFa** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade forçada
- **TEIP** – Valores médios mensais apurados pela ONS para as taxas de indisponibilidade programada
- **TEIP Ref e TEIF Ref** – Valores de TEIP e TEIF estabelecidos como referência.

Este indicador expressa o período em que as unidades geradoras estão aptas a gerar energia, quando considerado determinado intervalo de tempo.

META 2013	REALIZADO 2013
0,970	0,993

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (DISPLT)

Objetivo da Meta: Aumentar o Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão

$$\text{Fórmula} = \text{Indicador de Disponibilidade} = \frac{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hd}_i \right)}{\sum_{i=1}^N \left(\frac{\text{extLT}_i}{100} \times \text{Hp}_i \right)} \times 100 \text{ [\%]}$$

Unidade: Percentual

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Definições:

- **extLT_i** - Extensão total do circuito da linha de transmissão “i” em quilômetros
- **Hd_i** - N° de horas disponíveis do circuito da linha de transmissão “i”
- **Hp_i** - N° total de horas de existência do circuito da linha de transmissão “i” no período considerado

- N - N° total de circuitos de linhas de transmissão, sendo “i” o contador do número de circuitos de linhas de transmissão

A disponibilidade de uma linha de transmissão indica o percentual do tempo em que esta permaneceu em operação ou disponível para operar durante um período específico considerado.

META 2013	REALIZADO 2013
99,75	99,88

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

Satisfação dos Empregados

Objetivo da Meta: Aumentar o nível de satisfação dos empregados.

Unidade: %

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

O índice de satisfação dos empregados (ou índice de favorabilidade) é medido por meio da aplicação de uma Pesquisa de Clima Organizacional unificada para as empresas Eletrobras, sendo uma forma de mensurar o nível de satisfação dos empregados com relação aos aspectos do ambiente organizacional.

META 2013	REALIZADO 2013
65,0	64,0

ISE Bovespa – Dimensão Social

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho social segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na Dimensão Social, são avaliados critérios relacionados às relações de trabalho e formas de discriminação (raça, cor, gênero, orientação sexual); critérios de conduta empresarial, ética e, relações com o público interno (empregados) e externo (comunidade). Há critérios que formalizam as relações com os fornecedores e parâmetros para medir o quanto a empresa influencia e exige os mesmos padrões éticos em sua cadeia de suprimentos, por meio de avaliação sistemática de seus fornecedores; existem nesta dimensão, também indicadores de avaliação das demandas e satisfação dos clientes, bem como, indicadores de desempenho e cumprimento legal na esfera social (clientes, consumidores e fornecedores).

META 2013	REALIZADO 2013
61,0	64,0

ISE Bovespa – Dimensão Ambiental

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho ambiental para segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão ambiental, verifica-se a existência de política corporativa ambiental; analisam-se critérios de responsabilidade socioambiental, bem como, gerenciamento e monitoramento das políticas socioambientais. Há critérios que também avaliam o posicionamento da empresa, no tocante ao consumo de recursos e emissão de resíduos e, finalmente, critérios relacionados ao cumprimento legal dos quesitos ambientais.

META 2013	REALIZADO 2013
45,4	55,0

ISE Bovespa – Dimensão Mudanças Climáticas

Objetivo da Meta: Aumentar o desempenho relacionado a alterações climáticas segundo padrões de mercado.

Unidade: Pontos

Polaridade: Quanto maior melhor ↑

Na dimensão mudanças climáticas, o foco é na existência de política corporativa, quanto aos compromissos, abrangência e divulgação; no critério gestão, são avaliados o planejamento/gestão de riscos e oportunidades, inventário de emissões, sistemas de gestão e diálogo com partes interessadas; resultados e nível de abertura das informações sobre o tema.

META 2013	REALIZADO 2013
51,0	51,0

3 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

3.1 Estrutura de Governança

A Eletrosul cumpre suas atribuições, definidas pela Lei Nº 6.404, das Sociedades por Ações, em que apresenta sua Administração Superior, constituída pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva, além de Conselho Fiscal com atribuição de fiscalizar os atos da alta administração.

A Auditoria Interna, por sua vez, vinculada ao Conselho de Administração, tem a função de assessorar a Administração da empresa na verificação dos atos, procedimentos e processos empresariais, sob a ótica da legalidade, moralidade, economicidade, ética e transparência.

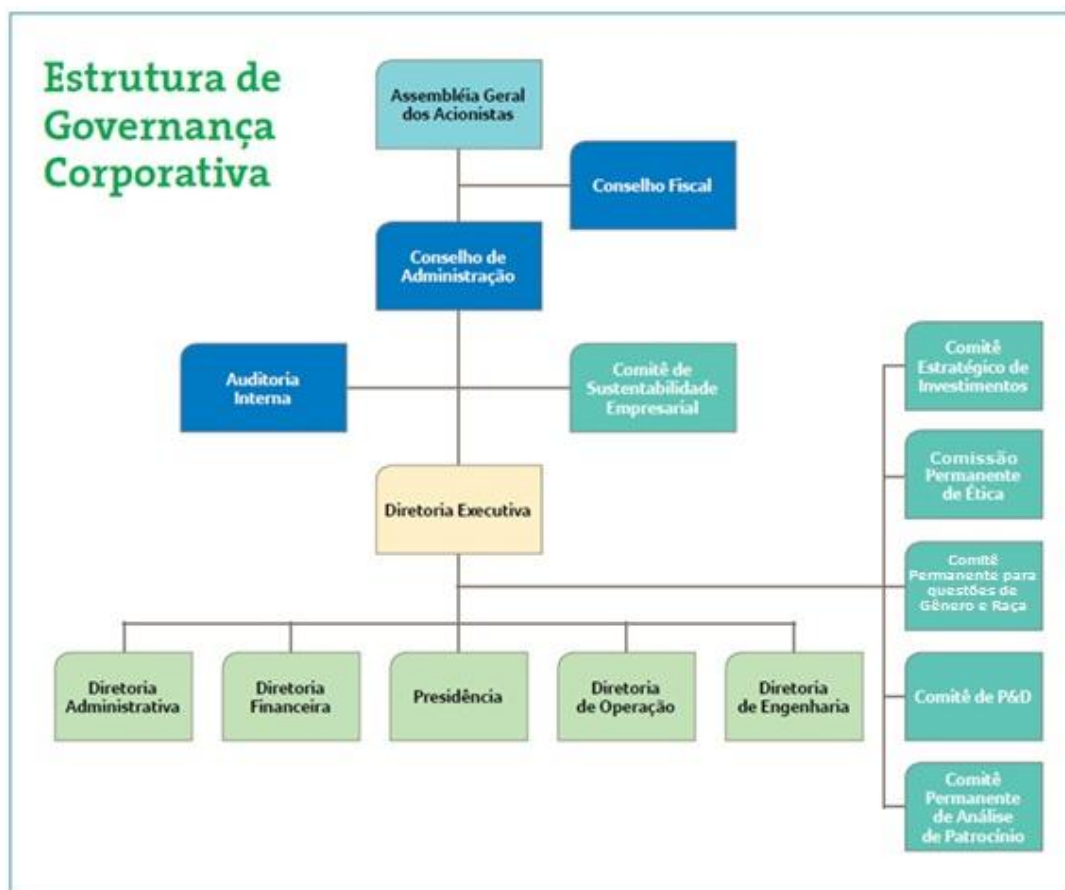
A Eletrosul, além de integrar o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras, tem em sua estrutura de gestão o Comitê de Sustentabilidade Empresarial Eletrosul (CSEE), vinculado ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente. Observadas as restrições decorrentes de sua condição de empresa de capital fechado, alinha-se às melhores práticas de Governança Corporativa, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A Eletrosul conta, também, com a Assessoria de Gestão Empresarial, órgão vinculado à Presidência, que tem como um de seus objetivos identificar, analisar, avaliar e monitorar, de forma integrada com as áreas de negócios, os riscos críticos entre os pilares estratégico, financeiro, operacional e de *compliance*, além de revisar, implantar, acompanhar e avaliar os controles internos dos processos da empresa.

É importante salientar que a auditoria independente é realizada em conformidade com a Instrução CVM Nº 381, de 14/01/2003, referendada pelo Ofício Circular/CVM/SNC/ SEP Nº 01/2007, de 14/02/2007. Para tal, foi contratada a empresa *PricewaterhouseCoopers* Auditores Independentes exclusivamente para a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria das Demonstrações Financeiras, compreendendo os exercícios de 2009 a 2013.

Apesar de se tratar de uma empresa de capital fechado, a gestão da Eletrosul impacta na valorização da Eletrobras, que tem ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BM&FBOVESPA), de Madri (Latibex) e de Nova Iorque (NYSE), fonte importante para captação de recursos para novos investimentos.

A estrutura da governança corporativa da Eletrosul é constituída pela Assembleia Geral de Acionistas, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva, e conta com o apoio de órgãos de assessoramento e comitês estratégicos, conforme apresentado na figura a seguir:



ASSEMBLEIA GERAL DOS ACIONISTAS – Convocada e instalada de acordo com a lei pertinente e o Estatuto Social da Eletrosul, tem poderes para decidir sobre todos os negócios da empresa, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e seu desenvolvimento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO – Órgão colegiado de funções deliberativas, previstas em Lei e no Estatuto Social da empresa. O Conselho de Administração é integrado por até seis membros, com reputação ilibada e idoneidade moral, eleitos pela Assembleia Geral, os quais designam, dentre eles, o Presidente, todos com prazo de gestão de um ano, admitida a reeleição. Destes, três são considerados Conselheiros Independentes por não possuírem vínculo com o segmento de energia elétrica. Um dos membros do Conselho de Administração é indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. O conselho conta, também, com um membro eleito pelos empregados, escolhido pelo voto direto de seus pares dentre os empregados ativos, em eleição de uma chapa composta por titular e suplente, organizada pela empresa em conjunto com as entidades sindicais que os representam, nos termos da legislação vigente.

DIRETORIA EXECUTIVA – Órgão colegiado responsável pela direção geral da Eletrosul, respeitadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração.

PRESIDÊNCIA E DIRETORIAS – Órgãos responsáveis pelo planejamento, pela coordenação e pelo controle de atividades específicas à sua área de atuação, definidas na Lei das Sociedades Anônimas, no Estatuto Social e no Manual de Organização da empresa.

CONSELHO FISCAL – Órgão colegiado responsável pela fiscalização dos atos dos administradores da Eletrosul, e verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

AUDITORIA INTERNA – vinculada ao Conselho de Administração, preservando sua isenção e imparcialidade, com livre acesso a todos os documentos da empresa tem como finalidade assegurar a legalidade e a legitimidade dos atos praticados pela Administração, bem como avaliar a eficácia da gestão, do ambiente de controle interno e das práticas administrativas.

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL DA Eletrosul (CSEE) - Órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e coordenado pelo Diretor-Presidente, que tem por objetivo promover e garantir todos os aspectos relacionados à sustentabilidade (dimensão econômica, social e ambiental), mediante identificação, abordagem e tratamento de assuntos críticos que representem riscos ou possam ter impacto relevante nos negócios, nos resultados de longo prazo, no relacionamento com os públicos de interesse e na imagem da empresa. Além disso, a Eletrosul integra o Comitê de Sustentabilidade do Sistema Eletrobras.

COMITÊ ESTRATÉGICO DE INVESTIMENTO (CEI) - Foi criado com a responsabilidade de assessorar a Diretoria Executiva na constituição de macro-orientações e em tomadas de decisão relativas a investimentos em ativos do sistema elétrico, sejam eles próprios, sejam em regime de consórcio ou sociedade de propósito específico.

COMITÊ PERMANENTE PARA QUESTÕES DE GÊNERO E RAÇA - O comitê tem por atribuição conscientizar, sensibilizar e estimular os gestores e empregados nas questões de gênero e raça, fomentar debates, implantar e monitorar projetos e ações voltadas para a mulher e contribuir para o desenvolvimento sustentável na região em que atua, por meio da proposição da política de equidade de gênero e raça. Com essa perspectiva, a empresa aderiu à quinta edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), com o objetivo de dar continuidade às ações que vem desenvolvendo.

COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA - A Comissão Permanente de Ética da Eletrosul foi criada em 2001 com o propósito de disseminar conhecimento e esclarecer dúvidas quanto à conduta ética entre seus empregados, administradores e prepostos. Assim, é possível minimizar a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados perante a sociedade.

Além disso, a comissão é responsável por apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas e recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações, objetivando a disseminação, a capacitação e o treinamento sobre o tema. A Comissão é formada por três membros efetivos, com mesmo número de suplentes, contando, também, com uma pessoa responsável pela Secretaria Executiva

COMITÊ DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - Criado em 2002, o Comitê de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Eletrosul tem a responsabilidade de avaliar e decidir sobre projetos de pesquisa realizados pela empresa. O comitê é composto por empregados de todas as diretorias, designados pela Diretoria Executiva da Eletrosul e por profissionais e/ou entidades vinculadas direta ou indiretamente a atividades de pesquisa e desenvolvimento, e à inovação tecnológica. Poderão participar de reuniões do Comitê, mediante convite feito pelo Coordenador-Geral, outras personalidades que, notoriamente, possam contribuir nas decisões.

COMISSÃO PERMANENTE DE ANÁLISE DE PATROCÍNIO INSTITUCIONAL - A Comissão Permanente de Análise de Patrocínio Institucional tem o objetivo de aprovar projetos para patrocínio e apoio da Eletrosul, de acordo com a Tabela de Níveis e Limites de Competência (NLCR). Para que os projetos sejam aceitos, é preciso que tenham caráter estruturante para

comunidades de baixa renda, visando a novas oportunidades de trabalho e renda, e que sejam voltados à formação profissional, propiciando maior empregabilidade dessa população. Além disso, são aceitos aqueles que revelem e mantenham novos atletas que já tenham se destacado em sua modalidade esportiva, bem como projetos educacionais ou de formação cultural em comunidades de baixa renda. A comissão é constituída pelo Chefe de Gabinete da Presidência e os Gerentes das Assessorias de Gestão das Diretorias Administrativa, Financeira, de Engenharia e de Operação.

OUVIDORIA

A Ouvidoria Geral da Eletrosul tem como finalidade ser um canal permanente de comunicação com os empregados e com os demais públicos, contribuindo para o desenvolvimento da empresa, para a cultura da cidadania, e para a preservação dos direitos individuais e coletivos, sempre objetivando a plena transparência e publicidade dos atos da administração e contribuindo para o efetivo controle social da gestão pública.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO A.3.2 – Avaliação Do Sistema De Controles Internos Da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos					X

internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.					X
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: O processo de controles Controle Interno e de Gestão de Riscos da Eletrosul está estruturado com uma visão de gestão integrada de recursos, envolvendo todas as áreas de negócio da Empresa, e tem por objetivo a implantação de controles que garantam a segurança dos negócios da Empresa e que estejam alinhados com o planejamento estratégico da Companhia. Em virtude da comercialização de ADR's da Eletrobras no mercado de capitais norte americano a Eletrosul observa as orientações da Lei Sarbanes-Oxley e anualmente testa o seu ambiente de controles internos. Os resultados dos Testes de Administração e dos testes da Auditoria Independente são reportados no relatório 20F consolidado da Eletrobras. Em relação à avaliação do sistema de controles internos e gestão de riscos da Eletrosul é importante destacar que os resultados apresentados refletem o comprometimento da alta administração e de todas as áreas de negócio da Empresa com o estabelecimento de um ambiente de controles internos e de gestão de riscos eficiente; a implementação de fluxos de comunicação adequados, a adoção de mecanismos de melhoria contínua de processos, e o gerenciamento de risco alinhado com os objetivos estratégicos da Empresa.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Remuneração Paga a Administradores

3.3.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

Esta Empresa cumpre os procedimentos adotados pela Holding para suas subsidiárias, consubstanciado no voto de acionista majoritário para aprovar, em Assembleia Geral Ordinária, os valores a título de remuneração do seus membros da diretoria estatutária e dos conselhos de administração e fiscal.

3.3.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

QUADRO A.3.3.2 - Remuneração Dos Conselhos De Administração E Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Claudia Hofmeister	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Valter Luiz Cardeal de Souza	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Eurides Luiz Mescolotto	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
William Rimet Muniz	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Celso Knijnik	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Dinovaldo Gilioli	-	13/12/2013	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.447,17	1.457,62	40.957,28
Wanderlei Lenartowicz	14/12/2013	31/12/2013												1.906,12	1.906,12
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro(a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Sonia Regina Jung (T)	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Antonio Gomes De Farias Neto (T)	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Suzana Teixeira Braga (T)	-	-	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.168,77	3.558,71	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	3.363,74	6.727,48	3.363,74	43.143,71
Marlete Barbosa Borges (S)	-	-						3.363,74					280,31		3.644,05

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

3.3.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3.1 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
Número de membros: Diretoria Estatutária			
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.852.086,34	1.695.051,18	1.553.240,74
a) salário ou pró-labore	1.613.223,85	1.466.127,88	1.365.545,87
b) benefícios diretos e indiretos	238.862,49	228.923,30	187.694,87
c) remuneração por participação em comitês			
d) outros			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	171.113,53	274.080,00	233.439,57
e) bônus			
f) participação nos resultados	171.113,53	274.080,00	233.439,57
g) remuneração por participação em reuniões			
h) comissões			
i) outros			
III – Total da Remuneração (I + II)	2.023.199,87	1.969.131,18	1.786.680,31
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

3.3.4 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

QUADRO A.3.3.4 – Detalhamento De Itens Da Remuneração Variável Dos Administradores

Valores em R\$
1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO		
	2013	2012	2011
I – Bônus (a+b+c+d)			
a) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
b) valor máximo previsto no plano de remuneração			
c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
d) valor efetivamente reconhecido no resultado			
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	171.113,53	274.080,00	233.439,57
e) valor mínimo previsto no plano de remuneração			
f) valor máximo previsto no plano de remuneração			
g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas			
h) valor efetivamente reconhecido no resultado	171.113,53	274.080,00	233.439,57
III – Total (I + II)	171.113,53	274.080,00	233.439,57

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Obs.: Conselheiros não recebem PLR – Participação de Lucros e Resultados

Conselheiros e Diretores não recebem bônus

A Eletrosul não pratica previsão de valores mínimos e máximos no plano de remuneração para a PLR - Participação de Lucros e Resultados

3.4 Sistema de Correição

A apuração de faltas e/ou infrações disciplinares cometidas por empregados da Eletrosul está disciplinada em Norma de Gestão Empresarial (NG 58 e PG 058-1), as quais incorporam, também, o procedimento de apuração decorrente de Cláusula de Acordo Coletivo, isto, em harmonia com a observância dos dispositivos previstos na CLT, cujo regime todos os empregados desta Empresa estão submetidos.

Observando esses normativos e a CLT, informamos que, nos casos em que possam ensejar proposta de aplicação de penalidade mais grave (demissão), o processo pode ser feito através de nomeação de comissão específica constituída pela Diretoria Executiva, à qual forma o processo regular com autuação e numeração das páginas.

A Eletrosul possui todas as informações referentes aos seus empregados arquivadas, em pasta denominada PAI - Pasta de Assentamento Individual e com as respectivas informações registradas nos Sistemas HR Consist e Tera Term CMP, sendo que a documentação original está arquivada no Departamento de Gestão de Pessoas - DGP, e nas Divisões Regionais da Empresa, conforme lotação do(a) empregado(a).

Informamos que, atualmente, estão em processo de implantação instrumentos normativos (norma e procedimento de gestão) que disciplinarão o **Processo de Apuração Disciplinar** (PAD) sobre falta disciplinar e as respectivas penalidades, conforme modelo sugerido e já implementado na Eletrobras Distribuição.

3.5 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

A Eletrosul passará a alimentar informações no CGU-PAD à partir da aprovação pela Diretoria Executiva e implantação do Processo de Apuração Disciplinar -PAD, que se encontra em fase de implantação, e mediante designação formal do coordenador responsável pelo registro no referido sistema, considerando que o procedimento atual de apuração é disciplinado pela NG 58 e PG 058, Cláusula de Acordo Coletivo e observância dos dispositivos previstos na Consolidação da Leis do Trabalho - CLT, cujo regime todos os empregados desta empresa estão submetidos. No exercício de 2013 não houve nenhuma ocorrência.

3.6 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

O indicador de monitoramento e avaliação do modelo de governança e de efetividade dos controles internos utilizado pela Eletrosul é o indicador de eficácia dos controles. A partir de testes de eficácia dos controles internos desenhados e implementados é possível verificar os pontos de deficiência existentes na estrutura de controles internos da Empresa. O indicador tem por objetivo mostrar a quantidade e o percentual de controles eficazes em um universo de controles internos testados.

Em 2012 foram testados 147 controles internos, sendo que 145 controles foram considerados eficazes. Em 2013 foram identificados 137 controles eficazes de um total de 192 controles testados.

QUADRO A.3.6: Resultados dos Testes de Eficácia de Controles Internos na Eletrosul 2012 e 2013.

	2012	2013
Número De Controles Testados	147	152
Número De Controles Eficazes	145	137
% De Eficácia	98 %	90 %

Fonte: Assessoria De Gestão Empresarial

4 PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação

Os itens a seguir tratam da programação das despesas correntes e de capital.

O Resumo da Programação de Despesas é apresentado a seguir no quadro, que foi adaptado à empresa. Não há reserva de contingência.

QUADRO A.4.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	2013 Decreto nº 8.174/13 e Ofício nº 1.684/2013/MP/SE/DEST	2012 Decreto nº 7.883/12 e Ofício nº 1179/2012/MP/SE/DEST	Var. 2013/2012
Pessoal e Encargos Sociais	387.300.435	292.007.406	32,6%
Serviços de Terceiros	119.565.333	111.411.705	7,3%
Utilidades e Serviços	8.195.170	5.717.855	43,3%
Materiais e Produtos	157.641.096	181.268.484	-13,0%
Tributos e Encargos Parafiscais	264.661.435	220.812.298	19,9%
Juros e Outros	195.835.395	143.567.200	36,4%
<i>Operações Internas</i>	<i>103.961.444</i>	<i>77.227.904</i>	<i>34,6%</i>
<i>Outras Fontes</i>	<i>91.873.951</i>	<i>66.339.296</i>	<i>38,5%</i>
Outros Dispendios Correntes	133.421.136	93.814.626	42,2%
Total Despesas Correntes	1.266.620.000	1.048.599.574	20,8%
Investimento	398.342.218	530.000.000	-24,8%
Inversões Financeiras	1.404.016.976	776.100.889	80,9%
Amortização de Principal	380.683.895	112.628.900	238,0%
<i>Operações Internas</i>	<i>128.335.464</i>	<i>43.268.954</i>	<i>196,6%</i>
<i>Outras Fontes</i>	<i>252.348.431</i>	<i>69.359.946</i>	<i>263,8%</i>
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	1.467.413	4.015.016	-63,5%
Dividendos	145.085.649	112.701.904	28,7%
Total Despesas de Capital	2.329.596.151	1.535.446.709	51,7%
Total Despesas	3.596.216.151	2.584.046.283	39,2%

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

4.1.1.1 Análise Crítica

Na previsão orçamentária das despesas correntes, no ano de 2013, houve um crescimento de 20,8% quando comparado ao orçamento de 2012. Esta variação é explicada, principalmente, pela rubrica Pessoal e Encargos Sociais que contempla a dotação orçamentária para o Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, no valor de R\$ 75.000.000,00, e, também, pelo crescimento no pagamento dos encargos do Serviço da Dívida, em decorrência da capitação de recursos para financiar as obras dos

Investimentos Corporativos e em parcerias (Sociedade de Propósito Específico – SPE), além da apropriação dos saldos devedores das empresas incorporadas: Artemis, RS Energia e PVTE.

Em relação às despesas de capital, cabe salientar que apenas as dotações referentes ao Investimento da Eletrosul são contempladas na LOA. As demais rubricas são aprovadas por Decreto. No processo de elaboração da proposta orçamentária, as tratativas de consolidação do orçamento da Eletrosul com a Controladora (Eletrobras), e no próprio âmbito do MME, resultam na realização de cortes na proposta do orçamento, principalmente no de Investimento. A Eletrosul vem passando, nos últimos anos, por fase de forte expansão, com elevados investimentos em empreendimentos corporativos e em parcerias (Sociedade de Propósito Específico - SPE). Neste sentido, são necessárias recomposições do orçamento na oportunidade da revisão orçamentária. Os números aprovados na revisão vêm se mostrando condizentes com as realizações.

A análise da programação orçamentária das despesas de capital mostra um crescimento de 51,7% em relação a 2012. A variação é percebida, principalmente, nas rubricas Inversões Financeiras e Amortização de Dívida, considerando o êxito na participação em leilões, na primeira, e o aumento na captação de recursos para financiar os investimentos, na segunda.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Não se aplica, pois a Eletrosul não concede ou recebe créditos orçamentários.

4.1.3 Realização da Despesa

As informações sobre a execução orçamentária da despesa destacam-se por modalidade de contratação e por grupo orçamentário.

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

A Eletrosul por não ser uma empresa da administração direta não possui fase de liquidação, adaptando este quadro e considerando sua principal fase de realização, a econômica

QUADRO A.4.1.3.1.– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Em R\$

Modalidade de Contratação	Realizado Econômico	
	2013	2012
Modalidade de Licitação	229.783.762	404.047.892
Convite	654.902	1.172.855
Tomada de Preços	5.084.999	9.112.464
Concorrência	89.711.677	250.810.556
Pregão	134.332.184	142.952.017
Contratações Diretas	25.616.210	76.037.232
Dispensa	21.328.183	62.790.019
Inexigibilidade	4.288.027	13.247.213
Pagamento de Pessoal	393.483.475	315.036.856
Pessoal, Encargos e Benefícios	380.718.315	302.758.718
Diárias	12.765.160	12.278.138
Outros	2.452.965.907	1.664.355.139
Total	3.101.849.354	2.459.477.119

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

O Quadro A.4.1.3.2 não se faz necessário por apresentar valores idênticos aos apresentados no Quadro A.4.1.3.1. Todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

QUADRO A.4.1.3.3 – Despesas Por Grupo E Elemento De Despesa – Créditos Originários - Total

Grupo de Despesas (Valores em R\$)	Realizado 2013	Realizado 2012	Var. 2013/2012
Pessoal e Encargos Sociais	369.828.441	274.515.025	34,7%
Serviços de Terceiros	102.588.147	105.829.810	-3,1%
Utilidades e Serviços	4.537.325	4.920.124	-7,8%
Materiais e Produtos	69.030.082	174.467.940	-60,4%
Tributos e Encargos Parafiscais	229.651.681	130.696.818	75,7%
Juros e Outros	190.486.093	138.741.731	37,3%
Operações Internas	99.924.530	71.168.588	40,4%
Outras Fontes	90.561.563	67.573.143	34,0%
Outros Dispendios Correntes	80.623.459	144.479.477	-44,2%
Total Despesas Correntes	1.046.745.228	973.650.925	7,5%
Investimento	321.550.273	469.683.182	-31,5%
Inversões Financeiras	1.233.559.787	842.522.384	46,4%
Amortização de Principal	246.980.653	107.064.037	130,7%
Operações Internas	121.234.705	42.209.398	187,2%
Outras Fontes	125.745.948	64.854.639	93,9%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	1.467.413	4.015.016	-63,5%
Dividendos	251.546.000	62.541.575	302,2%
Total Despesas de Capital	2.055.104.126	1.485.826.194	38,3%
Total Despesas	3.101.849.354	2.459.477.119	26,1%

Fonte: Departamento Econômico-financeiro

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

O Quadro A.4.1.3.4 não se faz necessário por apresentar valores idênticos aos apresentados no Quadro A.4.1.3.3 pelo motivo que todas as despesas são executadas diretamente pela Eletrosul Centrais Elétricas S. A.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta. Desta forma, não há informação relativa ao item 4.1.3.5.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Este item não se aplica à Eletrosul, pois a mesma não se enquadra como entidade da Administração Pública Direta. Desta forma, não há informação relativa ao item 4.1.3.6.

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A execução orçamentária das despesas correntes evidencia aumento de 7,5%, em relação ao realizado em 2012. Os principais fatores para a alteração são: (I) Pessoal e Encargos Sociais, devido à realização do Programa de Incentivo ao Desligamento - PID; (II) aumento dos Tributos e Encargos Parafiscais, decorrentes da variação dos impostos e contribuições sobre o resultado; e (III) elevação dos Juros e Outros (encargos do serviço da dívida), devido a financiamentos para investimento e dívidas incorporadas da Artemis, RS Energia e PVTE.

A realização das despesas correntes foi de 82,6% da dotação orçamentária anual.

Quanto às despesas de capital, percebe-se, um crescimento de 38,3% quando comparadas ao ano de 2012, e uma realização orçamentária de 88,2%.

O esforço da Empresa para a retomada da geração de energia elétrica é evidenciado, principalmente, pelas inversões financeiras por meio de aportes de capital às SPEs. Do montante de inversões, 69% foram destinados aos empreendimentos de geração, destacando os aportes à ESBR Participações (UHE Jirau) e as SPEs responsáveis pela construção de complexos eólicos no Rio Grande do Sul.

Nas despesas de Investimento, observa-se uma redução em relação ao ano anterior, que é explicada pela conclusão e início da operação comercial de diversos empreendimentos de geração, como: UHE Passo São João, UHE Mauá, UHE São Domingos e as PCHs do Complexo Hidrelétrico São Bernardo.

A rubrica Amortização de Principal apresenta variação de 130,7%, comparada à realização do ano anterior. Este crescimento deve-se a captação de recursos para financiar os empreendimentos de investimento corporativo e em parcerias (SPEs), além dos reflexos das incorporações.

Os Dividendos apresentaram aumento (302%) significativo, em função da melhoria no resultado do exercício de 2013.

A realização das rubricas orçamentárias se aproximou das dotações aprovadas. Com segurança, pode-se inferir que a realização orçamentária foi efetuada com êxito e respeito aos valores determinados pela legislação. A execução do orçamento de 2013 ocorreu no patamar da normalidade.

4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência									
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.									
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:						
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados (R\$)		Valores Repassados (R\$)		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	88200004	80928039000102	505.089,06	52.038,00	23.015,30	430.035,76	05/04/2010	04/02/2013	1
1	88200021	79151312000156	323.773,34	194.833,34	28.183,79	125.323,79	21/02/2011	20/02/2013	1
1	88500014	88630413000281	736.760,00	86.760,00	172.517,76	172.517,76	17/02/2011	16/02/2013	1
1	1006120001	80629694000160	6.000,00	0	2.000,00	3.500,00	21/06/2012	21/06/2013	1
1	80620112002	14473286000137	357.000,00	33.000,00	180.000,00	180.000,00	06/02/2012	05/02/2017	1
1	84420120024	87612982000150	1.830.159,97	381.408,63	0	0	04/07/2012	03/07/2017	1
1	1110130054	20320503000402	1.867.310,40	684.850,00	0	0	06/11/2013	30/05/2016	1
1	1110130056	13169162000108	1.564.440,00	864.440,00	0	0	05/12/2013	30/03/2015	1
4	1104120002	909972000101	35.000,00	0	35.000,00	35.000,00	23/11/2012	22/05/2013	1
3	1006130013	75732057000184	9.900,00	900	0	0	01/08/2013	01/08/2014	1
3	1006130017	78200482000110	13.500,00	4.500,00	0	0	30/08/2013	30/08/2014	1
3	1006130021	79372108000246	3.000,00	0	0	0	30/10/2013	30/10/2014	1
3	1006130022	5945352000133	3.000,00	0	0	0	30/10/2013	30/10/2014	1
1	1006130023	88830609000139	45.000,00	0	0	0	30/10/2013	30/10/2014	1
1	1303130003	83477646000191	180.000,00	10.000,00	146.489,20	146.489,20	07/11/2013	07/01/2014	1
1	1006130003	76282656000106	12.000,00	0	4.000,00	8.000,00	28/02/2013	28/02/2013	1
1	1006130001	0079.057/000128	6.000,00	0	2.000,00	2.000,00	20/04/2013	28/02/2014	1
TOTAL			7.497.932,77	2.312.729,97	593.206,05	1.102.866,51			

LEGENDA		
Modalidade:	Situação da Transferência:	
1 - Convênio	1 - Adimplente	
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente	5 - Excluído
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa	6 - Rescindido
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído	7 - Arquivado
*TCE - Tomada de Contas Especial		
Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial		

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO A.4.4.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ:	00.073.957/0001-68					
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	6	4	3	558.206,05	668.885,65	1.596.073,10
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	4	0	0	0	0	235.529,68
Termo de Compromisso	0	0	0	35.000,00	0	0
Totais	10	4	3	593.206,05	668.885,65	1.831.602,78

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.3 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	7	0	0
		Montante Repassado	1.059.866,51	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	5	4	0
		Montante Repassado	8.000,00	0	0
2012	Contas Prestadas	Quantidade	8	0	0
		Montante Repassado	448.885,65	0	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	220.000,00	0	0
2011	Contas Prestadas	Quantidade	7	1	0
		Montante Repassado	2.404.798,10	66.971,66	0
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3	2	0
		Montante Repassado	85.200,00	168.558,02	0
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	0	0
		Montante Repassado	22.000,00	0	0

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO A.4.4.4 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Posição 31/12

em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
CNPJ: 00.073.957/0001-68			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas			7	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	6	0
			Quantidade Reprovada	1	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	1.059.866,51	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0

2012	Quantidade de contas prestadas		8	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	8	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
		Montante repassado (R\$)	3.369.610,78	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0
2011	Quantidade de Contas Prestadas		7	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	7	0
		Quantidade Reprovada	0	0
		Quantidade de TCE	0	0
		Montante Repassado (R\$)	853.333,00	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
		Montante Repassado	0	0
Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial				

4.4.5 Análise Crítica

Número Instrumento: 88200004

- Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não houve situação de inadimplência.
- Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não houve oscilações.
- Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
A demora da última prestação de contas do Convênio deveu-se à apresentação equivocada de notas de despesas realizadas após o período contratual do Convênio, que foram negadas, gerando retrabalho.
- Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
As prestações de contas foram de modo geral, rápidas, pela natureza do trabalho realizado, que não demandou logística tão elaborada. Na média foram 21 dias para as prestações de contas parciais. Não foram evidenciadas situações de inadimplência.
- Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
Sistemas corporativos usados rotineiramente para os controles de pagamentos de materiais e serviços, com um gestor do Convênio, responsável pela conferência de prestações de contas, recebimento dos produtos e eventualmente, a verificação in loco do andamento dos trabalhos.
- Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
Os repasses foram fundamentais para a consecução do objetivo pretendido. Os produtos do Convênio foram apresentados: programa de educação ambiental junto às escolas locais e

registro do patrimônio histórico, ambiental e paisagístico da região do rio Tibagi. O vídeo criado versou sobre o resgate arqueológico na área da UHE Mauá. Os relatórios para atendimento aos requisitos do IAP – Instituto Ambiental do Paraná foram apresentados dentro dos prazos.

Número Instrumento: 88200021

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não houve situação de inadimplência.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não houve oscilação.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios.
As prestações de contas apresentaram, de modo geral, significativa demora. Isto ocorreu pelas características da conveniente, e também do objeto. A conveniente demonstrou, notadamente nas primeiras prestações de contas, dificuldades de contabilização e apresentação dos comprovantes de despesas. O objeto, por sua vez, exigiu trabalho extensivo em campo. O local de desenvolvimento dos trabalhos distava 280 km da base, incluindo estradas secundárias, e o deslocamento dos espécimes requeriam baldeamento entre caminhões, devido aos acessos precários.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
Nossos controles apontaram uma média de 226 dias para prestação de contas depois do repasse. Houve apenas uma última prestação de contas em 2013, quando foi devolvida uma pequena parcela de recursos, economizada no processo. De modo geral, as análises de prestação de contas foram realizadas com eficiência e eficácia, atuando-se nos pontos pendentes com o objetivo de eliminá-los rapidamente.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
Sistemas corporativos usados rotineiramente para os controles de pagamentos de materiais e serviços, com um gestor do Convênio, responsável pela conferência de prestações de contas, recebimento dos produtos e eventualmente, a verificação in loco do andamento dos trabalhos.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
As transferências foram fundamentais para a pesquisa e catalogação de espécimes de vegetais da região do médio rio Tibagi. As tarefas envolveram bolsistas de pós-graduação da Universidade, contribuindo para sua adequada formação. Os produtos do convênio foram todos apresentados: o horto da UEM foi montado e o livro sobre a flora epifítica foi editado.

Número Instrumento: 88500014

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplentes;
Não se aplica
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Não se aplica

3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
As prestações ocorreram dentro dos prazos previamente estabelecidos no âmbito do convênio.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
As análises são baseadas na IN da STN para convênios, de modo a garantir a eficiência e eficácia dos procedimentos, contando com recursos humanos e materiais adequados.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;
Por se tratar de convênio para pesquisa e desenvolvimento, o gerenciamento é realizado inclusive in loco.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da Unidade Jurisdicionada.
Não se aplica

Obs. No convênio em questão, os resultados foram considerados muito bons e atingiram o objetivo proposto.

Número Instrumento: 1006120001

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Devido a aplicação de treinamentos, palestras de segurança e capacitação para os beneficiários do projeto e gestor dos recursos, junto a Associação, a primeira parcela de 12 x R\$500,00 só foi liberada em novembro de 2012, por este motivo houve a emissão do termo aditivo nº 01 prorrogando o prazo de vigência do Convênio e a transferência dos recursos se estenderá até 21/06/2014.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos não foram cumpridos por razão dos motivos elencados no item 2.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
Os procedimentos e orientações constantes do Guia de Procedimentos, as oficinas de capacitação para os gestores dos recursos, oferecida pela Eletrosul, quando da efetivação do Convênio, tem contribuído para a eficiência e a eficácia na gestão e na apresentação das prestações de contas, bem como facilitado a relação com os convenientes, otimizando a disponibilidade de recursos humanos e materiais.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

Os controles das transferências estão previstos e sistematizados no "Guia de Procedimentos - Liberação dos Recursos e a Prestação de Contas", Anexo II dos Convênios. Desde 11/08/2011, foi instituído na empresa o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul, que é utilizado como uma ferramenta de gestão alinhada com a política de investimento social da Empresa, aos negócios, às diretrizes do sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Uma das ferramentas utilizadas são os relatórios: Parcial e Final, de apresentação obrigatória, para a liberação da parcela seguinte do recurso, bem como a parcela final, neles contem o acompanhamento da evolução do projeto, bem como histórico da aplicação dos recursos e no relatório final é feita análise geral pelo conveniente. Durante e ao final do projeto são realizadas visitas sistemáticas, in loco, de acompanhamento e evolução do projeto.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
Para a análise da efetividade dos projetos implantados são utilizados os normativos do Guia de Procedimentos, relatórios parciais e final. São oferecidas oficinas de capacitação para prestação de contas aos Convenientes, quando da efetivação dos convênios. Relatórios de acompanhamento e desenvolvimento das ações e realizadas, visitas técnicas sistemáticas, relatórios de fiscalização in loco, que permitem a avaliação do cumprimento dos cronogramas e metas do plano de trabalho, ao final do projeto são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários do projeto para a análise da efetividade do projeto e a aplicação dos recursos.

Número Instrumento: 80620112002

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;
Durante a vigência deste convenio não houve inadimplência na prestação de contas pela conveniente.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Conforme cronograma de desembolso da concedente, no item 5 do anexo 1 do convenio 80620112002, a primeira transferência (2012) foi de R\$180.000,00 enquanto nos demais exercícios serão de R\$36.000,00, resultando no valor total de R\$324.000,00.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
O gestor do convenio tem recebido até o mês de fevereiro de cada ano a prestação de contas do exercício anterior.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
A documentação de comprovação técnica segue o anexo 1 – Plano de trabalho, item 3. Cronograma de Execução, metas 1, 2 e 3, estão sendo realizadas conforme o detalhamento do referido anexo, destaque para o policiamento ostensivo contra os ilícitos ambientais e penais na área do reservatório da UHPJ, todos evidenciados com a correta documentação e relatórios que ficam arquivadas no Setor de Manutenção da UHPJ em Roque Gonzáles – RS.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;

A transferência de recursos está sendo realizada em parcelas conforme anexo 1 – Plano de Trabalho, item 5, onde temos o cronograma de desembolso da Concedente. A área Administrativa da DROE - Divisão Regional do Oeste avaliou a documentação entregue e emitiu o atestado de cumprimento de evento contratual de nº 005 / 2014

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.
Não se aplica nesse convenio.

Número Instrumento: 1104120002

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;
Não se aplica.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Não se aplica.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
Não se aplica.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
Não se aplica.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;
Não se aplica.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.
Não se aplica.

Número Instrumento: 1006130013

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;
Não aplicável.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Não aplicável.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
Os prazos foram cumpridos em conformidade com o estabelecido.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
Os procedimentos e orientações constantes do Guia de Procedimentos, as oficinas de capacitação para os gestores dos recursos, oferecida pela Eletrosul, quando da efetivação do Convênio tem contribuído para a eficiência e a eficácia na gestão e na apresentação das prestações de contas, bem como facilitado a relação com os convenientes, otimizando a disponibilidade de recursos humanos e materiais.

5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

Os controles das transferências estão previstos e sistematizados no "Guia de Procedimentos - Liberação dos Recursos e a Prestação de Contas", Anexo II dos Convênios. Desde 11/08/2011, foi instituído na empresa o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul, que é utilizado como uma ferramenta de gestão alinhada com a política de investimento social da Empresa, aos negócios, às diretrizes do sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Uma das ferramentas utilizadas são os relatórios: Parcial e Final, de apresentação obrigatória, para a liberação da parcela seguinte do recurso, bem como a parcela final, neles contem o acompanhamento da evolução do projeto, bem como histórico da aplicação dos recursos e no relatório final é feita análise geral pelo conveniente. Durante e ao final do projeto são realizadas visitas sistemáticas, in loco, de acompanhamento e evolução do projeto.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

Para a análise da efetividade dos projetos implantados são utilizados os normativos do Guia de Procedimentos, relatórios parciais e final. São oferecidas oficinas de capacitação para prestação de contas aos Convenientes, quando da efetivação dos convênios. Relatórios de acompanhamento e desenvolvimento das ações e realizadas, visitas técnicas sistemáticas, relatórios de fiscalização in loco, que permitem a avaliação do cumprimento dos cronogramas e metas do plano de trabalho, ao final do projeto são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários do projeto para a análise da efetividade do projeto e a aplicação dos recursos.

Número Instrumento: 1006130017

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos foram cumpridos em conformidade com o estabelecido.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
Os procedimentos e orientações constantes do Guia de Procedimentos, as oficinas de capacitação para os gestores dos recursos, oferecida pela Eletrosul, quando da efetivação do Convênio tem contribuído para a eficiência e a eficácia na gestão e na apresentação das prestações de contas, bem como facilitado a relação com os convenientes, otimizando a disponibilidade de recursos humanos e materiais.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:

Os controles das transferências estão previstos e sistematizados no "Guia de Procedimentos - Liberação dos Recursos e a Prestação de Contas", Anexo II dos Convênios. Desde 11/08/2011, foi instituído na empresa o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul, que é utilizado como uma ferramenta de gestão alinhada com a política de investimento social da Empresa, aos negócios, às diretrizes do sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Uma das ferramentas utilizadas são os relatórios: Parcial e Final, de apresentação obrigatória, para a liberação da parcela seguinte do recurso, bem como a parcela final, neles contem o acompanhamento da evolução do projeto, bem como histórico da aplicação dos recursos e no relatório final é feita análise geral pelo conveniente. Durante e ao final do projeto são realizadas visitas sistemáticas, in loco, de acompanhamento e evolução do projeto.

6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:

Para a análise da efetividade dos projetos implantados são utilizados os normativos do Guia de Procedimentos, relatórios parciais e finais. São oferecidas oficinas de capacitação para prestação de contas aos Convenientes, quando da efetivação dos convênios. Relatórios de acompanhamento e desenvolvimento das ações e realizadas, visitas técnicas sistemáticas, relatórios de fiscalização in loco, que permitem a avaliação do cumprimento dos cronogramas e metas do plano de trabalho, ao final do projeto são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários do projeto para a análise da efetividade do projeto e a aplicação dos recursos.

Número Instrumento: 1006130021

Não foi liberada nenhuma parcela do Convênio. A Instituição esta providenciando a abertura de conta específica para receber a 1ª parcela.

Número Instrumento: 1006130022

Não foi liberada nenhuma parcela do Convênio. A Instituição esta providenciando a abertura de conta específica para receber a 1ª parcela.

Número Instrumento: 1006130023

Não foi liberada nenhuma parcela do Convênio. O Convênio não foi assinado pela Prefeitura de Caxias porque exigiu algumas alterações, foi incluída a contrapartida da Prefeitura e esta em processo de aprovação novamente. Não foi repassado nenhum valor até esta data.

Número Instrumento: 1303130003

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;
O convênio foi realizado em uma única parcela e a prestação de contas respeitou o prazo de 60 dias após o encerramento do convênio.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Convênio realizado para um evento específico, validade de 2 meses.

3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
A prestação de contas do convênio 1303130003 foi apresentada dentro do prazo.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
O convênio foi realizado em uma única parcela e a prestação de contas respeitou o prazo de 60 dias após o encerramento do convênio.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;
Planejamento orçamentário com, no mínimo, três cotações por despesa e Plano de Trabalho com cronograma de execução. No evento realizado na SEDE toda a execução efetuada pela Conveniente é inspecionada pela Concedente, visto a proximidade na localização entre as duas instituições. Nos eventos nas regionais e setores a comprovação e inspeção da execução são realizadas através de imagens comprobatórias.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.
Sem o instrumento do convênio o Programa Eletrosul em Movimento seria inviabilizado. A burocracia para se executar o Programa sem o convênio não permitiria que o prazo fosse cumprido.
Além do exposto anteriormente, a CONVENIENTE tem a experiência em promover eventos dessa natureza, com pessoal especializado e instalações adequadas e envolvimento com as demais Associações de Empregados;

Número Instrumento: 1006130003

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Foi prorrogado o prazo do Convênio para 60 meses a partir de 28/02/2013.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos não foram cumpridos em função de o valor ter sido considerado muito baixo pela Prefeitura para a realização de licitação para compra dos insumos e/ou demais equipamentos e/ou bens para a manutenção das hortas.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
Não aplicável.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.
Não aplicável.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
Não aplicável.

Número Instrumento: 1006130001

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente:
Não aplicável.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios:
Não aplicável.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios:
Os prazos foram cumpridos em conformidade com os prazos estabelecidos.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto:
Os procedimentos e orientações constantes do Guia de Procedimentos, as oficinas de capacitação para os gestores dos recursos, oferecida pela Eletrosul, quando da efetivação do Convênio, tem contribuído para a eficiência e a eficácia na gestão e na apresentação das prestações de contas, bem como facilitado a relação com os convenientes, otimizando a disponibilidade de recursos humanos e materiais.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados:
Os controles das transferências estão previstos e sistematizados no "Guia de Procedimentos - Liberação dos Recursos e a Prestação de Contas", Anexo II dos Convênios. Desde 11/08/2011, foi instituído na empresa o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável - Eletrosul, que é utilizado como uma ferramenta de gestão alinhada com a política de investimento social da Empresa, aos negócios, às diretrizes do sistema Eletrobras, aos relatórios de gestão empresarial, ao Planejamento Estratégico e ao Programa Nacional Brasil Sem Miséria do Governo Federal. Uma das ferramentas utilizadas são os relatórios: Parcial e Final, de apresentação obrigatória, para a liberação da parcela seguinte do recurso, bem como a parcela final, neles contem o acompanhamento da evolução do projeto, bem como histórico da aplicação dos recursos e no relatório final é feita análise geral pelo conveniente. Durante e ao final do projeto são realizadas visitas sistemáticas, in loco, de acompanhamento e evolução do projeto.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas a cargo da Unidade Jurisdicionada:
Para a análise da efetividade dos projetos implantados são utilizados os normativos do Guia de Procedimentos, relatórios parciais e final. São oferecidas oficinas de capacitação para prestação de contas aos Convenientes, quando da efetivação dos convênios. Relatórios de acompanhamento e desenvolvimento das ações e realizadas, visitas técnicas sistemáticas, relatórios de fiscalização in loco, que permitem a avaliação do cumprimento dos cronogramas e metas do plano de trabalho, ao final do projeto são realizadas pesquisas de satisfação junto aos beneficiários do projeto para a análise da efetividade do projeto e a aplicação dos recursos.

Número Instrumento: 84420120024

1. Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente;
Não há transferência de recursos, portanto, não aplicável.
2. Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios;
Não houve oscilações, portanto, não aplicável.
3. Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios;
Não há transferência de recursos, portanto, não aplicável.
4. Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2013, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto;
Não há transferência de recursos, portanto, não aplicável.
5. Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados;
Não há transferência de recursos, portanto, não aplicável.
6. Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ.
Não há transferência de recursos, portanto, não aplicável.

Instrumentos: 1110130054 e 1110130056:

Impossibilidade de desenvolver análise crítica pois os convênios foram recém celebrados e não ocorreram fatos relevantes no período.

4.5 Suprimento de Fundos

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Este item visa “...obter um panorama geral acerca das renúncias de receitas geridas pela UJ, viabilizando o exame acerca de sua legalidade, legitimidade, eficiência, eficácia e efetividade”.

As receitas da Eletrosul não são oriundas da cobrança de tributos/impostos, e sim de cobrança pelo Uso da Rede Elétrica, Energia Gerada e Energia Comercializada.

A Eletrosul, por não cobrar tributos/impostos fica impossibilitada de fazer renúncia de tais itens, e por isso, é nosso entendimento de que este tópico não se aplica.

4.7 Gestão de Precatórios

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU Nº 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

5 PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

5.1 Estrutura de pessoal da unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

5.1.1.1 Lotação

QUADRO A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1672	1361	2	199
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1672	1361	2	199
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1672	1348	0	198
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	13	2	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1672	1361	2	199

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.1.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31/12
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	18
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	8
1.2. Exercício de Função de Confiança	5
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	5
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0

3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	9
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	1
5.4. Interesses Particulares	8
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	32
6.1 Licença Acidente de Trabalho	2
6.2 Licença Doença INSS	18
6.3 Licença Maternidade	3
6.4 Licença Maternidade Prorrogada	0
6.5 Liberação para Atividade Sindical	9
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	59

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	0	0	0
1.2.5. Aposentados	Não há	0	0	0
2. Funções Gratificadas	Não há	102	34	24
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	102	34	23
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	0	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	102	34	24

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	143	491	377	229	19
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	143	491	377	229	19
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	34	43	22	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	3	34	43	22	0
3. Totais (1+2)	146	525	420	251	19

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO A.5.1.2.3 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade Situação Apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira				61	680	491	20	6	
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior									
2.3. Funções Gratificadas					27	14	50	10	1
3. Totais (1+2)				61	707	505	70	16	1

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Sugerimos que o Nível de Escolaridade seja atualizado para a Nomenclatura Atual: 1 Analfabeto, 2 Alfabetizado s/cursos regulares, 3 Ensino Fundamental (1ª a 9ª Série), 4 Ensino Médio, 5 Superior, 6 Especialização/MBA, 7 Mestrado, 8 Doutorado e 9 Pós-Doutorado.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.1.3 - Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois anos anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	105.077.751,00		14.349.248,50	47.388.968,18	26.170.056,45	20.771.387,30	39.991.893,48			
	2012	123.074.868,02		8.903.163,41	16.239.699,04	19.350.135,00	4.425.974,56	18.591.456,69			
	2011	92.998.171,67		9.734.706,08	17.893.729,11	25.313.235,33	3.656.205,22	24.632.289,72			
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	24.660.593,37									
	2012	26.857.396,58									
	2011	18.904.440,22									
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013										
	2012										
	2011										
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	25.388.036,47		5.843.043,21	5.318.211,77	423.903,13	84.214,84	5.542.450,44		32.478,61	
	2012	17.513.046,28		2.915.436,65	2.688.968,28	1.199.826,00	344.730,16	1.202.596,94		-	
	2011	10.713.569,46		4.395.539,16	1.318.894,72	168.605,57	269.970,90	2.283.408,89		-	

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

Reiteramos que os custos de Auxílio Alimentação e Assistência Médica estão alocados apenas para os empregados. Tais valores englobam também os custos das funções gratificadas. Não houve separação das informações enviadas pelo setor responsável.

Os valores referentes aos empregados Cedidos com Ônus são ressarcidos mensalmente e retificadas as informações de 2012 e 2011

5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Não se aplica à Eletrosul, pois esta não faz gestão de servidores inativos e pensionistas.

5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

A Eletrosul não faz gestão de servidores inativos.

5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

A Eletrosul não paga Pensão – Não se aplica à Eletrosul, pois esta não faz gestão de servidores inativos e pensionistas.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

As informações estão prestadas de acordo no quadro a seguir:

QUADRO A.5.1.5.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	46	95	46	95
Concessão de aposentadoria				
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	46	95	46	95

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO A.5.1.5.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	194	18	194	18
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Totais	194	18	194	18

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO A.5.1.5.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	21	25		
Concessão de aposentadoria	NA	NA		
Concessão de pensão civil	NA	NA		
Concessão de pensão especial a ex-combatente	NA	NA		
Concessão de reforma	NA	NA		
Concessão de pensão militar	NA	NA		
Alteração do fundamento legal de ato concessório	NA	NA		
Total	21	25		
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	170	24		
Cancelamento de concessão	NA	NA		
Cancelamento de desligamento	NA	NA		
Total	170	24		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não houve, no exercício de 2013, atos sujeitos à remessa ao TCU, em meio físico.

QUADRO A.5.1.5.4 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	NA			
Outros atos fora do SISAC (especificar)	NA			
Totais	NA			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

NA = Não se Aplica

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A empresa exige a apresentação de declaração do empregado de que não acumula remuneradamente cargos, empregos e funções públicas, no âmbito dos órgãos da Administração Direta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem assim de suas autarquias, inclusive as em regime especial, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, fundações mantidas pelo Poder Público e demais entidades sob seu controle direto ou indireto, conforme disposto no Decreto nº 97.595, de 29/03/1989, ressalvadas as exceções previstas no artigo 1º deste Decreto, conforme disposto em normativo interno (Norma de Gestão 047).

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foram identificados no exercício de 2013 casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Eletrosul possui um total de 1.343 profissionais em seu Quadro Efetivo, sendo 1.330 empregados e 13 requisitados. Além disso, possui 18 empregados cedidos em consonância com o Decreto nº 4.050/2001 e 249 empregados anistiados em conformidade com a Lei n.º 8.878/94, que também se encontram cedidos para Órgãos ou Entidades da Administração Pública Federal. Em 2013, foram desligados 198 empregados efetivos e 1 anistiado. No mesmo período, foram readmitidos 46 empregados anistiados.

Se considerados os 18 empregados cedidos e excluídos os 13 requisitados, o Quadro Próprio (Servidor de Carreira vinculado ao Órgão) resulta em 1.348 empregados.

- Público Interno

Em 2013, o quadro de pessoal efetivo da Eletrosul contava, ao final do período, com um total de 1.343 profissionais. Foram readmitidos 46 empregados anistiados de acordo com a Lei da Anistia, nº 8.878, de 11/05/1994. Segundo a Orientação Normativa MPOG/RH nº 4 de 09/07/2008, a readmissão dos empregados anistiados não onera o limite de 1.672 vagas estabelecido pela Portaria MP nº 19 de 28/12/2006, do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest). Dessa forma, o índice de ocupação do limite de vagas da empresa, em 2013, foi de 80,32% do total estabelecido.

A Eletrosul reserva, no processo do Concurso Público, 5% do quadro de vagas para pessoas com deficiência. Paralelamente, a empresa desenvolve o Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência - PAPD, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de empregados e dependentes, atendendo às necessidades biopsicossociais e financeiras decorrentes do tratamento de saúde dessas pessoas. Atualmente, são atendidas pelo programa 72 pessoas com deficiência. Deste público, 17 pessoas estão relacionadas a empregados que se desligaram pelo Plano de Incentivo ao Desligamento – PID, o qual contempla a possibilidade de uso do Plano de Saúde da Empresa e ao PAPD por até cinco anos.

Em 2013 ocorreram 198 desligamentos entre os empregados, sendo 2 falecimentos, 8 pediram demissão, 4 foram aposentados por invalidez e 184 faziam parte do PID. Com relação aos 4

aposentados por invalidez, cabe esclarecer que a Lei trabalhista impede que a empresa rescinda o contrato de trabalho, porém deixa-se de contabilizá-los nos relatórios, pois não são mais empregados ativos. Dessa forma, considerando não ter ocorrido novas admissões no quadro próprio, a taxa de rotatividade do quadro funcional da empresa no período ficou em 7,34%. Já entre os anistiados ocorreu 1 desligamento em decorrência de aposentadoria por invalidez. Os 13 empregados requisitados de outros órgãos em atuação na Eletrosul foram alocados em áreas estratégicas de forma a colaborar com os desafios e as metas da empresa. O quadro 1 apresenta a evolução do número de empregados nos três últimos exercícios:

QUADRO A.5.1.8.1 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS

Quadro Funcional	Dez/2011	Dez/2012	Dez/2013
Empregados Efetivos	1.555	1.546	1.343
Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	121	204 (*)	249
QUADRO PRÓPRIO DE EMPREGADOS	1.676	1.750	1.592
(+) Admissões	83	9	0
(+) Readmissões de Empregados Anistiados (Lei nº 8.878/94)	9	87 (*)	46
(-) Desligamentos	134	18	198
(-) Desligamentos Anistiados	0	4	1
VARIAÇÃO DO QUADRO PRÓPRIO	(42)	74	(153)

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

(*) Observação Quadro 1: O número de empregados anistiados de 2012 foi revisto em relação ao anteriormente informado, tendo em vista a não consideração de 1 readmissão no ano e ter sido computado equivocadamente no quadro de 31/12/2012, 2 empregados desligados no mês de dezembro daquele ano.

Em 2013, considerando os empregados do quadro efetivo, foram trabalhadas 2.431.864 horas-homem. A Taxa de Absenteísmo foi registrada em 2,26%, a Taxa de Frequência (Lesões) foi igual a 4,93, e a Taxa de Gravidade foi de 102, observando-se que não houve ocorrência de doença ocupacional.

A proporção entre o menor salário praticado pela empresa (R\$ 2.387,24) e o salário mínimo nacional (R\$ 678,00) foi de 3,52 vezes, em 2013. Em relação ao salário base médio praticado na empresa essa proporção é de 8,95 vezes.

- Treinamento e Desenvolvimento

Em 2013, a área de Educação Corporativa na Eletrosul teve como destaque as seguintes atividades educacionais:

- Planejamento de Desenvolvimento de Equipes (PDEquipe) – ações educacionais com o objetivo de consolidar a capacitação e o desenvolvimento dos empregados em competências críticas afetas à área.
- Processo de Certificação dos Técnicos e Assistentes da Manutenção, Proteção e Apoio à Operação, com vistas à qualificação desses profissionais para execução de atividades de apoio à operação do sistema. O Processo teve início em outubro/2012 e foi concluído em outubro/2013.
- Execução das ações educacionais integrantes do PASE - Programa de Atendimento às Situações de Emergência da Eletrosul, com capacitação dos empregados que atuam nas áreas de manutenção e operação nas competências de Brigada de Emergência, Socorrismo e Resgate em Altura.
- Implementação do Programa de Valorização do Empregado Educador Unificado para as empresas Eletrobras. Foram realizados três turmas do Curso de Capacitação para Empregado Educador, visando à preparação de recursos humanos para realização de ações educacionais.

- Implementação do Programa de Capacitação em Língua Brasileira de Sinais, com o objetivo de promover acessibilidade da pessoa surda, enquanto Responsabilidade Social da Eletrosul, através da realização de cursos de LIBRAS para empregados, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, com vistas a adequar a empresa ao disposto no Decreto nº 5.626/2005.

QUADRO A.5.1.8.2 – CURSOS DE SOCORRISMO E BRIGADA DE INCÊNDIO REALIZADOS EM 2013

Curso	Turmas	Horas/turma	Total
Socorrismo	10	40	400
Brigada de incêndio	3	16	48
Brigada de incêndio	6	40	240
Socorrismo e resgate em torres de Telecom	1	24	24
Socorrismo e resgate em linhas e torres de transmissão	3	24	72

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

QUADRO A.5.1.8.3 – INDICADORES DE TREINAMENTO NO PERÍODO DE 2012 E 2013.

Indicadores	2012	2013	Variação %
Empregados Treinados	1.427	1.244	-12,82%
Homem-Hora Treinado	121.248	77.195	-36,33%
Média de Horas de Treinamento	85	62	-27,00%
Índices de Empregados Treinados (%)	93%	81%	-12,46%
Força de Trabalho Treinada (%)	4,1%	2,39%	-41,66%
Investimento Total (R\$ mil)	2.833	1.258	-55,59%
Valor Médio Investido por Empregado (R\$)	2.000	823	-58,84%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

Obs.1 : Para o cálculo dos indicadores de Educação Corporativa é considerado o total de empregados que estiveram na empresa ao longo do ano de 2013, incluindo os diretores e requisitados.

Obs.2 : A diminuição do investimento em treinamentos na Eletrosul em 2013, deveu-se a maior utilização de instrutores internos, principalmente em virtude da implantação do Programa de Valorização do Empregado Educador que, além do reconhecimento e valorização dos empregados que ministram treinamentos, contribui com a racionalização da aplicação dos recursos financeiros da Empresa.

A média de horas de treinamento, por categoria funcional, no período no período de 2012 e 2013, apontando a variação entre os dois exercícios, está apresentada no Quadro 15.

QUADRO A.5.1.8.4 – MÉDIA DE HORAS DE TREINAMENTO NO PERÍODO DE 2012 E 2013.

Média de horas de treinamento – por categoria funcional			
	2012	2013	Variação %
Cargos de diretoria	64	8,7	-86,46
Cargos gerenciais	185,1	85,5	-53,79
Cargos universitários	83,3	70,8	-15,07
Cargos não universitários	70,6	53,5	-24,20

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

- Programa de Orientação Para a Aposentadoria

O Programa de Orientação para a Aposentadoria (POPA) é um instrumento de gestão de pessoas e de sucessão profissional permanente que oportuniza aos empregados um processo de orientação para uma nova etapa de vida (pós-carreira) que é a de “estar aposentado”. Os objetivos do programa são construir espaços de suporte psicossocial às múltiplas dimensões da aposentadoria e estabelecer relações de ajuda à (re)construção de projetos de vida na aposentadoria.

Em 2013, os empregados em fase de pré-aposentadoria foram convidados a participar de uma videoconferência na Sede, com transmissão para as áreas descentralizadas, com o tema “Aposentadoria – uma nova etapa de vida”, ministrada por Armelino Girardi. A atividade contou com a participação de aproximadamente 45 empregados da Sede e teve como objetivo refletir sobre os impactos da transição de uma vida de trabalho regular para a aposentadoria e sobre a importância de se preparar para novos hábitos de vida. Ainda, a atividade oportunizou uma reflexão de que a vida não termina com a aposentadoria, sendo necessário adotar atitudes inovadoras e criativas, de forma a encarar esse período como uma rica e promissora travessia de uma etapa para outra, e não como o fim do caminho.

Ainda, em 2013, buscando acompanhar o processo de desligamento dos empregados inscritos pelo Programa de Incentivo ao Desligamento - PID, foram realizadas pelo Serviço Social e Psicologia entrevistas com todos os empregados inscritos e que se desligaram da Empresa no decorrer deste ano, visando refletir sobre a trajetória profissional e oferecer suporte psicossocial de ajuda a essa fase de transição. Além das entrevistas, foi criado um fórum de discussão, através do sistema Lotus Notes, “Ir de vento em POPA”, com o objetivo de disponibilizar um espaço onde os empregados pudessem trocar informações e refletir sobre questões relacionadas a aposentadoria, bem como exercícios vivenciais relacionados ao tema.

O programa está alinhado às ações empresariais de valorização das pessoas e à política de gestão de pessoas, de reconhecimento e sucessão profissional. As ações contidas nele confirmam o compromisso social da empresa com seus empregados, gerando satisfação e motivação, melhoria do clima organizacional, das relações interpessoais e dos resultados empresariais, na medida em que esses trabalhadores em fase de aposentadoria participam e contribuem com sugestões de melhorias do ambiente empresarial.

QUADRO A.5.1.8.5 – NÚMERO DE BENEFICIADOS COM O PID NO ANO DE 2013.

Programa de Incentivo ao Desligamento - PID	2013
Número de beneficiados	184

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

- Plano de Carreira e Remuneração (PCR)

O PCR é parte integrante do Modelo de Gestão Integrada de Pessoas das empresas Eletrobras, e a concepção metodológica adotada no desenvolvimento do PCR foi baseada no conceito de Competências e Resultados, sendo estes os orientadores da evolução dos empregados nas respectivas carreiras, observando-se o alinhamento com o Plano Estratégico da empresa. As competências subsidiam todos os processos de Gestão de Pessoas, tais como Carreira, Educação Corporativa, Captação, Planejamento de Recursos Humanos, Remuneração e Avaliação de Desempenho.

Este plano foi implantado nas empresas Eletrobras em 2010, e cada empregado teve a opção de migrar para o novo Plano. Atualmente apenas 4 empregados não optaram por migrar para o PCR.

- Benefícios

Em 2013, a Eletrosul investiu R\$ **73.039.761,06** em benefícios para todos os seus empregados diretos e dependentes, dos quais se destacam auxílio-creche, auxílio-babá, auxílio-educação, autodesenvolvimento, auxílio-funeral, auxílio alimentação, vale-transporte, plano de saúde (assistência médica e odontológica), licença maternidade, ELOS (Fundo de Aposentadoria) e seguro de vida em grupo. É importante ressaltar que a empresa não diferencia os benefícios oferecidos para

empregados com carga horária diferenciada, nível hierárquico ou cargo. Em linha com os valores da empresa, os direitos relacionados à maternidade são tratados com a devida importância.

Em 2013, 9 empregadas tinham direito à licença-maternidade (e gozaram dela), das quais todas retornaram à atividade laboral e permaneceram no cargo. No mesmo sentido e com 100% dos resultados, 39 homens gozaram da licença-paternidade, retornando e permanecendo no trabalho.

No que se refere à licença-maternidade estendida, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) determina que a prorrogação da licença-maternidade seja garantida desde que a empregada apresente requerimento à área de Gestão de Pessoas até o final do primeiro mês após o parto, sendo concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade. Durante o período de prorrogação da licença-maternidade, a empregada terá direito a sua remuneração integral.

A participação financeira dos empregados nos custos dos programas constantes no Plano de Saúde é específica para cada sistema de utilização, seja credenciamento ou reembolso, conforme segue:

- a) No sistema de credenciamento a empresa participa financeiramente com 80% das despesas e o empregado participa financeiramente com 20% das despesas.
- b) No sistema de reembolso, a participação financeira da empresa varia de acordo com o salário-base do empregado em relação ao menor salário da tabela e o número de seus dependentes, conforme os percentuais na tabela abaixo, aplicados sobre o valor das despesas apresentadas ou até o preço máximo das Tabelas de Serviços.

QUADRO A.5.1.8.6 – PRINCIPAIS INDICADORES DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DE 2011 A 2013

Previdência Complementar	2011	2012	2013
Investimentos (em R\$ mil)	18.786	20.939	21.607
Número de beneficiados pelo programa	1.583	1.527	1.651

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

Obs.: Os valores/quantitativos referentes a Previdência Complementar foram revisados, uma vez que os anteriormente informados equivocadamente referiam-se ao desconto efetuado na remuneração do empregado e agora estão sendo apresentados os dados extraídos da Contabilidade da Eletrosul, relativos aos valores dispendidos pela Empresa.

- Sistema de Gestão do Desempenho (SGD)

Implantado em 2011, o SGD unificou o sistema para todas as empresas Eletrobras e está estruturado em dois blocos distintos de avaliação: Competências e Resultados. Atualmente são avaliadas apenas as competências gerais vinculadas aos cargos amplos. No que diz respeito aos resultados, foram estabelecidas metas empresariais e de equipe alinhadas às estratégias empresariais.

A primeira etapa do ciclo de 2013, Etapa de Planejamento, ocorreu de 01/04/2013 a 20/06/2013, onde foram estabelecidas as metas que serão objeto do processo avaliativo.

Após junho de 2013, deu-se início à Etapa de Acompanhamento do SGD, que se estendeu até o final do ano.

A Etapa de Avaliação, lançada em 01/12/2013 se encerrará em fevereiro/2014.

Finalizando o ciclo de 2013 de Gestão do Desempenho, será realizada a Etapa de Desenvolvimento que está prevista para ocorrer entre janeiro e março/2014.

- Programas de preparação para o mercado de trabalho

A Eletrosul, consciente de sua responsabilidade social, desenvolve programas de preparação de jovens para o mercado de trabalho, dentre os quais se destacam:

- a) Programa Jovem Aprendiz, em parceria com o Senai que, no ciclo 2013, capacitou 35 jovens, representando um investimento de R\$ 400.086,47; e
- b) Programa Estágio Curricular, destinado ao aprimoramento de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos de Ensino Médio, Técnico ou Superior, que beneficiou, em 2013, 187 estudantes com um investimento de R\$ 661.070,28.

- Pesquisa de Clima Organizacional

O Programa de Gestão do Clima Organizacional é uma ferramenta para diagnosticar o grau de satisfação dos empregados, sendo que os resultados podem subsidiar o desenvolvimento de competências organizacionais, a análise situacional das relações de trabalho que interferem na produtividade, no fortalecimento de aspectos motivadores, no potencial criativo e produtivo dos empregados.

Em 2013 realizou-se a III Pesquisa Unificada de Clima Organizacional das empresas Eletrobras, que foi aplicada de forma censitária no mês de novembro. Participaram da pesquisa 853 empregados, correspondendo a 57,9% do quadro funcional.

A pesquisa foi composta por 70 assertivas que avaliaram as seguintes dimensões e fatores:

- Saúde e Segurança

No que diz respeito à gestão de saúde, a Eletrosul atua em duas grandes frentes perante seus empregados, considerando os contextos de saúde ocupacional e assistencial.

Na gestão de saúde ocupacional, que compreende segurança do trabalho, bem estar social e qualidade de vida, a empresa desenvolve um trabalho que visa à preservação da integridade, do bem-estar das pessoas, relações interpessoais e clima organizacional favoráveis à saúde e ao crescimento pessoal, profissional e organizacional.

Para tanto, é desenvolvido um programa de ações integradas denominado Plano Eletrosul de Segurança do Trabalho, Saúde Ocupacional e Acompanhamento Social/Funcional (PESSOAS). Esse programa engloba atividades de prevenção por meio da supervisão e do acompanhamento de segurança, saúde e psicossocial das equipes operacionais, bem como programas focados no condicionamento físico, gestão da ergonomia e outros, como Programa Saúde é Vida, Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Alcool e outras Drogas, Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa 3D1 – Terceira de Primeira (gestão de segurança e saúde de empregados terceirizados), Programa de Qualidade de Vida e Plano de Atendimento às Situações de Emergência – PASE.

Cabe a Área do SESMT, entre outras responsabilidades: zelar pelo cumprimento de leis, normas, regulamentos atendendo a legislação vigente; propor e criar estratégias e intervenções para mudanças nas condições de trabalho; analisar, controlar e diminuir fatores de riscos físicos, químicos, biológicos, situacionais e humanos que possam causar danos à saúde e à segurança; promover saúde e bem estar físico, mental e social em toda a sua integridade, observando as especificidades das dimensões humanas e assessorar a empresa nas questões relativas à segurança, saúde ocupacional, clima organizacional, relacionamento humano, entre outros.

Em 2013, foram renovadas as 17 Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) e mantido o Comitê Permanente da NR-10, formado por 11 empregados que, representando a totalidade das áreas da Eletrosul, têm o objetivo de discutir a adequação em toda a empresa do dispositivo legal relativo à segurança nos serviços em instalações elétricas. Em sua totalidade, os empregados estão representados nas comissões de saúde e segurança.

Com o intuito de garantir a segurança em sua cadeia de negócio, a Eletrosul exige a informação dos índices de acidentes para as empresas contratadas e os prestadores de serviço.

Dentre as ações desenvolvidas em 2013 destacam-se o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). No PPRA são identificadas, avaliadas e neutralizadas as possibilidades de risco de acidentes/doenças e/ou condições desfavoráveis no processo e/ou ambiente de trabalho, tornando-as conhecidas dos empregados, e adotadas as medidas necessárias a um ambiente laboral seguro e saudável. Por ocasião do levantamento dos riscos ambientais, os empregados são solicitados a trocar informações sobre os métodos e processos de trabalho.

Outra forma de participação dos empregados se dá na elaboração/atualização dos mapas de riscos realizados pelas CIPAS, e ainda por intermédio da revisão global dos PPRA, realizada anualmente pela equipe de Segurança do Trabalho em todos os estabelecimentos. No quadro abaixo estão apresentados os indicadores de Segurança do Trabalho da Eletrosul em 2013:

QUADRO A.5.1.8.7 – INDICADORES DE SEGURANÇA DO TRABALHO DA ELETROSUL EM 2013.

DESCRIÇÃO	
Número total de acidentes de trabalho com empregados *	12
Total de acidentes típicos	12
Acidente Fatal	0
Acidentados típicos da empresa sem afastamento	8
Total de acidentados de trajeto da empresa com afastamento	1
Total de acidentados de trajeto da empresa sem afastamento	2
Média de acidentes de trabalho por empregado/meses do ano de 2013	1
Número total de dias perdidos em função de acidentes	249
Acidentes que resultaram em mutilações ou outros danos à integridade física e/ou prestadores de serviço, com afastamento permanente do cargo (incluindo LER) (%)	0
Índice TF (taxa de Frequência) total da empresa no período, para empregados	4,93
Índice TG (taxa de Gravidade) total da empresa no período, para empregados	102

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

*Número total de acidentes de trabalho com empregados são considerados apenas os acidentes típicos da empresa com afastamento e acidentes fatais (não houve); as informações do quadro acima são tratadas em tópicos específicos, não considerando os somatórios dos acidentes.

Em 2013, a Eletrosul firmou sua adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, junto ao Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina (TRT-SC). O Programa Trabalho Seguro, coordenado nacionalmente pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, tem como proposta central o desenvolvimento de ações permanentes voltadas à saúde do trabalhador, à prevenção de acidentes e ao fortalecimento da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

Dentro do Programa Trabalho Seguro, foram adotadas estratégias de divulgação do programa aos empregados da Eletrosul, utilizando os meios de comunicação corporativos e programas da área de Saúde e Segurança do Trabalho para divulgar os objetivos e as diretrizes da Política Nacional. Ainda, foi realizada videoconferência sobre “Trabalho Seguro e Qualidade de Vida” com o juiz Dr.

Alexandre Luiz Ramos, titular da 6ª Vara do Trabalho e gestor Regional Auxiliar do Programa Trabalho Seguro em Santa Catarina, atividade que abriu a programação da Semana de Qualidade de Vida em Outubro de 2013.

Foi realizada também Campanha de Segurança do Trânsito, por meio de informações eletrônicas, cartazes, adesivos no interior de veículos da Empresa e na entrada do edifício da Sede. Frases afirmativas relacionadas ao Programa Trabalho Seguro foram enviadas eletronicamente em *pop ups* em cada estação de trabalho.

A Eletrosul participou da Revista Trabalho Seguro em SC, edição 2013, com a matéria “Eletrosul: referência no cuidado das pessoas”, como destaque as boas práticas dos parceiros. Além disso, por intermédio de profissionais da equipe do SESMT, a Empresa participou das reuniões dos parceiros do Programa Trabalho Seguro em Florianópolis.

- Plano de Atendimento às situações de Emergência – PASE

O PASE tem a finalidade de aprimorar os procedimentos atuais e estabelecer um padrão de atendimento pré-hospitalar em situações de emergência e também um plano de ação para capacitação e aperfeiçoamento dos empregados para atendimento de primeiros socorros.

Para tanto, estão sendo desenvolvidos estudos e trabalhos voltados ao estabelecimento protocolos de resgate e orientação em circunstâncias de emergência. Estão sendo desenvolvidas pesquisas aplicadas com apoio de empregados que participam de workshops sobre socorrismo e resgate em altura em linhas de transmissão, torres de telecomunicações, espaços confinados, aerogeradores, usinas, subestações e canteiro de obras da empresa e formação de brigadas de emergência. O projeto disponibilizará indicações de rotas de fuga e saídas de emergência, análise de sistemas preventivos anti-incêndio, georeferenciamento de hospitais por níveis de complexidade, indicação dos meios de comunicação mais apropriados nas emergências e definição dos kits de primeiros socorros, incluindo um sistema informatizado para dar suporte técnico às equipes durante as ocorrências e uma versão para dispositivos móveis, agregando maior agilidade e efetividade aos atendimentos.

O PASE, cuja implantação definitiva deverá ocorrer até o final de 2014, está sendo elaborado com base nas diretrizes das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e em protocolos internacionais de atendimento a emergências, analisando a realidade, as diversas funções e especificidades da Eletrosul, e tem abrangência para todas as áreas da empresa.

- Empregados Terceirizados

Para manter maior foco em seus negócios, a Eletrosul terceiriza os serviços de limpeza, vigilância, jardinagem, recepção, copa e outras atividades de caráter continuado que não são atendidas pelo Plano de Carreira e Remuneração da empresa. Em 31/12/2013, esses tipos de serviços estavam sob a responsabilidade de 543 profissionais, que não são considerados para o cômputo do quadro próprio da empresa.

Nos contratos firmados entre a Eletrosul e as empresas prestadoras de serviços são incluídas cláusulas que preveem a obrigatoriedade do cumprimento da legislação relacionada à saúde ocupacional e segurança do trabalho, sendo realizado acompanhamento sistemático das ações previstas no Programa Terceira de Primeira (3D1), que tem como objetivo assegurar o respeito e a proteção à saúde, bem como a integridade dos trabalhadores das empresas contratadas. Por intermédio do programa busca-se atuar nos fatores de risco, promovendo melhoria contínua em saúde, segurança, relações interpessoais e qualidade de vida.

Outras ações de natureza socioeducativa foram desenvolvidas junto aos empregados terceirizados, em parceria com o Programa 3D1, sendo que citamos algumas das atividades:

- Palestra “Aprenda uma nova língua: comunique-se com as mãos”, sensibilizando sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais;
- 22ª edição do Seminário do Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência do Alcool e outras Drogas (PRAD);
- Palestra “Cigarro não combina com a saúde do planeta. Nem com a sua”, ministrada pelo psiquiatra Nelson Cardoso;
- Palestra sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), promovida pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) de Campo Grande;
- Palestra “Saúde mental e qualidade de vida”, proferida pelo doutor em neurociências, professor Ubirajara Duarte dos Santos, realizada durante a Semana de Qualidade de Vida;
- Palestra sobre Planejamento Familiar ministrada pela ginecologista e obstetra Karoline Soares, realizada durante a Semana de Qualidade de Vida;
- Workshop “Mecânica Rosa Graxa”, ministrada pelo mecânico instrutor Sérgio Aliano Cuadro com o objetivo de orientar as motoristas sobre como identificar problemas mecânicos, manter o veículo em boas condições e prevenir acidentes.
- Palestra “Exercício físico e a saúde da mulher”, ministrada pela educadora física Juliana Campos, realizada durante a Sipat na Sede.

Ainda em 2013 foram realizados atendimentos do Serviço Social e de Saúde para empregados terceirizados, especialmente os da Sede da empresa.

Destaca-se, também, a conclusão do Projeto de Elevação do Nível de Escolarização dos Empregados Terceirizados da Sede, no qual dezessete participantes receberam no dia 14/03/2013, diploma de conclusão do ensino Fundamental. Parceria da Eletrosul com a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja). A proposta era oferecer uma oportunidade de acesso à educação básica e ampliar o nível de escolaridade entre aqueles que, por alguma razão, tiveram que abandonar os estudos. As aulas aconteceram dentro da empresa, durante o horário de expediente. Outros dez prestadores de serviço receberam o diploma do ensino Médio, em agosto de 2012. O projeto surgiu a partir de pesquisas realizadas por estudantes de Serviço Social, que estagiaram na Eletrosul com supervisão de profissionais da área de Gestão de Pessoas dentro do Programa 3D1.

- Planejamento de Aposentadoria

O planejamento para aposentadoria dos empregados da Eletrosul está mapeado e definido conforme apresentado no quadro a seguir:

QUADRO A.5.1.8.8 – PLANEJAMENTO DE APOSENTADORIA

Empregados por categoria funcional que podem se aposentar nos próximos 5 anos (%)	
Cargo gerencial	24,90%
Cargos com exigência de nível universitário	11,40%
Cargos sem exigência de nível universitário	29,70%
Empregados por categoria funcional que podem se aposentar entre 6 e 10 anos (%)	
Cargo gerencial	32,64%
Cargos com exigência de nível universitário	9,23%
Cargos sem exigência de nível universitário	17,03%
Empregados que podem se aposentar nos próximos 5 anos por região (%)	

Região Centro-Oeste	24,00%
Região Norte	43,48%
Região Sul	18,99%
Empregados que podem se aposentar entre 6 e 10 anos por região (%)	
Região Centro-Oeste	16,00%
Região Norte	17,39%
Região Sul	13,75%

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas.

As contratações são realizadas via concurso público conforme legislação nacional vigente, incompatível com qualquer forma de direcionamento na seleção, o que impossibilita a preferência na contratação de profissionais das regiões onde a empresa atua.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UJ

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2013	2012	2011		
Administrador junior	2	2		0	0
Administrador sênior	3	3		0	0
Administrador consultor	0	1		0	1
Advogado pleno	2	2		0	0
Advogado sênior	2	2		0	0
Advogado consultor	1	1		0	0
Analista ambiental pleno	7	6		1	0
Analista ambiental sênior	3	3		0	0
Analista de avaliação de terras e benfeitorias	1	1		0	0
Analista de avaliação de edificações	0	1		0	1
Analista de contratos	1	1		0	0
Analista de geoprocessamento pleno	2	2		0	0
Assistente de serviços administrativos	1	1		0	0
Assistente social	1	1		0	0
Assistente técnico	0	0		0	0
Assistente técnico controle documentação técnica projetos usinas	4	7		0	3
Assistente técnico controle gestão de contratos usinas	5	5		0	0
Auxiliar administrativo	1	1		0	0
Auxiliar de topografia	1	1		0	0
Auxiliar técnico	0	0		0	0
Avaliador sênior	5	4		1	0
Biblioteconomista junior	0	0		0	0

Cadista	3	3		0	0
Coordenador de limpeza reservatórios	1	1		0	0
Coordenador de meio ambiente	1	0		1	0
Coordenador programa comun.. Indígenas	4	5		0	1
Coordenador de reassentamento	1	1		0	0
Eng. Civil ou elet ou mecânico ou de produção, sênior, c/ exper. Em planej. E orç.da uhes e pchs, na fase de proj. Básico.	1	2		0	1
Eng. Civil sênior c/ experie. Em projetos civis de uhe e pchs, com ênfase estruturas.	0	3		0	3
Eng. Civil, mec ou eletricitista, sênior, com exp. Em residência de obras de construção de uhes e pchs.	4	4		0	0
Eng. Civil, mec ou eletricitista, sênior, com exp. Em residência de obras de constr. De uhes e pchs. - eng. Seg. Trabalho	2	2		0	0
Eng. Civil, sênior, com experiência em projetos civis de uhes e pchs, com ênfase em geotécnica	2	2		0	0
Eng. Elet, sênior, com exper. Em projetos de uhes e pchs, ênfase em regulação, automação e controle	5	5		0	0
Engenheiro agrônomo, sênior (reassentamento).	6	6		0	0
Engenheiro cartógrafo, sênior	0	1		0	1
Engenheiro de segurança do trabalho sênior	0	0		0	0
Engenheiro eletricitista sênior	0	0		0	0
Engenheiro eletricitista, consultor	3	3		0	0
Engenheiro eletricitista, sênior, com exp. Em projetos elétricos de uhes e pchs, com ênfase em geradores.	0	2		0	2
Engenheiro mecânico, sênior, com exp. Em projetos de uhes e pchs, ênfase em turbinas hidráulicas.	0	1		0	1
Engenheiro sênior especialista	15	15		0	0
Engenheiro civil	1	0		1	0
Engº pleno	2	2		0	0
Fiscal de obras	12	12		0	0
Geomensor sênior	1	1		0	0
Geólogo sênior	2	2		0	0
Negociador de imóveis	1	1		0	0
Profissional consultor - apicultura	1	1		0	0
Profissional consultor engenharia	2	2		0	0
Secretária executiva	1	0		1	0
Técnico agrícola	1	0		1	0
Técnico sênior especialista	2	2		0	0
Técnico manutenção sênior	1	2		0	1
Técnico de projetos	1	0		1	0
Técnico de obras	14	14		0	0
Técnico eletrecista	0	0		0	0
Técnico industrial ,mecânico, eletrecista, cad	2	4		0	2
Técnico industrial, edificações, projetos civis	19	19		0	0
Técnico industrial, edificações fiscalização serv. Construção edificações	1	4		0	3
Técnico industrial, mecânico ou mecatrônica – fiscalização de obras e construção	1	3		0	2
Total	155	170		7	22

Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão

Esses prestadores de serviços são denominados na Empresa de Postos de Serviços. Contudo, nas informações prestadas pela Eletrosul, em atendimento ao Ofício Circular nº 1.017/DEST-MP, de 10/10/2012, a Empresa apresentou um Plano de Ação de desmobilização de 205 terceirizados, compreendendo o período de 2012 a 2016. Naquela oportunidade, a Empresa registrou que "não pretende proceder a substituição desse contingente de terceirizados por pessoal a ser admitido, via concurso público". Esse registro teve como principal motivação a justificativa de que essas empresas foram contratadas pela Eletrosul para atender as necessidades sazonais ou temporárias da Empresa, principalmente no que se refere à construção e implementação de projetos e empreendimentos de transmissão e geração de energia elétrica.

Fonte: Assessorias de Gestão das Diretorias

5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO A.5.2.2 – Autorizações Para Realização De Concursos Públicos Ou Provimento Adicional Para Substituição De Terceirizados

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
A empresa não solicitou a realização de concurso público, pois não há pretensão de substituição dos terceirizados.			

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.5.2.3 - Contratos De Prestação De Serviços De Limpeza E Higiene E Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:							CNPJ:00.073.957/0001-68						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	90591009	3025365000169	2009	2014	9						A
2012	L	O	91320172	8924505000154	2012	2014	1						A
2010	L	O	91300094	482840000138	2010	2014	1						A
2013	L	O	91340002	9661972000100	2013	2014	3						A
2012	L	O	91320138	5912569000147	2012	2014	1						A
2012	L	O	91320075	11364848000116	2012	2014	3						A
2010	L	O	91300203	9016469000193	2010	2014	1						A
2010	L	O	91300017	7200004000162	2010	2014	1						A
2013	L	O	82630030	7310835000197	2013	2015	1						A
2013	L	O	91330342	7006622000176	2013	2015	7						A
2009	L	O	90591185	7006622000176	2009	2014	1						A
2010	L	O	91300071	7006622000176	2010	2014	8						A
2010	L	O	91300282	7006622000176	2010	2014	4						
2013	L	O	91330302	7168167000105	2012	2014	4						A
2012	V	O	91320071	7168167000105	2012	2014	21						A
2012	V	O	91320084	7168167000105	2012	2014	7						A
2011	V	O	91311033	87134086000204	2011	2014	19						A
2012	V	O	91320141	11009550000198	2012	2014	8						A
2010	V	O	91300045	624637000159	2010	2014	57						A
2013	V	O	91300124	332087000102	2013	2015	15						A
2011	V	O	91311112	11933418000178	2011	2014	26						A
2013	V	O	91330168	92653666000167	2013	2015	57						A
2010	V	O	91300203	9016469000193	2010	2014	1						A
2010	V	O	91300017	7200004000162	2010	2014	1						A
2013	V	O	82630030	7310835000197	2013	2015	1						A
2010	V	O	91300282	7006622000176	2010	2014	1						A
Observações: Informações com Base em 31.12.2013													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.					Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.								
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.					Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.								
Fonte:Departamento de Gestão de Pessoas													

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO A.5.2.4 - Contratos De Prestação De Serviços Com Locação De Mão De Obra

Unidade Contratante													
Nome: Eletrosul Centrais Elétricas S.A													
UG/Gestão:					CNPJ:00.753.959.0001-68								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	5	O	80812019	04.231.164/0001-63	2011	2014	1						A
2010	5	O	80901024	09.201.726/0001-67	2010	2014			1				A
2011	5	O	80812027	9484770000121	2011	2014			1				A
2013	12	O	80913053	9484770000121	2013	2014	1						A
2012	12	O	81012008	6097780000116	2012	2014							A
2009	5	O	80991016	07990946/000191	2009	2014	2		2				A
2012	5	O	81012012	72173164/000121	2012	2014	1						A
2012	12	O	81020004	03149832/000162	2012	2014	1						A
2012	5	O	81112041	02220017/000180	2012	2014	1						A
2010	12	O	81201092	38894.804/000154	2010	2015	2						A
2011	12	O	81212029	7006622000176	2011	2014			1				A
2113	12	O	82630030	7310835000197	2013	2015	8						A
2010	5	O	83201025	1048117000108	2010	2014	1						A
2010	12	O	83201026	8190855000134	2010	2014	2						A
2011	7	O	83211012	9284904000160	2011	2014	2						A
2013	5	O	83214001	1048117000108	2013	2015	1						A
2013	12/7	O	90514022	7006622000176	2013	2015	2		5				A
2009	12	O	90591009	3025365000169	2009	2014	11						A
2009	8	O	90591012	7006622000176	2009	2014	1						A
2009	9	O	90591013	7200004000162	2009	2014	11						A
2009	5	O	90591046	7990946000191	2009	2014	3						A
2009	12	O	90591060	7990946000191	2009	2014	1						A
2009	9	O	90591185	7006622000176	2009	2014	3						A
2010	8	O	91300017	7200004000162	2010	2014	55						A
2010	8	O	91300056	3446231000111	2010	2014	1						A
2010	9	O	91300071	7006622000176	2010	2014	6						A
2010	8/9	O	91300094	91300094	2010	2014	13						A
2010	9	O	91300124	332087000102	2010	2014	2						A
2010	8/9	O	91300203	9016469000193	2010	2014	6						A
2010	8/9	O	91300282	7006622000176	2010	2014	17						A

2010	5	O	91300339	7006622000176	2010	2014			7				A
2010	8	O	91300356	80043904000133	2010	2014	1						A
2010	9	O	91311142	9284904000160	2010	2014	9						A
2010	5	O	91311143	7006622000176	2010	2014			4				A
2011	12/9	O	91312035	7006622000176	2011	2014	4						A
2012	12	O	91312059	7006622000176	2012	2017	1						A
2012	12	O	91312087	3446231000111	2012	2017	2						A
2012	5/12	O	91312161	78533312000158	2012	2015	15		5				A
2013	5	O	91313324	3814774000144	2013	2014	10		4				A
2012	9/8	O	91320172	8924505000154	2012	2014	7						A
2012	5	O	91322035	7006622000176	2012	2014	7						A
2013	5	O	91330001	14854065000109	2013	2014	4						A
2013	12	O	91330067	8617138000146	2013	2014	2		2				A
2013	12	O	91330166	3446231000111	2013	214	3						A
2013	12	O	91330220	9284904000160	2013	2014	7						A
2013	12	O	91330223	5600954000159	2013	2014	1						A
2013	12	O	91330250	1092686000150	2013	2014			2				A
2013	9	O	91330342	7006622000176	2013	2015	9						A
2013	9	O	91340023	4970088000125	2013	2015	13						A

Observações: Base 31.12.2013

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

No exercício de 2013 ocorreram situações em que determinadas Contratadas não apresentaram documentos comprovando o pagamento de verbas trabalhistas e/ou previdenciárias. Nesses casos, a Empresa acionou a Contratada solicitando o equacionamento das pendências. Na hipótese de não equacionamento, a Eletrosul aplicou sanções previstas na legislação pertinente e nos normativos internos, bem como reteve créditos das Contratadas para a quitação dos débitos.

No caso das interrupções de prestação de serviços, além das penalidades previstas contratualmente e na legislação, a respectiva Fatura sofreu descontos dos correspondentes aos serviços não executados.

5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.2.6 - Composição Do Quadro De Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	64	66	67	64	529.753,90
1.1 Área Fim	18	16	15	17	144.800,30
1.2 Área Meio	46	50	52	47	384.953,60
2. Nível Médio	24	23	21	14	131.316,38
2.1 Área Fim	7	7	7	5	41.464,39
2.2 Área Meio	17	16	14	9	89.851,99
3. Total (1+2)	88	89	88	78	661.070,28

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

6 PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Norma Geral Interna – NG 008 – PG (Procedimento de Gestão) 01 a 07
- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
Atender as atividades rotineiras e emergenciais relacionadas às atividades afins do setor elétrico.
- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

QUADRO A.6.1.1 – Frota Própria

TIPO	QUANTIDADE
Automóveis	159
Utilitários	135
Caminhões	47
Frota total própria	341

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra:
13.000.000 Km/ano/341 veículos
- e) Idade média da frota, por grupo de veículos:

QUADRO A.6.1.2 – Idade Média Da Frota

TIPO	IDADE MÉDIA/ANO
Automóveis	5,62
Utilitário	7,18
Caminhões	17,58

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros):

QUADRO A.6.1.3 – Custos Associados À Manutenção Da Frota

DESPESA	VALOR
Despesas com IPVA	290.598,35
Combustível para veículos	1.885.916,11
Peças e acessórios para veículos	992.520,91
Lubrificantes para veículos	59.672,30
Pneus e Câmaras	219.343,71
Manutenção e conservação de Veículos	741.404,17
Seguros de veículos	45.122,20
Total	4.408.910,65

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

- g) Plano de substituição da frota:
Considerar como vida útil

QUADRO A.6.1.4 – Plano De Substituição Da Frota

Tipo	Tempo
Automóvel	05 anos
Utilitário	07 anos
Ônibus	10 anos
Caminhões	15 anos

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

- h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação:
As locações são realizadas após toda frota própria estar em utilização.
- i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:
A UJ dispõe de um Setor de Gestão de Transporte e Viagem, onde atuam quatro pessoas na parte administrativa e quatro motoristas, bem como gestores nas áreas descentralizadas.

Setor Central de Transporte – Ferramentas:

CAV Controle Apropriação de Veículo

DGV Distribuição de Gastos c/ Veículo

CC Cartão Combustível

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

- a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte:
Contratação de consultoria para avaliação da relação custo/benefício entre veículos próprio e locado: Maciel Auditores e Consultores – CNPJ 10.757.529/0001-08
- b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte:
- 4 x 4 Locadora de Veículos - CNPJ 14.143.727.0001-32
 - OBDI Equipamentos LTDA - CNPJ 09.546.840.0001/29
 - 4 x 4 Locadora de Veículos - CNPJ 14.143.727.0001-32
 - Transvepar – Transportes e Veículos Paraná Ltda - CNPJ 76.669.670/0001-67
 - MADEIRA FLEET LTDA EPP - CNPJ 09.474.264.0001-51
 - LOCALIZA CAR RENTAL S.A. - CNPJ 07.150.288/0001-20
 - FLAVIO VASCONCELOS A.E. CASTRO ME – CNPJ 08.714.430/0001-87
 - RURAL RENTAL SERVICE LTDA EPP. - CNPJ 93.969.707/0001-91
- c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão:

Locação de 20 veículos sem motorista

- Pregão Eletrônico
- 4 x 4 Locadora de Veículos CNPJ 14.143.727.0001-32
- Contrato nº 1304120171
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais

- Valor contrato R\$ 513.739,20
- Valores pagos R\$ 506.603,80

Locação de 02 veículos com motorista para atendimento à diretoria

- Pregão Eletrônico
- OBDI Equipamentos LTDA- CNPJ 09.546.840.0001/29
- Contrato nº 1304130277
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 235.096,08
- Valores pagos R\$ 48.453,54

Locação de 05 veículos 4x4 sem motorista para o DES

- Pregão Eletrônico
- Contrato nº 1304130207
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 235.749,60
- Valores pagos R\$ 110.671,34

Locação de veículos 4x4 sem motorista na sede e DRSC

- Pregão Eletrônico
- Transvepar – Transportes e Veículos Paraná Ltda - CNPJ 76.669.670/0001-67
- Contrato nº 91300340
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 482.505,00
- Valores pagos R\$ 3.216,70

Locação de veículos 1.4 e 4x4 sem motorista na DRRO

- Pregão Eletrônico
- MADEIRA FLEET LTDA EPP - CNPJ 09.474.264.0001-51
- Contrato nº 91300224
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 492.999,00
- Valores pagos R\$ 47.260,68

Locação de veículos sem motorista nos aeroportos de Curitiba, Londrina e na DRPR

- Pregão Eletrônico
- LOCALIZA CAR RENTAL S.A. - CNPJ 07.150.288/0001-20
- Contrato nº 91390170
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 188.365,00
- Valores pagos R\$ 3.733,54

Locação de veículos sem motorista no aeroporto de Belo Horizonte

- Pregão Eletrônico
- LOCALIZA CAR RENTAL S.A. - CNPJ 07.150.288/0001-20
- Contrato nº 1304130254
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 56.690,00

- Valores pagos R\$ 0,00

Locação de veículos 1.4 e 4x4 sem motorista no aeroporto de Campo Grande

- - Pregão Eletrônico
- - FLAVIO VASCONCELOS A.E. CASTRO ME – 08.714.430/0001-87
- - Contrato nº 1304130058
- - Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- - Valor contrato R\$ 262.900,00
- - Valores pagos R\$ 47.260,68

Locação de veículos 1.4 e 4x4 sem motorista no aeroporto de Campo Grande

- Pregão Eletrônico
- FLAVIO VASCONCELOS A.E. CASTRO ME – 08.714.430/0001-87
- Contrato nº 1304130058 e 1304120085
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 262.900,00
- Valores pagos R\$ 103.819,95

Locação de veículos 1.4 e 4x4 sem motorista na sede

- Pregão Eletrônico
- LOCALIZA CAR RENTAL S.A. - CNPJ 07.150.288/0001-20
- Contrato nº 91311026
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 141,888,00
- Valores pagos R\$ 29.574,50

Locação de veículos 1.4 no aeroporto de Porto Alegre e na DRRS

- Pregão Eletrônico
- RURAL RENTAL SERVICE LTDA EPP. - CNPJ 93.969.707/0001-91
- Contrato nº 91311140
- Vigência de 01 (um) ano prorrogável por mais 04 (quatro) períodos iguais
- Valor contrato R\$ 512.160,00
- Valores pagos R\$ 64.093,62

LOCAÇÃO

- d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos:
Norma Geral Interna – NG 008 – PG (Procedimento de Gestão) 01 a 07
- e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ:
 - Condução dos empregados em suas atividades rotineiras
 - Transporte de materiais entre as áreas de atuação da UJ
 - Atendimento emergencial do setor elétrico
- f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral:

QUADRO A.6.1.5 – Frota Terceirizada

FROTA TERCEIRIZADA	QUANTIDADE
Locação anual	20 Automóveis
Locação anual	05 Caminhonetes
Locação anual c/ motorista	02 Caminhonetes
Total	27 Veículos

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

- g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra:
40.000 km/ano
- h) Idade média anual, por grupo de veículos:
12 meses
- i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado:

QUADRO A.6.1.6 – Custos Associados À Manutenção Da Frota

DESPESA	VALOR
Despesas com IPVA	Por conta da contratada
Combustível para veículos	174.332,90
Peças e acessórios para veículos	Por conta da contratada
Lubrificantes para veículos	Por conta da contratada
Pneus e Câmaras	Por conta da contratada
Manutenção e conservação de Veículos	Por conta da contratada
Seguros de veículos	Por conta da contratada
Total	

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

A UJ dispõe de um Setor de Gestão de Transporte e Viagem, onde atuam quatro pessoas na parte administrativa e quatro motoristas, bem como gestores nas áreas descentralizadas.

– Ferramentas:

CAV Controle Apropriação de Veículo

DGV Distribuição de Gastos c/ Veículo

CC Cartão Combustível

6.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Eletrosul não possui bens imóveis de uso especial de propriedade da união, dada sua condição de empresa estatal não dependente, não recebendo recursos da União para seu custeio.

6.3 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU N° 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

7 PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:	
X	Auditoria de governança de TI.
X	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? Processos de Negócios – Contratação externa.
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2013.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de <u>informação</u> que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
X	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

Fonte: Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura

7.1.1 Análise Crítica

Não há questões relevantes da gestão da tecnologia da informação a serem ressaltadas no exercício de 2013.

8 PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.8.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos Sobre A Gestão Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
	Produtos de limpeza biodegradáveis na unidade Sede da Empresa.				
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					X

Aspectos Sobre A Gestão Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	Sim. Troca da iluminação de três salas da gerência da Regional de Santa Catarina: Após diagnóstico energético de iluminação realizado em três salas foram trocadas lâmpadas tubulares, de iluminação fluorescente e ineficiente, por lâmpadas tubulares a LED (Light Emitting Diode), com reduzida potência e maior eficiência luminosa. Neste projeto, contabiliza-se uma economia de energia anual de 789,36 kWh. Retrofit de iluminação do prédio do Centro Regional de Manutenção e Apoio à Operação de Areia/PR: Foi realizada a troca de todo o sistema de iluminação do prédio, em que foram substituídas 110 lâmpadas fluorescentes de 4x40W T8 por 120 luminárias de 2x28W T5. Economia prevista de 50,9 MWh/ano. Iluminação externa do entorno do prédio do centro de operação SE Blumenau/SC: Troca de 7 luminárias a vapor de sódio por 7 luminárias LED. Economia prevista de 5,33 MWh/ano e investimento de R\$ 15.750,00. Projeto de Retrofit da iluminação externa na Sede da Eletrosul: Elaborado projeto para substituição de toda a iluminação externa da Sede da empresa. A previsão é que todas as atuais 190 luminárias de Vapor de Sódio de 70 W sejam substituídas por luminárias de LED, totalizando uma redução de consumo de até 54,78%. A economia de energia anual deve ser de 40,42 MWh/ano e a redução de demanda deve ser de 8,31 kW, representando uma economia de até R\$ 13.168,95/ano no consumo de energia e mais R\$ 19.189,37/ano com a redução dos custos de mão de obra e compra de materiais elétricos, considerando que o sistema atual será trocado dentro de quatro anos. Impacto: prevista redução no consumo de energia na unidade contemplada.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7.Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	Sim, papel reciclado.				
8.No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
10.Para a aquisição de bens e produtos são levados	X				

Aspectos Sobre A Gestão Ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.	Resposta: Esta é uma ação que depende da conscientização dos técnicos requisitantes envolvidos na Empresa, haja vista termos várias áreas envolvidas no processo de solicitações de bens e produtos.				
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
	A construção recente do edifício da Regional do Oeste – SECNO é aderente a IN 01/2010 e deve ser o padrão construtivo para os próximos empreendimentos. Uma vez que os contratos de engenharia contam com um capítulo de cunho ambiental, elaborado por este DEA, onde deve ser prestadas contas, durante as obras, sobre o andamento do atendimento ambiental de responsabilidade das empreiteiras, como destinação dos resíduos, procedimentos para supressão e orientações gerais de proteção ambiental de acordo com a legislação vigente. É importante ressaltar que em todos os contratos é inserida a Política Ambiental Unificada do Sistema Eletrobras, a qual estabelece princípios e diretrizes.				
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
	Os resíduos sólidos gerados pelas atividades de escritório, tanto no Edifício Sede da empresa quanto nas demais instalações administrativas são recolhidos pelas empresas municipais de coleta de resíduos. Os resíduos recicláveis são destinados às Associações de Catadores de Resíduos Recicláveis dos municípios interessados, via Convênio – ação já em vigor na unidade Sede, Subestação e Setor de Manutenção de Joinville, Regionais de Manutenção do Paraná e do Mato Grosso do Sul, e em implantação na totalidade das áreas da Empresa.				
Considerações Gerais: O questionário foi respondido pelas área responsáveis pela gestão de suprimentos e fornecedores, pela gestão empresarial, pelos licenciamentos ambientais, e pelas ações sociais na Eletrosul, de modo conjunto. As áreas responsáveis por cada tema são anualmente submetidas aos questionamentos, retornando seus reportes de modo descritivo à Assessoria de Gestão Empresarial – ASG/PRE, responsável pela compilação das informações. Para as questões não aplicáveis (representadas pela resposta com código (1) Totalmente inválida), não foram apresentadas as respostas.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

QUADRO A.8.2 – Consumo De Papel, Energia Elétrica E Água
Adesão a Programas de Sustentabilidade

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Programa Hortas Comunitárias	2003	No ano de 2013, a Eletrosul investiu cerca de R\$ 7 mil na implantação, revitalização e manutenção das hortas comunitárias, estando, atualmente, 39 hortas ativas nos Estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, com, aproximadamente, 300 mil m² de área plantada. Os beneficiados, no total de 1.066 famílias, além da orientação e assistência para a atividade, receberam, também, capacitações em diversos temas relacionados à agricultura.				
Programa Eletrosul Casa Aberta	1990	Em 2013, participaram do programa 204 escolas, sendo contempladas 11.838 crianças.				
Programa Casa Aberta Itinerante	2001	Em 2013 foram realizadas apresentações em 14 localidades onde a Eletrosul possui atuação, com a participação de mais de 2.618 crianças.				
Recadastramento de sítios arqueológicos no Mato Grosso do Sul	2013	Foi iniciado em 2013, o inventário de 88 sítios arqueológicos, que reúnem grafismos rupestres, em Mato Grosso do Sul – estado onde a Eletrosul colocou em operação a Hidrelétrica São Domingos (48 MW).				
Campanha Anual Contra Queimadas	1995	Em 2013, a campanha foi direcionada aos proprietários de terras localizadas nas imediações das Linhas de Transmissão Itá – Salto Santiago (525 kV) – e Areia – Campos Novos (525 kV), com divulgação em rádios AM e distribuição de kits temáticos aos proprietários. A campanha teve 100% de êxito, já que não foram registradas ocorrências de desligamentos nestas linhas.				
Recurso Consumido	Quantidade		Valor (R\$)			
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	9340 resmas	4880 resmas (***)	5530 resmas (***)	R\$ 77.039,20	R\$ 39.539,40	R\$ 48.423,30
Água	71.629,67 m³	85.227,00 m³	91.421,00 m³	Indisponível	R\$ 233.203,45	R\$ 232.410,99
Energia Elétrica	17.147,795,00 kWh (**)	9.950.851,93 kWh (*)	15.631.132,00 kWh (**)	Indisponível	R\$ 2.945.766,82	R\$ 2.630.333,21
			Total	Indisponível (≥ R\$ 77.039,20)	R\$ 3.218.509,67	R\$ 2.911.167,50

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial.

(*) proveniente somente de concessionária em kWh

(**) proveniente de fontes próprias e concessionárias em kWh

(***) valores históricos referentes aos anos base 2012 e 2011 reapresentados (alterados de quilogramas para resmas), em virtude do início da disponibilização do valor associado à compra, e este encontrar-se vinculado à esta unidade.

9 PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.1.1.1 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 1

Unidade jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação expedida
1	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.3	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
De acordo com o §6º do art. 109 da Lei nº 11.768/2008 (LDO 2009), assegure-se, no presente e futuros contratos, que eventuais aditamentos não aumentem a diferença percentual entre o valor original do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Na formalização dos Termos Aditivos nº 03 e 04 ao Contrato nº 90591136, objeto do Processo de Auditoria em tela, foram adotados os preços unitários estabelecidos no Contrato, não havendo a ocorrência de alteração nos percentuais entre o valor original e o obtido a partir dos custos unitários do preço de referência. Para novos serviços foram elaborados novos Preços Unitários - PUs abertos, sendo procedida a análise para atestar a compatibilidade dos preços com o mercado.					
A referida determinação vem sendo observada nas demais contratações da área.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada pela Área gestora do contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.2 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	006.674/2009-8	1.905/2009-PL	9.1.6	DE	733/2009/TCU/SECEX-MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Comprove perante este Tribunal, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.443/92, c/c Art. 251 do RI-TCU, no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação, a adoção das providências necessárias ao exato cumprimento do disposto nos arts. 3º e 4º da Lei nº 11.488/07, demonstrando a exclusão dos tributos pertinentes da tabela de composição do LDI e a consequente redução do valor do contrato decorrente da concorrência nº 90580377.					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DCO	-
Síntese da providência adotada:	
Informamos, com fundamento nos ofícios corporativos últimos, emitidos ao TCU (CE PRE-0068, de 3/5/2012 e CE PRE-0090, de 18/6/2012), que se justificaram, tal qual pelos esclarecimentos dispostos na CI DCO-0050, de 15/6/2012, por se tratar de matéria tributária, que a determinação do item 9.1.6, advinda do Acórdão TCU nº 1.905/2009, foi julgada prejudicada por essa Egrégia Corte de Contas. O julgamento de prejudicialidade, que fulminou a referida determinação, adveio do Acórdão TCU nº 1.413, de 5/6/2013, em cujo relatório e voto, observou, como elemento fundamental nas contestações, que a forma adotada para efetivar o planejamento tributário desta Companhia, seja, usufruir ou não usufruir o benefício do Reidi, seja integral ou parcialmente, não implicaria em alteração do preço ofertado em leilão ANEEL, ou seja, não modificaria as receitas advindas do preço a ser praticado ao consumidor, pois, quando da oferta ao certame, quando exigidos, os efeitos do impacto do incentivo fiscal Reidi deveriam ser considerados na proposição	
Síntese dos resultados obtidos	
A determinação restou prejudicada diante da prolação do Acórdão TCU nº 1.413/2013.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A determinação prejudicada diante da prolação do Acórdão TCU nº 1.413/2013.	

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.3 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 3

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.2	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Na eventualidade de celebração Termo Aditivo ao contrato nº 90580124 em que sejam alterados os quantitativos contratados, avalie a compatibilidade dos custos unitários dos itens cujos quantitativos sejam modificados com aqueles resultantes da determinação contida no subitem 9.1.1 deste Acórdão.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Os termos aditivos posteriores ao Acórdão do TCU relacionados abaixo não se inserem no seu contexto: - TA 5: alteração de eventos geradores de pagamento, sem alteração do valor contratual; - TA 6: alteração do valor do contrato em decorrência de serviços de retaludamento da margem esquerda do canal de desvio. O retaludamento não estava previsto no contrato original e seus custos não estavam orçados. Para os serviços novos, utilizamos, para a composição dos custos, os sistemas de orçamento SICRO2/DNIT e SINAPI/CEF. - TA 7, TA 8, TA 9, TA 10 e TA 14: procederam alterações de quantitativos cujas composições de preços seguem referenciadas aos sistemas de orçamento SICRO2/DNIT, SINAPI/CEF, Contrato e termos aditivos anteriores, sendo informados ao TCU por meio da CE PRE-0028/2011, sob análise deste Tribunal no âmbito do TC 011.775/2011-4. - TA 11, TA 12 e TA 13: alteração de prazo. - O Termo de Suspensão Amigável suspendeu execução do contrato n.º 90580124 até a conclusão do julgamento pelo TCU do mérito do processo n.º 011.775/2011-4.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada pela área gestora do contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.4 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 4

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	018.400/2009-6	2914/2009-PL	9.1.3	DE	1480-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da deliberação:					
Abstenha-se de realizar procedimentos licitatórios para a contratação de Obras para as quais inexista orçamento detalhado da composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Para a contratação de obras o Departamento de Engenharia de Geração - DEG vem adotando as referências de preço do SICRO e SINAPI na elaboração dos orçamentos detalhados e composição de todos os seus custos unitários, consoante o disposto no Art. 7º, § 2º, Inciso II, da Lei nº 8.666/93. Adicionalmente, quando não há referências de preços nos bancos de dados oficiais, devido às especificidades nas obras de usinas, os insumos são cotados no mercado.					
Síntese dos resultados obtidos					
A recomendação vem sendo observada pela área gestora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.5 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 5

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	013.895/2009-9	845/2010	1.6	DE	149/2010-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Se abstenha de contratar postos de serviços a serem preenchidos por profissionais contemplados no quadro de cargos e salários da empresa para a realização de atividades que são exercidas, ordinariamente, por esses últimos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/AGA/DES					-
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de contratar Postos de Serviços. Informamos, ainda, que a Eletrosul, em atendimento aos acórdãos TCU nºs 2.132/2010 e 2.303/2012, elaborou um plano de desligamento de mão de obra terceirizada, conforme teor da CE PRE-0276/2012, de 30/11/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação vem sendo observada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.6 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 6

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	008.818/2009-9	173/2011	9.3.1	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Formalize termo aditivo referente à alteração do tipo de barragem utilizada na margem esquerda da UHE Passo São João e apresente a este Tribunal a memória de cálculo dos créditos devidos pela construtora CVP à Eletrosul, em função da substituição da barragem de enrocamento por terra, além dos valores de escavação a menos de rocha frente aos valores de escavação a mais em solo.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada					
Em atendimento a referida determinação, a Eletrosul formalizou Termo de Ajuste de Contas ao Contrato nº 90570180, aprovado por meio da RD-1497-13 de 29/11/2013, contemplando a alteração do tipo de barragem utilizada na margem esquerda da UHE Passo São João. O instrumento contratual, acompanhado das memórias de cálculo, foi encaminhado à Secretaria de Fiscalização de Obras – SecobEnerg do TCU, por meio da CE PRE-0205/2013, de 29/11/2013.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação foi acatada pela área gestora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.7 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 7

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	008.818/2009-9	173/2011	9.3.2	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o desmembramento dos quantitativos e preços dos serviços contemplados no item - Instalação e Acabamentos, celebrando aditamento contratual para formalizar o ajuste, de modo que apenas se pague pelos quantitativos que forem efetivamente medidos, submetendo a este Tribunal as justificativas para eventuais alterações em relação ao Projeto Básico.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada					
Em atendimento a referida determinação, a Eletrosul formalizou Termo de Ajuste de Contas ao Contrato nº 90570180,					

aprovado por meio da RD-1497-13 de 29/11/2013, contemplando a alteração do tipo de barragem utilizada na margem esquerda da UHE Passo São João.
O instrumento contratual, acompanhado das memórias de cálculo, foi encaminhado à Secretaria de Fiscalização de Obras – SecobEnerg do TCU, por meio da CE PRE-0205/2013, de 29/11/2013.

Síntese dos resultados obtidos

A determinação foi acatada pela área gestora.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.8 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 8

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	008.818/2009-9	173/2011	9.3.4	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Somente conceda parcela de bônus à Leme Engenharia caso haja aumento de energia assegurada devidamente comprovado por homologação da ANEEL, o que não poderá onerar a Eletrosul nem decorrer dos estudos de vazão conduzidos pela Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (ajuste nº 9058170).					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada:					
Contrato encerrado sem a concessão de bônus					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação observada pela área gestora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.9 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 9

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	004.748/2011-5	1.406/2011	V		295/2011-TCU-SEMAG
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Na execução do Orçamento de Investimento, observem o montante aprovado para as respectivas fontes de financiamento, em obediência à vedação constante do inciso II do art. 167 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação:					Código SIORG
DEF					
Síntese da providência adotada:					
As limitações legais das fontes de recursos para execução do Orçamento de Investimento foram devidamente observadas pela Eletrosul. Os valores revisados do orçamento de investimento de 2013 mostraram-se suficientes para todas as aberturas, devido ao planejamento mais preciso das aplicações de investimento e das fontes de recursos disponíveis.					
Síntese dos resultados obtidos					

A determinação vem sendo observada pela área gestora.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.10 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 10

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	011.775/2011-4	1.111/2013-PL	9.2	DE	0259/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação					
Determinar à Eletrosul Centrais Elétricas S.A. que, com fulcro no art. 276 do Regimento Interno do TCU, retenha cautelarmente, o montante de R\$ 8. 113.298,24 (oito milhões, cento e treze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) do saldo contratual ainda não pago ao Consórcio Construtor Barra do Rio Chapéu (CCBRC), relativo ao Contrato 90580124, até que o Tribunal delibere definitivamente sobre o mérito do sobrepreço apurado nesse contrato.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DEG					
Síntese da providência adotada					
A Eletrosul aprovou por meio da RD 1455-25, de 22/02/2013, a retenção cautelar do valor acima informado. Posteriormente, por meio do Acórdão n.º 3439/2013-PL, o TCU majorou a retenção cautelar acima determinada, motivo pelo qual a Eletrosul aprovou em sua Diretoria Executiva o novo valor de retenção por meio da RD 1507-03, de 05/02/2014.					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinação acatada pela área gestora do Contrato.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.11 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 11

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	011.775/2011-4	3.439/2013	9.1	DE	0938/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Considerando que o valor correto do sobrepreço apurado nestes autos até o momento é de R\$ 10.358.404,29 (dez milhões, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e vinte e nove centavos), diferentemente do valor de R\$ 8.113.298,24 (oito milhões, cento e treze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) constante dos Acórdãos 3.396/2012-TCU-Plenário e 1.111/2013-TCU-Plenário, com fulcro no art. 250, inciso V, do Regimento Interno do TCU, realizar a oitiva da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e do Consórcio Construtor Barra do Rio Chapéu para que, caso seja do interesse desses, se manifestem, no prazo de quinze dias, acerca do mérito do sobrepreço					

contratual apontado no presente processo.	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG/AJU	-
Síntese da providência adotada:	
A determinação do item 9.1 do Acórdão 3439/2013 - Plenário consistiu numa faculdade de a Eletrosul e o Consórcio Construtor Barra do Rio Chapéu manifestarem-se sobre o novo sobrepreço estimado pelo TCU. Ao impulso dessa oportunidade, a Eletrosul peticionou no processo n.º 011.775/2011-4, em 06.02.2014, após a aprovação pela Diretoria Executiva, por meio da RD 1507-03, de 05.02.2014, da proposta de retenção cautelar complementar e da aprovação da manifestação confeccionada pelo DEG, que foi encaminhada em anexo à petição. Essa mesma RD determinou à AJU que propusesse requerimento administrativo junto ao TCU.	
Síntese dos resultados obtidos	
A determinação foi acatada pela área gestora.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.1.12 - Cumprimento Das Deliberações Do TCU Atendidas No Exercício 12

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	011.775/2011-4	3.439/2013	9.2	DE	0938/2013-TCU/SecobEnerg
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realizar, com fundamento na Súmula 145 do TCU, a retificação do subitem 9.2 do Acórdão 1.111/2013-TCU-Plenário, substituindo o valor de R\$ 8.113.298,24 (oito milhões, cento e treze mil, duzentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos) por R\$ 8.328.093,53 (oito milhões, trezentos e vinte e oito mil, noventa e três reais e cinquenta e três centavos) referente ao saldo contratual atualmente em poder da Eletrosul Centrais Elétricas S.A.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG					-
Síntese da providência adotada:					
A Eletrosul aprovou por meio da RD 1507-03, de 05/02/2014, a retenção cautelar do valor acima informado. Em 05/02/2014, a Eletrosul peticionou no processo 011.775/2011-4 informando sobre o cumprimento da determinação de retenção cautelar do novo valor, conforme item 9.2 do acórdão em referência.					
Síntese dos resultados obtidos					
A determinação foi acatada pela área gestora.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.					

Fonte: Auditoria Interna

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.1.2.1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 1

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	008.818/2009-9	173/2011	9.3.3	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Em virtude da ausência dos custos unitários para os itens do orçamento contratado e da falta das respectivas composições de custos, adote como parâmetro máximo para efetuar medições o orçamento-base da licitação, que contém maior detalhamento do objeto contratado.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/AJU					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou pedido de reexame, através da CE PRE-0031/2011, de 11/03/2011, solicitando a reconsideração da determinação em referência. O referido recurso foi apreciado pelo TCU, por meio do Acórdão 2680/2013-PL, publicado em 02/10/2013, estando a matéria em análise pela Eletrosul para as providências cabíveis, considerando, dentre outros fatores, que a vigência do contrato nº 90570180 já estava expirada quando da notificação da Eletrosul.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A adoção de providência pelo Gestor sofre impacto negativo considerando que a vigência do contrato nº 90570180 já estava expirada quando da notificação da Eletrosul.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.2.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 2

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	008.818/2009-9	173/2011	9.3.5	DE	87/2011 – TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Realize o "encontro de contas" com a empresa Energ Power, de acordo com o anunciado pelo Diretor-Presidente da Eletrosul, executando as garantias e aplicando as multas contratuais cabíveis.					

Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
DEG/AJU	
Justificativa para o seu não cumprimento:	
Recomendação modificada por meio do Acórdão nº 2.680/2013-TCU – Plenário.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A recomendação modificada por meio do Acórdão nº 2.680/2013-TCU – Plenário.	

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.2.3 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 3

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.1	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Adote as medidas a seu cargo visando a, ouvida a contratada, repactuar o Contrato 90591136 com a finalidade de suprimir da planilha respectiva o Item 18.2 – Recarga de material (solo/rocha/material processado) em pilha de estoque, incluído pelo Termo Aditivo 1, por falta de robusta justificação para tanto.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/AJU					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada. Foi atribuído efeito suspensivo ao item 9.1.1 do acórdão recorrido conforme instrução de 23/04/2012 (peça n.º 124 do processo). Não obstante o Pedido de Reexame apresentado, a Eletrosul, na referida CE PRE, informa a suspensão de pagamentos afetos ao item contratual debatido. A Eletrosul destaca a existência de valores medidos e retidos para fazer frente a decisão do TCU acerca da matéria, mesmo após a rescisão unilateral do Contrato nº 90591136, por culpa do Consórcio Construtor São Domingos, em 17/10/2013.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.2.4 – SIT. DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 4

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

4	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.2	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Proceda ao desconto nas próximas faturas os valores pagos a maior decorrente do item a ser suprimido na forma do subitem anterior.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/AJU					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência. Foi atribuído efeito suspensivo ao item 9.1.2 do acórdão recorrido conforme instrução de 23/04/2012 (peça n.º 124 do processo).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.2.5 – SIT. DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 5

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.					60382
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	005.689/2011-2	3.281/2011	9.1.3	DE	662/2011-TCU/SECOB-3
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Eletrosul					60382
Descrição da Deliberação:					
Informe ao TCU, no prazo de 30 dias, o resultado das negociações firmadas para repactuação do Contrato 90591136, apresentando inclusive cronograma de reembolso dos valores pagos indevidamente.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
DEG/AJU					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
A Eletrosul apresentou Pedido de Reexame, por meio da CE PRE 0007/2012, de 12/01/2012, solicitando a reconsideração da decisão prolatada, conforme relatado no item 9.1.1 do Acórdão em referência. Foi atribuído efeito suspensivo ao item 9.1.3 do acórdão recorrido conforme instrução de 23/04/2012 (peça n.º 124 do processo).					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A recomendação é objeto de pedido de reexame.					

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.1.2.6 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO 6

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa						Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.						60382
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
6	008.818/2009/9	2.680/2013-PL	9.3.5	DE	0779/2013-TCU/SecobEnerg	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação						Código SIORG
Eletrosul						60382
Descrição da Deliberação						
9.1 conhecer do presente pedido de reexame interposto pela empresa Eletrosul Centrais Elétricas S.A, nos termos do art. 286, parágrafo único, combinado com o art. 285 do Regimento Interno para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a modificar a redação do item 9.3.5 do Acórdão nº 173/2011 - TCU - Plenário, que passa a ter a seguinte redação: "9.3.5. realize, tão logo inexistir impedimento judicial, o "encontro de contas" com a empresa Energ Power, de acordo com o anunciado pelo Diretor-Presidente da Eletrosul, executando as garantias e aplicando as sanções contratuais cabíveis, informando ao Tribunal de Contas da União, no âmbito das contas anuais da entidade, acerca das medidas adotadas." O citado encontro de contas com a empresa Energ Power depende, segundo a orientação da decisão supramencionada, da inexistência de impedimento judicial. Ocorre que, como já adiantado ao TCU no pedido de reexame que originou o Acórdão nº 2.680/2013-PL, há ações em curso envolvendo a Energ Power.						
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento						
Setor Responsável pela Implementação						Código SIORG
DEG/AJU						
Justificativa para o seu não Cumprimento:						
O citado encontro de contas com a empresa Energ Power depende, segundo a orientação da decisão supramencionada, da inexistência de impedimento judicial. Ocorre que, como já adiantado ao TCU no pedido de reexame que originou o Acórdão nº 2.680/2013-PL, há ações judiciais em curso envolvendo a Energ Power e a Eletrosul, inclusive com liminares deferidas no intuito de impedir a execução da garantia de fiel cumprimento e de aplicar reprimendas administrativas. Por esse motivo, o cumprimento de tal item da deliberação somente poderá ser retomado após o encerramento dos processos judiciais.						
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor						
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências. Fonte: Auditoria Interna						

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO A.9.2.1.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 1

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307771	2.1.1.3	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG

Eletrosul	60382
Descrição da Recomendação:	
Atentar para o cumprimento do disposto na letra "d", item 2 Aprovação do Processo, do Procedimento de Gestão Empresarial "PG 082.01" Formalização do Convênio, quanto ao atendimento, por parte do conveniente, do cumprimento do estipulado nos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas transferências de recursos para órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta, de qualquer esfera de governo.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
AUD	
Síntese da Providência Adotada	
Diante da recomendação apresentada, a Eletrosul encaminhou orientação às áreas responsáveis pela formalização de Convênios, por meio da CI AUD-0266/2013, enfatizando a necessidade de observância dos termos da PG 082.01 quanto ao atendimento dos artigos 11 e 25 da Lei Complementar nº 101/2000, de 04 de maio de 2000.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação acatada.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.2 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307771	4.1.1.4	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Quando do encerramento do Contrato nº 90580124 (Concorrência nº 90570406), mediante o estabelecimento de futuro Termo Aditivo ou Termo de Encerramento, incluir procedimento de análise das composições de preços unitários dos serviços afetos ao TA6.			
Recomendação 2: Observar, na integralidade, quando do aceite de propostas orçamentárias de futuras obras e serviços de engenharia, aos pressupostos da Súmula TCU nº 258/2010.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DEG			
Síntese da Providência Adotada:			
Os preços unitários afetos ao Termo Aditivo nº 6 foram objeto de análise e os procedimentos estão contemplados no Termo Aditivo nº 14, aprovado pela Diretoria Executiva da Eletrosul por meio da RD-1490-11 de 17/10/2013. O Departamento de Engenharia de Geração – DEG, quando do aceite de propostas orçamentárias de obras e serviços de engenharia, tem observado os pressupostos da Súmula TCU nº 258/2010.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A determinação vem sendo observada pela área gestora.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 3

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307771	4.1.1.6	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Quando do encerramento do Contrato nº 90580124 (Concorrência nº 90570406), mediante o estabelecimento de futuro Termo Aditivo ou Termo de Encerramento fazer constar posicionamento conclusivo a respeito da aplicação (ou não) de multa pela inadimplência dos MC-03 e MC-04, operação comercial da UG1 e UG2, respectivamente, bem como pelo atraso na eliminação de pendências. Recomendação 2: Prever nos futuros contratos, penalidades específicas que cerceiem eventual morosidade dos contratados na eliminação de pendências construtivas de obras ou serviços de engenharia.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG			
Síntese da Providência Adotada:			
O Termo Aditivo nº 14 alterou os marcos contratuais MC-03 e MC-04, operação comercial da UG1 e UG2, respectivamente, que foram cumpridos pela Contratada, sendo afastada a multa por atraso da operação comercial em ambas as unidades. As contratações internas foram aprimoradas incluindo penalidades específicas para eliminação de pendências construtivas de obras e serviços de engenharia.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação foi acatada pela área gestora.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.4 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 4

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307771	4.1.1.8	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Considerando a argumentação da Eletrosul, que trouxe a possibilidade de serviços executados pela Empresa não terem sido medidos e a convicção da equipe de auditoria de que a concessão de aditivos lineares para os itens 2 e 5 da planilha contratada resultou em valores superiores aos reais devidos, recomendamos que a Eletrosul proceda um encontro de contas entre a planilha inicialmente contratada e o que foi efetivamente executado, para apurar a diferença real a ser negociada com a empresa. Para tanto, será necessário abrir os itens inicialmente contratados como "gb", tendo como base o orçamento prévio consolidado da Eletrosul, (adequado aos preços propostos pela			

empresa) e a validação apenas de custos/produtos efetivamente comprovados pela executora (contas de energia elétrica, contra-cheques, registro do ponto de funcionários, etc.).	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
DEG	
Síntese da Providência Adotada	
Em face da recomendação apresentada, o DEG encaminhou correspondência à Contratada (CE DEG-0283/2013, de 31/07/2013), solicitando a apresentação de toda a documentação comprobatória contendo os custos envolvidos nos itens 2 e 5 da Lista de Preços nº 01, a fim de processar o encontro de contas recomendado. A Engevix solicitou 60 dias, no mínimo, para encaminhar os documentos requeridos conforme correspondência nº 1175/01-10-CE-0026/13 de 07/08/2013. Diante do recebimento dos documentos encaminhados pela Engevix em 07/10/2013 (correspondência nº 1175/01-10-CE-0032/13), e após a análise pela Eletrosul, foram identificadas algumas informações incompletas ou inconsistentes, para as quais foram solicitados documentos ou informações complementares à Engevix. Relatório conclusivo finalizado em abril/2014, concluindo pela inexistência do pagamento de valores superiores aos reais devidos, considerando o custo efetivo dos itens analisados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
A recomendação foi acatada pela área gestora.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.	

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.5 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 5

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307771	4.1.1.9	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Caso seja feita a opção por não permitir, no edital de certames licitatórios, a participação de empresas na forma de consórcios, considerando a faculdade constante do art. 33, caput, da Lei nº 8.666/1993, justificar formalmente tal escolha no respectivo processo administrativo da licitação, para cumprimento do Acórdão nº 1.636/2007-Plenário, do Acórdão nº 1316/2010-1ª Câmara, do Acórdão nº 1.102/2009-1ª Câmara e do Acórdão nº 3.654/2012-2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
DEG/DGS/DES			
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul vem observando a condição recomendada pela CGU, não estabelecendo vedação à participação de empresas na forma de consórcio e justificando no processo licitatório quando considera tal vedação necessária.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A determinação vem sendo observada.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.6 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 6

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201307771	4.1.1.10	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Aprimore as rotinas internas, não incluindo, nos editais de seus certames licitatórios, cláusulas em que a certificação ISO e outras semelhantes sejam empregadas como exigências para habilitação ou como critério para desclassificação de propostas. Recomendação 2: Aprimore as rotinas internas, evitando a inclusão de cláusulas que possam restringir a competitividade dos certames, exceto naqueles casos permitidos pela legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG/DGS/DES			
Síntese da Providência Adotada			
A Eletrosul vem observando a determinação, abstendo-se de exigir, em seus editais de licitação, certificação ISO ou outras semelhantes, para habilitação ou como critério para desclassificação de propostas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação vem sendo observada pelas áreas gestoras			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.1.7 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI - 7

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201307771	4.1.1.11	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Aprimore as rotinas internas da Unidade, limitando nos editais de suas próximas licitações, a previsão de exigências de capacidade técnica aos níveis mínimos necessários que garantam a qualificação técnica das empresas para o fornecimento dos bens licitados, abstendo-se de estabelecer exigências excessivas, que restrinjam indevidamente a competitividade dos certames e firam o princípio da licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DES			
Síntese da Providência Adotada			

A Eletrosul vem observando a recomendação apresentada pela CGU, exigindo em seus editais apenas a capacidade técnica que garanta a qualificação técnica condizente com o fornecimento dos bens licitados, sem exigências excessivas ou restritivas à competitividade.

Síntese dos Resultados Obtidos

A recomendação vem sendo observada pela área gestora.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.

Fonte: Auditoria Interna

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO A.9.2.2.1 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO - 1

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201108769	6.1.1.1	27680/2011/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos processos licitatórios, bem como nos próximos aditivos de obras em andamento, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviço e identificar também aqueles itens de serviço em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referencial neste sistema conforme previsto na LDO anual pertinente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
DEG/DES			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Eletrosul reitera que, juntamente com as demais Empresas integrantes do Sistema Eletrobras, e sob a coordenação da Holding, está consolidando um Banco de Dados de Composições de Preços, específico para obras do Sistema de Transmissão e Geração, cuja base para equipamentos, materiais e serviços, será consolidada, atualizada periodicamente e disponibilizada para referência das empresas do grupo e órgãos de controle, atendendo o Acórdão nº 946/2007 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU). Em dezembro de 2013 o Sistema de Orçamentos de Projetos Energéticos – SOPE – continuava em desenvolvimento, sob coordenação da Holding, com uma versão em testes para cadastramento de composições e insumos.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A providência em questão sofre impacto do trabalho de consolidação do “Banco de Dados de Composição de Preços” do Sistema Eletrobras, cuja coordenação é da holding.			

Fonte: Auditoria Interna

QUADRO A.9.2.2.2 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO - 2

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Eletrosul – Centrais Elétricas S.A.			60382
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307771	1.2.2.1	22.281/2013/CGU-R/SC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Eletrosul			60382
Descrição da Recomendação:			
Recomendação 1: Atualizar a Política de Segurança de Gestão da Informação - PSGI. Recomendação 2: Constituir Comitê de Segurança da Informação nos moldes estabelecidos pela Instrução Normativa número 1/2008, do GSI/PR.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
AGA			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Recomendação 1: a Política de Segurança da Informação - PSGI está em fase final de revisão pelo DGI/DA. Tendo em vista que este assunto tem interface com a DO/DTL, estima-se que o consenso empresarial será obtido até 31/08/2014. Recomendação 2: o processo de elaboração de proposta de criação do Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação e Processos, está sendo desenvolvida em alinhamento com o desenvolvimento de nova Política de Segurança da Informação – PSGI e deverá observar o prazo estabelecido de 31/08/2014.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não houve fatores positivos/negativos relevantes para fins de providências.			

Fonte: Auditoria Interna

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ: A Auditoria Interna da Eletrosul vincula-se ao Conselho de Administração, conforme estabelece o art. 50 do Estatuto Social da Empresa. Sua estrutura é composta por uma Gerência, responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos e equipe técnica de auditores. A auditoria Interna também dispõe de uma função de apoio administrativo.

b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações:

SOX – Testes de Administração, com as seguintes constatações:

- Inconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente a controles sob responsabilidade do Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura – DGI;
- Inconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente a controles sob responsabilidade do Departamento de Telemática – DTL;
- Inconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente ao controle REC1 C.17 sob responsabilidade do Departamento de Operação do Sistema – DOS;
- Inconformidades encontradas na realização dos testes de administração referente ao controle MAT3 C.04 sob responsabilidade da Divisão Regional do Paraná – DRPR e
- Inconformidades encontradas nos testes de administração, no que se refere ao desenho dos controles.

Contratos de Engenharia, Obras e Serviços de Geração e Transmissão, com as seguintes constatações:

- inobservância ao Procedimento de Gestão Empresarial PG-005.09 – Dispensa e Inexigibilidade;
- inobservância de normativo interno quanto ao Plano Anual e ao Cronograma de Aquisições pelo Departamento de Engenharia de Geração (NG-005, Cap. VI) e
- necessidade de atualização do Procedimento de Gestão Empresarial – PG 005.12 – Montagem do Processo de Aquisição.

Gestão da Tecnologia da Informação

- falta de providências para atendimento à Deliberação da Diretoria Executiva referente Política de Segurança e Gestão da Informação – PSGI;
- persiste a necessidade de revisão/atualização de Normas e Procedimentos de Gestão Empresarial pelo Departamento de Gestão da Informação e Infraestrutura - DGI e Departamento de Telemática – DTL;
- não observância de cláusula contratual referente à implementação da Solução de Portal Corporativo da Eletrosul (contrato N° 91390158 - Ascendant Technology do Brasil - Serviços em Tecnologia);
- não observância de determinação contida na Portaria Interministerial N° 140, de 26/03/2006 no que se refere a atualização não tempestiva no Portal da Transparência Pública;
- persiste falta de providências para atendimento à deliberação da diretoria executiva referente ao Plano Diretor de Telemática e Automação da Eletrosul - PDTA e
- persiste falta de providências para atendimento à Deliberação da Diretoria Executiva referente à reestruturação organizacional da Eletrosul.

Fundação ELOS

- inobservância de Norma de Gestão Empresarial no que se refere ao cadastramento de itens do ativo imobilizado (NG 1.11);
- inobservância de Norma de Gestão Empresarial no que se refere ao controle de ponto (NG 1.7) e
- necessidade de revisão e/ou atualização de Normas de Gestão Empresarial.

- c) **Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência** - Os trabalhos da Auditoria Interna no exercício de 2013 geraram 27 Relatórios, com 43 pontos de auditoria, sendo 11 resolvidos e 32 em acompanhamento. Ainda, no exercício de 2013, foram acompanhados 116 pontos de auditoria, sendo que 55 foram considerados como resolvidos, 55 estão em andamento e 06 foram reiterados.
- d) **Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna** - No intuito de implantar as medidas corretivas para os pontos de não-conformidade identificados, a Auditoria Interna encaminha, ao final de cada trabalho, o Relatório de Auditoria para as áreas responsáveis e suas respectivas Diretorias. Os Relatórios de Atividades da Auditoria Interna, contendo todos os trabalhos envolvidos pela área e constatações identificadas, são reportados, mensalmente, para os Conselhos de Administração e Fiscal, à CGU e à Presidência da Empresa.
- e) **Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna** - A Auditoria Interna dispõe de um sistema informatizado de acompanhamento e avaliação das atividades de auditoria (SAAAA), no qual mantém o registro de todos os pontos de auditoria constatados em cada trabalho, com as recomendações e respostas das áreas quanto às regularizações de impropriedades ocorridas, monitorando a forma e o prazo de implantação das medidas pelas áreas. Mensalmente, é emitido um relatório de acompanhamento das não conformidades identificadas a partir do referido sistema de monitoramento, o qual integra o Relatório de Atividades da Auditoria Interna, encaminhado para os Conselhos de Administração e Fiscal, à CGU e à Presidência da Empresa. Anualmente, a Auditoria Interna executa um projeto específico, cujo escopo é o acompanhamento das recomendações lançadas pela Auditoria Interna, CGU e TCU, verificando a sua implementação pelas áreas (Projeto de Follow-up).
- f) **Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações** – Mensalmente, a Auditoria Interna reporta o resultado das auditorias realizadas à Diretoria Executiva, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e à CGU, por meio de Relatório Mensal de Atividades. Neste relatório, constam as auditorias realizadas, as horas alocadas pelos auditores na execução dos projetos e as não conformidades verificadas em cada trabalho.
- Além do referido Relatório Mensal de Atividades, ao final de cada ano, a Auditoria Interna elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN, no qual constam, dentre outros dados, todos os projetos realizados e as respectivas não-conformidades identificadas. Também integra o referido relatório a síntese de acompanhamento de todas as recomendações de auditoria existentes, com breve relato do ponto de auditoria verificado e a resposta da área responsável quanto à adoção das medidas corretivas pertinentes. O RAIN é aprovado pelo Conselho de Administração da Empresa, sendo reportado ao Conselho Fiscal, à Diretoria Executiva, à Eletrobras e à CGU.

- g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.** – O RAINT contém item específico, no qual é apresentada a avaliação dos controles internos da Empresa, com base na análise de riscos realizada ao final de cada projeto de auditoria pela respectiva equipe de auditores, definindo-se a sua gradação em escala que prevê quatro estágios de criticidade, assim distribuídos: Risco “Fracó”, “Médio”, “Acentuado”, “Forte ou Crítico”. Trata-se de uma avaliação consolidada, promovida pela Auditoria Interna, tendo em vista critérios de “relevância” e “vulnerabilidade”, estabelecidos sob a forma de quesitos, que abordam os seguintes aspectos: atendimento a exigências legais; segurança do patrimônio; segurança da informação; imagem da Eletrosul; nível de descentralização das atividades – autonomia; alinhamento às metas empresariais; delegação de competência e de responsabilidade; ambiente de Controle (qualificação/treinamento/conscientização); rodízio de funções e obrigatoriedade de férias; segregação das funções de aprovar, executar, controlar e registrar; controle sobre as transações; aderência a diretrizes e normas legais; conformidade documental; registros manuais e semi-automatizados; manuseio de equipamentos, de materiais e de recursos financeiros e lapso de tempo entre as auditorias. No RAINT, a Auditoria Interna apresenta, de forma consolidada, à alta gerência e aos Conselhos de Administração e Fiscal, a média simples de avaliação de riscos, considerando todos os projetos realizados, que contenha a análise acerca da eficácia do ambiente de controle interno examinado. No exercício de 2013, a média obtida em todos os quesitos, considerando os 27 projetos executados, remeteu a uma gradação de risco “Fracó”.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	131		
	Entregaram a DBR	115	15	
	Não cumpriram a obrigação	1		

Fonte: Departamento de Gestão de Pessoas

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A entrega das declarações de bens e renda é um pré-requisito para a posse no cargo de todos os gerentes da Eletrosul, Diretores e Conselheiros. Devem ser entregues antes da investidura no cargo, ou seja, no início do exercício da função. Desta forma, não houve em 2013 nenhuma inadimplência, pois caso contrário, o indicado não pode permanecer no cargo, segundo Resolução de Diretoria que o nomeia, e em cumprimento à Lei 8.730/93 e a Instrução Normativa 005/94 do Tribunal de Contas da União.

O departamento responsável por receber e gerenciar as declarações é o Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, da Diretoria Administrativa. O gerenciamento é feito por meio de um banco de dados, onde constam todas as informações necessárias sobre as declarações e os declarantes. As declarações são recebidas em papel e arquivadas em um cofre com acesso restrito, ficando à disposição para consulta dos órgãos competentes. O Departamento de Gestão de Pessoas faz a averiguação se as declarações estão vigentes e atualizadas de acordo com a ocupação dos cargos

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Não há casos de dano ao Erário, objeto de medidas administrativas, bem como Tomadas de Contas Especiais instauradas e remetidas ao TCU, previstas no art. 18 da IN TCU 71/2012.

10 PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

A estrutura organizacional da Eletrosul contempla a Ouvidoria, que tem o compromisso com a verdade dos fatos e a apuração dos acontecimentos, a Comissão Permanente de Ética, criada para avaliar denúncias e indicar medidas aos agentes que agiram em desacordo com os princípios éticos, e a Auditoria Interna, que tem por competência avaliar os processos e procedimentos da empresa. São disponibilizados canais de comunicação internos e externos para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões entre outros, tanto nas localidades em que atua quanto nas áreas de implantação de novos empreendimentos.

QUADRO A.10.1 – Canais De Comunicação

CANAIS DE COMUNICAÇÃO	FORMAS DE CONTATO
Website	www.eletrosul.gov.br
Atendimento por e-mail das partes interessadas	eletrosul@eletrosul.gov.br
Atendimento telefônico das partes interessadas	fone: (48) 3231-7300
Ouvidoria - recebe, analisa, encaminha e responde as solicitações de informações, sugestões, reclamações, críticas e denúncias das partes interessadas (público interno e externo).	e-mail: ouvidoria@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7655 ou 0800.6487822 Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Em atendimento à Lei Nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, está disponível o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). O SIC é responsável pelo recebimento, processamento, gerenciamento e envio da resposta aos pedidos de acesso e pela orientação aos cidadãos.	e-mail: sic@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7655 ou 0800.6487822 Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999 Pantanal. Florianópolis-SC Atendimento das 8:00 às 17:00 horas
Comissão Permanente de Ética – oportuniza ao seu corpo funcional o esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética dos empregados, administradores e prepostos, minimizando a subjetividade das interpretações pessoais sobre princípios morais e éticos, bem como busca fortalecer a imagem da empresa e de seus empregados junto à sociedade.	e-mail: etica@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7117
Assembleia Geral de Acionistas	Convocação, com, no mínimo, 08 dias de antecedência, publicada na imprensa oficial do Estado de Santa Catarina e no jornal de maior circulação de Florianópolis.
Área de Relações com Investidores – grandes acionistas e potenciais investidores	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Serviço de Atendimento aos Acionistas (SAA) – Pequenos acionistas.	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Secretaria da Administração Societária – recebe e encaminha sugestões e solicitações de acionistas.	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	e-mail: mlongen@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7048 e fax: (48) 3234-5678
Jornal Eletrosul	e-mail: speres@eletrosul.gov.br fone: (48) 3231-7934 e fax: (48) 3234-3494

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

Além dos canais de comunicação disponibilizados para sugestões, reclamações entre outros, a Eletrosul desde 2001, passou a incorporar na sua gestão a busca pela satisfação das empresas

clientes, buscando identificar oportunidades para a melhoria de seus produtos e serviços. Desde então, optou por utilizar a ferramenta de pesquisa, com entrevista presencial, aplicada por empresa especializada com objetivo de apurar o grau de satisfação dos clientes levando em conta os produtos/serviços utilizados por eles. Há mais de 10 anos, os índices obtidos na satisfação geral estão acima dos 91%.

A Pesquisa, que, entre 2001 a 2011, era realizada anualmente, passou a ser bienal. A decisão de alterar a periodicidade da aplicação da pesquisa se deu a partir da solidificação dos resultados ao longo dos anos e se mostrou acertada, pois não teve impacto negativo para os resultados, o que demonstra que a cultura para a melhoria da satisfação dos clientes já está incorporada na empresa.

Ao longo dos anos, foi possível constatar o amadurecimento da gestão da Eletrosul no que tange a Gestão da Satisfação dos Clientes. No primeiro ciclo, o índice de Satisfação Geral dos Clientes foi de 74%. Os patamares atingidos nos últimos anos demonstram que as ações efetuadas para a melhoria dos processos que são de importância para os clientes vem sendo efetivas, conforme pode ser observado no quadro a seguir:

QUADRO A.10.2 – Índice De Satisfação Do Cliente

Índice/Ano	2009	2010	2011	2013
Índice de satisfação geral Eletrosul	100,0	95,2	95,5	100,0
Índice de satisfação geral no conceito muito satisfeito	39,5	38,1	53,3	57,1
Índice de satisfação geral no conceito satisfeito	60,5	57,1	42,2	42,9

Fonte: Assessoria de Gestão Empresarial

O índice de satisfação geral considera a soma dos conceitos “muito satisfeito” e “satisfeito”. Vale ainda ressaltar que o índice do "muito satisfeito" vem se elevando nas três últimas medições, o que é o mais importante e o que aumenta ainda mais a responsabilidade na manutenção desta tendência. Com a prospecção das necessidades não atendidas, e a gestão das medidas adotadas para solucioná-las, o índice alcançou em 2013, 100% de satisfação geral dos clientes.

Foram realizadas pesquisas nos anos de 2009, 2010 e 2011, com o objetivo de identificar a satisfação das Organizações Sem Fins Lucrativos beneficiadas pelo Investimento Social da Eletrosul, do público beneficiado pelos projetos patrocinados e da sociedade em geral, de forma a observar as oportunidades de melhoria e aperfeiçoamento da Responsabilidade Socioambiental da empresa. Como resultado obtido a partir da pesquisa realizada com as organizações sem fins lucrativos, beneficiadas pelo investimento social da Eletrosul no ano de 2011, a maior parte, 41,59% participaram de projetos relacionados ao meio ambiente; 25,24% das entidades são vinculadas à educação, 7,93% projetos de cidadania, 5,77% projetos de produção e renda, 5,05% projetos ligados à cultura, 3,85% projetos de esporte e lazer e 10,58% outros, como projetos de uso e economia de energia elétrica, crianças e adolescentes, empreendedorismo e gestão e adoção de animais. Tendo um índice quanto ao grau de satisfação de 97,78% de satisfeitos ou muito satisfeitos com o investimento da Eletrosul no projeto.

Em 2013, foi realizado um Diagnóstico Socioeconômico-Ambiental, no município de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul, com o objetivo de subsidiar a alta direção com informações sobre o município, abordando os riscos e oportunidades do empreendimento de ampliação da SE Nova Santa Rita, a partir de uma pesquisa de opinião com a comunidade e de dados oficiais disponíveis.

Na pesquisa foi identificado que apenas 36% da população entrevistada tem conhecimento da Eletrosul e poucos demonstraram conhecer por intermédio de propaganda/publicidade (16,37%). Foram identificadas como necessidades relevantes na pesquisa:

- Construção de unidade de atendimento de saúde UPA e/ou Hospital no município, como aspecto prioritário em relação à saúde;

- Implementação de unidade da Brigada Militar e de Corpo de Bombeiros no município, como aspectos prioritários em relação à segurança;
- Pavimentação de ruas, mobilidade urbana (transporte público) e saneamento básico foram os mais mencionados em relação à infraestrutura;
- Implementação de creches e a ampliação do contraturno escolar foram elencados como aspectos prioritários em relação à educação;
- Implantação de áreas de lazer, praças e outros espaços para entretenimento especialmente de crianças e adolescentes;
- Implementação de unidade de reciclagem de lixo e lixeiras nas ruas;
- Implementação de escolas técnicas/ensino médio, e desenvolvimento de projetos sociais de capacitação profissional e de geração de renda;
- Desenvolvimento de Projetos Sociais voltados prioritariamente à crianças e adolescentes, idosos, e dependentes químicos e;
- Desenvolvimento de projetos de conscientização e educação ambiental.

11 PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Não se aplica

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

De acordo com o quadro A1 – Relacionamento entre unidades jurisdicionais e os conteúdos gerais do relatório de gestão, Anexo II da DN TCU N.º 127, de 15 de maio de 2013, a Eletrosul não responde a esse item, pelo enquadramento de sua natureza jurídica.

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012 (em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora			Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
		(reapresentado)*	(reapresentado)*		(reapresentado)*	(reapresentado)*	
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988	409.569
Clientes	7	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119	147.656
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	391.107	1.404.632	-	391.107	1.404.632	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	134.193	140.068	127.639	134.193	140.068	127.639
Dividendos a receber	11	3.793	23.052	10.493	2.057	1.340	2.823
Tributos a recuperar	12	70.078	29.582	30.983	70.082	36.038	36.711
Cauções e depósitos vinculados	6	25.626	5.797	2.019	25.626	5.797	2.028
Almoxarifado		35.745	32.318	30.767	35.745	32.318	30.767
Outros ativos	14	66.042	69.410	75.031	66.058	69.238	71.926
		1.667.656	1.950.582	760.307	1.673.387	2.120.650	955.649
NÃO CIRCULANTE							
Realizável a longo prazo							
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	9	228.146	620.651	-	228.146	620.651	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	10	374.261	438.586	479.752	374.261	438.586	479.752
Tributos a recuperar	12	25.901	41.435	62.463	25.901	51.992	66.123
Ativo fiscal diferido, líquido	15	161.226	319.214	-	161.226	324.543	-
Adiantamento para aumento de capital	13	208.629	31.898	367.527	208.629	31.898	8.809
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.004.960	969.776	2.400.742	2.088.177	2.158.504	3.415.095
Cauções e depósitos vinculados	6	113.915	95.273	29.514	116.752	106.091	41.120
Outros ativos	14	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649	12.298
		3.150.800	2.557.847	3.356.817	3.232.280	3.785.914	4.023.197
Investimentos	16	2.524.606	2.547.215	1.348.816	2.468.677	1.461.129	698.292
Imobilizado	17	2.378.241	2.012.129	1.538.955	2.378.241	2.431.982	1.952.554
Intangível	18	164.932	83.274	79.795	180.261	188.317	191.415
		8.218.579	7.200.465	6.324.383	8.259.459	7.867.342	6.865.458
TOTAL DO ATIVO		9.886.235	9.151.047	7.084.690	9.932.846	9.987.992	7.821.107

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL
em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012
(em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		Controladora			Consolidado		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
		(reapresentado)* (reapresentado)*			(reapresentado)* (reapresentado)*		
Notas							
CIRCULANTE							
Fornecedores	20	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687
Financiamentos e empréstimos	21	382.874	180.526	149.408	389.167	270.336	189.398
Folha de pagamento		35.302	36.775	52.049	35.311	36.808	52.195
Tributos a recolher	22	53.277	45.329	46.324	53.476	59.238	57.419
Dividendos a pagar	32	62.887	15.636	24.552	63.466	16.272	24.552
Obrigações estimadas	23	48.760	33.170	29.918	48.791	40.335	32.008
Benefício pós-emprego	31	11.733	13.158	13.534	11.733	13.158	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	26	31.349	26.331	29.477	32.072	29.298	31.656
Provisão para contratos onerosos	24	9.662	28.673	7.215	9.662	28.673	7.215
Provisões operacionais	28	111.283	104.901	-	111.283	104.901	-
Outros passivos	29	57.516	95.652	75.369	57.708	102.235	71.748
		867.377	650.691	537.392	875.532	786.241	607.412
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	21	2.775.877	1.852.407	1.692.082	2.800.672	2.535.414	2.316.296
Tributos a recolher	22	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
Obrigações estimadas	23	20.638	7.212	13.604	20.638	7.212	13.604
Passivo fiscal diferido, líquido	15	-	-	118.001	-	-	121.073
Provisões para riscos	25	55.903	120.366	52.235	55.903	120.366	52.235
Benefício pós-emprego	31	77.766	239.011	71.574	77.766	239.011	71.574
Adiantamento para aumento de capital	13	59.284	554.930	1.810.793	59.284	554.930	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	24	427.746	930.327	-	427.746	930.327	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	27	22.814	26.507	21.200	22.814	26.507	21.200
Provisões operacionais	28	13.448	-	-	13.448	-	-
Outros passivos	29	48	57	55	176	4.984	2.954
		3.525.924	3.840.579	3.916.020	3.550.847	4.528.513	4.568.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
	32						
Capital social		4.295.250	3.740.410	1.577.686	4.295.250	3.740.410	1.577.686
Reservas de lucros		1.072.411	1.059.172	1.055.880	1.072.411	1.059.172	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial		(63.387)	(186.711)	(75.940)	(63.387)	(186.711)	(75.940)
Dividendos adicionais propostos		188.660	46.906	73.652	188.660	46.906	73.652
		5.492.934	4.659.777	2.631.278	5.492.934	4.659.777	2.631.278
Participação de não controladores		-	-	-	13.533	13.461	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
		9.886.235	9.151.047	7.084.690	9.932.846	9.987.992	7.821.107

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	37	943.962	1.151.122	1.059.350	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica	24 e 39	(27.934)	(166.241)	(27.934)	(166.247)
Energia comprada para revenda	39	(41.864)	(159.526)	(41.864)	(159.532)
Reversão perdas contrato oneroso	24 e 39	13.930	(6.715)	13.930	(6.715)
Custo de operação	39	(379.077)	(255.117)	(394.872)	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros		(266.116)	(224.953)	(270.070)	(230.044)
Depreciação e amortização		(79.836)	(12.245)	(89.997)	(33.994)
Taxa de fiscalização		(5.626)	-	(5.626)	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		77	(9.477)	(36)	(9.405)
Outros		(27.576)	(8.442)	(29.143)	(11.280)
Custo do serviço prestado a terceiros	39	(10.633)	(9.405)	(11.082)	(9.405)
Custo de construção	39	(75.835)	(82.730)	(117.925)	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		450.483	637.629	507.537	763.904
Despesas operacionais	39	(260.590)	(281.391)	(266.538)	(290.138)
RESULTADO DO SERVIÇO		189.893	356.238	240.999	473.766
Outras receitas e despesas operacionais					
Resultado de participações societárias	16	(1.781)	49.700	(20.778)	6.768
Resultado financeiro	40	(59.288)	(163.703)	(84.193)	(219.385)
Impairment	19	(247.578)	(149.672)	(247.578)	(149.672)
Contratos onerosos	24	488.601	(896.494)	488.601	(896.494)
Outras receitas/despesas, líquido	41	(11.796)	(14.084)	(11.796)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		358.051	(818.015)	365.255	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	2.c	25.092	577.802	25.092	577.802
LUCRO OPERACIONAL		383.143	(240.213)	390.347	(222.315)
Imposto de renda e contribuição social correntes	42	(6.547)	(71.998)	(9.700)	(94.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	42	(111.811)	378.044	(113.384)	385.733
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		264.785	65.833	267.263	68.511
Atribuível a:					
Acionistas controladores		264.785	65.833	264.785	65.833
Acionistas não controladores		-	-	2.478	2.678
Número de ações ordinárias		101.117.798	90.261.115	101.117.798	90.261.115
Lucro básico por ação ordinária		2,62	0,73	2,62	0,73
Média ponderada de ações ordinárias		92.402.707	52.871.686	92.402.707	52.871.686
Lucro diluído por ação ordinária		2,87	1,25	2,87	1,25

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	264.785	65.833	267.263	68.511
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	134	12.701	134	12.701
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	177.742	(178.246)	177.742	(178.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.552)	54.774	(54.552)	54.774
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	388.109	(44.938)	390.587	(42.260)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Dividendos Adicionais Propostos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido dos Sócios da Controladora	Participação dos não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
SALDOS EM 01.01.2012	1.577.686	1.055.880	(75.940)	73.652	-	2.631.278	13.772	2.645.050
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	(119.075)	-	-	(119.075)	-	(119.075)
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	8.304	-	-	8.304	-	8.304
Incorporação do AFAC ao capital	2.162.724	-	-	-	-	2.162.724	-	2.162.724
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(73.652)	-	(73.652)	-	(73.652)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	65.833	65.833	-	65.833
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	3.292	-	-	-	3.292	-	3.292
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,17 por ação)	-	-	-	-	(3.292)	(3.292)	-	(3.292)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	(15.635)	(15.635)	-	(15.635)
Reserva para Investimentos	-	-	-	46.906	(46.906)	-	-	-
	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.772	4.673.549
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	(311)	(311)
SALDOS EM 31.12.2012	3.740.410	1.059.172	(186.711)	46.906	-	4.659.777	13.461	4.673.238
Resultado abrangente do exercício								
Ajuste de ganhos (perdas) atuariais	-	-	123.190	-	-	123.190	-	123.190
Ajustes de hedges de fluxo de caixa	-	-	134	-	-	134	-	134
Incorporação do AFAC ao capital	554.840	-	-	-	-	554.840	-	554.840
Dividendos aprovados AGO	-	-	-	(46.906)	-	(46.906)	-	(46.906)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	264.785	264.785	-	264.785
Destinação para AGO								
Reserva Legal	-	13.239	-	-	(13.239)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 0,62 por ação)	-	-	-	-	(62.886)	(62.886)	-	(62.886)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	188.660	(188.660)	-	-	-
	4.295.250	1.072.411	(63.387)	188.660	-	5.492.934	13.461	5.506.395
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	72	72
SALDOS EM 31.12.2013	4.295.250	1.072.411	(63.387)	188.660	-	5.492.934	13.533	5.506.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
	(reapresentado)*		(reapresentado)*	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	383.143	(240.213)	390.347	(222.315)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa				
Receita de Ativo Financeiro	(125.664)	(423.875)	(175.808)	(546.800)
Amortização de Ativo Financeiro	174.348	534.939	241.260	655.004
Depreciação e amortização	81.623	14.340	91.809	36.110
Amortização de ágio de investimentos	8.972	8.937	8.972	9.037
Variação monetária	3.734	(9.009)	4.302	(5.938)
Encargos financeiros gerados	141.341	252.082	168.205	311.950
Resultado de Participações Societárias	1.781	(49.700)	20.778	(6.768)
Ajuste a valor presente de tributos	(6.536)	(631)	(6.536)	(631)
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	247.578	149.672	247.578	149.672
Indenizações Lei 12.783/13	(25.092)	(577.802)	(25.092)	(577.802)
Perdas do ativo permanente	2.824	5.147	2.824	5.981
Provisões para contingências	(19.425)	67.227	(19.425)	67.227
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	(64)	9.477	49	9.405
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	4.585	1.053	4.585	1.053
Provisão para perdas com contrato oneroso	(502.531)	903.209	(502.531)	903.209
Passivo atuarial (CVM 695)	15.997	(4.213)	15.997	(4.213)
Plano de incentivo ao desligamento	73.695	-	73.695	-
Outros	(4.164)	13.775	1.304	13.775
	73.002	894.628	151.966	1.020.271
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais				
Clientes	55.283	(44.907)	56.027	(51.776)
Créditos de indenização Lei 12.783/13	1.504.383	-	1.504.383	-
Créditos de energia renegociados	163.665	144.211	163.665	144.211
Tributos a recuperar	10.122	82.044	12.946	74.419
Ativo fiscal diferido	107.111	(260.043)	108.765	(265.433)
Almoxarifado	176	185	176	185
Cauções, depósitos e fundos vinculados	11.627	(69.538)	(30.490)	(68.744)
Outros créditos	13.269	(15.320)	29.626	(26.526)
	1.865.636	(163.368)	1.845.098	(193.664)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(27.274)	(39.006)	(22.124)	(42.069)
Folha de pagamento	(1.587)	(15.274)	(1.497)	(15.387)
Tributos a recolher	(145.011)	285.222	(143.704)	285.877
Passivo fiscal diferido	-	(118.001)	-	(121.012)
Obrigações estimadas	(46.976)	(30.218)	(51.814)	(25.143)
Entidade de previdência complementar	3.767	5.180	3.767	5.180
Pesquisa e desenvolvimento	2.496	(3.146)	2.775	(2.358)
Provisões operacionais	19.830	104.901	19.830	104.901
Outros passivos	(93.584)	13.405	(98.031)	15.105
	(288.339)	203.063	(290.798)	205.094
Caixa proveniente das atividades operacionais	2.033.442	694.110	2.096.613	809.386
Pagamento de encargos financeiros	(199.064)	(138.587)	(244.520)	(176.996)
Recebimento de encargos financeiros	566	175	566	175
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(27.749)	(57.424)	(32.095)	(70.485)
Depósitos Judiciais	(26.101)	8.920	(26.101)	8.920
Caixa líquido das atividades operacionais	1.781.094	507.194	1.794.463	571.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(reapresentado)*		(reapresentado)*
Ativo Financeiro	(75.835)	(82.730)	(117.925)	(261.125)
Em ativo imobilizado	(152.292)	(515.362)	(154.246)	(543.386)
Em ativo intangível	(1.673)	(1.820)	(1.673)	(1.820)
Em participações societárias	(1.233.505)	(842.595)	(1.218.505)	(772.261)
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	20.249	18.791	12.862	2.916
Incorporação de subsidiárias	85.072	-	-	-
Outros investimentos	40	36	40	36
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.357.944)	(1.423.680)	(1.479.447)	(1.575.640)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	581.821	241.427	595.578	375.786
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	-	728.630	-	706.130
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(242.313)	(102.754)	(266.893)	(153.030)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(67.672)	(106.501)	(70.135)	(108.626)
Pagamento de dívida de Previdência Complementar	(10.843)	(14.201)	(10.843)	(14.201)
Total das atividades de financiamento	260.993	746.601	247.707	806.059
Variação				
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	684.143	(169.885)	562.723	(198.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	87.454	257.339	210.988	409.569
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	771.597	87.454	773.711	210.988

*Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*	31.12.2013	31.12.2012 (reapresentado)*
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO				
Receita				
Receita de transmissão, geração e serviços	1.060.815	1.830.345	1.185.739	2.181.995
(-) Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais	16.321	10.324	16.542	10.725
Serviço de terceiros	87.939	79.613	92.952	88.142
Custo de construção transmissão	75.835	82.730	117.925	261.125
Energia elétrica comprada para revenda	41.864	159.526	41.864	159.532
Seguros	3.982	2.736	4.103	3.057
Valor recuperável de ativos (Impairment)	247.578	149.672	247.578	149.672
Provisão (reversão) perdas na comercialização	(13.930)	6.715	(13.930)	6.715
Provisão (reversão) para contingências	(33.918)	46.324	(33.918)	46.324
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	(488.601)	896.494	(488.601)	896.494
Outros	70.237	52.610	72.521	54.552
	7.307	1.486.744	57.036	1.676.338
(=) Valor adicionado bruto	1.053.508	343.601	1.128.703	505.657
(-) Depreciação e amortização	81.623	14.340	91.809	36.110
(=) Valor adicionado líquido	971.885	329.261	1.036.894	469.547
(+) Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	(1.781)	49.700	(20.778)	6.768
Receita aplicação financeira	69.913	28.693	73.976	39.071
Rendas sobre créditos de energia renegociados	93.465	115.472	93.465	115.472
Outras receitas financeiras	130.666	65.471	131.205	68.030
	292.263	259.336	277.868	229.341
(=) Valor adicionado total a distribuir	1.264.148	588.597	1.314.762	698.888
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal				
Remuneração/benefícios/FGTS	270.790	251.248	273.502	254.522
Contingência/indenização trabalhista	14.455	20.653	14.455	20.653
Aposentadoria especial/passivo atuarial	4.585	1.053	4.585	1.053
Plano de incentivo ao desligamento	73.695	-	73.695	-
	363.525	272.954	366.237	276.228
Governo				
Tributos	94.809	97.507	101.793	110.850
Encargos Regulatórios	16.745	36.533	19.892	42.051
Encargos sociais	47.130	45.546	47.834	46.216
Contribuição social	31.664	(80.445)	32.970	(76.180)
Imposto de renda	86.694	(225.601)	90.114	(214.646)
	277.042	(126.460)	292.603	(91.709)
Financiadores				
Encargos sobre tributos	3.956	5.676	3.987	5.676
Encargos sobre dividendos	5.131	8.298	5.131	8.298
Encargos sobre AFAC	59.194	178.231	59.194	178.231
Encargos de dívidas	181.569	93.415	210.291	153.236
Variações monetárias	76.953	35.835	77.521	41.364
Aluguel	5.464	2.931	5.820	3.900
Outras despesas financeiras	26.529	51.884	26.715	55.153
	358.796	376.270	388.659	445.858
Acionistas				
Dividendos mínimos obrigatórios	62.886	15.635	62.886	15.635
Dividendos adicionais propostos	188.660	46.906	188.660	46.906
Lucros retidos	13.239	3.292	15.717	5.970
	264.785	65.833	267.263	68.511
Valor adicionado distribuído	1.264.148	588.597	1.314.762	698.888

Ver nota 4, u – motivos e efeitos da reapresentação.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras
(Controladora e Consolidado)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

a) A Companhia

A Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”, “Companhia” ou “Controladora”), é uma sociedade de economia mista federal, de capital fechado, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e tem sede na Rua Deputado Antonio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal, CEP 88040-901, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e tem como atividades preponderantes a transmissão e a geração de energia elétrica, estando presente nos estados de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O sistema de transmissão de energia elétrica, da Eletrosul, possui 10.702,8 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 25.463,0 MVA em 44 subestações e uma conversora de frequência na fronteira do Brasil com a Argentina. Além das instalações próprias, a Companhia possui equipamentos ou presta serviços de operação e/ou manutenção em mais 31 subestações e nos sistemas de integração com o Uruguai (Rivera) e Argentina (Garabi).

O parque gerador é formado por 3 hidrelétricas, 2 PCH's, 3 parques eólicos e possui ainda 119,3 km de linhas de transmissão e potência de transformação de 200,2 MVA em 4 subestações de conexão.

Além dos sistemas de transmissão e parque gerador próprio, a Companhia participa em outras sociedades, para implantação e operação de sistemas de transmissão compostos por 4.461,0 km de linha, 10 subestações com capacidade de transformação de 2.851 MVA, 2 usinas hidrelétricas com capacidade instalada de 5.570 MW e 21 parques eólicos com capacidade instalada de 480,0 MW.

b) Empresas controladas e controladas em conjunto

As participações societárias em Sociedades de Propósito Específico (SPE) e seus objetivos sociais são:

Empresas	Sede	Data de constituição	Objetivo
Controladas			
Uirapuru Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	08/2004	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV, Ivaiporã (PR) - Londrina (PR)
Controladas em conjunto			
Empresa Transmissora de Energia do Alto Uruguai S/A - Eta	Rio de Janeiro - RJ	05/2002	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV, Campos Novos (SC) - Barra Grande (SC) - Lagoa Vermelha (RS) - Santa Marta (RS)
Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	Rio de Janeiro - RJ	05/2008	Construção, operação e manutenção da LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2
Construtora Integração Ltda	Rio de Janeiro - RJ	06/2009	Construção, montagem e serviços associados ao lote G do Leilão ANEEL nº 007/2008, para LT +/- 600KV coletora Porto Velho – Araraquara 2
ESBR Participações S/A	Rio de Janeiro - RJ	08/2008	Participação na SPE Energia Sustentável do Brasil S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Jirau (RO)
Teles Pires Participações S/A - TPP	Rio de Janeiro - RJ	11/2011	Participação na SPE Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, cuja atividade é a construção, operação e manutenção da UHE Teles Pires, localizada no Rio Teles Pires entre os estados de Mato Grosso e Pará.
Costa Oeste Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230/138 kV, Cascavel Oeste – Umuarama (PR)
Santa Vitória do Palmar Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Verace I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X (RS)
Livramento Holding S/A	Florianópolis - SC	11/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Cerro Chato IV, V e VI, Cerro dos Trindade e Ibaraputã I (RS)
Chuí Holding S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Participação em SPE's constituídas para exploração dos empreendimentos Chuí I, II, IV e VI (RS)
Marumbi Transmissora de Energia S/A	Curitiba - PR	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR) e Subestação Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA
Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2011	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita; Subestação Camaquã 3 230/69 kV.
Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	Florianópolis - SC	07/2012	Construção, operação e manutenção da LT Nova Santa Rita – Povo Novo, em 525 kV, LT Povo Novo – Marmeleiro, em 525 kV, LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar, em 525 kv, SE Povo Novo 525/230 kV de 672 MVA, SE Marmeleiro 525 kV e SE Santa Vitória do Palmar 525/138 kV
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A	Florianópolis - SC	12/2013	Construção, operação e manutenção da LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2; SE Pinhalzinho 230/138 kV e SE Santa Maria 3 230/138 kV.

c) Início de operação comercial de empreendimentos em 2013

c.1) Empreendimentos corporativos

Em 2013, os seguintes empreendimentos corporativos passaram a operar comercialmente:

Usina	Unidade geradora	Data	Potência instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)
UHE São Domingos	1ª unidade	06/2013	24,0	36,4
	2ª unidade	07/2013	24,0	
PCH Barra do Rio Chapéu	1ª unidade	02/2013	7,6	8,6
	2ª unidade	02/2013	7,6	
PCH João Borges	1ª unidade	07/2013	6,3	10,1
	2ª unidade	07/2013	6,3	
	3ª unidade	08/2013	6,3	

c.2) Empreendimentos controlados em conjunto

Em 2013, os seguintes empreendimentos controlados em conjunto passaram a operar comercialmente:

UHE Jirau

Em setembro de 2013, entrou em operação comercial a primeira unidade geradora UG 29 da Usina Hidrelétrica Jirau, de um total de 50 unidades, com capacidade total de 3.750 MW. A Eletrosul tem participação de 20% no empreendimento.

Parque Eólico Livramento

Em novembro de 2013 entrou em operação comercial os primeiros 3 (três) aerogeradores de um total de 4 (quatro) do Parque Eólico Livramento, pertencente a Eólica Cerro dos Trindade, com capacidade instalada total de 8 MW. A Eletrosul tem participação de 41% no empreendimento.

d) Eventos Societários

Incorporação de subsidiárias em 2013

Os acionistas da Eletrosul aprovaram a incorporação ao patrimônio da Companhia, das seguintes Sociedades de Propósito Específico (SPE), que foram extintas de pleno direito, em função da referida incorporação.

Sociedades de Propósito Específico Incorporadas	Partic. (%) da Eletrosul	Data da Realização da Assembleia
Artemis Transmissora de Energia S/A	100,0%	11.01.2013
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato I S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato II S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato III S/A	100,0%	29.05.2013
Porto Velho Transmissora de Energia S/A	100,0%	29.05.2013

A Eletrosul possuía a totalidade das ações representativas do capital social das empresas incorporadas, desta forma a incorporação foi realizada sem o aumento do capital social da Companhia, bem como sem emissão de novas ações.

A seguir, apresentamos os ativos e passivos líquidos das empresas incorporadas:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Artemis	RS Energia	PVTE	Cerro Chato I	Cerro Chato II	Cerro Chato III
CIRCULANTE	39.436	37.889	45.847	16.257	11.259	11.379
Caixa e equivalentes de caixa	22.884	12.846	15.437	14.549	9.619	9.737
Concessionárias e permissionárias	8.152	5.108	6.169	1.214	1.214	1.214
Outros créditos a receber	204	9.855	2.278	494	426	428
Ativo financeiro amortizável pela RAP	8.196	10.080	21.963	-	-	-
NÃO CIRCULANTE	247.080	352.672	581.461	138.165	136.492	132.487
Fundos vinculados	7.815	-	12.774	-	-	-
Impostos diferidos	2.310	3.390	2.212	554	492	-
Ativo financeiro amortizável pela RAP	169.939	243.695	394.364	-	-	-
Ativo financeiro indenizável	67.016	98.693	149.588	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	6.789	22.396	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	6	170	-
Imobilizado	-	105	127	137.605	135.830	132.487
TOTAL DO ATIVO	286.516	390.561	627.308	154.422	147.751	143.866

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Artemis	RS Energia	PVTE	Cerro Chato I	Cerro Chato II	Cerro Chato III
CIRCULANTE	47.194	23.677	57.335	9.943	9.861	10.204
Empréstimos e financiamentos	14.908	15.836	36.665	9.452	9.440	9.440
Fornecedores	538	3.157	15.581	92	92	94
Impostos a recolher	12.289	456	1.961	399	323	375
Dividendos a pagar	15.649	-	-	-	-	289
Taxas regulamentares	2.868	1.020	1.605	-	-	-
Outras provisões e contas a pagar	942	3.208	1.523	-	6	6
NÃO CIRCULANTE	70.047	127.752	265.845	57.654	57.406	57.412
Empréstimos e financiamentos	67.623	127.752	249.469	57.483	57.406	57.406
Impostos diferidos	2.424	-	1.374	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	15.000	-	-	-
Outros passivos	-	-	2	171	-	6
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	169.275	239.132	304.128	86.825	80.484	76.250
Capital social	139.734	221.325	297.793	86.940	81.090	74.970
Reservas legal	6.143	733	-	-	-	57
Outras reservas de lucro	22.417	13.914	-	-	-	791
Lucros/Prejuízos acumulados	981	3.160	6.335	(115)	(606)	432
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	286.516	390.561	627.308	154.422	147.751	143.866

NOTA 2 – CONCESSÕES

a) Concessões e autorizações

a.1) Transmissão

A Companhia possui concessão para construção e operação de subestações e linhas de transmissão, a seguir discriminadas:

Contrato de Concessão	Linhas de Transmissão/Subestações	Data da concessão	Vencimento da concessão
057/2001*	38 subestações de transmissão, 1 conversora de frequência e 9.409,7 km de linhas de transmissão em 525 kV, 230 kV e 138 kV	12/2012	12/2042
004/2004	Linhas de transmissão 525 kV Salto Santiago (PR) – Ivaiporã (PR) 168,5 km e Ivaiporã (PR) – Cascavel D'Oeste (PR) 203,4 km e Módulos nas SE Ivaiporã, SE Salto Santiago e SE Cascavel do Oeste (Copel)	02/2004	02/2034
010/2005	Linha de transmissão 525 Kv Campos Novos - Blumenau com 359 km de extensão e subestação Biguaçu 525 kV	03/2005	03/2035
005/2006	Linha de transmissão 525 kV Campos Novos (SC) – Nova Santa Rita (RS) com 257,43 km de extensão e Módulos na SE Nova Santa Rita e SE Campos Novos	04/2006	04/2036
004/2008	Linha de transmissão 230 kV Presidente Médice - Santa Cruz com 237,4 km de extensão	03/2008	03/2038
005/2009	Subestação Missões em 230/69 kV (150 MVA)	01/2009	01/2039
010/2009	Linhas de transmissão 230 kV coletora Porto Velho - Porto Velho C1 e C2 com 17 km de extensão cada, subestação coletora Porto Velho 500/230 kV e duas estações conversoras CA/CC/CA Back-to-Back em 400 MW e Módulos na SE Porto Velho (Eletronorte)	02/2009	02/2039
011/2010	Subestações: Caxias 6 230/69 kv, Ijuí 2 230/69 kv, Lageado Grande 230/69 kv (ampliação) e Nova Petrópolis 2 230/69 kv	10/2010	10/2040
012/2010	Linha de transmissão 230 kv Monte Claro - Garibaldi (RS) com 33,34 km de extensão e Módulos na SE Garibaldi (CEEE) e SE Monte Claro (CERAN)	10/2010	10/2040
002/2011	Subestação Foz do Chapecó 230/138 kv (ampliação)	06/2011	06/2041
008/2014	SE Ivinhema 2 230/138 kV com 2x150 MVA (ampliação)	01/2014	01/2044

* Contrato de concessão renovado por 30 anos nas condições da Lei 12.783/13.

Subestações

Denominação	Localização	Capacidade de transformação (MVA) (não auditado)	Data Concessão/ Permissão	Data de vencimento da concessão
Transmissão				
SE - Campos Novos	SC	2.466,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias	RS	2.016,0	12/2012	12/2042
SE - Gravataí	RS	2.016,0	12/2012	12/2042
SE - Nova Santa Rita	RS	2.688,0	12/2012	12/2042
SE - Blumenau	SC	1.962,0	12/2012	12/2042
SE - Curitiba	PR	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Londrina	PR	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Santo Ângelo	RS	1.344,0	12/2012	12/2042
SE - Biguaçu	SC	1.344,0	03/2005	03/2035
SE - Biguaçu	SC	300,0	12/2012	12/2042
SE - Coletora Porto Velho	RO	800,0	02/2009	02/2039
SE - Joinville	SC	691,0	12/2012	12/2042
SE - Areia	PR	672,0	12/2012	12/2042
SE - Xanxerê	SC	600,0	12/2012	12/2042
SE - Itajaí	SC	525,0	12/2012	12/2042
SE - Joinville Norte	SC	450,0	12/2012	12/2042
SE - Jorge Lacerda "A"	SC	400,0	12/2012	12/2042
SE - Palhoça	SC	384,0	12/2012	12/2042
SE - Canoinhas	SC	375,0	12/2012	12/2042
SE - Siderópolis	SC	364,0	12/2012	12/2042
SE - Assis (*)	SP	336,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias 6	RS	330,0	10/2010	10/2040
SE - Dourados	MS	300,0	12/2012	12/2042
SE - Atlântida 2	RS	249,0	12/2012	12/2042
SE - Caxias 5 (*)	RS	215,0	12/2012	12/2042
SE - Passo Fundo	RS	168,0	12/2012	12/2042
SE - Ijuí 2	RS	166,0	10/2010	10/2040
SE - Tapera 2	RS	166,0	12/2012	12/2042
SE - Gravataí 3	RS	165,0	12/2012	12/2042
SE - Desterro	SC	150,0	12/2012	12/2042
SE - Missões	RS	150,0	01/2009	01/2039
SE - Anastácio	MS	150,0	12/2012	12/2042
Conversora de frequência de Uruguaiana	RS	110,0	-	-
SE - Ilhota	SC	100,0	12/2012	12/2042
SE - Fóz do Chapecó (*)	RS	100,0	06/2011	06/2041
Outras subestações	-	523,0	12/2012	12/2042
		25.463,0		
Conexão da Geração				
SE EOL Cerro Chato	RS	105,0	08/2010	08/2045
SE UHE São Domingos	MS	54,0	12/2002	12/2037
SE PCH Barra do Rio Chapéu	SC	20,0	05/2004	05/2034
SE PCH João Borges	SC	21,2	12/2005	12/2035
		200,2		
Total		25.663,2		

(*) Equipamentos de propriedade da Companhia instalados em subestações de terceiros

a.2) Geração

O parque gerador próprio da Companhia é formado pelos empreendimentos a seguir discriminados. (ver nota 17):

Empreendimentos	Operação comercial	Rio/Local	Potência instalada	Concessão/ Permissão	Vencimento da concessão
			(não auditado)		
Usinas Hidrelétricas (UHE)					
UHE Passo São João	2012	Rio Ijuí (RS)	77,0 MW	08/2006	08/2041
UHE Mauá (49% - consórcio)	2012	Rio Tibaji (PR)	177,9 MW	07/2007	07/2042
UHE São Domingos	2013	Rio Verde (MS)	48,0 MW	12/2002	12/2037
Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)					
PCH Barra do Rio Chapéu	2013	Rio Braço do Norte (SC)	15,2 MW	05/2004	05/2034
PCH João Borges	2013	Rio Caveiras (SC)	19,0 MW	12/2005	12/2035
PCH Santo Cristo	2016	Rio Pelotinhas (SC)	19,5 MW	06/2012	06/2042
PCH Coxilha Rica	2016	Rio Pelotinhas (SC)	18,0 MW	06/2012	06/2042
Usinas Eólicas					
Eólica Cerro Chato I	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato II	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Eólica Cerro Chato III	2011	Sant'Ana do Livramento (RS)	30 MW	08/2010	08/2045
Usina Solar Fotovoltaica					
Megawatt Solar*	2014	Florianópolis (SC)	0,93 MW	-	-
* Empreendimento abordado pela Resolução Normativa Aneel 390/2009.			465,53 MW		

* Empreendimento abordado pela Resolução Normativa Aneel 390/2009.

Quando todos os empreendimentos próprios e em parcerias entrarem em operação, a Companhia terá uma potência instalada na geração de 1.896,6 MW.

b) Concessões e autorizações das controladas e controladas em conjunto

b.1) Linhas de Transmissão:

SPE's	Partic.	Linha de Transmissão	Extensão (KM)	Concessão	Vencimento da Concessão
			(não auditado)		
Etau	27,40%	LT 230 kV Campos Novos (SC) – Santa Marta (RS)	188	12/2002	12/2032
Costa Oeste*	49,00%	LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama (PR)	143	01/2012	01/2042
Fronteira Oeste*	51,00%	LT 230 kV Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó, circuito simples, C2	285	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste (PR).	28	05/2012	05/2042
Norte Brasil*	24,50%	LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), em CC, $\pm$ 600 kV	2.412	02/2009	02/2039
TSBE*	80,00%	LT 230 kV Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT 230 kV Camaquã 3-Quinta; LT 525 kV Salto Santiago - Itá; LT 525 kV Itá - Nova Santa Rita.	798	05/2012	05/2042
TSLE*	51,00%	LT 525 kV Nova Santa Rita - Povo Novo; LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro; LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar, Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3	487	08/2012	08/2042
Uirapuru	75,00%	LT 525 kV Ivaiporã (PR) – Londrina (PR)	120	03/2005	03/2035
Construtora Integração	24,50%	Construção da LT Coletora Porto Velho (RO) – Araraguara 2 (SP), montagem e serviços associados.	-	-	-

* Em fase pré-operacional.

b.2) Subestações

SPE's	Partic.	Subestação	Capac. Transf.	Concessão	Vencimento da Concessão
			(não auditado)		
Etau	27,40%	SE Lagoa Vermelha 2 230/138 kv	150 MVA	12/2002	12/2032
		SE Barra Grande 230/138 kv	-	12/2002	12/2032
Costa Oeste*	49,00%	SE Umuarama 230/138 kv	300 MVA	01/2012	01/2042
Fronteira	51,00%	SE Pinhalzinho 230/138 kv	450 MVA	01/2014	01/2044
Oeste*		SE Santa Maria 3 230/138 kv	166 MVA	01/2014	01/2044
Marumbi*	20,00%	SE Curitiba leste 525/230 kV (3+1 res.) x 224 MVA	672 MVA	05/2012	05/2042
TSBE*	80,00%	SE Camaquã 3 230/69 kv	166 MVA	05/2012	05/2042
		SE Povo Novo 525/230 kv	672 MVA	08/2012	08/2042
TSLE*	51,00%	SE Marmeleiro 2 525 kv	200 MVA	08/2012	08/2042
		SE Santa Vitória do Palmar 2 525/138 kv	75 MVA	08/2012	08/2042

* Em fase pré-operacional.

b.3) Usinas Hidrelétricas e Eólicas

SPE's	Partic.	Usinas	Localização	Potência Instalada	Operação comercial	Concessão/Permissão	Vencimento Concessão/Permissão
Usinas Hidrelétricas							
ESBR Participações	20,00%	UHE Jirau	Rio Madeira (RO)	3.750 MW	09/2013	08/2008	08/2043
Teles Pires Participações*	24,72%	UHE Teles Pires	Rio Teles Pires (MT)	1.820 MW	04/2015	06/2011	06/2046
Usinas Eólicas							
Chuí*	49,00%	Chuí I	Chuí (RS)	24 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí II	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí IV	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	02/2012	02/2047
		Chuí V	Chuí (RS)	30 MW	04/2015	03/2012	03/2047
		Chuí VI	Chuí (RS)	24 MW	04/2015	04/2012	04/2047
		Chuí VII	Chuí (RS)	22 MW	04/2015	03/2012	03/2047
Livramento	49,00%	Cerro Chato IV	Sant'Ana do Livramento (RS)	10 MW	03/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato V	Sant'Ana do Livramento (RS)	12 MW	03/2014	03/2012	03/2047
		Cerro Chato VI	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	05/2014	02/2012	02/2047
		Cerro dos Trindade	Sant'Ana do Livramento (RS)	8 MW	11/2013	03/2012	03/2047
		Ibirapuitã	Sant'Ana do Livramento (RS)	24 MW	06/2014	02/2012	02/2047
Santa Vitória do Palmar*	49,00%	Geribatu I	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu II	Santa Vitória do Palmar (RS)	20 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu III	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu IV	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu V	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	04/2012	04/2047
		Geribatu VI	Santa Vitória do Palmar (RS)	18 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu VII	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu VIII	Santa Vitória do Palmar (RS)	26 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu IX	Santa Vitória do Palmar (RS)	30 MW	10/2014	02/2012	02/2047
		Geribatu X	Santa Vitória do Palmar (RS)	28 MW	10/2014	02/2012	02/2047

Em fase pré-operacional.

c) Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica – Lei 12.783/13

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, sobre as prorrogações concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais visando à modicidade tarifária. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As medidas adotadas pelo Governo Federal visaram, também, beneficiar os consumidores de energia elétrica através de redução de três componentes tarifárias: custo de geração, custo de transmissão e encargos setoriais.

Por meio da aludida Lei, o Governo pretendeu encerrar as discussões se as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, poderiam ser prorrogadas por mais até 20 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos Contratos de Concessão, ou se estas seriam licitadas.

Assim, a Lei nº 12.783/2013, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançadas pelos artigos listados acima, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

Impactos no negócio transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/13

A Eletrosul aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na medida provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 o contrato de prorrogação da concessão nº 057/2001, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

Conforme facultado pelo artigo 4º da Portaria 580, supracitada, a Eletrosul solicitou o recebimento da indenização de acordo com a seguinte alternativa: 50% à vista, a ser paga em até 45 dias da data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão e 50% em 31 parcelas mensais, a serem pagas até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da respectiva Portaria, a acrescidas da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à ANEEL as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, conforme § 8º do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013, que quando homologada será paga em 30 anos, atualizada na forma de regulamento.

A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada com base nos custos de O&M acrescido da taxa de 10% (empresa eficiente). Adicionalmente, futuramente poderá ser incluída parcela de ativos ainda não amortizados ou depreciados, desde que homologados pela ANEEL.

Os novos investimentos (repotencialização e expansão) ocorridos a partir de 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.

O recolhimento da quota anual (RGR) relativos ao contrato de concessão prorrogado, ficou desobrigado a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme art. 21 da Lei nº 12.783/2013.

Informações e Decisões da Companhia

A Eletrosul detém uma única concessão afetada pela Lei nº 12.783/13, o contrato de Concessão nº 57/2001, composto por 37 subestações de transmissão e 9.413 km de linhas de transmissão. As empresas controladas pela Eletrosul não possuem contratos de concessão afetados pela renovação.

Efeitos da Lei 12.783/2013 - Renovação das Concessões

TRANSMISSÃO	Efeitos Patrimoniais		DRE
	Valor contábil líquido (i) 31.12.2013	Indenização	Superávit indenizatório (ii)
Empreendimentos prorrogados			
Parcela indenizada			
Contratos afetados			
057/2001	1.405.774	2.008.668	602.894
Parcela não indenizada			
057/2001 (iii)	514.924	-	-

(i) Valor contábil líquido ajustado em 2013 em menos R\$ 25.092 mil (ver nota 8).

(ii) O superávit apurado em 31/12/2012 foi de R\$ 577.802 mil ajustado em mais R\$ 25.092 mil em 31/12/2013.

(iii) Aguardando homologação do valor a ser indenizado.

d) Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), de 23 de janeiro de 2013 e o Despacho nº 4.413 de 27 de dezembro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, a que se referem aos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da ANEEL, quando a partir deste momento será constituído um contas a receber pelo valor homologado.

Para o cálculo da indenização da RBSE/RPC, propõe-se que o VNR seja definido considerando-se os seguintes critérios:

- As empresas deverão elaborar um laudo de avaliação, conforme o Submódulo 9.1 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 553/2013;
- O laudo deverá contemplar apenas os ativos da RBSE/RPC;
- Data-base do laudo: 31 de dezembro de 2012.

Em 10 de dezembro de 2013, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 589 que definiu os critérios para valoração dos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 das concessões de transmissão de energia elétrica.

Em atendimento à nota técnica ANEEL 0402/2013 e a Resolução Normativa nº 589/2013 da ANEEL, a Companhia contratou empresa avaliadora, credenciada pela ANEEL, para avaliar os ativos da RBSE e RPC, para definição do montante da indenização. Os trabalhos estão previstos para serem concluídos no segundo semestre de 2014.

Em uma avaliação preliminar com base em estudo realizado pela área técnica, os montantes previstos de indenização são superiores aos valores registrados contabilmente.

NOTA 3 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando o custo histórico com base de valor, bem como o valor justo para alguns ativos e passivos financeiros, compreendendo as disposições da legislação societária prevista na Lei nº 6.404/76, e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como os demais pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e investimentos controlados em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira.

Desta forma, essas demonstrações financeiras não estão apresentadas conforme as normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que exigem a avaliação desses instrumentos pelo seu valor justo ou de custo.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 20 de março de 2014.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real que é a moeda funcional da Companhia e de todas as suas empresas controladas. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

c) Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem informações da Eletrosul e da seguinte controlada:

Controlada	Atividade	Participação no capital (%)		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Uirapuru	Transmissão	75,0%	75,0%	75,0%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

d) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Essas estimativas incluem: ativo financeiro da concessão, *impairment*, ajustes a valor presente, provisões para riscos, tributos diferidos e benefícios pós-emprego.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Quando houver perdas, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em grupos de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidade geradora de caixa).

Os testes de *impairment* e os impactos no resultado do exercício estão apresentados na nota 19.

Ativos do sistema existente (RBSE)

Para fins de estimativa, a Companhia adotou como premissa de que os bens existentes até 31 de maio de 2000 serão indenizados com base no VNR ou valor residual contábil, a ser calculado pelo órgão regulador. A Companhia mantém os valores contabilizados pelo valor residual contábil uma vez que em sua estimativa, os valores contábeis estão registrados por valores inferiores se estiverem reconhecidos com base no VNR.

Contratos onerosos

Representam os compromissos compulsórios contratados pela Companhia referente compra de energia elétrica, cujos custos excedem os benefícios econômicos que se esperam. O montante relativo ao período de longo prazo está reconhecido a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos (*wacc pós-tax*) aprovados pela administração, conforme descrito na nota 24.

A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis. Utilizando o PLD médio histórico, de R\$ 109,78 MWh, foi reconhecido no Balanço de 2013, reversão da provisão contábil, reconhecida em 2012, no montante de R\$ 488.601 mil (provisão de R\$ 896.494 mil em 2012, tendo como base o PLD médio histórico de R\$ 67,00MWh (nota 24).

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas e políticas contábeis abaixo foram adotadas pela Companhia em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerários em caixa, saldos em contas bancárias, aplicações financeiras e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

b) Cauções e depósitos vinculados

Representam aplicações financeiras mantidas para pagamentos futuros específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais por parte dos fornecedores. Após seu reconhecimento inicial, esses investimentos são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

c) Clientes

Corresponde aos valores a receber de clientes pela venda de energia, prestação de serviços e uso do sistema de transmissão. Estão reconhecidos com base no regime de competência, atualizados quando aplicável e contratualmente exigido. As contas a receber de clientes são apresentadas ajustadas pela provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD”.

d) Ativos financeiros – contratos de concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A rubrica Ativo Financeiro – ICPC 01 refere-se ao ativo financeiro a receber pela Companhia e Controladas no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica, decorrente da aplicação do modelo financeiro.

De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05, os ativos de transmissão por possuírem certas características (abaixo), estão ao alcance da aplicação do IFRIC 12:

- a) As empresas de transmissão têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura;
- b) A maioria dos contratos tem prazo de concessão de 30 anos;
- c) Na média, a vida útil econômica estimada dos bens é superior ao prazo de concessão;
- d) A atividade de transmissão não é competitiva. Não existe competição entre as empresas (existe entre os investidores para obtenção da concessão);
- e) A concessionária é interposta entre o poder concedente e os usuários;

- f) A atividade é sujeita à condição de generalidade (direito de livre acesso) e continuidade;
- g) Alguns contratos têm garantia de manutenção do equilíbrio econômico financeiro;
- h) O contrato estabelece quais os serviços e para quem deve ser prestados.
- i) O preço é regulado por tarifa. A Transmissora não pode negociar preços com os usuários.
- j) A RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano e revisada a cada 4 anos.
- k) Os bens são reversíveis ao final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Considerando a natureza do ativo financeiro, classificado como recebível, a infraestrutura construída será recebida através de dois fluxos de caixa:

- (i) A parcela dos investimentos que será amortizada com o recebimento das RAPs que serão faturadas para os usuários do sistema, é classificada entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo por base a data de encerramento das concessões.
- (ii) A parcela dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão foi classificada como um ativo financeiro indenizável a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Este ativo financeiro está registrado pelo valor presente do direito e é calculado com base no valor residual dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo Poder Concedente;

e) Créditos indenizatórios – Lei nº 12.783/13

Representam os créditos indenizatórios a receber da União, em face da opção realizada pela Companhia em 4 de dezembro de 2012 pela renovação antecipada da prorrogação das concessões relativas ao contrato de concessão nº 057/2001.

f) Créditos de energia renegociados com a União – Lei nº 8.727/93

Representam créditos a receber da União conforme estabelecido na Lei nº 8.727/93, decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica.

g) Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

h) Ativo e Passivo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

i) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (demonstrações individuais), conforme CPC 18 (R2), reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas coligadas e equiparadas são eliminados na medida da participação da Companhia; Quando necessário, as práticas contábeis das controladas e coligadas são alteradas para garantir consistência com as práticas adotadas pela Companhia.

j) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. Os ativos das concessões de transmissão são reconhecidos na contabilidade societária como ativo financeiro, conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05, ficando o registro como ativo imobilizado e a respectiva depreciação restrita à escrituração exigidas pelo órgão regulador. Os ativos de geração são

depreciados com base no período da concessão, face a não previsão contratual de reversão dos bens ao final da concessão, ainda não depreciados e/ou amortizados.

k) Intangível

i) Programas de computador (softwares)

Os gastos inerentes à obtenção de ativos incorpóreos são reconhecidos como ativo intangível, em especial as licenças de programas de computador que são capitalizadas e amortizadas pelo tempo da licença. Os gastos associados à manutenção dos programas de computador são reconhecidos quando incorridos, como despesa do exercício.

ii) Ágio

O ágio resultante da aquisição de participação acionária em controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida.

O ágio é fundamentado em expectativas de resultado futuro e por possuir tempo de vida definido devido ao fato de estar relacionado com o prazo determinado nos contratos de concessão, é amortizado no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados. O ágio alocado a ativos e passivos identificáveis é amortizado na proporção em que esses ativos e passivos na controlada são realizados.

iii) Uso de bem público - UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

l) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos, líquido dos custos da transação e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias nos termos contratuais, incorridos até a data do balanço.

O custo dos empréstimos atribuídos à aquisição ou construção do ativo imobilizado são capitalizados como parte do custo destes ativos até o início da operação comercial.

O custo dos empréstimos atribuídos aos bens que compõem o ativo financeiro (ICPC 01 e OCPC 05 – linhas de transmissão e subestações) são reconhecidos diretamente no resultado.

m) Fornecedores

São as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, ou por estimativa, com base nos valores contratados.

n) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada. São reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação futura, com probabilidade de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Dessa forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionadas.

o) Benefícios pós-emprego

i) Plano de complementação de aposentadoria e pensão

A Companhia participa do plano de aposentadoria e pensão, administrado pela Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social, que provê a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação do benefício é calculada anualmente por atuários independentes usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido em outros resultados abrangentes no período em que ocorrerem. Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições à Fundação Elos em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

ii) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Além do programa de aposentadorias e pensões, a Companhia suporta, igualmente, um programa de assistência médica aos empregados aposentados por invalidez e seus dependentes, durante os primeiros 5 anos, sem que o vínculo empregatício com a Eletrosul tenha cessado.

Para os empregados que aderiram ao Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), a Companhia criou um programa de assistência à saúde nos mesmos moldes do plano mantido aos empregados, incluindo seus dependentes, por um prazo de 5 (cinco) anos para os empregados que optaram pelo desligamento em 2013, e por 1 (um) ano para os empregados que optaram pelo desligamento em 2014.

As obrigações com esses programas foram calculadas atuarialmente e estão demonstradas na nota 31.

p) Receitas, custos e despesas

As receitas, custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

A receita de geração é reconhecida com base nos contratos de CCEAR e/ou bilaterais. A receita de transmissão é reconhecida com base no CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1), com base no modelo financeiro (ICPC 01 e OCPC 05).

O resultado financeiro líquido é composto basicamente por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, parcelamento de tributos e créditos de energia renegociados. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Questões ambientais

A Companhia capitaliza os gastos relativos às demandas ambientais consubstanciadas nas “condicionantes ambientais” exigidos pelos órgãos públicos do meio ambiente para a concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos nas áreas de geração e transmissão. Os “condicionantes ambientais” correspondem a compensações que devem ser realizados para a execução do projeto, visando reparar ou evitar danos ao meio ambiente no local da realização dos empreendimentos, limitados até o final da construção dos empreendimentos.

r) Consórcios

A Companhia possui investimento em consórcio para exploração da UHE Mauá, no qual os sócios mantém acordo para controle compartilhado das operações. As operações compartilhadas envolvem ativos para geração de energia elétrica, operação e manutenção. A Companhia registra em sua contabilidade os ativos, passivos, receitas e despesas proporcionais a sua participação no consórcio.

s) Demonstração do valor adicionado – DVA

A Demonstração do valor adicionado é elaborada com base em informações contábeis e apresentada conforme as disposições contidas no CPC 09.

t) Normas e interpretações de normas

As normas e interpretações abaixo entraram em vigor em 2013 e foram adotadas pela Companhia quando aplicáveis:

Norma	Assunto
IFRS 10 (CPC 36 (R3))	Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11 (CPC 19 (R2))	Negócios em Conjunto
IFRS 12 (CPC 45)	Divulgações de Participações em Outras Entidades
IFRS 13 (CPC 46)	Mensuração de Valor Justo
Emenda ao IAS 1 (CPC 26 (R1))	Apresentação das demonstrações financeiras
Emenda ao IFRS 7 (CPC 40 (R1))	Instrumentos Financeiros: Divulgações
Emenda ao IAS 16 (CPC 27)	Imobilizado
Emenda ao IAS 28 (CPC 18 (R2))	Investimentos em coligadas e controladas em conjunto

Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) que afetam a Companhia e ainda não entram em vigor para o exercício encerrado em 31.12.2013 estão a seguir relacionadas:

Norma	Assunto
IFRS 9	Instrumentos Financeiros. Estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros. Aplicável a partir de 1º.01.2015.
Emenda ao IAS 32	Esclarecem os requisitos para compensação de instrumentos financeiros: A emenda visa esclarecer os critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (sistemas de câmaras de liquidação). A Administração entende que essas revisões não deverão causar algum impacto sobre a posição financeira, pois não se aplica à Companhia. Aplicável a partir de 1º.01.2014
IFRIC 21	Taxa do governo: a Interpretação aborda o reconhecimento de obrigações determinadas pelos Governos. A adoção é requerida a partir de 1º de janeiro de 2014 e a Administração está analisando os impactos que poderiam advir referentes a esta atualização.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

u) Mudanças significativas nas práticas contábeis

A partir de 2013, a Eletrosul adotou prática contábil prevista no CPC 19 (R2), que permite a utilização do método de equivalência patrimonial para avaliação e demonstração de investimentos em entidades controladas em conjunto.

Assim, os investimentos nas SPE's controladas em conjunto (Costa Oeste Transmissora de Energia S/A, Marumbi Transmissora de Energia S/A, Empresa de Transmissão de Energia do Alto Uruguai S/A (Etau), Teles Pires Participações S/A (TPP), ESBP Participações S/A (ESBRP), Norte Brasil Transmissora de Energia S/A (NBTE), Construtora Integração Ltda, Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A (TSLE), Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A (TSBE), Santa Vitória do Palmar Holding S/A, Chuí Holding S/A, Livramento Holding S/A e Fronteira Oeste Transmissora de Energia S/A) deixaram de ser consolidados proporcionalmente à participação da Companhia e passaram a ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as demonstrações financeiras ajustadas e reapresentadas conforme previsto no CPC 23.

O efeito da desconsolidação dos balanços das controladas em conjunto alterou os saldos das contas patrimoniais e resultado consolidado, mas em termos de resultado líquido não houve efeito, pois não ocorreu mudança quanto ao registro da equivalência patrimonial.

A demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1), nos balanços patrimoniais consolidados de 31 de dezembro de 2012 e 1º de janeiro de 2012, na demonstração do resultado de 31 de dezembro de 2012, demonstração dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2012 e na demonstração do valor adicionado de 31 de dezembro de 2012 está demonstrado a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

ATIVO	Consolidado					
	31.12.2012			01.01.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	612.806	(401.818)	210.988	624.187	(214.618)	409.569
Clientes	169.037	(925)	168.112	127.475	(945)	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	57.232	(5.113)	52.119	152.543	(4.887)	147.656
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	1.404.632	-	1.404.632	-	-	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	140.068	-	140.068	127.639	-	127.639
Dividendos a receber	-	1.340	1.340	-	2.823	2.823
Tributos a recuperar	51.593	(15.555)	36.038	42.509	(5.798)	36.711
Cauções e depósitos vinculados	57.985	(52.188)	5.797	27.311	(25.283)	2.028
Almoxarifado	32.318	-	32.318	30.767	-	30.767
Outros ativos	114.058	(44.820)	69.238	76.720	(4.794)	71.926
	2.639.729	(519.079)	2.120.650	1.209.151	(253.502)	955.649
NÃO CIRCULANTE						
Ativo Realizável a longo prazo						
Créditos indenizatórios - Lei 12.783/13	620.651	-	620.651	-	-	-
Créditos de energia renegociados - Lei 8.727/93	438.586	-	438.586	479.752	-	479.752
Tributos a recuperar	153.752	(101.760)	51.992	131.960	(65.837)	66.123
Ativo fiscal diferido, líquido	322.302	2.241	324.543	-	-	-
Adiantamento para aumento de capital	-	31.898	31.898	-	8.809	8.809
Ativo financeiro - concessão de serviço público	2.672.826	(514.322)	2.158.504	3.618.110	(203.015)	3.415.095
Cauções e depósitos vinculados	61.675	44.416	106.091	45.911	(4.791)	41.120
Outros ativos	59.549	(5.900)	53.649	21.253	(8.955)	12.298
	4.329.341	(543.427)	3.785.914	4.296.986	(273.789)	4.023.197
Investimentos	3.277	1.457.852	1.461.129	3.281	695.011	698.292
Imobilizado	5.464.638	(3.032.656)	2.431.982	3.735.612	(1.783.058)	1.952.554
Intangível	230.848	(42.531)	188.317	228.760	(37.345)	191.415
	10.028.104	(2.160.762)	7.867.342	8.264.639	(1.399.181)	6.865.458
TOTAL DO ATIVO	12.667.833	(2.679.841)	9.987.992	9.473.790	(1.652.683)	7.821.107

BALANÇO PATRIMONIAL
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado					
	31.12.2012			01.01.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
CIRCULANTE						
Fornecedores	210.590	(125.603)	84.987	325.022	(197.335)	127.687
Financiamentos e empréstimos	479.567	(209.231)	270.336	265.903	(76.505)	189.398
Folha de pagamento	37.670	(862)	36.808	52.686	(491)	52.195
Tributos a recolher	63.770	(4.532)	59.238	61.303	(3.884)	57.419
Dividendos a pagar	16.272	-	16.272	24.552	-	24.552
Obrigações estimadas	215.588	(175.253)	40.335	32.104	(96)	32.008
Benefício pós-emprego	13.158	-	13.158	13.534	-	13.534
Pesquisa e desenvolvimento	29.557	(259)	29.298	31.887	(231)	31.656
Provisão para contratos onerosos	28.673	-	28.673	7.215	-	7.215
Provisões operacionais	104.901	-	104.901	-	-	-
Outros passivos	140.582	(38.347)	102.235	90.249	(18.501)	71.748
	1.340.328	(554.087)	786.241	904.455	(297.043)	607.412
NÃO CIRCULANTE						
Financiamentos e empréstimos	4.566.505	(2.031.091)	2.535.414	3.639.933	(1.323.637)	2.316.296
Tributos a recolher	109.762	-	109.762	136.476	-	136.476
Obrigações estimadas	7.212	-	7.212	13.604	-	13.604
Passivo fiscal diferido, líquido	-	-	-	112.972	8.101	121.073
Provisões para riscos	170.068	(49.702)	120.366	52.545	(310)	52.235
Benefício pós-emprego	239.011	-	239.011	71.574	-	71.574
Adiantamento para aumento de capital	554.930	-	554.930	1.833.233	-	1.833.233
Provisão para contratos onerosos	930.327	-	930.327	-	-	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	68.867	(42.360)	26.507	58.416	(37.216)	21.200
Outros passivos	7.585	(2.601)	4.984	5.532	(2.578)	2.954
	6.654.267	(2.125.754)	4.528.513	5.924.285	(1.355.640)	4.568.645
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	3.740.410	-	3.740.410	1.577.686	-	1.577.686
Reservas de lucros	1.059.172	-	1.059.172	1.055.880	-	1.055.880
Ajuste de avaliação patrimonial	(186.711)	-	(186.711)	(75.940)	-	(75.940)
Dividendos adicionais propostos	46.906	-	46.906	73.652	-	73.652
	4.659.777	-	4.659.777	2.631.278	-	2.631.278
Participação de não controladores	13.461	-	13.461	13.772	-	13.772
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.667.833	(2.679.841)	9.987.992	9.473.790	(1.652.683)	7.821.107

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.824.859	(339.455)	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL			
Custo com Energia Elétrica	(166.247)	-	(166.247)
Energia comprada para revenda	(159.532)	-	(159.532)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	(6.715)	-	(6.715)
Custo de Operação	(285.432)	709	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(230.702)	658	(230.044)
Depreciação e amortização	(33.994)	-	(33.994)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(9.405)	-	(9.405)
(-) Recuperação de despesas	4.444	(4.444)	-
Outros	(15.775)	4.495	(11.280)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(16.183)	6.778	(9.405)
Custo de Construção	(557.410)	296.285	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	799.587	(35.683)	763.904
Despesas Operacionais	(302.419)	12.281	(290.138)
RESULTADO DO SERVIÇO	497.168	(23.402)	473.766
Outras receitas e despesas operacionais			
Resultado de Participações Societárias	-	6.768	6.768
Resultado Financeiro	(227.751)	8.366	(219.385)
Impairment	(149.672)	-	(149.672)
Contratos Onerosos	(896.494)	-	(896.494)
Outras Receitas/Despesas, Líquido	(14.339)	(761)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	(791.088)	(9.029)	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	577.802	-	577.802
LUCRO OPERACIONAL	(213.286)	(9.029)	(222.315)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(97.840)	2.933	(94.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	379.637	6.096	385.733
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	68.511	-	68.511

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(213.286)	(9.029)	(222.315)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa			
Receita de Ativo Financeiro	(566.199)	19.399	(546.800)
Amortização de Ativo Financeiro	659.155	(4.151)	655.004
Depreciação e amortização	36.172	(62)	36.110
Amortização de ágio de investimentos	9.037	-	9.037
Variação monetária	(5.727)	(211)	(5.938)
Encargos financeiros gerados	439.250	(127.300)	311.950
Resultado de Participações Societárias	-	(6.768)	(6.768)
Ajuste a valor presente de tributos	(631)	-	(631)
Redução do valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	-	149.672
Indenizações Lei 12.783/13	(577.802)	-	(577.802)
Perdas do ativo permanente	5.981	-	5.981
Provisões para contingências	67.227	-	67.227
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	9.405	-	9.405
Comp. Aposent. Especial/passivo atuarial	1.053	-	1.053
Provisão para perdas com contrato oneroso	903.209	-	903.209
Passivo atuarial (CVM 695)	(4.213)	-	(4.213)
Outros	15.661	(1.886)	13.775
	1.141.250	(120.979)	1.020.271
(Acréscimo) decréscimo nos ativos operacionais			
Clientes	(51.756)	(20)	(51.776)
Créditos de energia renegociados	144.211	-	144.211
Tributos a recuperar	28.739	45.680	74.419
Ativo fiscal diferido	(263.328)	(2.105)	(265.433)
Almoxarifado	185	-	185
Cauções, depósitos e fundos vinculados	(46.442)	(22.302)	(68.744)
Outros créditos	(47.533)	21.007	(26.526)
	(235.924)	42.260	(193.664)
Acréscimo (decréscimo) nos passivos operacionais			
Fornecedores	(135.163)	93.094	(42.069)
Folha de pagamento	(15.031)	(356)	(15.387)
Tributos a recolher	275.610	10.267	285.877
Passivo fiscal diferido	(112.775)	(8.237)	(121.012)
Obrigações estimadas	150.014	(175.157)	(25.143)
Entidade de previdência complementar	5.180	-	5.180
Pesquisa e desenvolvimento	(2.330)	(28)	(2.358)
Provisões operacionais	104.901	-	104.901
Outros passivos	98.113	(83.008)	15.105
	368.519	(163.425)	205.094
Caixa proveniente das atividades operacionais	1.060.559	(251.173)	809.386
Pagamento de encargos financeiros	(188.129)	11.133	(176.996)
Recebimento de encargos financeiros	175	-	175
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(70.485)	-	(70.485)
Depósitos Judiciais	8.920	-	8.920
Caixa líquido das atividades operacionais	811.040	(240.040)	571.000

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Ativo Financeiro	(557.410)	296.285	(261.125)
Em ativo imobilizado	(1.793.004)	1.249.618	(543.386)
Em ativo intangível	(1.904)	84	(1.820)
Em participações societárias	-	(772.261)	(772.261)
Recebimento de remuneração dos investimentos societários	-	2.916	2.916
Outros investimentos	36	-	36
Caixa líquido das atividades de investimentos	(2.352.282)	776.642	(1.575.640)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.173.271	(797.485)	375.786
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	706.130	-	706.130
Pagamento de empréstimos e financiamento-principal	(226.713)	73.683	(153.030)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(108.626)	-	(108.626)
Pagamento de dívida de Previdência Complementar	(14.201)	-	(14.201)
Total das atividades de financiamento	1.529.861	(723.802)	806.059
Variação			
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(11.381)	(187.200)	(198.581)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	624.187	(214.618)	409.569
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	612.806	(401.818)	210.988

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Demonstração dos efeitos da adoção do CPC 16 (R1)

	Consolidado		
	31.12.2012		
	Divulgado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Saldo reapresentado
01 - CÁLCULO DO VALOR ADICIONADO			
Receita			
Receita de transmissão, geração e serviços	3.338.647	(1.156.652)	2.181.995
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materiais	11.221	(496)	10.725
Serviço de terceiros	737.855	(649.713)	88.142
Custo de construção transmissão	557.410	(296.285)	261.125
Energia elétrica comprada para revenda	159.532	-	159.532
Seguros	2.949	108	3.057
Valor recuperável de ativos (Impairment)	149.672	-	149.672
Provisão (reversão) perdas na comercialização	6.715	-	6.715
Provisão (reversão) para contingências	46.324	-	46.324
Provisão (reversão) contrato oneroso compra de energia	896.494	-	896.494
Outros	57.165	(2.613)	54.552
	2.625.337	(948.999)	1.676.338
(=) Valor adicionado bruto	713.310	(207.653)	505.657
(-) Depreciação e amortização	36.172	(62)	36.110
(=) Valor adicionado líquido	677.138	(207.591)	469.547
(+) Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de participações societárias	-	6.768	6.768
Receita aplicação financeira	41.071	(2.000)	39.071
Rendas sobre créditos de energia renegociados	115.472	-	115.472
Outras receitas financeiras	69.300	(1.270)	68.030
	225.843	3.498	229.341
(=) Valor adicionado total a distribuir	902.981	(204.093)	698.888
02 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal			
Remuneração/benefícios/FGTS	263.245	(8.723)	254.522
Contingência/indenização trabalhista	20.653	-	20.653
Aposentadoria especial/passivo atuarial	1.053	-	1.053
	284.951	(8.723)	276.228
Governo			
Tributos	166.112	(55.262)	110.850
Encargos Regulatórios	42.347	(296)	42.051
Encargos sociais	47.995	(1.779)	46.216
Contribuição social	(73.765)	(2.415)	(76.180)
Imposto de renda	(208.032)	(6.614)	(214.646)
	(25.343)	(66.366)	(91.709)
Financiadores			
Encargos sobre tributos	5.740	(64)	5.676
Encargos sobre dividendos	8.298	-	8.298
Encargos sobre AFAC	178.231	-	178.231
Encargos de dívidas	163.774	(10.538)	153.236
Variações monetárias	41.244	120	41.364
Aluguel	4.411	(511)	3.900
Outras despesas financeiras	173.164	(118.011)	55.153
	574.862	(129.004)	445.858
Acionistas			
Dividendos mínimos obrigatórios	15.635	-	15.635
Dividendos adicionais propostos	46.906	-	46.906
Lucros retidos (reserva legal)	5.970	-	5.970
	68.511	-	68.511
Valor adicionado distribuído	902.981	(204.093)	698.888

NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia, em consonância com a Resolução nº 2.917, de 19.12.2001, do Banco Central do Brasil, encontram-se aplicadas no fundo de FAE do Banco do Brasil S.A., que tem como meta de rentabilidade 98% da taxa média da SELIC (TMS). São operações que tem como características liquidez diária e baixo risco. Em dezembro de 2013 a rentabilidade bruta média da Eletrosul nas aplicações financeiras atingiram 7,28% ou 97,78% da TMS.

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Caixa e depósitos bancários à vista	45.603	18.193	10.948	45.640	18.296	47.974
Aplicações financeiras	725.994	69.261	246.391	728.071	192.692	361.595
Total	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988	409.569

A variação na rubrica “aplicações financeiras” em relação ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2012, decorre basicamente do recebimento em 18 de janeiro de 2013 do montante de R\$ 1.014.994 mil relativo a 50% dos créditos indenizatórios referentes à renovação das concessões previstas na Lei 12.783/2013, além do recebimento de 12 (doze) parcelas de um total de 31 (trinta e uma) parcelas referente o saldo remanescente.

O detalhamento das aplicações financeiras está demonstrado abaixo:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora			Consolidado		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ABN	CDB	CDI	-	-	-	-	-	156
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	-	-	101.375	105.951
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	-	117.547	-	-	117.547
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	-	128.844	-	-	128.844
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	146.854	69.261	-	146.854	69.261	-
Banco do Brasil	Fundo FAE 2	IRF-M1	314.366	-	-	314.366	-	-
CEF	FI Caixa Extramer VI	IRF-M1	264.774	-	-	264.774	-	-
Votorantin	CDB	CDI	-	-	-	-	268	7.925
Votorantin	Fundo Vintage	CDI	-	-	-	2.077	21.788	1.172
			725.994	69.261	246.391	728.071	192.692	361.595

NOTA 6 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

A seguir, as cauções e depósitos vinculados são apresentados por natureza:

Cauções e depósitos vinculados	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
Caução CEF - garantia ANEEL	9	9	9	9	9	9
Caução CEF - PCH São Mateus	14	13	13	14	13	13
Caução CEF - PCH Santo Cristo	10	10	-	10	10	-
Caução CEF - FI Caixa Extramer VI	1.252	-	-	1.252	-	-
Caução Bradesco	25	3.641	319	25	3.641	319
Caução Bradesco - garantia Leilão 06/2013	8.285	-	-	8.285	-	-
Fundo vinculado BB conv. SENAI 6246	88	87	14	88	87	14
Fundo vinculado BB conv. PRC-PRODEEM	1.209	1.220	1.137	1.209	1.220	1.137
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-042/04	-	-	136	-	-	136
Fundo vinculado BB conv. PROCEL ECV-028/05	-	-	249	-	-	249
Fundo vinculado BB conv. ECV-182/2006	-	-	142	-	-	142
Fundo vinculado BB compensação ambiental	551	817	-	551	817	-
Fundo vinculado garantia aluguéis	-	-	-	-	-	9
Bloqueio judicial	14.183	-	-	14.183	-	-
Subtotal	25.626	5.797	2.019	25.626	5.797	2.028
Não circulante						
Caução BB Eletronet	47.867	49.555	-	47.867	49.555	-
Fundo vinculado BNDES Mauá	5.757	9.880	9.127	5.757	9.880	9.127
Fundo vinculado BB Mauá	5.880	10.300	9.269	5.880	10.300	9.269
Fundo vinculado BB São Domingos	7.291	7.556	-	7.291	7.556	-
Fundo vinculado BB Passo São João	6.364	7.084	-	6.364	7.084	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação Mauá	890	1.527	-	890	1.527	-
Fundo vinculado BB O&M Aplicação SC Energia	-	-	1.206	-	-	1.206
Fundo vinculado BB SC Energia	8.528	9.371	-	8.528	9.371	-
Fundo vinculado BB PVTE	16.992	-	-	16.992	-	-
Fundo vinculado BB RS Energia	6.999	-	-	6.999	-	-
Fundo vinculado Bradesco Artemis	7.347	-	-	7.347	-	-
Fundo vinculado -Citibank/ conta reserva O&M Uirapuru	-	-	-	545	-	-
Fundo vinculado garantia de financiamentos	-	-	9.912	2.292	10.818	21.518
Subtotal	113.915	95.273	29.514	116.752	106.091	41.120
Total	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148

O valor de R\$ 47.867 mil, demonstrado na rubrica “Cauções BB Eletronet”, é decorrente do vencimento dos ativos CFT que estavam cedidos em comodato por força do contrato ECF-2799/2009 e que se encontravam ofertados como garantias no processo judicial da Operação Eletronet. O mesmo valor encontra-se registrado no passivo não circulante na rubrica “outros passivos”, pois será convertido em empréstimo financeiro de Longo Prazo junto a Eletrobras.

Os valores das rubricas "Fundo Vinculado BNDES Mauá e BB Mauá" referem-se à constituição da conta reserva de garantia dos contratos de financiamento da UHE Mauá junto ao BNDES e Banco do Brasil conforme cláusulas contratuais.

Os valores das rubricas “Fundo Vinculado BB PVTE, BB RS Energia e Bradesco Artemis”, referem-se a saldos incorporados das SPE’s Artemis Transmissora de Energia S/A, incorporada pela Eletrosul em 11 de janeiro de 2013, Porto Velho Transmissora de Energia S/A e Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A, incorporadas pela Eletrosul em 29 de maio de 2013.

O detalhamento dos fundos vinculados é apresentado a seguir:

Instituição Financeira	Tipo Aplicação	Indexador	Controladora			Consolidado		
			31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Banco do Brasil	CDB	CDI	-	-	11.118	-	10.818	11.127
Banco do Brasil	Fundo Exclusivo	CDI	-	-	18.645	-	-	18.645
Banco do Brasil	Fundo FAE	CDI	-	-	1.429	-	-	1.429
Banco do Brasil	Fundo FAE	IRF-M1	102.974	97.397	-	102.974	97.397	-
Banco do Brasil	Aplicação POS	LFT	19.625	-	-	19.625	-	-
Bradesco	CDB	CDI	25	3.641	319	25	3.641	8.679
Bradesco	FIC-FI DI - Federal	CDI	7.347	-	-	7.347	-	-
Caixa	Conta remunerada	TR	33	32	22	33	32	22
Caixa	FI Caixa Extramer VI	IRF-M1	1.252	-	-	1.252	-	-
Bradesco	-	-	8.285	-	-	8.285	-	-
Citibank	Fundo	CDI	-	-	-	2.837	-	3.246
			139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148

NOTA 7 – CLIENTES

A composição da conta clientes é demonstrada a seguir:

a) Composição por natureza

	Controladora				
	31.12.2013		31.12.2012	01.01.2012	
	vincendas	vencidas	total	total	total
Uso da rede elétrica	70.326	7.425	77.751	105.789	99.765
Conexão ao sistema de transmissão	7.130	-	7.130	8.664	8.161
Comercialização de energia	-	7.264	7.264	35.334	2.768
Suprimento de energia	31.672	-	31.672	5.814	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(14.117)	(14.117)	(13.766)	(3.509)
	109.128	572	109.700	141.835	107.185

	Consolidado				
	31.12.2013		31.12.2012	01.01.2012	
	vincendas	vencidas	total	total	total
Uso da rede elétrica	72.604	7.645	80.249	128.904	114.041
Conexão ao sistema de transmissão	7.130	-	7.130	8.664	13.494
Comercialização de energia	-	7.264	7.264	35.334	2.768
Suprimento de energia	31.672	-	31.672	9.441	-
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	(14.267)	(14.267)	(14.231)	(3.773)
	111.406	642	112.048	168.112	126.530

b) Composição por vencimento

	Controladora				
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Clientes	109.128	7.457	7.232	123.817	155.601
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(14.117)	(14.117)	(13.766)
	109.128	7.457	(6.885)	109.700	141.835

	Consolidado				
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
	vincendas	Vencidas até 90 dias	Vencidas há mais de 90 dias	total	total
Cientes	111.406	7.479	7.430	126.315	182.343
(-) Prov. créd. liquid. duvidosa	-	-	(14.267)	(14.267)	(3.773)
	111.406	7.479	(6.837)	112.048	126.530

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial	13.766	3.509	14.231	3.773
Incorporação SPE	428	-	-	-
Provisões	1.230	10.592	1.369	10.803
Reversões	(1.307)	(335)	(1.333)	(345)
Saldo final	14.117	13.766	14.267	14.231

NOTA 8 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia e Controladas estão no âmbito da Interpretação Técnica ICPC 01, decorrente da aplicação do modelo de ativo financeiro.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo Financeiro Circulante						
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119	147.656
Subtotal	59.775	16.434	118.851	62.760	52.119	147.656
Não circulante						
Ativo Financeiro Amortizável RAP (I)	1.346.248	361.266	589.004	1.406.936	1.217.737	1.281.274
Ativo Financeiro Indenizável (II)	658.712	608.510	1.811.738	681.241	940.767	2.133.821
Subtotal	2.004.960	969.776	2.400.742	2.088.177	2.158.504	3.415.095
Total	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751

O aumento na rubrica “ativo financeiro amortizável RAP”, em relação ao período anterior, decorre da incorporação do ativo financeiro da SPE Artemis Transmissora de Energia S/A, incorporada em 11 de janeiro de 2013, e das SPE’s Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A (RS Energia) e Porto Velho Transmissora de Energia S/A, incorporadas em 29 de maio de 2013.

Do saldo de R\$ 658.712 mil, apresentado na rubrica “Ativo Financeiro Indenizável II” no ativo não circulante, o montante de R\$ 513.455 mil refere-se ao saldo do ativo financeiro relativo ao sistema existente (RBSE), cujo valor da indenização encontra-se em avaliação.

As premissas utilizadas pela Companhia para determinação do ativo financeiro foram as seguintes:

- (i) Ativo Financeiro Indenizável - a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

- (ii) Ativo Financeiro Amortizável pela RAP – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras como ativo financeiro amortizável a diferença entre o valor total líquido da infraestrutura de transmissão e o valor residual da infraestrutura na data do término do contrato de concessão.
- (iii) Receita Financeira – A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, a título de receita financeira, valor calculado sobre recebíveis registrados como Ativo Financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica.
- (iv) Receita de O&M - A Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras, Receita de Operação e Manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS e Cofins e das taxas referente os encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D). Não faz parte da prática contábil acima, as receitas oriundas do contrato de concessão 57/2001, renovado em 4 de dezembro de 2012 pelo prazo de 30 anos, cuja tarifa não contempla remuneração do capital investido.
- (v) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção. A Companhia reconheceu em suas Demonstrações financeiras, margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição precípua de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento, onde o retorno ocorre através do recebimento da receita anual permitida (RAP).

A mutação da conta “ativo financeiro” é apresentada como segue:

Transmissão	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Saldo inicial em 1º de janeiro	986.210	2.519.593	2.210.623	3.562.751
(+) Receita de Construção	75.835	82.730	117.925	261.125
(+) Receita Financeira	125.664	423.875	175.808	546.800
(+) Incorporação SPE's (nota 1.d)	1.163.533	-	-	-
(-) Baixa ativo financeiro Lei 12.783/13	-	(1.430.868)	-	(1.430.868)
(+) Reversão/baixa ativo financeiro Lei 12.783/13	25.092	-	25.092	-
(-) Amortização, recebimentos, baixas e transferências	(174.348)	(534.939)	(241.260)	(655.004)
(-) Impairment (CPC 01 (R1)) (nota 19.b)	(137.251)	(32.115)	(137.251)	(32.115)
(-) Transferência para Imobilizado	-	(42.066)	-	(42.066)
Saldo final do período	2.064.735	986.210	2.150.937	2.210.623

O valor correspondente à reversão de baixa do ativo financeiro se refere a autorizações de receitas cujos investimentos foram baixados em 2012, todavia tinham início de operação previsto a partir de 1º de maio de 2012 e que na época do encerramento das demonstrações financeiras de 2012 esta informação ainda não havia sido ratificada pela ANEEL.

O valor do impairment registrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 137.251 mil, refere-se ao ativo financeiro da LT Presidente Médice – Santa Cruz, SE Missões, LT Campos Novos – Nova Santa Rita, SE Caxias 6 SE Ijuí 2, SE Lageado Grande, SE Nova Petrópolis 2, SE Foz do Chapecó e Coletora Porto Velho.

NOTA 9 – CRÉDITOS INDENIZATÓRIOS – LEI nº 12.783/13

Os créditos indenizatórios referem-se ao valor da indenização prevista pela Lei nº 12.783/13, decorrente da renovação antecipada do contrato de concessão nº 57/2001, cujos valores foram divulgados pela Portaria MME nº 579/2012, tendo a Companhia optado pelo recebimento de 50% à vista atualizado pelo IPCA a partir de outubro de 2012, cujo montante foi recebido em 18 de janeiro de 2013, e o restante, equivalente a 50%, a ser recebido em 31 parcelas mensais até 07/2015, atualizados pelo IPCA e acrescidos por uma taxa média ponderada do custo de capital (WACC) regulatório equivalente a 5,59% a.a. Do montante parcelado, até 31 de dezembro de 2013, a Companhia já havia recebido 12 (doze) parcelas de um total de 31(trinta e uma) parcelas.

A mutação da conta Créditos Indenizatórios é apresentada como segue:

	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Movimentação no período:		
Saldo final do período anterior	2.025.283	-
Reconhecimento da indenização	-	2.008.668
Recebimentos	(1.504.383)	-
Atualização monetária	52.916	12.052
Juros	45.437	4.563
Saldo do período final	619.253	2.025.283
Circulante	391.107	1.404.632
Não Circulante	228.146	620.651

NOTA 10 – CRÉDITOS DE ENERGIA RENEGOCIADOS COM A UNIÃO

Os créditos renegociados referem-se a créditos junto à União, atualizados pelo IGP-M e acrescidos de juros de 12,68% a.a., decorrentes da assunção dos haveres que a Companhia possuía nas concessionárias estaduais de energia elétrica. Sob a égide da Lei nº 8.727/93, a União assumiu, refinanciou e reescalou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses. Os tributos incidentes sobre a receita decorrente da atualização desses créditos estão sendo diferidos. (ver nota 15).

Movimentação no período:	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo final do período anterior	578.654	607.391	672.678
Recebimentos	(163.665)	(144.209)	(178.512)
Atualização monetária	28.256	43.907	32.944
Juros	65.209	71.565	80.281
Saldo do período final	508.454	578.654	607.391
Circulante	134.193	140.068	127.639
Não Circulante	374.261	438.586	479.752

NOTA 11 – DIVIDENDOS A RECEBER

Os valores apresentados abaixo se referem às estimativas dos dividendos mínimos obrigatórios a serem destinados pelas SPE's e estão baseados no lucro líquido constante nos Demonstrativos de Resultados das investidas em 31 de dezembro de 2013.

Sociedades de Propósito Específico (SPE)	% de participação	Controladora		
		31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Artemis	100,00%	-	15.945	4.863
Cerro Chato III	100,00%	-	176	652
Conta Oeste	49,00%	458	-	-
Etau	27,40%	58	535	513
Integração	24,50%	-	-	2.060
Marumbi	20,00%	101	-	-
Norte Brasil	24,50%	-	805	250
Porto Velho	100,00%	-	1.351	-
RS Energia	100,00%	-	2.332	773
TSBE	80,00%	1.440	-	-
Uirapuru	75,00%	1.736	1.908	1.382
		3.793	23.052	10.493

NOTA 12 – TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos tributos recuperáveis é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
ICMS	2.080	2.942	13.892	2.080	2.942	17.279
PIS	9.422	10.914	10.703	9.422	13.101	11.279
COFINS	43.406	50.272	49.305	43.406	60.351	51.961
Contribuição Social	8.539	-	5.885	8.539	637	6.121
Imposto de Renda	32.864	436	16.733	32.868	4.541	19.266
Outros créditos	971	8.372	1.038	971	8.377	1.038
(-) Ajustes a valor presente (CPC 12)	(1.303)	(1.919)	(4.110)	(1.303)	(1.919)	(4.110)
	95.979	71.017	93.446	95.983	88.030	102.834
Circulante	70.078	29.582	30.983	70.082	36.038	36.711
Não circulante	25.901	41.435	62.463	25.901	51.992	66.123

ICMS, PIS e COFINS referem-se a créditos tomados na compra de ativo imobilizado e na formação do ativo financeiro da transmissão.

Contribuição Social e Imposto de Renda referem-se ao saldo pago a maior em 2013, apurado por estimativa, superior ao montante devido apurado no encerramento de 2013. Tais valores serão compensados com os pagamentos a serem realizados no exercício de 2014.

NOTA 13 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A composição dos saldos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC é apresentada a seguir:

a) Composição dos saldos de AFAC no ativo, por SPE:

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cerro Chato I	-	-	86.760
Cerro Chato II	-	-	80.910
Cerro Chato III	-	-	74.790
Costa Oeste	15.104	-	-
Livramento	-	-	3.742
Marumbi	4.505	-	-
Porto Velho	-	-	50.000
RS Energia	-	-	66.258
Santa Vitória do Palmar	-	-	5.067
TSBE	86.400	31.898	-
TSLE	102.620	-	-
TOTAL	208.629	31.898	367.527

Movimentação de AFAC no ativo:

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo Inicial	31.898	367.527	42.390
(+) AFAC aportado no exercício	389.849	158.012	419.515
(-) Incorporação SPE	(15.000)	-	-
(-) Integralização de capital	(198.118)	(493.641)	(94.378)
Total	208.629	31.898	367.527

b) Movimentações de AFAC no passivo:

O saldo da conta “adiantamento para futuro aumento de capital” no montante de R\$ 59.284 mil está composto por valores recebidos da acionista Eletrobras.

	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo Inicial	554.930	1.810.793	724.125
(+) AFAC recebido no exercício	-	728.630	972.279
(+) Atualização pela SELIC	59.194	178.231	114.389
(-) Incorporação ao capital	(554.840)	(2.162.724)	-
Total	59.284	554.930	1.810.793

NOTA 14 – OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Créditos diversos (a)	48.842	55.071	27.563	44.280	67.452	19.741
Devedores diversos (b)	13.213	13.845	31.505	13.217	13.927	31.701
Serviços em curso (c)	32.474	21.913	27.916	32.474	21.913	27.916
Desativações em curso (c)	4.092	18.507	3.651	4.092	18.507	3.651
Alienações em curso (c)	1.183	1.088	1.215	1.183	1.088	1.215
	99.804	110.424	91.850	95.246	122.887	84.224
Circulante	66.042	69.410	75.031	66.058	69.238	71.926
Não circulante	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649	12.298

a) Créditos diversos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Títulos de créda receber/alien., bens e direitos	2.054	2.794	3.493	2.054	2.794	3.493
Créditos por serviços prestados a terceiros	6.650	6.750	10.341	2.076	6.750	2.217
Títulos e valores mobiliários	143	139	136	143	139	136
Valores bloqueados judicialmente	-	175	20	45	344	61
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	1.180	-	-	1.180	-
Dispêndios a reembolsar	13.645	11.364	7.734	13.645	11.364	7.756
Prêmio de seguro	582	615	382	619	768	651
Créditos em litígio	10.154	10.154	10.154	10.154	10.154	10.154
Depósitos vinculados a litígios	22.472	26.741	6.025	22.472	39.285	6.072
Empréstimo compulsório-aq. de combustível	-	2.024	1.876	-	2.024	1.876
Convênios prefeituras	4.089	4.252	734	4.089	4.252	734
Outros créditos a receber	3.050	2.867	1.432	2.980	2.382	1.355
(-) Prov. outros créd. liquid. Duvidosa (d)	(13.997)	(13.984)	(14.764)	(13.997)	(13.984)	(14.764)
	48.842	55.071	27.563	44.280	67.452	19.741
Circulante	15.080	14.057	10.744	15.092	13.803	7.443
Não circulante	33.762	41.014	16.819	29.188	53.649	12.298

A Companhia registra na rubrica “Provisões para riscos”, evidenciada no Passivo Não Circulante, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica é “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências.

b) Devedores diversos

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Rendas a receber - encargos de dívidas	1.403	1.423	1.403	1.403	1.423	1.403
Adiantamentos a fornecedores	1.961	1.626	21.779	1.961	1.764	21.814
Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar	7.023	7.023	7.023	7.023	7.023	7.023
Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	280	280	280	280	280	280
Adiantamentos a empregados	4.952	5.077	4.199	4.952	5.134	4.226
Créditos com empregados	92	143	150	98	143	166
Credenciamento médico	2.675	2.383	2.332	2.675	2.383	2.332
Outros devedores	1.850	2.913	1.362	1.848	2.800	1.480
(-) Prov. créd. liquid. Duvidosa (d)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)	(7.023)
	13.213	13.845	31.505	13.217	13.927	31.701

Os créditos com a Eletrobrás Participações S.A. (Eletropar), vinculados a créditos que a mesma detém na Eletronet, que por sua vez, teve sua falência decretada, estão incluídos na provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

c) Desativações, alienações e serviços em curso

Serviços em curso	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Construção da casa sustentável	-	-	126	-	-	126
Convênio MME - 009/2004 Evit. Capac. Prodee	85	156	151	85	156	151
Implantação LT 525 kV Campos Novos/Santa Rita-RS	-	27	16	-	27	16
Implantação novo Trafo p/ Gerdau - SE Charqueadas	-	156	508	-	156	508
Projeto Alto Uruguai	-	1	2.226	-	1	2.226
P&D ANEEL diversos	278	143	8.969	278	143	8.969
Substituição de transfor. III-GENVISA na SE Joinville	743	743	743	743	743	743
Análise de projeto acomp. Comis. das instalações	3.425	4.600	4.633	3.425	4.600	4.633
Licitações e Leilões ANEEL	553	606	230	553	606	230
Engenharia do proprietário UHE Mauá	2.247	2.197	1.936	2.247	2.197	1.936
Engenharia do proprietário CHUI I, II, IV, V	1.157	627	-	1.157	627	-
Engenharia do proprietário IBIRAPUITA, C. Chato IV, V	6.643	4.859	-	6.643	4.859	-
Engenharia do proprietário VERACE I A X	3.466	1.425	-	3.466	1.425	-
Sinistro transformador Siderópolis	872	1.009	872	872	1.009	872
Fontes alternativas geração de energia elétrica	-	-	2.199	-	-	2.199
Sinistro transformadores SE Curitiba	-	28	28	-	28	28
Troca sistema climatização Sertão do Maruim	-	1.818	1.818	-	1.818	1.818
Desenvolvimento de redes de sensores passivos	1.687	779	-	1.687	779	-
Utilização de tecnologia de plasma para bauxita	1.440	381	-	1.440	381	-
Estudo de expansão da UHE Belo Monte	313	300	208	313	300	208
Desenvolv. célula comb. microbiana geração de energia	1.500	108	-	1.500	108	-
Desenv. biodigestão resíduos agrícolas	841	228	-	841	228	-
Desenv. purific. silício metal grau solar	598	1	-	598	1	-
Turbina hidráulica Magnus	567	138	-	567	138	-
Outros serviços	6.059	1.583	3.253	6.059	1.583	3.253
	32.474	21.913	27.916	32.474	21.913	27.916
Desativações em curso	4.092	18.507	3.651	4.092	18.507	3.651
Alienações em curso	1.183	1.088	1.215	1.183	1.088	1.215
	37.749	41.508	32.782	37.749	41.508	32.782

d) Movimentação da provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa – PCLD

Consolidado					
	Saldo em 31.12.2012	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2013
Ativo Circulante					
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	3.830	13	-	-	3.843
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	-	-	10.154

Consolidado					
	Saldo em 01.01.2012	Provisões	Reversões	Baixas para perdas	Saldo em 31.12.2012
Ativo Circulante					
Devedores diversos	7.023	-	-	-	7.023
Créditos diversos	4.610	368	(1.148)	-	3.830
Ativo Não Circulante					
Créditos diversos	10.154	-	-	-	10.154

NOTA 15 – TRIBUTOS DIFERIDOS

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo não circulante						
Provisões cíveis e fiscais	14.727	27.136	8.670	14.727	27.136	8.670
Provisões trabalhistas	20.725	24.567	21.496	20.725	24.567	21.496
Passivo atuarial	13.566	64.442	6.702	13.566	64.442	6.702
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7.441	7.247	4.025	7.441	7.327	4.025
Provisão para perdas contratos onerosos	138.682	309.543	2.453	138.682	309.543	2.453
Amortização ágio s/ investimento	7.784	9.488	8.480	7.784	9.488	8.480
Valor recuperável de ativos (Impairment)	174.981	90.528	48.575	174.981	90.528	48.575
Participação nos lucros e resultados (PLR)	11.824	10.717	11.287	11.824	10.717	11.287
Contribuição benefício geração atual	5.096	7.248	9.226	5.096	7.248	9.226
Plano de incentivo ao desligamento	4.648	-	-	4.648	-	-
Ajuste valor presente de tributos e UBP	443	1.236	1.398	443	1.236	1.398
Outros	7.328	-	-	7.328	9.013	3.703
	407.245	552.152	122.312	407.245	561.245	126.015
Passivo não circulante						
Receita de atual. créditos energia renegociados (i)	172.323	195.554	205.469	172.323	195.554	205.469
Parcelamento Especial (PAES)	1.757	1.295	1.242	1.757	1.295	1.242
Provisão ajustes de adoção CPC's	7.353	3.042	11.427	7.353	5.421	11.427
Amortização ágio s/ investimento	13.435	5.992	-	13.435	5.992	-
Depreciação acelerada usinas	25.076	4.366	-	25.076	4.366	-
Atualização de depósito judicial	3.781	2.970	2.456	3.781	2.970	2.456
Passivo atuarial - resultado abrangente	17.956	19.719	19.719	17.956	19.719	19.719
Ajuste valor presente de tributos e UBP	968	-	-	968	-	-
Outros	3.370	-	-	3.370	1.385	6.775
	246.019	232.938	240.313	246.019	236.702	247.088
Tributos diferidos líquidos	161.226	319.214	(118.001)	161.226	324.543	(121.073)

(i) O diferimento dos tributos incidentes sobre a receita de atualização dos créditos de energia renegociados – Lei nº 8.727/93 foi iniciado em janeiro de 1999. Até dezembro de 1998, todos os tributos incidentes sobre tais receitas (juros e

variação monetária) foram recolhidos pelo regime de competência. Todavia, os valores recolhidos até aquela data já ultrapassavam aos valores efetivamente recebidos da União com o pagamento da dívida à Eletrosul, por conta da Lei nº 8.727/93. Destarte, de forma a preservar o patrimônio da Companhia, a Administração optou por diferir os tributos, a partir de janeiro de 1999, para recolhimento com base nos valores efetivamente recebidos.

Até dezembro de 2004, foram compensados os valores recolhidos até a competência dezembro de 1998. A partir de janeiro de 2005, passou-se a tributar e recolher sobre os valores efetivamente recebidos. Essa situação é decorrente do fato de que a União paga as parcelas mensais de sua dívida de acordo com o que recebe dos Estados, que, por sua vez, estão limitados por lei em níveis de comprometimento de suas receitas, conforme descrito na nota 10.

A expectativa de compensações dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano	Consolidado	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
2014	47.188	10.506
2015	42.832	11.610
2016	28.779	11.610
2017	25.285	11.359
2018	25.285	11.108
Após 2018	237.876	189.826
Total	407.245	246.019

NOTA 16 – INVESTIMENTOS

Os investimentos da Companhia em sociedades controladas e em empreendimentos controlados em conjunto são apresentados como segue:

a) Investimentos nas controladas

Participação societária permanente	Controladora		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Subsidiárias e controladas (i)	55.929	1.086.086	650.524
Controladas em conjunto	2.465.400	1.457.852	695.011
Outros	3.277	3.277	3.281
Total	2.524.606	2.547.215	1.348.816

- (i) A redução do montante em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 1.086.086 mil para R\$ 55.929 mil em 31 de dezembro de 2013, refere-se às incorporações de empresas controladas, como segue: Artemis (01/2013), Cerro Chato I, II e III (05/2013), RS Energia (05/2013) e PVTE (05/2013).

b) Movimentação dos investimentos (Controladora)

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 31.12.2012	Adições	Resultado participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. / Transf. do Ágio	Incorporação SPE	Saldos em 31.12.2013
Em operação									
Subsidiárias e controladas									
Artemis (i)	100,0%	252.971	-	3.592	-	-	(87.584)	(168.979)	-
Cerro Chato I (i)	100,0%	86.499	-	326	-	-	-	(86.825)	-
Cerro Chato II (i)	100,0%	80.006	-	478	-	-	-	(80.484)	-
Cerro Chato III (i)	100,0%	75.819	-	543	-	(112)	-	(76.250)	-
RS Energia (i)	100,0%	231.919	-	4.882	-	2.331	-	(239.132)	-
Porto Velho (i)	100,0%	302.440	-	1.746	-	1.351	(1.409)	(304.128)	-
Uirapuru	75,0%	56.432	-	7.433	-	(7.215)	(721)	-	55.929
Controladas em conjunto									
Etau	27,4%	23.696	-	3.845	-	(3.342)	-	-	24.199
Integração	24,5%	20.155	-	11.342	-	(9.043)	-	-	22.454
Em fase pré-operacional									
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	33.606	41.797	(193)	-	-	-	-	75.210
Costa Oeste	49,0%	1.138	-	3.599	-	(458)	-	-	4.279
ESBR Participações	20,0%	939.825	475.000	(38.889)	134	-	-	-	1.376.070
Fronteira Oeste	51,0%	-	5	-	-	-	-	-	5
Livramento	49,0%	35.280	73.031	(10.963)	-	-	-	-	97.348
Marumbi	20,0%	570	-	682	-	(101)	-	-	1.151
Norte Brasil	24,5%	193.625	30.625	6.391	-	805	-	-	231.446
Santa Vitória do Palmar	49,0%	97.059	88.772	139	-	-	-	-	185.970
TSBE	80,0%	6.301	157.754	4.788	-	(1.440)	-	-	167.403
TSLE	51,0%	16.781	-	120	-	-	-	-	16.901
Teles Pires Participações	24,7%	89.816	174.790	(1.642)	-	-	-	-	262.964
Outros investimentos									
		3.277	-	-	-	-	-	-	3.277
Total		2.547.215	1.041.774	(1.781)	134	(17.224)	(89.714)	(955.798)	2.524.606 ⁽ⁱ⁾

incorporadas pela Companhia em 2013.

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	Part. (%)	Saldos em 01.01.2012	Adições	Resultado participação societária	Ajus. Aval. patrimonial	Destin./ Ajuste de Dividendos	Amort. do Ágio	Outros	Saldos em 31.12.2012
Em operação									
Subsidiárias e controladas									
Artemis	100,0%	252.302	-	26.989	-	(20.582)	(5.738)	-	252.971
Cerro Chato I	90,0%	-	86.760	(261)	-	-	-	-	86.499
Cerro Chato II	90,0%	-	80.910	(904)	-	-	-	-	80.006
Cerro Chato III	90,0%	2.275	74.789	(1.721)	-	476	-	-	75.819
Porto Velho	100,0%	193.624	107.500	2.685	-	(1.351)	(18)	-	302.440
RS Energia	100,0%	146.203	79.092	8.182	-	(1.558)	-	-	231.919
Uirapuru	75,0%	56.120	-	7.935	-	(6.902)	(721)	-	56.432
Controladas em conjunto									
Etau	27,4%	21.840	-	4.793	-	(2.937)	-	-	23.696
Integração	24,5%	8.898	-	9.197	-	2.060	-	-	20.155
Em fase pré-operacional									
Controladas em conjunto									
Chuí	49,0%	-	33.887	(281)	-	-	-	-	33.606
Costa Oeste	49,0%	196	1.194	(252)	-	-	-	-	1.138
ESBR Participações	20,0%	554.408	390.001	(4.352)	(232)	-	-	-	939.825
Livramento	49,0%	-	36.055	(775)	-	-	-	-	35.280
Marumbi	20%	-	622	(52)	-	-	-	-	570
Norte Brasil	24,5%	16.119	166.110	3.414	8.536	(554)	-	-	193.625
Santa Vitória do Palmar	49%	-	97.551	(492)	-	-	-	-	97.059
TSBE	80,0%	-	6.408	(107)	-	-	-	-	6.301
TSLE	51,0%	-	17.345	(564)	-	-	-	-	16.781
Teles Pires Participações	24,5%	93.550	-	(3.734)	-	-	-	-	89.816
Outros investimentos									
		3.281	-	-	-	-	-	(4)	3.277
Total		1.348.816	1.178.224	49.700	8.304	(31.348)	(6.477)	(4)	2.547.215

c) Informações das Sociedades Investidas em 31 de dezembro de 2013

Sociedades de Propósito Específicos (SPE's)	% Part.	Acionistas	%	Início da construção	Início da operação	Término da concessão
Em operação comercial						
ESBR Participações	20,0%	SUEZ	40,0%			
		CHESF	20,0%	2009	2013	2043
		Mitsui	20,0%			
Etau	27,4%	Transmissora Aliança	52,6%			
		CEEE	10,0%	2003	2004	2032
		DME Energética	10,0%			
Uirapuru	75,0%	ELOS	25,0%	2004	2005	2035
Construtora Integração	24,5%	Eletronorte	24,5%	-	-	-
		Abengoa Brasil	51,0%			
Livramento	49,0%	Rio Bravo Investimentos	41,0%	2012	2014	2047
		Fundação Elos	10,0%			
Em fase pré-operacional						
Norte Brasil	24,5%	Eletronorte	24,5%	2009	2014	2039
		Abengoa Brasil	51,0%			
Costa Oeste	49,0%	Copel	51,0%	2012	2014	2042
Fronteira Oeste	51,0%	CEEE	49,0%	2014	2016	2044
TSBE	80,0%	Copel	20,0%	2012	2014	2042
Marumbi	20,0%	Copel	80,0%	2012	2014	2042
TSLE	51,0%	CEEE	49,0%	2012	2014	2042
Teles Pires Participações	24,7%	Neoenergia	50,6%	2011	2015	2046
		Furnas	24,7%			
Chuí	49,0%	Rio Bravo Investimentos	51,0%	2012	2014	2047
Santa Vitória do Palmar	49,0%	Brave Winds Geradora	51,0%	2012	2014	2047

d)

Informações resumidas financeiras das controladas

31.12.2013						
Sociedades de Propósito Específico (SPE's)	Part. (%) em 31.12.2013	Receita operacional Líquida	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ativo total	Passivo	Patrimônio Líquido
Em operação						
Uirapuru	75,0%	17.893	9.911	93.639	39.506	54.133

A Companhia utilizou as Demonstrações de 30 de novembro de 2013 para calcular o resultado de participação nas subsidiárias e controladas, exceto para os balanços que apresentaram variação relevante entre 30 de novembro e 31 de dezembro de 2013.

e) Informações financeiras das controladas em conjunto

As informações financeiras resumidas das controladas em conjunto estão apresentadas a seguir, de forma consolidada:

Balanco Patrimonial	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	720.826	1.543.019	993.391
Outros ativos circulantes	746.548	296.823	264.189
Ativo não circulante	24.718.842	17.288.359	10.270.213
	26.186.216	19.128.201	11.527.793
Passivo			
Financiamentos e empréstimos (curto prazo)	616.835	833.206	834.375
Outros passivos circulantes	1.069.785	1.411.717	554.318
Financiamentos e empréstimos (longo prazo)	12.315.831	9.942.277	6.605.205
Outros passivos não circulantes	2.130.854	531.665	198.053
Patrimônio líquido	10.052.911	6.409.336	3.335.842
	26.186.216	19.128.201	11.527.793

Demonstração do Resultado	31.12.2013	31.12.2012
Receita líquida	1.796.451	537.416
Custo da operação	(1.644.017)	(495.539)
Lucro bruto	152.434	41.877
Despesas operacionais	(245.201)	(20.320)
Receita financeira	35.281	7.683
Despesa financeira	(79.127)	(20.079)
Lucro antes dos impostos	(136.613)	9.161
Impostos sobre o lucro	12.045	(376)
Lucro líquido	(124.568)	8.785

NOTA 17 – IMOBILIZADO

a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Transmissão						
Imobilizações em curso	39.437	2.782	-	39.437	2.782	-
Total Transmissão	39.437	2.782	-	39.437	2.782	-
Geração						
Imobilizações em serviço	2.684.095	590.156	-	2.684.095	996.933	-
(-) Depreciação acumulada	(115.285)	(11.502)	-	(115.285)	(33.251)	-
Imobilizações em curso	47.622	1.600.426	1.656.223	47.622	1.635.001	2.069.555
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(308.972)	(198.645)	(142.870)	(308.972)	(198.645)	(142.870)
Total Geração	2.307.460	1.980.435	1.513.353	2.307.460	2.400.038	1.926.685
Administração						
Imobilizações em serviço	41.582	39.322	36.151	41.582	39.601	36.331
(-) Depreciação acumulada	(17.594)	(16.062)	(14.743)	(17.594)	(16.102)	(14.762)
Imobilizações em curso	7.356	5.652	4.194	7.356	5.663	4.300
Total Administração	31.344	28.912	25.602	31.344	29.162	25.869
Total Imobilizado Líquido	2.378.241	2.012.129	1.538.955	2.378.241	2.431.982	1.952.554

a) Encargos financeiros capitalizados

Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos são reconhecidos no ativo imobilizado durante o período de construção dos empreendimentos de energia elétrica. Os encargos capitalizados no ativo imobilizado estão demonstrados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Total dos encargos financeiros	266.267	138.831	295.557	198.709
(-) Transferência para o imobilizado	7.745	45.416	7.745	45.416
Efeito líquido no resultado	258.522	93.415	287.812	153.293

c) Taxas de depreciação

Geração	Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangíveis	20,00%	20,24%	19,64%
Reservatórios, barragens e adutoras	3,65%	3,40%	3,40%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,79%	3,48%	4,13%
Máquinas e equipamentos	4,05%	3,67%	4,24%
Móveis e utensílios	6,25%	6,25%	-
Terrenos	3,52%	3,42%	-
Administração			
Intangíveis	20,00%	6,64%	6,64%
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,45%	3,45%	4,17%
Máquinas e equipamentos	4,41%	8,40%	6,54%
Veículos	8,16%	9,78%	15,20%
Móveis e utensílios	6,25%	5,12%	8,28%

Em 16 de fevereiro de 2012 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) publicou a Resolução Normativa nº 474/2012, que estabelece novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado do Setor Elétrico. A Companhia adota o prazo de concessão/autorização ou as taxas ANEEL, dos dois o menor para os cálculos de depreciação do ativo imobilizado da geração.

d) Movimentação

	Controladora					
	31.12.2012					31.12.2013
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Incorporações	Vlr líquido
Geração						
Em serviço	590.156	-	(3.262)	1.660.497	436.704	2.684.095
Depreciação acumulada	(11.502)	(71.797)	-	(76)	(31.910)	(115.285)
Em curso	1.600.426	155.961	(48.417)	(1.661.471)	1.123	47.622
Total	2.179.080	84.164	(51.679)	(1.050)	405.917	2.616.432
Transmissão						
Em curso	2.782	37.676	(1.021)	-	-	39.437
Total	2.782	37.676	(1.021)	-	-	39.437
Administração						
Em serviço	39.322	2.568	(26)	(579)	297	41.582
Depreciação acumulada	(16.062)	(1.786)	25	294	(65)	(17.594)
Em curso	5.652	3.795	(46)	(2.049)	4	7.356
Total	28.912	4.577	(47)	(2.334)	236	31.344
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(198.645)	(110.652)	325	-	-	(308.972)
TOTAL	2.012.129	15.765	(52.422)	(3.384)	406.153	2.378.241

O valor de R\$ 1.660.497 mil na coluna “transferências” do quadro acima, refere-se à transferência dos ativos em curso para em serviço em decorrência do início da operação comercial das UHE Mauá e UHE São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.

O valor de R\$ 406.153 mil na coluna “incorporações” do quadro acima, refere-se à incorporação dos ativos das SPes Eólica Cerro Chato I, Eólica Cerro Chato II e Eólica Cerro Chato III, evento aprovado através da AGE de 29 de maio de 2013.

	Consolidado				
	31.12.2012				31.12.2013
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	996.933	-	(4.221)	1.691.383	2.684.095
Depreciação acumulada	(33.251)	(81.958)	-	(76)	(115.285)
Em curso	1.635.001	157.909	(52.931)	(1.692.357)	47.622
Total	2.598.683	75.951	(57.152)	(1.050)	2.616.432
Transmissão					
Em curso	2.782	37.676	(1.021)	-	39.437
Total	2.782	37.676	(1.021)	-	39.437
Administração					
Em serviço	39.601	2.575	(26)	(568)	41.582
Depreciação acumulada	(16.102)	(1.811)	25	294	(17.594)
Em curso	5.663	3.799	(46)	(2.060)	7.356
Total	29.162	4.563	(47)	(2.334)	31.344
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(198.645)	(110.652)	325	-	(308.972)
TOTAL	2.431.982	7.538	(57.895)	(3.384)	2.378.241

As principais adições no imobilizado consolidado referem-se, basicamente, aos investimentos realizados no período nas UHE Mauá e UHE São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.

	Controladora				
	01.01.2012				31.12.2012
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	608.911	590.156
Depreciação acumulada	-	(11.899)	397	-	(11.502)
Em curso	1.656.223	613.410	(59.749)	(609.458)	1.600.426
Total	1.656.223	601.511	(78.107)	(547)	2.179.080
Trasmissão					
Em curso	-	2.782	-	-	2.782
Total	-	2.782	-	-	2.782
Administração					
Em serviço	36.151	2.971	(405)	605	39.322
Depreciação acumulada	(14.743)	(1.942)	397	226	(16.062)
Em curso	4.194	3.263	(11)	(1.794)	5.652
Total	25.602	4.292	(19)	(963)	28.912
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	1.538.955	523.879	(49.195)	(1.510)	2.012.129

	Consolidado				
	01.01.2012				31.12.2012
	Vlr líquido	Adições	Baixas	Transferências	Vlr líquido
Geração					
Em serviço	-	-	(18.755)	1.015.688	996.933
Depreciação acumulada	-	(33.648)	397	-	(33.251)
Em curso	2.069.555	641.335	(59.749)	(1.016.140)	1.635.001
Total	2.069.555	607.687	(78.107)	(452)	2.598.683
Transmissão					
Em curso	-	2.782	-	-	2.782
Total	-	2.782	-	-	2.782
Administração					
Em serviço	36.331	3.065	(405)	610	39.601
Depreciação acumulada	(14.762)	(1.963)	397	226	(16.102)
Em curso	4.300	3.268	(11)	(1.894)	5.663
Total	25.869	4.370	(19)	(1.058)	29.162
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(142.870)	(84.706)	28.931	-	(198.645)
TOTAL	1.952.554	530.133	(49.195)	(1.510)	2.431.982

e) Indisponibilidade de bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e inclusive comercialização de energia elétrica, são vinculados a estes serviços públicos, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do Poder Concedente.

A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que os recursos da alienação sejam depositados em conta bancária vinculada, para que sejam reaplicados na concessão.

f) Reversão de bens vinculados à concessão

Ao término dos contratos de concessão, todos os bens e instalações vinculados às usinas passarão a integrar o patrimônio da União. Os investimentos adicionais ao projeto básico autorizado, realizados para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido, terão a parcela não amortizada ou depreciada indenizada ao término da concessão.

Com a assinatura do aditivo contratual ao contrato de concessão nº 57/2001 em 4 de dezembro de 2012, a Companhia aceitou as condições de prorrogação antecipada das concessões previstas na Lei 12.783/13.

g) Bens e direitos da União

A Companhia mantém, em registros auxiliares, o montante de R\$ 5.199 mil a título de Bens da União sob Administração (BUSA), relativo à parte da subestação - SE Alegrete, Linha de Transmissão de 138 kV Jupia/ Mimoso I, Linha de Transmissão de 138 kV Mimoso/Campo Grande I, Linha de Transmissão de 230 kV Assis/Londrina, Linha de Transmissão de 230 kV Londrina/Apucarana e um terreno situado no município de Capivari de Baixo.

NOTA 18 – INTANGÍVEL

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Intangível em serviço						
Softwares	4.264	4.252	4.252	4.264	4.252	4.252
Uso de bens públicos	25.636	4.056	-	25.636	4.056	-
Intangível - direito de concessões	244.313	113.319	113.319	261.385	261.385	261.485
(-) Impairment (CPC 01 (R1))	(33.855)	-	-	(33.855)	(33.855)	(33.855)
	240.358	121.627	117.571	257.430	235.838	231.882
(-) Amortização acumulada						
Softwares	20% (3.716)	(3.708)	(3.426)	(3.716)	(3.708)	(3.426)
Uso de bens públicos	(784)	(35)	-	(784)	(35)	-
Intangível - direito de concessões	(75.182)	(58.785)	(56.325)	(76.925)	(67.953)	(59.016)
	(79.682)	(62.528)	(59.751)	(81.425)	(71.696)	(62.442)
Intangível em curso						
Softwares	4.256	2.595	775	4.256	2.595	775
Uso de bens públicos	-	21.580	21.200	-	21.580	21.200
	4.256	24.175	21.975	4.256	24.175	21.975
Total Intangível	164.932	83.274	79.795	180.261	188.317	191.415

A movimentação do intangível está demonstrada abaixo:

	Controladora				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Impairment	Total
Saldos em 01.01.2012	1.601	21.200	56.994	-	79.795
Adições	1.820	4.436	-	-	6.256
Amortização	(282)	(35)	(2.460)	-	(2.777)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	54.534	-	83.274
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Incorporação SPE*	-	-	122.830	(33.855)	88.975
Amortização	(8)	(749)	(8.233)	-	(8.990)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	169.131	(33.855)	164.932

valores referem-se a reclassificação do ágio da Artemis e Porto Velho do grupo investimentos em função da incorporação pela Companhia. * Os

	Consolidado				
	Softwares	Uso de bens públicos	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	Impairment	Total
Saldos em 01.01.2012	1.601	21.200	202.469	(33.855)	191.415
Adições	1.820	4.436	-	-	6.256
Amortização	(282)	(35)	(9.037)	-	(9.354)
Saldos em 31.12.2012	3.139	25.601	193.432	(33.855)	188.317
Adições	1.673	-	-	-	1.673
Amortização	(8)	(749)	(8.972)	-	(9.729)
Saldos em 31.12.2013	4.804	24.852	184.460	(33.855)	180.261

Os ágios pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente de projeções de fluxo de caixa futuros estimados obtidos através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela ANEEL para o uso do sistema de transmissão de elétrica.

O valor registrado do ágio refere-se à aquisição da participação acionária na SC Energia em 11 de fevereiro de 2009, Artemis em 11 de agosto de 2011, na Uirapuru em 11 de agosto de 2011 e na Porto Velho em 12 de novembro de 2010. O ágio tem vida útil definida e está sendo amortizado de acordo com o período de concessão.

De acordo com a Orientação Técnica “OCPC 05”, os valores relativos ao uso de bem público decorrentes de contratos de concessões onerosas com a União estão demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõem os contratos. Assim, a Companhia contabilizou os registros de uso de bem público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital. Os valores estão divulgados na nota 27.

NOTA 19 – IMPAIRMENT

A Companhia testa anualmente a recuperabilidade para os seus ativos intangíveis, que se constituem basicamente da parcela de ágio por expectativa de resultados futuros advindos dos processos de combinação de negócios, com base em valor presente dos fluxos de caixas.

Para os ativos de longa duração (ativo financeiro e ativo imobilizado), são revisados anualmente ou sempre que houver indícios de que o valor contábil não seja recuperado.

A Companhia realizou em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, avaliação individual de todas as suas unidades geradoras de caixa (UGC) e em projetos quanto aos aspectos do *impairment*.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração.

a) Principais premissas adotadas

	2013	2012
Taxa de desconto “pós-tax” - Geração	6,80%	4,98%
Taxa de desconto “pós-tax” - Transmissão	6,45%	4,73%
Preço da energia gerada	Valor atualizado dos preços dos contratos vigentes no ambiente regulado e/ou livre	
PIS e Cofins	9,25% sobre a receita	
Pesquisa e desenvolvimento	1% da ROL	
CFURH	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
EUSD/EUST	Montantes determinados em resoluções da ANEEL	
Taxa de fiscalização	0,4% da receita bruta	
RGR	3% da receita bruta para concessões de transmissão licitadas até 11 de setembro de 2012 (Lei 12.783/2013), deduzida a taxa de fiscalização	
UBP	Valores estabelecidos nos contratos de concessão	
Depreciação	Durante o prazo de concessão e/ou autorizações	
Pessoal, materiais, serviços e outros	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC), considerando a redução do quadro de pessoal em função do plano de incentivo ao desligamento e demais reduções de custo	
Prazos do Fluxo de Caixa	Prazos das concessões e/ou autorizações	

b) Resultado dos Testes de *Impairment*

A composição dos saldos de *impairment* por Unidade Geradora de Caixa (UGC) e a respectiva variação em 2013, é apresentada a seguir:

		Controladora	
	Variação	31.12.2013	31.12.2012
Geração - Imobilizado			
UGC PCH João Borges	2.139	46.516	44.377
UGC PCH Rio Chapéu	(325)	40.004	40.329
UGC PCH Coxilha Rica	-	9.739	9.739
UGC UHE Passo São João	49.685	153.885	104.200
UGC UHE São Domingos	58.828	58.828	-
	110.327	308.972	198.645
Transmissão - Ativo Financeiro			
UGC LT Presidente Méd. - Santa Cruz	5.660	32.777	27.117
UGC SE Missões	(1.332)	3.666	4.998
UGC LT Campos Novos - Nova Santa Rita	27.701	27.701	-
UGC SE Caxias/Ijuí/ N.Petrópolis /Lageado	23.384	23.384	-
UGC LT Monte Claro - Garibaldi	10.468	10.468	-
UGC Conversora Uruguaiana	-	36.315	36.315
UGC Conversora Porto Velho	71.370	71.370	-
	137.251	205.681	68.430
Intangível			
UGC Artemis	-	(33.855)	(33.855)
	-	(33.855)	(33.855)
Total	247.578	480.798	233.220

Os impactos das despesas de *impairment* registradas no exercício de 2013 no montante de R\$ 110.327 mil para o segmento de geração e R\$ 137.251 mil para o segmento de transmissão, decorre basicamente da alteração da taxa de desconto (wacc) de 4,98% em 2012 para 6,80% em 2013 para o segmento de geração e de 4,73% em 2012 para 6,45% em 2013 para o segmento de transmissão.

A Companhia realizou testes de recuperabilidade para o seu investimento na Artemis (incorporada em janeiro de 2013), tendo apurado e reconhecido no resultado do exercício de 2011 desvalorização no montante de R\$ 33.855 mil, decorrentes da diferença entre fluxos de caixa futuro descontado a valor presente e o valor total do investimento após a realização da combinação de negócios, reconhecido diretamente no resultado do exercício. Em 2013, não houve necessidade de reconhecimento adicional de *impairment*. Conforme dispõe o CPC 04 (R1), não é permitido a reversão da provisão, permanecendo desta forma o valor apurado em 2011.

NOTA 20 – FORNECEDORES

A composição de saldo de fornecedores é apresentada como segue:

Fornecedores	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Materiais e serviços	60.340	55.912	97.060	60.469	70.359	115.201
Encargos de uso da rede elétrica	1.074	1.079	-	1.074	1.079	-
Fornecimento de energia elétrica	1.320	13.549	12.486	1.320	13.549	12.486
	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

A Companhia utiliza recursos de financiamentos e empréstimos para financiar a implantação de investimentos corporativos e inversões financeiras em empreendimentos em sociedades controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

Em 2013, a Companhia efetuou captação dos seguintes financiamentos e empréstimos:

- Em 01/04/2013, foi assinado contrato com a Centrais Elétricas Brasileiras S/A, no montante de R\$ 52.229 mil, recursos oriundos das garantias na ação judicial da Eletronet. Referido financiamento será atualizado pela SELIC, e o vencimento do contrato será em 30/08/2021.

- Em 26/04/2013, foi assinado contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 12.000 mil, para implantação da LT 230 kV Monte Claro – Garibaldi com as seguintes condições contratuais: a) 92% = TJLP + 2,42% a.a, e, b) 8% = TJLP + 2,02% a.a. O contrato tem vencimento para 15/08/2027.

- Em 24/05/2013, foi assinado contrato com o Banco KfW, através da Centrais Elétricas Brasileiras S/A, no montante de R\$ 136.064 mil para aplicação no Complexo de PCHs São Bernardo com as seguintes condições contratuais: a) 37% = conversão da moeda (Euros) + 4,70% juros a.a, b) 30% = conversão da moeda (Euros) + 2,20% juros a.a, e, c) 33% = conversão da moeda (Euros) + 2,24% juros a.a. O contrato de financiamento tem vencimento em 30/12/2042.

- Em 06/12/2013, foi assinado contrato com o Banco do Brasil S/A, no montante de R\$ 250.000 mil para recompor o fluxo de caixa. Os juros do financiamento equivalem a 115% do CDI. Esse financiamento tem vencimento para 15/11/2023

a) Composição

	Controladora				Consolidado			
	31.12.2013				31.12.2013			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
	-	-	191.143	191.143	-	-	191.143	191.143
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	665	214.886	937.558	1.153.109	665	214.886	937.558	1.153.109
Instituições financeiras								
BRDE	89	4.403	19.459	23.951	660	10.125	44.254	55.039
BNDES	9.042	133.035	1.193.940	1.336.017	9.042	133.035	1.193.940	1.336.017
Banco do Brasil	3.547	17.207	433.777	454.531	3.547	17.207	433.777	454.531
	13.343	369.531	2.584.734	2.967.608	13.914	375.253	2.609.529	2.998.696
	13.343	369.531	2.775.877	3.158.751	13.914	375.253	2.800.672	3.189.839

Controladora					Consolidado			
31.12.2012					31.12.2012			
Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante	
Encargos	Principal	Principal	Total		Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	35.831	35.831	-	-	35.831	35.831
	-	-	35.831	35.831	-	-	35.831	35.831
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.366	93.186	943.086	1.041.638	5.366	93.186	943.086	1.041.638
Instituições financeiras								
BRDE	99	4.309	23.231	27.639	697	9.949	53.266	63.912
BNDES	3.635	49.268	649.851	702.754	23.098	113.377	1.302.823	1.439.298
Banco do Brasil	5.438	19.225	200.408	225.071	5.438	19.225	200.408	225.071
	14.538	165.988	1.816.576	1.997.102	34.599	235.737	2.499.583	2.769.919
	14.538	165.988	1.852.407	2.032.933	34.599	235.737	2.535.414	2.805.750

Controladora					Consolidado			
01.01.2012					01.01.2012			
Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante	
Encargos	Principal	Principal	Total		Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda estrangeira								
Partes relacionadas								
Eletrobras	-	-	32.359	32.359	-	-	32.359	32.359
	-	-	32.359	32.359	-	-	32.359	32.359
Moeda nacional								
Partes relacionadas								
Eletrobras	5.465	65.623	879.591	950.679	5.465	65.623	879.591	950.679
Instituições financeiras								
BRDE	135	4.227	27.135	31.497	650	5.517	11.005	17.172
BNDES	6.205	34.400	550.023	590.628	19.707	92.436	1.393.341	1.505.484
Banco do Brasil	5.892	27.461	202.974	236.327				-
	17.697	131.711	1.659.723	1.809.131	25.822	163.576	2.283.937	2.473.335
	17.697	131.711	1.692.082	1.841.490	25.822	163.576	2.316.296	2.505.694

b) Movimentação e saldo dos financiamentos e empréstimos

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
				Não				Não
	Circulante			Circulante	Circulante			Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01.01.2012	17.697	131.711	149.408	1.659.723	-	-	-	32.359
Ingressos	-	-	-	241.427	-	-	-	-
Refinanciamentos	(4.539)	(81)	(4.620)	4.619	-	-	-	-
Provisão de encargos	123.764	-	123.764	11.648	905	-	905	-
Variação monetária e cambial	3.011	1.432	4.443	34.838	-	-	-	3.472
Transferências	-	135.679	135.679	(135.679)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(125.395)	(102.753)	(228.148)	-	(905)	-	(905)	-
Saldo em 31.12.2012	14.538	165.988	180.526	1.816.576	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	445.757	-	-	-	136.064
Incorporação de SPE	898	94.844	95.742	617.140	-	-	-	-
Refinanciamentos	(6.053)	(3.623)	(9.676)	9.677	-	-	-	-
Provisão de encargos	178.035	-	178.035	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial	8.651	561	9.212	46.498	-	-	-	19.248
Transferências	-	354.074	354.074	(354.074)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(182.726)	(242.313)	(425.039)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldo em 31.12.2013	13.343	369.531	382.874	2.584.734	-	-	-	191.143

	Consolidado							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01.01.2012	25.822	163.576	189.398	2.283.937	-	-	-	32.359
Ingressos	-	-	-	375.786	-	-	-	-
Refinanciamentos	(4.539)	(81)	(4.620)	4.619	-	-	-	-
Provisão de encargos	173.342	-	173.342	21.938	905	-	905	-
Variação monetária e cambial	3.011	1.916	4.927	37.424	-	-	-	3.472
Transferências	9.324	214.797	224.121	(224.121)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(172.361)	(144.471)	(316.832)	-	(905)	-	(905)	-
Saldo em 31.12.2012	34.599	235.737	270.336	2.499.583	-	-	-	35.831
Ingressos	-	-	-	459.514	-	-	-	136.064
Refinanciamentos	(6.053)	(3.623)	(9.676)	9.677	-	-	-	-
Provisão de encargos	204.899	-	204.899	3.160	3.221	-	3.221	-
Variação monetária e cambial	8.651	667	9.318	46.960	-	-	-	19.248
Transferências	-	409.365	409.365	(409.365)	-	-	-	-
Amortizações/pagamentos	(228.182)	(266.893)	(495.075)	-	(3.221)	-	(3.221)	-
Saldo em 31.12.2013	13.914	375.253	389.167	2.609.529	-	-	-	191.143

c) Vencimentos de longo prazo

As parcelas de financiamento e empréstimos de longo prazo apresentam os seguintes vencimentos:

Ano	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
2013	-	-	149.127	-	-	212.380
2014	-	219.238	144.801	-	306.705	208.054
2015	320.640	182.405	144.801	320.640	281.407	208.054
2016	267.699	152.427	136.048	273.454	250.065	199.301
2017	275.938	149.510	133.131	281.693	245.737	196.384
2018	275.556	148.688	133.131	281.311	239.892	196.384
2019	250.795	148.688	133.131	256.550	239.892	196.384
Após 2019	1.385.249	851.451	717.912	1.387.024	971.716	899.355
Total não circulante	2.775.877	1.852.407	1.692.082	2.800.672	2.535.414	2.316.296

d) Composição do saldo da dívida por indicador

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
IPCA	788.767	786.187	777.538	788.767	786.187	777.538
TJLP	1.302.955	947.913	856.744	1.327.839	1.698.932	1.502.135
SELIC	244.895	106.107	-	244.895	106.107	-
Cesta de moedas	191.143	35.832	32.359	197.347	57.630	51.172
Taxa CDI	250.852	-	-	250.852	-	-
Outros	380.139	156.894	174.849	380.139	156.894	174.849
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694
Principal	3.145.408	2.018.395	1.823.793	3.175.925	2.771.151	2.479.872
Encargos	13.343	14.538	17.697	13.914	34.599	25.822
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694

e) Condições contratuais dos financiamentos da controladora

Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Garantias	Saldos em 31.12.2013
Centrais Elétricas Brasileiras S.A					1.344.252
12/01/2006	Reforço Energético Ilha - Continente	7,0% a.a	30/08/2019	a	87.824
20/11/2008	Implantação da SE Joinville Norte	7,0% a.a	30/03/2016	a	26.260
14/03/2011	Reluz Novo Hamburgo RS	6,5% a.a.	30/11/2017	a	5.363
01/07/2009	Complexo São Bernardo PCHs	Conversão da moeda + 2,2% a.a.	30/12/2038	a	42.892
24/05/2013	Complexo São Bernardo PCHs	37% = Conversão da Moeda + 4,70% a.a. 30% = Conversão da Moeda + 2,20% a.a. 33% = Conversão da Moeda + 2,24% a.a.	30/12/2042	a	148.251
01/11/2009	Repactuação de dívidas (ECF 2626, ECF 2692 e ECF 2727)	7% a.a. + IPCA	30/03/2030	a	527.155
04/03/2010	Programa de Obras de Transmissão	7% a.a. + IPCA	30/09/2021	a	84.037
19/12/2012	Reinversões de dividendos a Eletrobras relativos ao exercício de 2011; quitação do serviço da dívida do mês 12/2012; liberação de recursos para aplicação junto às SPE's.	0,5% a.a. + SELIC	20/04/2015	a	192.666
01/04/2013	Garantias na Ação Judicial da ELETRONET	SELIC	30/08/2021	-	52.229
17/08/2011	Aquisição da Artemis e Uirapuru	7% a.a. + IPCA	28/02/2024	a	177.575
Banco do Brasil S.A.					454.531
06/12/2013	Provisão de fundos na conta corrente	115% do CDI	15/11/2023	c	250.852
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 2,13 a.a.	15/01/2028	d	172.841
01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação D	5,5% a.a.	15/03/2021	b	4.887
01/03/2011	Nota de Crédito Comercial - Subestação Biguaçu ampliação F	5,5% a.a.	15/03/2021	b	1.956
26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	23.995
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE					23.951
26/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,5% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4,5% a.a	15/05/2019	e	23.951
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES					1.336.017
25/06/2010	Construção dos Aerogeradores	4,5% a.a.	01/07/2020	g	184.274
05/08/2005	LT 525 KV interligando Salto Santiago e Cascavel Oeste	TJLP + SPREAD de 4%	15/08/2018	f	69.575
24/05/2006	Implantação Linha 525 kV Campos Novos - Blumenau	80% = TJLP + 4,0% a.a 20% = Cesta de Moedas + 4% a.a	15/05/2019	e	48.415
23/12/2008	Expansão da linha de transmissão Campos Novos - Blumenau	TJLP + 2,12% a.a	15/03/2021	e	41.180
04/03/2008	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a	15/07/2026	c	164.786
20/06/2012	Implantação da UHE Passo São João	TJLP + 1,91% a.a.	15/07/2026	c	13.619
16/04/2009	Implantação da UHE Mauá	TJLP + 1,81 a.a.	15/01/2028	d	172.786
10/03/2011	Implantação da UHE São Domingos	TJLP + 1,72 a.a.	15/06/2028	c	214.552
04/03/2011	SE Coletora Porto Velho em 500/230 kV	76% = TJLP + 2,2% a.a. 24% = IPCA + 9,39% a.a.	15/08/2028	h	283.902
07/05/2008	Implantação de linha de transmissão 525 kV, Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	TJLP + 3,00%	15/06/2021	i	88.700
04/04/2012	SE Caxias 6, SE Ijuí 2, SE Nova Petrópolis 2 e SE Lajeado Grande	61% = TJLP + 2,12% a.a. 39% = TJLP + 1,72% a.a.	01/03/2027	j	36.650
30/04/2012	SE Foz de Chapecó	63% = TJLP + 2,12% a.a. 37% = TJLP + 1,72% a.a.	01/03/2027	j	9.647
26/04/2013	LT 230kV Monte Claro/Garibaldi	92% = TJLP + 2,42% a.a. 8% = TJLP + 2,02% a.a.	15/08/2027	j	7.931
Total					3.158.751

Garantias dos financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da companhia estão garantidos conforme abaixo:

- (a) Receita própria, suportada por procuração para recebimentos dos valores vencidos e não pagos;
- (b) Contrato de penhor de duplicatas, vencíveis a prazo de até 180 dias, não excedendo o vencimento deste contrato e cobrindo, no mínimo, 130% da dívida resultante do presente financiamento;
- (c) Fiança da Eletrobras;
- (d) Fiança da Eletrobras, com a cessão e vinculação de receitas;
- (e) Penhor de ações;
- (f) Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato;
- (g) Aval parcial da Eletrobras e imobilizado da companhia em alienação fiduciária ao Banco do Brasil;
- (h) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos emergentes da concessão de que é titular em decorrência do Contrato de Concessão de Transmissão nº 010/2009 – ANEEL;
- (i) Penhor dos direitos emergentes da Concessão da RS Energia, penhor de direito de crédito, e penhor de ações ordinárias nominativas de propriedade dos Acionistas;
- (j) Fiança Eletrobras, cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e dos direitos creditórios de contrato de prestação de serviços de transmissão.

A Eletrosul entende que em 31 de dezembro de 2013, além dos *covenants* financeiros, está atendendo aos *covenants* não financeiros exigidos pelos contratos de financiamentos.

f) Condições contratuais dos financiamentos da Uirapuru Transmissora de Energia S/A

Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento Contrato	Saldos em 31.12.2013
Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE				
15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	TJLP + 4,50%	15/03/2019	24.884
15/10/2006	Implantação Linha de transmissão 535 kV, Ivaporã (PR) - Londrina (PR)	Cesta de Moedas + 4,5% a.a.	15/03/2019	6.204
Total				31.088

Garantias da Eletrosul

Penhor dos direitos emergentes da concessão, a caução da totalidade das ações ordinárias nominativas de emissão da Companhia, a caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão e manter um índice de cobertura da dívida – ICSD superior a 1,3 durante a vigência do contato.

g) Garantias da Companhia para empreendimentos controlados e/ou controlados em conjunto

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora dos empreendimentos das SPE's Uirapuru, Santa Vitória e Sul Litorânea, cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados no quadro abaixo:

Ano	Empreendimento	Banco Financiador	Nome da SPE ⁽¹⁾	% de Participação da Controlada ELETROSUL	Valor Total do Financiamento R\$ Mil	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2013 (Total do Financiamento)	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Data do Término da Garantia
								2014	2015	2016	
2005	Linha de transmissão (S. Santiago (PR)-Ivaporã-Cascavel (PR)) - 525 kV com 476 km	BRDE SC-17.265	Uirapuru Transmissora de Energia S.A.	75,00%	67	50	31	24	20	15	15/10/2018
2013	Parques Eólicos Verace I ao X	Notas Promissórias - Banrisul e ABC	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	49,00%	100	49	107.776	-	-	-	01/12/2014
2013	SE Santa Vitória do Palmar, SE Marmeleiro, SE Povo Novo, LT Nova Santa Rita – Povo Novo; LT Povo Novo – Marmeleiro e LT Marmeleiro – Santa Vitória do Palmar	Notas Promissórias - Banrisul	Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	51,00%	150	77	157	-	-		13/01/2014

h) Cláusulas contratuais - covenants

A Companhia possui financiamento com o BNDES com condições contratuais que preveem o cumprimento de *covenants* com base em índices financeiros denominados de índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD).

O ICSD é calculado pela divisão de geração de caixa operacional pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações financeiras. Conforme o quadro abaixo, o ICSD calculado para a Eletrosul refere-se ao período de junho a dezembro de 2013, apresenta valor acima do mínimo exigido pelo BNDES, que é 1,3.

CÁLCULO DO ÍNDICE DE COBERTURA DO SERVIÇO DA DÍVIDA (ICSD)

Período: junho a dezembro de 2013	
A) Geração de caixa da atividade	995.560
(+) Disponibilidade final no período imediatamente anterior	883.160
(+) LAJIDA (EBITDA)	271.516
(+) Lucro líquido	264.785
(+) Despesa (receita) financeira líquida	59.288
(+) Provisão para IR e CS	118.358
(+) Depreciação e amortização	81.623
(+) Outras despesas (receita) líquidas não operacionais	(254.319)
(+) Perdas (lucros) resultantes de equivalência patrimonial	1.781
(-) Imposto de Renda	(86.694)
(-) Contribuição Social	(31.664)
(+/-) Variação do Capital de Giro	(40.758)
(+)Necessidade de Capital de Giro no período t	411.556
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	896.059
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	484.503
(-)Necessidade de Capital de Giro no período t-1	452.314
(+) Ativo circulante menos disponibilidades	951.949
(-) Passivo circulante menos empréstimos, financiamentos, debêntures de curto prazo e adiantamentos para futuro aumento de capital	499.635
B) Serviço da Dívida	428.258
(+) Amortização do principal	242.310
(+) Pagamento de juros	185.948
C) Índice de cobertura do serviço da dívida A/B	2,3
Meta	= ou > que 1,3

NOTA 22 – TRIBUTOS A RECOLHER

A composição de saldos de tributos a recolher é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivo Circulante						
PIS	1.275	261	459	1.283	499	612
COFINS	5.863	1.203	2.117	5.863	2.299	2.832
Parcelamento especial (PAES)	31.594	31.015	30.055	31.594	31.015	30.055
Encargos sociais (folha de pagamento)	7.547	6.579	6.490	7.558	6.669	6.552
IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - Lei 10.833/03	1.526	2.185	3.151	1.526	2.185	3.151
Contribuição social	-	18	-	65	2.918	2.474
Imposto de Renda	-	-	-	38	8.468	7.124
ICMS	81	41	47	81	41	47
Outros tributos e contribuições	5.391	4.027	4.005	5.468	5.144	4.572
	53.277	45.329	46.324	53.476	59.238	57.419
Passivo Não Circulante						
Parcelamento especial (PAES)	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476
	125.677	155.091	182.800	125.876	169.000	193.895

a) A movimentação dos valores devidos ao PAES é demonstrada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Saldo final do período anterior	140.777	166.531	184.260	140.777	166.531	184.260
Compensação de tributos	(7.467)	-	-	(7.467)	-	-
Atualização monetária	3.792	5.559	6.911	3.792	5.559	6.911
Pagamentos efetuados	(31.751)	(31.158)	(29.663)	(31.751)	(31.158)	(29.663)
Ajuste a valor presente (CPC 12)	(1.357)	(155)	5.023	(1.357)	(155)	5.023
Saldo final do período	103.994	140.777	166.531	103.994	140.777	166.531
Circulante	31.594	31.015	30.055	31.594	31.015	30.055
Não circulante	72.400	109.762	136.476	72.400	109.762	136.476

A rubrica “Compensação de tributos”, no valor de R\$ 7.467 mil, se refere à restituição de INSS pago em duplicidade nos anos 2000 e 2001, atualizados pela SELIC, utilizados para compensar débitos parcelados (PAES).

b) Ajuste a valor presente do parcelamento especial PAES

	Controladora e Consolidado			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Parcelamento Especial PAES						
Valor nominal do parcelamento	109.161	144.587	170.185	109.161	144.587	170.185
Ajuste a valor presente (CPC 12)	(5.167)	(3.810)	(3.654)	(5.167)	(3.810)	(3.654)
Valor Líquido	103.994	140.777	166.531	103.994	140.777	166.531

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

A composição de obrigações estimadas é apresentada como segue:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Prov. encargos sociais e trabalhistas	30.718	33.170	29.918	30.749	33.353	30.093
Plano de read. progr. do quadro de pessoal	5.058	7.212	13.604	5.058	7.212	13.604
Plano de incentivo ao desligamento	30.421	-	-	30.421	-	-
Contribuição social	698	-	-	698	1.553	295
Imposto de Renda	2.503	-	-	2.503	5.429	1.620
	69.398	40.382	43.522	69.429	47.547	45.612
Circulante	48.760	33.170	29.918	48.791	40.335	32.008
Não circulante	20.638	7.212	13.604	20.638	7.212	13.604

O valor de R\$ 30.421 mil destina-se a custear o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID). Pelo fato de serem contabilizados como provisão, os valores serão adicionados para efeito de apuração do lucro real, tornando-se dedutíveis, ou seja, excluídos somente quando da rescisão do contrato de trabalho. O detalhamento do Plano de Incentivo ao Desligamento (PID) está apresentado na nota explicativa 45.

NOTA 24 – CONTRATOS ONEROSOS

O montante provisionado a título de contratos onerosos é apresentado a seguir:

Usina	Consolidado					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Período	Valores totais*	Período	Valores totais	Período	Valores totais
UHE Jirau	2013-2032	407.893	2013-2032	896.494	-	-
UHE São Domingos	2013	-	2013	13.930	2012	4.857
UHE Mauá - Klabin	2013-2016	29.515	2013-2016	48.576	-	-
UHE Mauá	-	-	-	-	2012	311
UHE Passo São João	-	-	-	-	2012	2.047
Total		437.408		959.000		7.215

*a preços de 2013

A variação registrada na provisão referente a UHE Jirau entre 31 de dezembro de 2012 e 2013, refere-se a variação no valor do PLD médio histórico de R\$ 67,00/MWh para R\$ 109,78/MWh e também pela alteração da taxa de desconto de 4,98% adotada em 2012 para 6,80% em 2013.

a) Compra de energia de empresas controladas

A Eletrosul possui contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), tendo sido garantida ao agente financiador do respectivo empreendimento, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a aquisição, pela Eletrosul, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pelo empreendimento, proporcionalmente à sua participação acionária, pelo período de vigência do contrato de financiamento, cujo valor médio de aquisição com base no contrato firmado é de aproximadamente R\$ 160,90 MWh.

A provisão para contrato oneroso contempla a valoração a valor presente, à taxa de desconto de 6,8% a.a. (taxa “wacc”), da obrigação de aquisição com base nos preços de venda contratuais, e a venda desse mesmo montante, pela Eletrosul, tendo como referência o preço de R\$ 109,78 MWh, apurado com base no PLD médio histórico dos últimos dez anos, para fins exclusivamente contábeis.

Foi também computado na projeção o benefício futuro decorrente do contrato na proporção de 20%, ou seja, a participação da Eletrosul no resultado estimado desse contrato a ser apurado pela ESBR em decorrência do PPA (*power purchase agreement*). O resultado foi trazido a valor presente pela mesma taxa de desconto anteriormente citada, e que resultou no reconhecimento, em 2013, de reversão da provisão para perdas com o contrato oneroso no montante de R\$ 488.601 mil (provisão de R\$ 896.494 mil em 2012).

Apesar de ser constituída e reconhecida no balanço, a provisão para contrato oneroso relativo ao PPA (*power purchase agreement*) firmado com a Energia Sustentável do Brasil proporcionará à Companhia o benefício dos dividendos que serão gerados no futuro.

b) Ressarcimento de energia Klabin

A Companhia efetuou provisão para ressarcimento de energia à empresa Klabin S.A. pela perda da geração que ocorrerá na Companhia Hidrelétrica Salto Mauá para o período 2012 a 2016, devido a formação do reservatório da UHE Mauá. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da provisão era de R\$ 29.515 mil.

A provisão foi constituída com base no custo total estimado de compra de energia para indenização à empresa Klabin S.A. para o período 2014 a 2016.

NOTA 25 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas estão expostas a certos riscos, representados em processos tributários e reclamações trabalhistas e cíveis na esfera judicial com vários estágios de julgamento. A classificação dos processos é realizada de acordo com as expectativas de perda como provável, possível ou remota.

a) Processos com probabilidade de perda classificados como provável

A composição das provisões para contingências está assim demonstrada:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Passivo Não Circulante						
Trabalhistas						
Periculosidade	380	6.786	6.173	380	6.786	6.173
Horas extras	846	1.006	804	846	1.006	804
Reenquadramento salarial	17.866	25.773	12.776	17.866	25.773	12.776
Indenizações danos morais/materiais	207	2.607	1.195	207	2.607	1.195
FGTS/Expurgos inflacionários	111	339	386	111	339	386
Responsabilidade solidária/Verbas RCT	1.174	14.480	13.041	1.174	14.480	13.041
Diferenças benefícios ELOS	1.250	4.044	4.080	1.250	4.044	4.080
Outros	39.121	17.219	24.764	39.121	17.219	24.764
Depósitos vinculados a litígios	(39.440)	(24.679)	(31.057)	(39.440)	(24.679)	(31.057)
Trabalhistas	21.515	47.575	32.162	21.515	47.575	32.162
Cíveis						
Indenizações	43.720	26.295	21.037	43.720	26.295	21.037
Depósitos vinculados a litígios	(9.888)	(527)	(1.099)	(9.888)	(527)	(1.099)
Cíveis	33.832	25.768	19.938	33.832	25.768	19.938
Tributárias						
Notificações	1.283	47.616	5.154	1.283	47.616	5.154
Depósitos vinculados a litígios	(727)	(593)	(5.019)	(727)	(593)	(5.019)
Tributárias	556	47.023	135	556	47.023	135
	55.903	120.366	52.235	55.903	120.366	52.235

Os valores de R\$ 39.440 mil, R\$ 9.888 mil e R\$ 727 mil (R\$ 24.679 mil, R\$ 527 mil e R\$ 563 mil em dezembro de 2012) apresentados, no quadro acima, na rubrica “Depósitos vinculados a litígios”, correspondem a depósitos judiciais vinculados a processos trabalhistas, cíveis e tributários, que estão sendo demonstrados como redutores das provisões, em conformidade com o CPC 25.

Do valor de R\$ 39.121 mil (R\$ 17.219 mil em dezembro de 2012) demonstrado na rubrica “outros”, R\$ 32.723 mil (R\$ 13.870 mil em dezembro de 2012) referem-se a depósitos judiciais pendentes de alvarás para conclusão dos processos.

Em 17 de setembro de 2013 ocorreu o julgamento no CARF referente o recurso administrativo interposto pela Companhia relativo à autuação fiscal sobre as contribuições previdenciárias incidentes sobre o PREQ, e por unanimidade dos votos o recurso foi julgado favorável a Companhia.

A administração da Companhia, baseada na decisão ocorrida e na opinião do jurídico interno, optou pela reversão do referido provisionamento no montante de R\$ 48.355 mil (R\$ 46.430 mil em 2012) (ver nota 49).

As movimentações das provisões para o ano de 2013 e 2012 estão demonstradas a seguir:

Saldo em 1º de janeiro de 2012	52.235
Adições	77.122
Baixas	(21.626)
Atualização monetária	1.259
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	11.376
Saldo em 31 de dezembro de 2012	120.366
Adições	53.186
Baixas	(98.887)
Atualização monetária	5.494
Reclassificação de dep. Judiciais para o Ativo	(24.256)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	55.903

A Companhia registra na rubrica “Provisões para contingências”, apenas os valores dos depósitos judiciais vinculados a provisões cujo parecer da área jurídica foi “Perda Provável”, reduzindo as provisões para contingências. Os demais depósitos judiciais, aqueles considerados “Perda Possível” e “Perda Remota”, estão evidenciados no Ativo Não Circulante.

b) Processos com probabilidade de perda classificados como possível

A Companhia possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível, conforme distribuição a seguir:

Contingências	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cíveis	238.269	232.721	225.299
Trabalhistas	35.673	12.987	13.362
Tributárias	841	956	788
Total	274.783	246.664	239.449

Do valor de R\$ 238.269 mil do risco de perda possível da contingência cível, R\$ 169.193 mil refere-se à participação de 49% do valor das ações possíveis de perda do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul – CECS, cuja principal discussão de risco possível diz respeito à ação de indenização de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. no montante de R\$ 127.497 mil (valor proporcional à participação da Eletrosul).

c) Processos com probabilidade de perda classificados como remoto

A Companhia encontra-se em litígio administrativo-fiscal com a Receita Federal do Brasil pelos seguintes fatos:

c.1) Lei 8.727/93 – Créditos Renegociados com a União – imposto de renda da pessoa jurídica / contribuição social sobre o lucro líquido

Em 17 de dezembro de 2010, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2005 a 2009, firmando a improcedência legal da sistemática de diferimento do recolhimento dos tributos incidentes sobre a diferença não recebida dos créditos renegociados com a União. Além de reclamar crédito tributário sobre valores não recebidos em regime de competência desta Companhia, também desconsiderou os pagamentos tributários realizados no período da

exação, bem como desconsiderou seu procedimento fiscal realizado em 2001 sobre tais circunstâncias tributárias, oportunidade em que sequer manifestou-se em contrário ao procedimento, homologando tacitamente tal comportamento, de forma que esta Companhia em 18 de janeiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo a nulidade e insubsistência do auto incidente sobre as receitas financeiras não percebidas e decorrentes do parcelamento da Lei nº 8.727/1993.

Em 28 de junho de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 02 de setembro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 08 de maio de 2013 proveu parcialmente a reclamação da Companhia, de forma que a Fazenda Nacional interpôs recurso especial em 27 de setembro de 2013, pelo que aguarda sua admissibilidade, para que posteriormente seja intimada esta Eletrosul quanto ao teor da decisão última do órgão colegiado fiscal federal.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 445.589 mil.

c.2) PIS e COFINS – Contratos anteriores a 31/10/2003 – não cumulatividade x cumulatividade

Em 7 de janeiro de 2011, a Receita Federal do Brasil expediu auto de infração, relativo ao período de 2006 a 2007, com fundamento de que a incidência dos tributos sobre as receitas decorrentes dos contratos assinados até 31 de outubro de 2003 devem observar o regime de não cumulatividade, em detrimento do regime de cumulatividade, regime último adotado pela Companhia em consonância com os termos do Art. 10, inciso XI, Art. 15 da Lei nº 10.833/20013, c/c Art. 109 da Lei nº 11.196/2005, e em conformidade ao teor da Nota Técnica nº 224/2006-SFF-ANEEL, de forma que em 7 de fevereiro de 2011 impugnou o lançamento fiscal requerendo sua nulidade e insubsistência.

Em 10 de agosto de 2011 a contestação desta Companhia foi denegada pela Receita Federal do Brasil, sendo que em 17 de outubro de 2011, ainda em ambiente administrativo, se interpôs, tempestivamente, recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, cujo julgamento em 28 de novembro de 2012 do órgão colegiado federal, em voto de qualidade, desproveu a reclamação da Companhia, pelo que em 8 de março de 2013 esta contribuinte-reclamante opôs embargos de declaração, admitido parcialmente, e que aguarda julgamento.

Consubstanciada em opinião jurídica externa, a qual atribui grau de risco remoto à perda, inclusive em âmbito judicial, a Companhia opta por manter o não provisionamento contábil do auto de infração ao Balanço, cuja importância atualizada, se finda em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 137.665 mil.

NOTA 26 – PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	673	607	544	687	793	618
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	336	330	299	343	395	337
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	30.340	25.394	28.634	31.042	28.110	30.701
Total	31.349	26.331	29.477	32.072	29.298	31.656

A

Lei nº 9.991/2000 estabelece que as empresas detentoras de concessão para exploração de serviços de energia elétrica são obrigadas a realizar investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), visando o aperfeiçoamento tecnológico da atividade, em montante equivalente a 1% da ROL, sendo 0,40% para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), 0,40% para Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 0,20% destinados à Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

NOTA 27 – CONCESSÕES A PAGAR - USO DE BEM PÚBLICO

A Companhia possui contratos de concessão onerosos com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica nas usinas Passo São João, Mauá e São Domingos. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões foram registrados no intangível em contrapartida do passivo não circulante.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária está sendo capitalizada no ativo durante a construção das usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

Uso do Bem Público	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ativo não circulante (intangível - nota 18)						
Usina Passo São João	3.880	4.021	4.069	3.880	4.021	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	11.902	12.352	12.357	11.902	12.352	12.357
Usina São Domingos	9.070	9.228	4.774	9.070	9.228	4.774
	24.852	25.601	21.200	24.852	25.601	21.200
Passivo circulante*						
Usina Passo São João	302	285	-	302	285	-
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	904	854	-	904	854	-
Usina São Domingos	771	731	-	771	731	-
	1.977	1.870	-	1.977	1.870	-
Passivo não circulante						
Usina Passo São João	3.538	4.122	4.069	3.538	4.122	4.069
Usina Mauá (Consórcio Cruzeiro do Sul - 49%)	10.739	12.547	12.357	10.739	12.547	12.357
Usina São Domingos	8.537	9.838	4.774	8.537	9.838	4.774
	22.814	26.507	21.200	22.814	26.507	21.200
	24.791	28.377	21.200	24.791	28.377	21.200

*Os saldos de UBP no passivo circulante estão classificados na rubrica outros passivos.

Os pagamentos da UBP serão realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

Usinas	Período de pagamento	Valores originais		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
Usina Passo São João	04/2012 a 08/2041	200	5.867	301	8.831
Usina Mauá*	10/2012 a 07/2042	618	18.386	904	26.758
Usina São Domingos	02/2012 a 12/2037	260	6.717	771	19.816

* Corresponde à participação de 49% no empreendimento.

NOTA 28 – PROVISÕES OPERACIONAIS

A composição de saldos de provisões operacionais é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
UHE Passo São João	4.227	15.932	-	4.227	15.932	-
UHE Mauá	51.478	88.969	-	51.478	88.969	-
PCH Barra Rio Chapeu	7.396	-	-	7.396	-	-
PCH João Borges	2.800	-	-	2.800	-	-
UHE São Domingos	23.195	-	-	23.195	-	-
RS Energia	14.098	-	-	14.098	-	-
PVTE	8.089	-	-	8.089	-	-
	111.283	104.901	-	111.283	104.901	-
Não circulante						
UHE Mauá	13.448	-	-	13.448	-	-
	13.448	-	-	13.448	-	-
	124.731	104.901	-	124.731	104.901	-

As provisões operacionais referem-se a compromissos futuros assumidos e ainda não concluídos na data do início da operação comercial dos empreendimentos. Referidos valores foram capitalizados no início da operação comercial dos empreendimentos.

NOTA 29 – OUTROS PASSIVOS

A composição de saldos de outros passivos é apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Circulante						
Indenizações / desapropriações	480	2.440	2.120	480	2.453	2.018
MME-PRODEEM-Convênio nº 009/2004	1.290	1.376	1.287	1.290	1.376	1.287
Convênios Eletrobras	-	989	4.590	-	989	4.590
Taxa de fiscalização - ANEEL	279	422	337	279	880	590
Reserva Global de Reversão (RGR)	280	-	1.397	334	1.512	2.074
Valores a reembolsar - Copel	10.970	4.349	27.381	10.970	4.349	27.381
Caução em garantia Eletronet	-	48.367	-	-	48.367	-
Concessões a pagar - Uso do Bem Público	1.977	1.870	-	1.977	1.870	-
Outros	42.240	35.839	38.257	42.378	40.439	33.808
	57.516	95.652	75.369	57.708	102.235	71.748
Não Circulante						
Outros	48	57	55	176	4.984	2.954
	48	57	55	176	4.984	2.954
	57.564	95.709	75.424	57.884	107.219	74.702

O valor na rubrica “Caução em garantia Eletronet” constante no balanço de 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 48.367 mil, foi transformado em financiamento junto a Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras, conforme divulgado na nota 21.

NOTA 30 – OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO*

A Eletrosul e suas controladas possuem contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado e contratos bilaterais, conforme demonstrado a seguir.

	Controladora					
	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018
Posições vendidas						
Volume MW	1.906.000,800	1.752.700,800	1.757.502,720	1.752.700,800	1.757.080,800	36.391.461,120
Preço MWh	166,50	164,23	164,23	164,23	164,15	164,37
Total	317.355	287.844	288.633	287.844	288.423	5.981.710
Posições compradas						
Volume MW	316.646,57	1.502.201,24	1.226.299,10	1.222.948,56	1.222.948,56	19.238.356,18
Preço MWh	169,29	164,90	179,81	171,46	156,54	136,91
Total	53.606	247.709	220.505	209.687	191.438	2.633.911

*

Informações não auditadas pelos auditores independentes.

As posições vendidas referem-se a contratos relativos às UHE Passo São João, São Domingos, Mauá (relativo à participação de 49%), UEE Cerro chato I, II e III, bem como PCHs Barra do Rio Chapéu, João Borges e Santo Cristo, esta última a partir de 2018.

Com relação às posições compradas, os valores previstos são relativos ao contrato de compra e venda de energia firmado com sua controlada em conjunto, a Energia Sustentável do Brasil S/A (UHE Jirau), por ser a Eletrosul garantidora junto ao agente financiador, o BNDES, da energia não comercializada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) pelo empreendimento, proporcionalmente à participação acionária.

NOTA 31 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

a) Plano de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo básico a complementação do salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, para o Plano de Benefício Definido (BD) e em 1º de janeiro de 2010, passou a vigorar o Plano de Contribuição Definida (CD), que foi ofertado de forma optativa aos empregados.

No Plano de Contribuição Definida (CD) as contribuições são acumuladas em contas individuais de participantes e patrocinadora e decorrem de plano de custeio pré estabelecido, anualmente, pelo atuário responsável pelo programa que é também administrado pela Fundação ELOS.

Os planos patrocinados, que são da modalidade de benefício definido e de contribuição definida, contava, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme quadro abaixo, com o seguinte perfil populacional:

DADOS POPULACIONAIS PLANO BD	31.12.2013	31.12.2012
1. Participantes ativos		
1.1. Número	648	672
1.2. Idade Média	49,0	48,3
1.3. Salário Médio em R\$	9.040,85	8.446,83
2. Aposentados		
2.1. Número	567	550
2.2. Idade Média	60,7	60,2
2.3. Benefício Médio em R\$	5.951,47	5.779,06
3. Pensionistas		
3.1. Número	46	43
3.2. Benefício Médio em R\$	2.746,22	2.510,61
Total dos Benefícios Mês (R\$ mil)	3.501	3.286
Total dos Benefícios Continuados Anual (R\$ mil) (13x)	45.511	42.724

A partir de 15 de dezembro de 2000, o custeio do plano passou a ser paritário entre patrocinadora e empregados, excetuando-se o ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço.

As obrigações relativas a esses programas foram estimadas atuarialmente por consultoria independente e representam o valor atual dos benefícios concedidos e a conceder aos beneficiários.

b) Obrigações da patrocinadora

As obrigações da patrocinadora para com a Fundação, incluindo a complementação para cobertura do passivo atuarial e respeitando a paridade contributiva definida no artigo 21 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e no estatuto da Fundação, bem como o passivo atuarial calculado conforme o CPC 33 (R1), estão a seguir demonstradas:

	Controladora			31.12.2012	01.01.2012
	31.12.2013				
	circulante	não circulante	total	total	total
Aposentadoria especial - SB 40	2.648	4.154	6.802	5.634	12.203
Cont. adicional/averbação tempo de serviço	3.351	-	3.351	6.162	8.731
Contribuição suplementar	717	8.367	9.084	9.213	9.194
Contribuição sobre benefício da geração atual	1.078	28.520	29.598	28.858	27.137
Diferença reserva matemática	150	4.723	4.873	4.749	4.756
Subtotal	7.944	45.764	53.708	54.616	62.021
Contribuição normal	3.789	-	3.789	3.806	3.373
Passivo atuarial - benefício pós emprego (PID) (nota 23)	-	9.356	9.356	-	-
Passivo atuarial - plano recuperação saúde	-	5.760	5.760	6.457	5.324
Passivo atuarial previdenciário	-	26.242	26.242	187.290	14.390
Total	11.733	87.122	98.855	252.169	85.108

O montante de R\$ 6.802 mil na rubrica “aposentadoria especial – SB 40” refere-se a ônus decorrente da conversão de aposentadorias especiais em aposentadorias por tempo de serviço concernente aos seus empregados. O término destes compromissos cessa quando o aposentado concluir o tempo de aquisição, sendo o benefício atualizado pelo INPC.

O montante de R\$ 3.351 mil na rubrica “contribuição adicional” refere-se a instrumento particular de confissão e parcelamento de dívidas para cobertura do cadastramento por tempo de serviço, firmado em 20 de dezembro de 1993, com liquidação em 240 parcelas mensais até dezembro de 2014.

O montante de R\$ 9.084 mil na rubrica contribuição suplementar refere-se a Reserva Matemática Contratada – Serviço Passado, contratado em 1º de abril de 2008, para ser liquidado em 192 parcelas mensais, até dezembro de 2023. Ambos os valores são atualizados pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O montante de R\$ 29.598 mil na rubrica “contribuição sobre o benefício da geração atual” refere-se a empregados inscritos no plano BD que migraram para o novo Plano de Contribuição definida – CD. Essa dívida foi contratada em 26 de abril de 2012 para ser liquidada em 240 parcelas mensais, até abril de 2032. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

O valor de R\$ 4.873 mil na rubrica “diferença reserva matemática” teve contrato assinado em 19 de agosto de 2011 para ser liquidado em 252 parcelas mensais até dezembro de 2023. O contrato é atualizado pelo INPC + 6% de juros ao ano.

c) Cálculo atuarial do programa de benefícios

Os valores apurados em laudo atuarial, relativo ao Programa, separadamente para os benefícios de aposentadorias e de assistência à saúde, reconhecidos no balanço patrimonial, são os seguintes:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(936.520)	(1.157.165)	(741.299)
Valor justo dos ativos do plano	863.373	920.893	726.909
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(73.147)	(236.272)	(14.390)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	(73.147)	(236.272)	(14.390)
Dívida Contratada - passivo reconhecido no balanço	(46.906)	(48.982)	(49.818)
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(5.760)	(6.457)	(5.324)
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(5.760)	(6.457)	(5.324)
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - regra 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(5.760)	(6.457)	(5.324)
PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor presente das obrigações atuariais	(9.356)	-	-
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(9.356)	-	-
Ativo de benefício - Asset Ceiling - IAS 19 - regra 58	-	-	-
Ativo (Passivo) Atuarial	(9.356)	-	-

A

movimentação relativa às obrigações e ativos em cada exercício foi a seguinte:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.157.165	741.299	775.906
Custo de serviço corrente	10.536	10.620	8.034
Juros sobre a obrigação atuarial	98.939	74.368	66.347
Benefícios pagos no ano	(39.361)	(40.520)	(35.913)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(290.759)	371.398	(73.075)
Valor presente das obrigações	936.520	1.157.165	741.299
Valor justo dos ativos no início do ano	920.893	726.909	849.593
Benefícios pagos durante o exercício	(39.361)	(40.520)	(35.913)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	6.133	10.225	11.251
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	13.481	16.652	17.011
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(37.773)	207.627	(115.033)
Valor justo dos ativos	863.373	920.893	726.909

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD Risco	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	33.163	-	-
Custo de serviço corrente	2.380	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	2.835	-	-
Benefícios pagos no ano	(281)	-	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(13.382)	-	-
Valor presente das obrigações	24.715	-	-
Valor justo dos ativos no início do ano	118.403	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(281)	-	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	3.603	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	(59.100)	-	-
Valor justo dos ativos	62.625	-	-
PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	6.457	5.324	4.147
Custo de serviço corrente	-	-	281
Juros sobre a obrigação atuarial	552	386	318
Benefícios pagos no ano	(590)	(637)	(268)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(659)	1.384	846
Valor presente das obrigações	5.760	6.457	5.324
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	(590)	(637)	(268)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	590	637	268
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-	-
PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	-	-	-
Custo de serviço passado	9.356	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	-	-	-
Benefícios pagos no ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	-	-	-
Valor presente das obrigações	9.356	-	-
Valor justo dos ativos no início do ano	-	-	-
Benefícios pagos durante o exercício	-	-	-
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	-	-	-
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	-	-	-
Rendimento efetivo dos ativos no ano	-	-	-
Valor justo dos ativos ao final do ano	-	-	-
(Ganho)/Perda sobre os ativos do Plano	-	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-	-

d) Ativos garantidores

Os ativos garantidores do programa de benefícios do Plano BD-ELOS/Eletrosul estão assim compostos:

ATIVOS GARANTIDORES	31.12.2013	%
Renda Fixa	675.596	78,2%
Renda Variável	136.379	15,8%
Investimentos estruturados	10.510	1,2%
Imóveis	28.155	3,3%
Empréstimos	23.045	2,7%
Ativo Disponível	65.547	7,6%
Contrib. a Receber de Patrocinadoras	(46.712)	-5,4%
Outros Ativos a Receber	(29.147)	-3,4%
Total	863.373	100,0%

e) Valores reconhecidos como resultados dos exercícios

Os valores reconhecidos nos resultados estão demonstrados abaixo:

PLANO PREVIDENCIÁRIO - BD	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	10.536	10.620
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	98.939	74.368
Contribuições esperadas de participante	-	-
Rendimento esperado dos ativos	(78.736)	(72.289)
Total	30.739	12.699

PLANO PREVIDENCIÁRIO - CD	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	2.380	4.146
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	2.380	4.146

PLANO DE RECUPERAÇÃO DE SAÚDE	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço corrente	-	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	552	386
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	552	386

PLANO DE SAÚDE - BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (PID)	31.12.2013	31.12.2012
Custo de serviço passado	9.356	-
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-
Rendimento esperado dos ativos	-	-
Total	9.356	-

f) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

Ganhos (perdas) atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Ganhos (perdas) atuariais do exercício:			
Plano previdenciário - BD	(178.305)	176.862	32.900
Plano previdenciário - CD risco	1.223	-	-
Plano de recuperação de saúde	(660)	1.384	846
Total	(177.742)	178.246	33.746

Outros resultados abrangentes acumulados (líquidos de impostos diferidos)

	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Plano previdenciário - BD	62.022	185.458	67.382
Plano previdenciário - CD risco	807	-	-
Plano de recuperação de saúde	1.157	1.718	720
Total	63.986	187.176	68.102

g) As premissas atuariais e financeiras utilizadas nas projeções foram:

HIPÓTESES ECONÔMICAS	31.12.2013	31.12.2012
Taxa anual de juros de desconto atuarial	12,06%	8,55%
Taxa anual de juros real de desconto atuarial	6,42%	3,49%
Taxa anual de inflação projetada	5,30%	4,89%
Projeção de aumento médio de salário	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	12,06%	8,55%
Fator de Incremento de Custos da Saúde	3,50%	3,50%
HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	LIGHT F	LIGHT F
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

Taxa de juros de longo prazo

A partir de 2012, a taxa de juros utilizada foi a do mercado dos títulos do governo federal, conforme critério recomendado pelas normas de contabilidade, para prazos similares aos dos fluxos de obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito “*Duration*”. Essas taxas foram respectivamente de 6,42% (3,49% em 2012).

h) Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R\$ 14.811 mil com o Plano de Benefício Definido.

i) Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade das principais hipóteses estão apresentadas a seguir:

Plano previdenciário - BD	Tábua Biométrica		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25 %	- 0,25 %	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	947.657	924.905	910.794	963.500	936.520
Valor justo dos ativos do plano	863.373	863.373	863.373	863.373	863.373
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(84.284)	(61.532)	(47.421)	(100.127)	(73.147)
Variações					
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,2%	-1,2%	-2,7%	2,9%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	15,2%	-15,9%	-35,2%	36,9%	-

Plano previdenciário - CD risco	Tábua Biométrica		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25 %	- 0,25 %	
Montante do:					
Valor presente da obrigação atuarial do plano	25.075	24.342	24.135	25.320	24.715
Valor justo dos ativos do plano	62.625	62.625	62.625	62.625	62.625
Superávit/(Déficit) técnico do plano	37.550	38.283	38.490	37.305	37.910
Variações					
Aumento/redução da obrigação atuarial	1,5%	-1,5%	-2,3%	2,4%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	-0,9%	1,0%	1,5%	-1,6%	-

Plano de recuperação da saúde	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25 %	- 0,25 %	+ 0,25 %	- 0,25 %	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	5.767	5.753	6.585	5.044	5.702	5.820	5.760
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(5.767)	(5.753)	(6.585)	(5.044)	(5.702)	(5.820)	(5.760)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,1%	-0,1%	14,3%	-12,4%	-1,0%	1,0%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,1%	-0,1%	14,3%	-12,4%	-1,0%	1,0%	-

Plano de saúde - benefício rescisório de de longo prazo	Tábua Biométrica		HCTR		Taxas de Juros		Parâmetros deste Demonstrativo
	Idade -1	Idade +1	+ 0,25 %	- 0,25 %	+ 0,25 %	- 0,25 %	
Montante do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	9.371	9.339	9.472	9.241	9.302	9.410	9.356
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-	-	-	-	-
Superávit/(Déficit) técnico do plano	(9.371)	(9.339)	(9.472)	(9.241)	(9.302)	(9.410)	(9.356)
Variações							
Aumento/redução da obrigação atuarial	0,2%	-0,2%	1,2%	-1,2%	-0,6%	0,6%	-
Aumento/redução dos ativos do plano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	-
Aumento/redução do Superávit/(Déficit) técnico do plano	0,2%	-0,2%	1,2%	-1,2%	-0,6%	0,6%	-

NOTA 32 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DIVIDENDOS

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Eletrosul é de R\$ 4.295.250 mil, representado por 101.117.798 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. A composição acionária da Companhia nessa mesma data é a seguinte:

Acionistas:	Quantidade de Ações	Capital Social	% de Participação
ELETROBRAS	100.993.125	4.289.954	99,8767
USIMINAS	57.901	2.461	0,0573
CEEE	49.519	2.105	0,0490
COPEL	14.195	601	0,0140
CELESC	1.544	64	0,0015
CSN	1.194	52	0,0012
OUTROS	320	13	0,0003
Total	101.117.798	4.295.250	100,00

O

valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 54,32 (R\$ 51,63 em dezembro de 2012).

b) Aumento de capital

Em 21 de outubro de 2013, foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária, a incorporação de R\$ 554.840 mil ao capital social, recebidos em adiantamento para futuro aumento de capital social da acionista Eletrobras, que corresponde a aumento de 10.856.683 ações. O montante aportado estava anteriormente classificado na conta de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no passivo não circulante, conforme nota 13. Os demais acionistas não exerceram seus direitos de preferência, conforme legislação vigente.

Com estas alterações a mutação do capital social em 2013 pode ser assim apresentada:

	Capital Social	Quantidade de Ações
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.740.410	90.261.115
Integralização	554.840	10.856.683
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.295.250	101.117.798

c) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Reserva legal	115.767	102.528	99.236
Reserva para investimento	956.644	956.644	956.644
	1.072.411	1.059.172	1.055.880

d) Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial, de R\$ 63.387 mil, compreende o ajuste do valor justo *de hedge accounting* da SPE controlada em conjunto ESBR Participações S/A, no valor negativo de R\$ 600 mil e o reconhecimento de ganhos e perdas atuariais registrados conforme o CPC 33 (R1) (nota 31), no valor de R\$ 63.987 mil.

e) Lucro básico e diluído por ação ordinária

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	264.785	65.833
Número de ações ordinárias	101.117.798	90.261.115
Lucro básico por ação ordinária	2,62	0,73
Média ponderada de ações ordinárias	92.402.707	52.871.686
Lucro diluído por ação ordinária	2,87	1,25

A Companhia provisionou em 2013 o valor de R\$ 62.886 mil a título de dividendos mínimos obrigatórios e contabilizou no patrimônio líquido o valor de R\$ 188.660 mil como dividendos adicionais propostos, que serão submetidos à Assembleia Geral Ordinária (AGO). Em 2012, foi provisionado o valor como dividendos mínimos foi de R\$ 15.635 mil e como dividendos adicionais excedentes ao mínimo obrigatório, o valor de R\$ 46.906 mil.

f) Dividendos

Os dividendos em 2013 e em 2012 foram calculados conforme segue:

	31.12.2013	31.12.2012
Lucro líquido do exercício	264.785	65.833
Reserva legal sobre o lucro líquido (5%)	(13.239)	(3.292)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	251.546	62.541
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	62.886	15.635
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório a disposição da AGO	188.660	46.906
Dividendos propostos	251.546	62.541

Movimentação dos dividendos:

	31.12.2013	31.12.2012
Saldo no exercício anterior	15.636	24.552
Dividendos adicionais propostos exercício anterior	46.906	73.652
Atualização SELIC	5.131	8.298
Pagamentos	(67.672)	(106.501)
Dividendos mínimos obrigatórios	62.886	15.635
Saldo no final do exercício	62.887	15.636

NOTA 33 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O total da remuneração atribuída aos diretores e conselheiros de administração está demonstrado a seguir:

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Diretores	Conselheiros	Diretores	Conselheiros
Remuneração e benefícios	2.315	262	1.825	238
Encargos sociais e outros	498	52	399	49
Total	2.813	314	2.224	287

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são como segue:

ATIVO	Controladora					
	31.12.2013				31.12.2012	01.01.2012
	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	1.127.707	-	-	1.127.707	2.603.937	607.391
Eletrobras	1.128			1.128	747	747
Partes Relacionadas						
CEAL	277	-	-	277	496	322
CELG Distribuição	1.405	-	-	1.405	2.065	1.215
CEPISA	1.078	-	-	1.078	1.525	373
CERON	755	-	-	755	118	148
CGTEE	318	-	-	318	252	89
Chesf	6.631	-	-	6.631	7.802	7.951
Eletroacre	-	-	-	-	9	25
Eletronorte	5.066	-	-	5.066	5.650	5.943
Eletronuclear	528	-	-	528	470	461
Furnas	3.490	-	-	3.490	3.697	3.728
ITAIPU	164	-	-	164	193	(3)
Subsidiárias e Controladas						
Artemis*	-	-	-	-	16.482	5.364
Cerro Chato I*	-	-	-	-	7	86.764
Cerro Chato II*	-	-	-	-	6	80.914
Cerro Chato III*	-	-	-	-	183	75.446
Porto Velho*	-	-	-	-	1.357	50.005
RS Energia*	-	-	-	-	2.332	70.533
Uirapuru	5.304	1.736	-	7.040	7.035	6.207
Controladas em conjunto						
Costa Oeste	-	458	15.104	15.562	-	-
Etau	62	58	-	120	592	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060
Livramento	112	-	-	112	20	3.742
Marumbi	-	101	4.505	4.606	-	-
Norte Brasil	-	-	-	-	804	250
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.067
TSBE	208	1.440	86.400	88.048	31.898	-
TSLE	474	-	102.620	103.094	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.154.707	3.793	208.629	1.367.129	2.687.677	1.015.310

*Empresas incorporadas em 2013.

		Consolidado				
		31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
ATIVO	Contas a receber	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	1.127.707	-	-	1.127.707	2.603.937	607.391
Eletrobras	1.128	-	-	1.128	747	747
Partes Relacionadas						
CEAL	281	-	-	281	496	363
CELG Distribuição	1.430	-	-	1.430	2.065	1.215
CEPISA	1.084	-	-	1.084	1.525	426
CERON	755	-	-	755	118	152
CGTEE	324	-	-	324	252	100
Chesf	6.872	-	-	6.872	7.802	9.183
Eletroacre	-	-	-	-	9	29
Eletronorte	5.257	-	-	5.257	5.650	6.850
Eletronuclear	528	-	-	528	470	532
Furnas	3.614	-	-	3.614	3.697	4.269
ITAIPU	164	-	-	164	193	(3)
Controladas						
Uirapuru	1.327	-	-	1.327	1.282	-
Controladas em conjunto						
Costa Oeste	-	458	15.104	15.562	-	-
Etau	62	58	-	120	592	568
Integração	-	-	-	-	-	2.060
Livramento	112	-	-	112	20	3.742
Marumbi	-	101	4.505	4.606	-	-
Norte Brasil	-	-	-	-	804	250
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	-	5.060
TSBE	208	1.440	86.400	88.048	31.898	-
TSLE	474	-	102.620	103.094	-	-
TOTAL DO ATIVO	1.151.327	2.057	208.629	1.362.013	2.661.557	642.934

		Controladora				
		31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
PASSIVO	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Total	Total
Controladores						
Eletrobras	1.344.365	-	59.284	1.403.649	1.627.034	2.698.528
Partes Relacionadas						
Chesf	50	-	-	50	74	-
Eletronorte	32	-	-	32	63	-
Furnas	62	-	-	62	101	9
Subsidiárias e Controladas						
Artemis*	-	-	-	-	2	-
Porto Velho*	-	-	-	-	2	-
RS Energia*	-	-	-	-	1	-
Uirapuru	2	-	-	2	1	-
Controladas em conjunto						
Etau	3	-	-	3	1	-
Norte Brasil	-	-	-	-	-	(8.536)
TSLE	5	-	-	5	-	-
TOTAL DO PASSIVO	1.344.519	-	59.284	1.403.803	1.627.279	2.690.001

*Empresas incorporadas em 2013.

PASSIVO	Consolidado				
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
	Contas a pagar	Dividendos	AFAC	Total	Total
Controladores					
Eletrobras	1.344.365	-	59.284	1.403.649	1.697.449
Partes Relacionadas					
Chesf	50	-	-	50	74
Eletronorte	32	-	-	32	63
Furnas	62	-	-	62	101
Controladas em conjunto					
Etau	3	-	-	3	1
TSLE	5	-	-	5	-
TOTAL DO PASSIVO	1.344.517	-	59.284	1.403.801	1.697.688

RESULTADO	Controladora				
	31.12.2013			31.12.2012	01.01.2012
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Total
Controladores					
União (Governo Federal)	-	-	191.818	191.818	132.087
Eletrobras	269	(283)	(142.412)	(142.426)	(122.164)
Partes Relacionadas					
CEAL	2.619	(5)	-	2.614	4.384
CELG Distribuição	14.026	-	-	14.026	19.816
CEPISA	8.880	-	-	8.880	13.349
CERON	4.427	(73)	-	4.354	1.247
CGTEE	2.741	-	-	2.741	1.766
Chesf	88.085	(739)	-	87.346	76.717
Eletroacre	-	-	-	-	194
Eletronorte	69.161	(876)	-	68.285	55.764
Eletronuclear	5.904	-	-	5.904	4.540
Furnas	42.928	(785)	-	42.143	35.311
ITAIPU	29	-	-	29	57
Subsidiárias e Controladas					
Artemis*	-	-	-	-	6.254
Cerro Chato I*	-	-	-	-	66
Cerro Chato II*	-	-	-	-	66
Cerro Chato III*	-	-	-	-	65
Porto Velho*	-	-	-	-	53
RS Energia*	-	-	-	-	1.339
Uirapuru	2.450	(21)	-	2.429	2.302
Controladas em conjunto					
Etau	760	(25)	-	735	802
Livramento	125	-	-	125	110
Marumbi	-	-	-	-	262
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	242
TSBE	2.595	-	-	2.595	131
TSLE	8.236	-	-	8.236	-
TOTAL DO RESULTADO	253.235	(2.807)	49.406	299.834	234.760

*Empresas incorporadas em 2013.

RESULTADO	Consolidado					
	31.12.2013				31.12.2012	01.01.2012
	Receitas	Encargos e Serviços	Resultado Financeiro	Total	Total	Total
Controladores						
União (Governo Federal)	-	-	191.818	191.818	132.087	113.225
Eletrobras	269	(283)	(142.412)	(142.426)	(292.558)	(101.326)
Partes Relacionadas						
CEAL	2.639	(5)	-	2.634	4.384	2.974
CELG Distribuição	14.026	-	-	14.026	19.816	11.636
CEPISA	8.902	-	-	8.902	13.349	4.269
CERON	4.452	(73)	-	4.379	1.247	1.533
CGTEE	2.765	-	-	2.765	1.766	1.620
Chesf	90.582	(739)	-	89.843	76.717	74.664
Eletoacre	-	-	-	-	194	237
Eletronorte	71.172	(876)	-	70.296	55.764	62.525
Eletronuclear	5.959	-	-	5.959	4.540	5.586
Furnas	44.092	(785)	-	43.307	35.311	33.511
ITAIPU	29	-	-	29	57	-
Controladas						
Uirapuru	613	(5)	-	607	573	-
Controladas em conjunto						
Etau	760	(25)	-	735	802	670
Livramento	125	-	-	125	110	-
Marumbi	-	-	-	-	262	-
Santa Vitória do Palmar	-	-	-	-	242	-
TSBE	2.595	-	-	2.595	131	-
TSLE	8.236	-	-	8.236	-	-
TOTAL DO RESULTADO	257.216	(2.791)	49.406	303.830	54.794	211.124

As principais operações com partes relacionadas são as seguintes:

- União Federal: créditos de energia renegociados (Lei 8.727/93) e créditos indenizatórios (Lei 12.783/13);
- Eletrobras: empréstimos e financiamentos, AFAC, dividendos e encargos financeiros;
- Empresas controladas e/ou controladas em conjunto: dividendos, AFAC, receitas de transmissão e comercialização, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros;
- Partes relacionadas: clientes, créditos diversos, fornecedores, receitas de transmissão, geração e prestação de serviços, encargos do sistema de transmissão (EUST), serviços de terceiros.

NOTA 35 – TREINAMENTOS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL*

A Companhia tem como política permanente a qualificação dos dirigentes e empregados, tendo apresentado os seguintes indicadores:

Indicadores	Controladora	
	31.12.2013	31.12.2012
Empregados treinados	1.244	1.427
Homem hora treinados	77.195	121.248
Índice empregados treinados (%)	81%	93%
Média hora treinamento	62	85
Força de trabalho treinada (%)	2,4%	4,1%
Investimento total (mil)	1.258	2.833
Valor médio investido por empregado (mil)	1,0	2,0*

Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 36 – RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Administração da Companhia definiu os segmentos de negócios adotados para a gestão conforme a seguir:

- a) **Geração:** o seguimento de negócio Geração representa os negócios relativos a geração e comercialização de energia oriundo das Usinas Mauá, Passo São João, São Domingos, PCH Barra do Rio Chapéu e PCH João Borges.
- b) **Transmissão – contratos renovados:** o seguimento de negócio Transmissão – contratos não renovados - representa os negócios de transmissão oriundos do contrato de concessão ANEEL 57/2001, renovado por 30 anos, nas condições da Lei nº 12.783/2013. O valor das novas tarifas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2013, foram publicadas pela portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579/2013 (nota 2, c).
- c) **Transmissão – contratos não renovados:** o seguimento de negócio Transmissão – contrato não renovados – representa os negócios de transmissão oriundos dos contratos de concessão e autorizações da ANEEL que ainda não passaram por processo de renovação.

O resultado apurado por segmento de negócio está a seguir demonstrado:

	Controladora							
	31.12.2013				31.12.2012			
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	287.651	411.628	244.683	943.962	269.990	-	881.132	1.151.122
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(27.934)	-	-	(27.934)	(166.241)	-	-	(166.241)
Energia comprada para revenda	(41.864)	-	-	(41.864)	(159.526)	-	-	(159.526)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	13.930	-	-	13.930	(6.715)	-	-	(6.715)
Custo de Operação	(125.617)	(230.325)	(23.135)	(379.077)	(30.694)	-	(224.423)	(255.117)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(26.209)	(219.213)	(20.694)	(266.116)	(6.188)	-	(218.765)	(224.953)
Depreciação e amortização	(79.836)	-	-	(79.836)	(12.245)	-	-	(12.245)
Taxa de fiscalização	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	70	7	77	(7.264)	-	(2.213)	(9.477)
Outros	(18.806)	(8.013)	(757)	(27.576)	(4.997)	-	(3.445)	(8.442)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-	(10.633)	-	(10.633)	(52)	-	(9.353)	(9.405)
Custo de construção	-	-	(75.835)	(75.835)	-	-	(82.730)	(82.730)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	134.100	170.670	145.713	450.483	73.003	-	564.626	637.629
Despesas operacionais	(17.181)	(120.348)	(49.366)	(186.895)	(8.891)	-	(272.500)	(281.391)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	(73.695)	-	(73.695)	-	-	-	-
RESULTADO DO SERVIÇO	116.919	(23.373)	96.347	189.893	64.112	-	292.126	356.238
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(50.201)	14.061	34.359	(1.781)	(12.520)	-	62.220	49.700
Resultado Financeiro	(112.576)	109.295	(56.007)	(59.288)	(12.543)	-	(151.160)	(163.703)
Impairment	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)	(81.242)	-	(68.430)	(149.672)
Contratos Onerosos	488.601	-	-	488.601	(896.494)	-	-	(896.494)
Outras receitas/despesas	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)	(857)	-	(13.227)	(14.084)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	329.588	94.137	(65.674)	358.051	(939.544)	-	121.529	(818.015)
Indenizações Lei 12.783/13	-	25.092	-	25.092	-	-	577.802	577.802
LUCRO OPERACIONAL	329.588	119.229	(65.674)	383.143	(939.544)	-	699.331	(240.213)
Contribuição social	(33.420)	(7.047)	8.803	(31.664)	92.396	-	(11.951)	80.445
Imposto de renda	(91.502)	(19.293)	24.101	(86.694)	259.118	-	(33.517)	225.601
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204.666	92.889	(32.770)	264.785	(588.030)	-	653.863	65.833

	Consolidado							
	31.12.2013				31.12.2012			
	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total	Geração	Transmissão Renovadas	Transmissão Não Renovadas	Total
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	308.879	409.199	341.272	1.059.350	305.705	-	1.179.699	1.485.404
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com Energia Elétrica	(27.934)	-	-	(27.934)	(166.247)	-	-	(166.247)
Energia comprada para revenda	(41.864)	-	-	(41.864)	(159.532)	-	-	(159.532)
Provisão (reversão) perdas contrato oneroso	13.930	-	-	13.930	(6.715)	-	-	(6.715)
Custo de Operação	(139.407)	(230.325)	(25.140)	(394.872)	(58.947)	-	(225.776)	(284.723)
Pessoal, material e serviços de terceiros	(28.251)	(219.213)	(22.606)	(270.070)	(9.593)	-	(220.451)	(230.044)
Depreciação e amortização	(89.997)	-	-	(89.997)	(33.994)	-	-	(33.994)
Taxa de fiscalização	(766)	(3.169)	(1.691)	(5.626)	-	-	-	-
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	70	(106)	(36)	(7.264)	-	(2.141)	(9.405)
Outros	(20.393)	(8.013)	(737)	(29.143)	(8.096)	-	(3.184)	(11.280)
Custo do serviço prestado a terceiros	-	(10.633)	(449)	(11.082)	(52)	-	(9.353)	(9.405)
Custo com construção	-	-	(117.925)	(117.925)	-	-	(261.125)	(261.125)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	141.538	168.241	197.758	507.537	80.459	-	683.445	763.904
Despesas Operacionais	(19.028)	(120.348)	(53.467)	(192.843)	(12.796)	-	(277.342)	(290.138)
Plano de incentivo ao desligamento - PID	-	(73.695)	-	(73.695)	-	-	-	-
RESULTADO DO SERVIÇO	122.510	(25.802)	144.291	240.999	67.663	-	406.103	473.766
Outras receitas e despesas operacionais								
Resultado de participações societárias	(51.548)	14.061	16.709	(20.778)	(9.634)	-	16.402	6.768
Resultado Financeiro	(116.050)	109.295	(77.438)	(84.193)	(18.939)	-	(200.446)	(219.385)
Impairment	(110.327)	-	(137.251)	(247.578)	(81.242)	-	(68.430)	(149.672)
Contratos Onerosos	488.601	-	-	488.601	(896.494)	-	-	(896.494)
Outras receitas/despesas	(2.828)	(5.846)	(3.122)	(11.796)	(1.567)	-	(13.533)	(15.100)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13	330.358	91.708	(56.811)	365.255	(940.213)	-	140.096	(800.117)
Indenizações Lei 12.783/13	-	25.092	-	25.092	-	-	577.802	577.802
LUCRO OPERACIONAL	330.358	116.800	(56.811)	390.347	(940.213)	-	717.898	(222.315)
Contribuição social	(33.612)	(7.047)	7.689	(32.970)	92.609	-	(16.429)	76.180
Imposto de renda	(92.080)	(19.293)	21.259	(90.114)	259.771	-	(45.125)	214.646
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	204.666	90.460	(27.863)	267.263	(587.833)	-	656.344	68.511

NOTA 37 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida em atendimento ao CPC 30 – Receitas é apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita de geração de energia elétrica	267.248	31.432	289.280	68.500
Receita de comercialização de energia elétrica	48.516	266.012	48.516	266.012
Receita do serviço de O&M - renovadas	430.595	-	430.595	-
Receita do serviço de O&M - não renovadas	71.121	447.697	84.045	470.730
Receita com o ativo financeiro	125.664	423.875	175.808	546.800
Receita de construção transmissão	75.835	82.730	117.925	261.125
Serviço de comunicação multimídia - SCM	1.078	1.383	1.078	1.383
Receita do serviço prestado a terceiros	16.458	15.518	14.065	6.808
Outras receitas	10.940	7.457	11.180	7.340
	1.047.455	1.276.104	1.172.492	1.628.698
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL				
Impostos e contribuições				
COFINS	(75.066)	(75.935)	(80.776)	(86.900)
PIS/PASEP	(16.297)	(16.479)	(17.534)	(18.857)
ICMS/ISS	(1.011)	(589)	(1.011)	(589)
	(92.374)	(93.003)	(99.321)	(106.346)
Encargos setoriais				
Reserva global de reversão (RGR)	(2.617)	(22.731)	(4.624)	(26.431)
P&D	(8.502)	(9.248)	(9.197)	(10.517)
	(11.119)	(31.979)	(13.821)	(36.948)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	943.962	1.151.122	1.059.350	1.485.404

Suprimento de energia elétrica**

Os montantes na rubrica “receita de geração de energia” na Controladora, no valor de R\$ 267.248 mil referem-se ao faturamento da UHE Passo São João, UHE Mauá, UHE São Domingos, PCH João Borges e PCH Barra Rio Chapéu e das Eólicas Cerro Chato I, II e III, e no Consolidado, no valor de R\$ 289.280 mil, refere-se ao faturamento de janeiro a maio de 2013 das SPE’s Eólica Cerro Chato I, II e III, que foram incorporadas em 29 de maio de 2013.

Descritivo	Controladora e Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)	Quantidade (MWh)	Valor (R\$ mil)
Energia gerada/vendida*	1.753.940,050	315.764	3.021.088,893	297.444
Energia gerada - Controladas	104.497,700	22.032	286.058,538	39.342

*Em 2012 está computado faturamento, autorizado pela ANEEL, de R\$ 97.172 mil, referente a UHE Mauá do período de janeiro de 2011 a fevereiro de 2012. Em 2013, o mesmo ocorreu para a UHE São Domingos, com faturamento de R\$ 12.728 mil referente ao período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2013.

**

Informações não revisadas pelos auditores independentes.

Receita de Transmissão

A partir de 1º de janeiro de 2013, com a renovação das concessões previstas na Lei nº 12.783/13, toda a tarifa relativa ao contrato de concessão nº 57/2001 passou a ser registrada como receita de O&M, diferentemente do exercício anterior quando parte da receita do referido contrato era reconhecida como receita de atualização do ativo financeiro. A variação da receita na rubrica “receita com o ativo financeiro” R\$ 125.664 mil (R\$ 423.875 mil em 2012) decorre da mudança da sistemática de reconhecimento da receita conforme citado.

Serviço de Comunicação Multimídia – SCM

A Companhia possui autorização da ANATEL conforme ato nº 50.088 de 29 de abril de 2005, para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviços o território nacional.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicação que possibilita a oferta de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes que possui vínculo contratual com a autorizada, para fruição do SCM, dentro de uma área autorizada de prestação de serviço.

O Sistema de Telecomunicações é composto de estações ópticas e de radio instaladas nas subestações, que são utilizadas para comunicações corporativas, teleproteção do sistema elétrico, comunicação com o ONS, interligação das centrais telefônicas privadas, dentre outros serviços, o excedente é comercializado através do SCM.

NOTA 38 – ENCARGOS SETORIAIS

O detalhamento dos encargos setoriais do setor de energia elétrica reconhecidos no resultado é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Reserva Global de Reversão (RGR)	2.617	22.731	4.624	26.431
Taxa de Fiscalização ANEEL	5.626	4.554	6.071	5.103
Fundo Nac. de Des. Cient. e Tecnológico (FNDCT)	3.418	3.699	3.418	3.699
Empresa de Pesquisa Energética (EPE)	1.695	1.850	1.695	1.850
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	3.389	3.699	4.084	4.968
Total	16.745	36.533	19.892	42.051

Houve redução na contribuição setorial para a Reserva Global de Reversão (RGR) em 2013, em função do estabelecido na Lei nº 12.783/13, que desobriga do recolhimento, dentre outros, as concessões prorrogadas.

NOTA 39 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Distribuição por natureza

Natureza	31.12.2013							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	6.934	195.475	115.511	317.920	6.934	196.118	118.284	321.336
Material	1.220	12.862	2.239	16.321	1.247	12.863	2.432	16.542
Serviço de terceiro	18.055	42.136	27.748	87.939	20.070	43.551	29.331	92.952
Prov. cré. liquid. duvidosa	-	(77)	13	(64)	-	36	13	49
Custo de construção transmissão	-	75.835	-	75.835	-	117.925	-	117.925
Energia comprada para revenda	41.864	-	-	41.864	41.864	-	-	41.864
Prov. (reversão) contratos onerosos	(13.930)	-	-	(13.930)	(13.930)	-	-	(13.930)
Depreciação e amortização	79.836	-	1.787	81.623	89.997	-	1.812	91.809
Taxa de fiscalização ANEEL	766	4.860	-	5.626	766	4.860	445	6.071
EUSD	4.335	-	-	4.335	4.335	-	-	4.335
EUST	6.304	-	-	6.304	7.281	-	-	7.281
CFURH	8.607	-	-	8.607	8.607	-	-	8.607
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	(19.425)	(19.425)	-	-	(19.425)	(19.425)
Aposen. Especial	-	-	4.585	4.585	-	-	4.585	4.585
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	15.997	15.997	-	-	15.997	15.997
Plano de incentivo ao desligamento	-	-	73.695	73.695	-	-	73.695	73.695
(-) Recuperação de despesas*	(2.436)	(2.659)	(12.656)	(17.751)	(2.436)	(2.436)	(12.656)	(17.528)
Outras despesas	1.996	11.496	51.096	64.588	2.606	11.555	52.025	66.186
Total	153.551	339.928	260.590	754.069	167.341	384.472	266.538	818.351

Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação, reversão de provisão de contas a pagar relativo a Usina Mauá e ajuste na conta passiva de Pesquisa e Desenvolvimento.

Natureza	31.12.2012							
	Controladora				Consolidado			
	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total	Custo da geração	Custo da transmissão	Despesas operacionais	Total
Pessoal	4.014	183.747	109.033	296.794	4.014	184.521	112.203	300.738
Material	2	7.551	2.771	10.324	62	7.552	3.111	10.725
Serviço de terceiro	2.224	36.713	40.676	79.613	5.569	37.624	44.949	88.142
Prov. créd. liquid. duvidosa	7.264	2.213	-	9.477	7.264	2.141	-	9.405
Custo de construção transmissão	-	82.730	-	82.730	-	261.125	-	261.125
Energia comprada para revenda	159.526	-	-	159.526	159.532	-	-	159.532
Prov. (reversão) contratos onerosos	6.715	-	-	6.715	6.715	-	-	6.715
Depreciação e amortização	12.245	-	2.095	14.340	33.994	-	2.116	36.110
Taxa de fiscalização ANEEL	-	-	4.554	4.554	-	-	5.103	5.103
EUSD	2.733	-	-	2.733	2.733	-	-	2.733
EUST	1.380	-	-	1.380	3.623	-	-	3.623
CFURH	1.013	-	-	1.013	1.013	-	-	1.013
Prov. (Reversão) para contingências	-	-	66.977	66.977	-	-	66.977	66.977
Aposen. especial / Passivo atuarial	-	-	1.053	1.053	-	-	1.053	1.053
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	(4.213)	(4.213)	-	-	(4.213)	(4.213)
(-) Recuperação de despesas*	(304)	(4.140)	(6.249)	(10.693)	(304)	(4.140)	(6.249)	(10.693)
Outras despesas	175	7.692	64.694	72.561	1.031	7.431	65.088	73.550
Total	196.987	316.506	281.391	794.884	225.246	496.254	290.138	1.011.638

*

Contempla basicamente créditos de PIS e COFINS sobre a depreciação.

NOTA 40 – RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O detalhamento das despesas e receitas financeiras é apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
a) Receitas financeiras				
Renda sobre aplicações financeiras	69.913	28.693	73.976	39.071
Créditos de energia renegociados - Juros	65.209	71.565	65.209	71.565
Créditos de energia renegociados - Variação M.	28.256	43.907	28.256	43.907
Créditos indenizatórios concessão - Variação M.	98.353	16.615	98.353	16.615
Juros	721	786	721	810
Multas	3.822	3.351	3.822	3.351
Variação Monetária sobre Depósitos Judiciais	2.449	2.323	2.449	2.323
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	8.753	11.393	8.753	11.393
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras	-	26.078	-	26.078
Diversas	16.568	4.925	17.107	7.460
Subtotal	294.044	209.636	298.646	222.573
b) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas (financiamentos)	181.569	93.415	210.291	153.236
Variação monetária (financiamentos)	76.953	35.835	77.521	41.364
Encargos sobre tributos e contribuições sociais	3.956	5.676	3.987	5.676
Multas diversas	2.891	1.036	2.911	1.137
Juros diversos	7	2.618	17	3.962
Despesas bancárias	280	151	303	174
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	8.076	2.302	8.129	2.464
Variação Monetária - Contingências	6.137	5.311	6.137	5.311
Atualização pela SELIC dos dividendos	5.131	8.298	5.131	8.298
Atualização pela SELIC do AFAC Eletronbras	59.194	178.231	59.194	178.231
Atualização pela SELIC do PREQ/PID	930	2.272	930	2.272
Ajuste a valor presente de tributos/UBP	2.217	10.762	2.219	10.762
Atualização Títulos CFT-Eletronet/Eletronbras	-	26.078	-	26.078
Variação Monetária - Outras	5.991	1.354	6.069	2.993
Subtotal	353.332	373.339	382.839	441.958
Resultado Financeiro, líquido	(59.288)	(163.703)	(84.193)	(219.385)

NOTA 41 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Ganhos/perdas na desativação de bens e direitos	(221)	(4.629)	(221)	(4.629)
Ganhos/perdas na alienação de bens e direitos	201	423	201	423
Amortização do ágio	(8.972)	(8.937)	(8.972)	(8.937)
Provisão (reversão) para perdas	-	(887)	-	(887)
Outras despesas	(2.945)	(54)	(2.945)	(1.137)
Outras receitas	141	-	141	67
Total	(11.796)	(14.084)	(11.796)	(15.100)

NOTA 42 – EFEITOS TRIBUTÁRIOS NO RESULTADO

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imp.	Contr.	Imp.	Contr.
	Renda	Social	Renda	Social
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	383.143	383.143	(240.213)	(240.213)
Adições permanentes	92.448	92.448	40.890	40.890
Exclusões permanentes	(126.650)	(123.768)	(697.394)	(694.512)
Lucro (prejuízo) real/base da contribuição social	348.941	351.823	(896.717)	(893.835)
Alíquotas dos tributos	15%+10%	9%	15%+10%	9%
Imposto de renda e contribuição social	87.211	31.664	(224.203)	(80.445)
Incentivo fiscal*	(517)	-	(1.398)	-
Imposto de renda e contribuição social do período	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.480	2.067	52.373	19.625
Imposto de renda e contribuição social diferidos	82.214	29.597	(277.974)	(100.070)
Imposto de renda e contribuição social do período	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)

Rouanet, Lei do Esporte e FIA.

As adições e exclusões na base do Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a itens permanentes, tais como patrocínios e doações, equivalência patrimonial e amortização de ágio.

Controladas	Consolidado			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Artemis ⁽¹⁾	1.489	536	10.502	3.830
Cerro Chato I ⁽¹⁾	113	45	(110)	(32)
Cerro Chato II ⁽¹⁾	247	93	(225)	(73)
Cerro Chato III ⁽¹⁾	218	54	(318)	(108)
Porto Velho ⁽¹⁾⁽²⁾	(638)	(225)	(1.270)	(453)
RS Energia ⁽¹⁾⁽²⁾	1.429	510	1.789	796
Uirapuru ⁽²⁾	562	293	587	305
Controladora	86.694	31.664	(225.601)	(80.445)
Totais	90.114	32.970	(214.646)	(76.180)
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.742	2.958	69.089	25.818
Imposto de renda e contribuição social diferidos	83.372	30.012	(283.735)	(101.998)
Totais	90.114	32.970	(214.646)	(76.180)

⁽¹⁾ Refere-se ao período pré-incorporação

⁽²⁾ Tributação pelo Lucro Presumido

NOTA 43 – ATIVOS CONTINGENTES

PIS e Cofins sobre a Receita Financeira

Em 09/11/2005, em sessão plenária, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional, em quatro recursos individuais, o parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, o qual definiu como base de incidência das contribuições ao PIS e à COFINS, a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. O STF entendeu que a citada Lei, quando de sua edição, era incompatível com o texto constitucional então vigente, que previa a incidência das contribuições sociais apenas sobre o faturamento das pessoas jurídicas e não sobre a totalidade das suas receitas. Ocorre que as decisões do STF não foram proferidas em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), beneficiando apenas e tão somente, as partes envolvidas nos recursos mencionados.

Em razão do exposto, a Companhia ajuizou ação de repetição de indébito relativa ao período de Fevereiro/1999 a Julho/2004, postulando a restituição dos valores pagos a maior em face da proclamada inconstitucionalidade, pleito julgado parcialmente procedente na sentença proferida em 10/06/2010 e que considerou prescritos os recolhimentos do PIS e da COFINS anteriores a 23/02/2001 (cinco anos anteriores ao ajuizamento de protesto interruptivo por parte da empresa).

A Empresa apelou da decisão e o TRF-4 proferiu decisão em 12/12/2012, confirmando parcialmente a sentença de 1º grau e delimitando a restituição ao período de 26/02/2001 a 01/12/2002 (PIS) e de 26/02/2001 a 01/02/2004 (COFINS), decisão que provocou a propositura de Recurso Especial (STJ) e Recurso Extraordinário (STF) com vistas a assegurar o recebimento do indébito e/ou compensação dos valores incidentes sobre todo o período postulado (Fevereiro/1999 a Julho/2004). O acórdão considerou o entendimento do RE n. 566.621, de 04/08/2011, com repercussão geral, que entendeu pela aplicação quinquenal retroativa prevista na LC 118/05 apenas para os processos ajuizados após a *vacatio legis* dessa lei (caso da Eletrosul), afastando assim a aplicação da prescrição decenal postulada, anteriormente aceita pelo STJ e STF.

Em 31 de dezembro 2013, o montante da ação totalizava aproximadamente R\$ 112.537 mil. Por apresentar natureza de Ativo Contingente, os valores não estão refletidos nas demonstrações financeiras em virtude da ausência de decisão favorável definitiva.

NOTA 44 – SEGUROS

A companhia mantém política de seguros para as suas atividades e instalações, considerando os riscos, relevância e valor dos ativos. Não há cobertura de seguros para as linhas de transmissão em razão da extensão das mesmas, o custo do prêmio e o histórico de ocorrências.

Riscos	Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	Início	Final		
Seguro de riscos nomeados (i)	27/02/2013	27/02/2014	1.819.451	2.049
Seguro de riscos operacionais (ii)				
Usina Passo de São João	07/09/2013	07/09/2014	235.007	289
Usina Mauá*	31/01/2012	31/01/2015	799.290	1.196
Usina São Domingos	10/06/2013	10/06/2014	198.925	300
PCH Barra do Rio Chapéu	19/12/2012	19/12/2014	72.888	99
PCH João Borges	25/06/2013	25/06/2014	85.749	137
Seguro de transporte internacional	11/06/2013	11/06/2014	30.000	48
Seguro de transporte nacional	19/03/2013	19/03/2014	101.000	61
Seguro de D&O	07/03/2013	07/03/2014	8.000	197
Seguro de Garantia				
Participação de leilões Aneel	26/12/2012	26/12/2014	70.000	150
Projeto ReLuz	31/03/2013	31/04/2014	8.057	49
UHE São Domingos	10/06/2013	10/06/2014	198.925	300
PCH Santo Cristo (Lote 02)	04/01/2013	15/12/2015	3.900	23
PCH Santo Cristo (Lote 01)	04/01/2013	15/11/2015	3.600	21
Seguro de vida em grupo	31/01/2013	28/02/2014	814	757

* O valor do prêmio refere-se aos 49% da participação da Eletrosul no empreendimento.

(i) Seguro de riscos nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as instalações das subestações e instalações em geral, exceto as instalações das linhas de transmissão, e nomeados os equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica, tais como: incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos.

(ii) Seguro de riscos operacionais

Dentre as principais coberturas contratadas para os empreendimentos de geração, estão incluídos os seguintes eventos: danos elétricos, alagamentos, quebra de máquinas, vendaval, queda de raios e explosão.

NOTA 45 – PLANO DE INCENTIVO AO DESLIGAMENTO - PID

O Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), implantado pela Companhia em junho de 2013, tem por objetivo principal a adequação da estrutura de pessoal da Companhia à nova realidade em função da renovação das concessões, estando elegíveis a adesão os empregados efetivos que possuam no mínimo 20 anos de vínculo empregatício efetivo com a Eletrosul e aposentados pelo INSS, independente do tempo de vínculo empregatício com a Eletrosul.

A adesão ao PID ocorreu no período de 10 de junho a 31 de julho de 2013 e totalizou 203 adesões. O plano ocorre efetivado em duas etapas: a) etapa 1 – desligamentos entre julho/2013 e dezembro/2013, b) etapa 2 – desligamentos entre janeiro/2014 e novembro/2014.

O montante do bônus reconhecido no resultado de 2013 foi de R\$ 64.293 mil. Além do bônus, o PID contempla a manutenção de assistência à saúde, a partir do desligamento na etapa 1 pelo período de 60 meses e para os empregados que optaram pelo desligamento na etapa 2, pelo prazo de 12 meses. O montante dos custos com os benefícios pós-emprego rescisórios com o plano de saúde para todo o período abrangido pelo plano, foi de R\$ 9.402 mil, reconhecidos no resultado do exercício de 2013.

NOTA 46 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Apresenta-se a seguir informações sobre a exposição da Companhia a diversos tipos de risco e gerenciamento de capital.

a) Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 1º de janeiro de 2012 estão descritos a seguir:

		Controladora			Consolidado		
Ativos financeiros	Nota	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
a.1) Mensurados ao custo amortizado							
Recebíveis							
Clientes	7	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	8	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751
Créditos indenizatórios	9	619.253	2.025.283	-	619.253	2.025.283	-
Créditos de energia renegociados	10	508.454	578.654	607.391	508.454	578.654	607.391
Cauções e depósitos vinculados	6	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148
Mantidos até o vencimento							
Títulos e valores mobiliários		143	139	136	143	139	136
a.2) Mensurados ao valor justo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	771.597	87.454	257.339	773.711	210.988	409.569
		4.213.423	3.920.645	3.523.177	4.306.924	5.305.687	4.749.525
Passivos financeiros							
a.3) Mensurados ao custo amortizado							
Fornecedores	20	62.734	70.540	109.546	62.863	84.987	127.687
Financiamentos e empréstimos	21	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694
Dividendos a pagar	32	62.887	15.636	24.552	63.466	16.272	24.552
		3.284.372	2.119.109	1.975.588	3.316.168	2.907.009	2.657.933

b)

Gestão de riscos (CPC 40 (R1))

b.1) Risco com taxa de câmbio

A Companhia possui dois contratos de financiamento em moeda estrangeira (Euro) obtido junto à Eletrobras por meio de repasse do banco KfW para realizar investimentos no complexo de PCH's São Bernardo. Sobre estas operações não foram contratadas operações de "hedge" (proteção).

	Controladora					
	31.12.2013		31.12.2012		01.01.2012	
	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais	Moeda Estrangeira	Reais
Passivo						
Empréstimos em Euro	59.242	191.143	13.293	35.831	13.293	32.359
Exposição Líquida	59.242	191.143	13.293	35.831	13.293	32.359

b.2) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de que a variação de taxa de juros cause aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
IPCA	788.767	786.187	777.538	788.767	786.187	777.538
TJLP	1.302.955	947.913	856.744	1.327.839	1.698.932	1.502.135
SELIC	244.895	106.107	-	244.895	106.107	-
Cesta de moedas	191.143	35.832	32.359	197.347	57.630	51.172
Taxa CDI	250.852	-	-	250.852	-	-
Outros	380.139	156.894	174.849	380.139	156.894	174.849
Total	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694

b.3) Risco de crédito

Salvo pelas contas clientes, cauções e depósitos vinculados, o ativo financeiro de transmissão, os créditos de energia renegociados e os créditos indenizatórios, a Companhia não possui outros saldos significativos a receber de terceiros contabilizados neste exercício. Desta forma, esse risco é considerado baixo.

Saldos significativos a receber de terceiros	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Cauções e depósitos vinculados	139.541	101.070	31.533	142.378	111.888	43.148
Clientes	109.700	141.835	107.185	112.048	168.112	126.530
Ativo financeiro - concessão de serviço público	2.064.735	986.210	2.519.593	2.150.937	2.210.623	3.562.751
Créditos indenizatórios	619.253	2.025.283	-	619.253	2.025.283	-
Créditos de energia renegociados	508.454	578.654	607.391	508.454	578.654	607.391
Total	3.441.683	3.833.052	3.265.702	3.533.070	5.094.560	4.339.820

A

RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b.4) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa gerado pelas operações da Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Destes valores apresentados, estão excluídos os financiamentos concedidos pela controladora Eletrobras. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Financiamentos e empréstimos	278.702	294.912	802.566	1.180.584
Fornecedores	62.734	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.990	2.110	6.918	89.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	142.599	135.869	374.375	749.297
Fornecedores	70.540	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	1.883	6.231	92.977
Em 1º de janeiro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	139.209	129.747	344.245	713.777
Fornecedores	109.546	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

	Consolidado			
	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Financiamentos e empréstimos	284.995	306.423	815.850	1.180.584
Fornecedores	62.863	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.990	2.110	6.918	89.782
Em 31 de dezembro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	471.552	572.853	1.559.575	3.467.303
Fornecedores	84.987	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.776	3.901	17.291	248.387
Em 1º de janeiro de 2012				
Financiamentos e empréstimos	225.535	247.901	643.277	1.138.497
Fornecedores	127.687	-	-	-
Concessões a pagar – UBP	1.427	1.502	4.925	76.710

b.5) Riscos trabalhistas

São constituídas provisões para as contingências de demandas judiciais de riscos trabalhistas reconhecidas pela empresa, que representam o universo de perdas prováveis, cujos pedidos judiciais se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária, que são quantificadas ao valor presente quando da efetiva liquidação desta obrigação.

O provisionamento contábil destas demandas está seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 25 e os impactos para a Companhia estão apresentados na nota 25.

b.6) Riscos ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da empresa asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

c) Gestão de capital

A política da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia no longo prazo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Índice de Alavancagem Financeira

	Controladora			Consolidado		
	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2013	31.12.2012	01.01.2012
Total dos financiamentos e empréstimos	3.158.751	2.032.933	1.841.490	3.189.839	2.805.750	2.505.694
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(771.597)	(87.454)	(257.339)	(773.711)	(210.988)	(409.569)
(=) Dívida líquida	2.387.154	1.945.479	1.584.151	2.416.128	2.594.762	2.096.125
Total do patrimônio líquido	5.492.934	4.659.777	2.631.278	5.492.934	4.659.777	2.631.278
AFAC's	59.284	554.930	1.810.793	59.284	554.930	1.810.793
(=) Total do capital	7.939.372	7.160.186	6.026.222	7.968.346	7.809.469	6.538.196
Índice de alavancagem financeira	30%	27%	26%	30%	33%	32%

d) Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar pelo valor contábil menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1)
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, como derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos consolidados da Companhia pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

31 de dezembro 2013

Ativos	Valor Justo	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	728.071	728.071	-	-
Cauções e depósitos vinculados	142.378	-	142.378	-
Títulos e valores mobiliários	143	-	143	-
Total do Ativo	870.592	728.071	142.521	-

31 de dezembro de 2012

Ativos	Valor Justo	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	192.692	192.692	-	-
Cauções e depósitos vinculados	111.888	-	111.888	-
Títulos e valores mobiliários	139	-	139	-
Total do Ativo	304.719	192.692	112.027	-

1º de janeiro de 2012

Ativos	Valor Justo	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Aplicações financeiras	361.595	361.595	-	-
Cauções e depósitos vinculados	43.148	-	43.148	-
Títulos e valores mobiliários	136	-	136	-
Total do Ativo	404.879	361.595	43.284	-

e) Análise de sensibilidade**e.1) análise de sensibilidade taxa de juros**

Depreciação dos índices		Controladora					
		31.12.2013					
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	4,50%	3,00%	47.326	35.495	23.663
TJLP	1.302.955	5,00%	3,75%	2,50%	65.148	48.861	32.574
SELIC	244.895	10,50%	7,88%	5,25%	25.714	19.298	12.857
CDI	250.852	10,50%	7,88%	5,25%	26.339	19.767	13.170
Total	2.587.469				164.527	123.421	82.264

Apreciação dos índices		Controladora					
		31.12.2013					
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	7,50%	9,00%	47.326	59.158	70.989
TJLP	1.302.955	5,00%	6,25%	7,50%	65.148	81.435	97.722
SELIC	244.895	10,50%	13,13%	15,75%	25.714	32.155	38.571
CDI	250.852	10,50%	13,13%	15,75%	26.339	32.937	39.509
Total	2.587.469				164.527	205.685	246.791

Depreciação dos índices		Consolidado					
		31.12.2013					
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	4,50%	3,00%	47.326	35.495	23.663
TJLP	1.327.839	5,00%	3,75%	2,50%	66.392	49.794	33.196
SELIC	244.895	10,50%	7,88%	5,25%	25.714	19.298	12.857
CDI	250.852	10,50%	7,88%	5,25%	26.339	19.767	13.170
Total	2.612.353				165.771	124.354	82.886

Apreciação dos índices		Consolidado					
		31.12.2013					
Moeda (Risco)	Saldo	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
PASSIVO							
Financiamentos e empréstimos							
IPCA	788.767	6,00%	7,50%	9,00%	47.326	59.158	70.989
TJLP	1.327.839	5,00%	6,25%	7,50%	66.392	82.990	99.588
SELIC	244.895	10,50%	13,13%	15,75%	25.714	32.155	38.571
CDI	250.852	10,50%	13,13%	15,75%	26.339	32.937	39.509
Total	2.612.353				165.771	207.240	248.657

NOTA 47 – INVESTIMENTOS AMBIENTAIS*

Durante o exercício, a Companhia realizou os seguintes investimentos e gastos ambientais, reconhecidos no imobilizado e no resultado do exercício, conforme a seguir demonstrado:

	Controladora			
	31.12.2013		31.12.2012	
	Investimento	Resultado	Investimento	Resultado
Investimentos ambientais	2.828	-	17.658	-
Gastos ambientais	-	3.920	-	3.276
Total	2.828	3.920	17.658	3.276

Os investimentos e gastos ambientais, no montante de R\$ 6.748 mil em 2013 (R\$ 20.934 mil em 2012), referem-se a programas de recuperação de áreas degradadas e a preservação da biodiversidade, além de programas de educação ambiental e outros projetos ambientais e estão relacionados à construção dos empreendimentos de geração: UHE Passo São João, UHE São Domingos, UHE Mauá, PCH João Borges e PCH Barra do Rio Chapéu, bem como da manutenção das linhas de transmissão.

* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

NOTA 48 – LEILÕES DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Por meio de leilão de energia da ANEEL, proveniente de novos empreendimentos, que segue as regras estabelecidas pela Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, a Companhia conquistou, em 2013, os seguintes empreendimentos:

Leilão nº	Executora	Empreendimentos	Extensão / Capacidade de transformação / Potência instalada	Término da Concessão / Autorização
Transmissão				
007/2013	SPE Fronteira Oeste ⁽¹⁾	LT Santo Ângelo-Maçambará 230 kV	205 Km	01/2044
		LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó 230kV, C1	40 Km	01/2044
		LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó 230kV, C2	40 Km	01/2044
		SE Pinhalzinho, em 230/138 kV (ATF1)	150 MVA	01/2044
		SE Pinhalzinho, em 230/138 kV (ATF2 e ATF3)	300 MVA	01/2044
		Ampliação da SE Santa Maria 3, 230/138 kV	166 MVA	01/2044
007/2013	Eletrosul	Seccionamento da LT 230 kV Ivinhema-Nova Andradina-Porto Primavera-Rosana e a SE Ivinhema 2	4 Km	01/2044
		SE 230/138 KV Ivinhema 2	300 MVA	01/2044
Geração				
009/2013	Eólica Hermenegildo I S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 24	18,7 MW	-
		Parque Eólico Verace 25	6,8 MW	
		Parque Eólico Verace 26	13,6 MW	
		Parque Eólico Verace 27	15,3 MW	
009/2013	Eólica Hermenegildo II S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 28	11,9 MW	-
		Parque Eólico Verace 29	17,0 MW	
		Parque Eólico Verace 30	17,0 MW	
		Parque Eólico Verace 31	8,5 MW	
009/2013	Eólica Hermenegildo III S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Verace 34	13,6 MW	-
		Parque Eólico Verace 35	11,9 MW	
		Parque Eólico Verace 36	20,4 MW	
009/2013	Eólica Coxilha Seca S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Capão Inglês	10,0 MW	-
		Parque Eólico Colhilha Seca	30,0 MW	
		Parque Eólico Galpões	8,0 MW	
009/2013	Eólica Chuí IX S.A. ⁽²⁾	Parque Eólico Chuí 09	17,0 MW	-

⁽¹⁾ SPE formada pela Eletrosul (51%) e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT (49%).

⁽²⁾ SPE formada pela Eletrosul (99,99%) e Renobrax (0,01%), constituída em 28 de janeiro de 2014. Data estimada para assinatura do CCEAR: 24 de julho de 2014.

NOTA 49 – EVENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

De acordo com o que determina o CPC 24 - Eventos Subsequentes, são apresentados a seguir os principais eventos ocorridos entre a data do encerramento do exercício 31 de dezembro de 2013 e a data da autorização para a conclusão das demonstrações financeiras.

Aportes de capital nas Sociedades Investidas

Data	SPE	Evento	Valor
02/01/2014	ESBR	Aporte	20.000
07/01/2014	Costa Oeste	AFAC	2.450
15/01/2014	ESBR	Aporte	27.000
22/01/2014	Norte Brasil	Aporte	14.700
31/01/2014	Marumbi	AFAC	1.645
10/02/2014	Fronteira Oeste	AFAC	255
14/02/2014	Norte Brasil	Aporte	28.420
17/02/2014	Livramento	Aporte	5.683
17/02/2014	ESBR	Aporte	39.600
19/02/2014	Hermenegildo I	Aporte	9
19/02/2014	Hermenegildo II	Aporte	9
19/02/2014	Hermenegildo III	Aporte	9
19/02/2014	Coxilha Seca	Aporte	9
19/02/2014	Chuí IX	Aporte	9
28/02/2014	Marumbi	AFAC	264
28/02/2014	Fronteira Oeste	AFAC	655
28/02/2014	Hermenegildo I	AFAC	400
28/02/2014	Hermenegildo II	AFAC	400
28/02/2014	Hermenegildo III	AFAC	400
28/02/2014	Coxilha Seca	AFAC	400
28/02/2014	Chuí IX	AFAC	400
07/03/2014	Marumbi	AFAC	3.264
Total			<u>145.981</u>

Em 3 de janeiro de 2014, a SPE Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. devolveu o montante de R\$ 20.000 mil que havia sido aportado pela Companhia em 27 de dezembro de 2013 a título de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

Novos empreendimentos de geração

Em 28 de janeiro de 2014, a Companhia passou a integrar novas Sociedades de Propósito Específico (SPE), constituídas em decorrência do leilão de geração 009/2013 – ANEEL, conforme a seguir demonstrado:

SPE	Parque Eólico	% Part.	Acionista	%	Potência Nominal (MW)	Garantia Física (MWm)
Eólica Hermenegildo I S.A.	Verace 24	99,99%	Renobrax	0,01%	18,7	9,2
	Verace 25				6,8	3,3
	Verace 26				13,6	7,0
	Verace 27				15,3	7,9
Eólica Hermenegildo II S.A.	Verace 28	99,99%	Renobrax	0,01%	11,9	5,9
	Verace 29				17,0	8,3
	Verace 30				17,0	8,2
	Verace 31				8,5	4,2
Eólica Hermenegildo III S.A.	Verace 34	99,99%	Renobrax	0,01%	13,6	6,7
	Verace 35				11,9	5,8
	Verace 36				20,4	9,7
Eólica Coxilha Seca S.A.	Capão Ingles	99,99%	Renobrax	0,01%	10,0	3,9
	Colhilha Seca				30,0	11,8
	Galpões				8,0	3,0
Eólica Chuí IX S.A.	Chuí 09	99,99%	Renobrax	0,01%	17,0	7,8

Julgamento de processo administrativo fiscal no CARE

Em 17 de janeiro de 2014, foram publicados no Diário Oficial da União os acórdãos com o resultado do julgamento do processo administrativo fiscal relativo à autuação fiscal ocorrida em 2010 sobre as contribuições previdenciárias incidentes sobre o PREQ, que por unanimidade dos votos o recurso foi julgado totalmente procedente à Eletrosul. O montante original do auto de infração montava R\$ 41.290 mil. Não consta registro de interposição de nenhum recurso por parte da PGFN (ver nota 25, a)

NOTA 50 – OUTROS ASSUNTOS

Medida Provisória nº 627/2013

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas:

- (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido;
- (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e,
- (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia está avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que está em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da

referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Valter Luiz Cardeal de Souza
Presidente

Cláudia Hofmeister
Conselheira

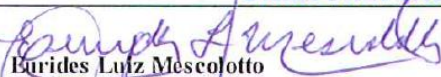
Wanderlei Lenartowicz
Conselheiro

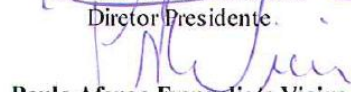
Eurides Luiz Mescolotto
Conselheiro

William Rimet Muniz
Conselheiro

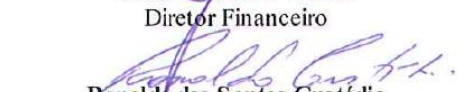
Celso Knijnik
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

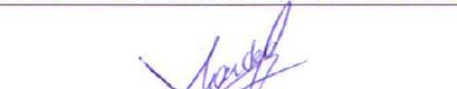

Eurides Luiz Mescolotto
Diretor Presidente


Paulo Afonso Evangelista Vieira
Diretor Administrativo


Antonio Waldir Vittori
Diretor Financeiro


Ronaldo dos Santos Custódio
Diretor de Engenharia e Diretor de Operação

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE


Sandro Rodrigues da Silva
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador CRC-SC 15360/O-9

Florianópolis, 20 de março de 2014.

11.5 Composição Acionária das Empresas Estatais

11.5.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

A Composição Acionária do Capital Social da Eletrosul está evidenciada abaixo.

QUADRO A.11.5.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2013				
Denominação completa				
Eletrosul Centrais Elétricas S.A				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	99,8767	99,8619	99,7451
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	99,8767	99,8619	99,7451
Free Float	Pessoas Físicas	0,0001	0,0001	0,0006
	Pessoas Jurídicas	0,1232	0,138	0,2543
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,1232	0,1381	0,2549
Subtotal Ordinárias (%)		100	100	100
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo			
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)				
Total		100%	100%	100%

Fonte: Departamento de Contabilidade

11.5.2 Composição Acionária da UJ como Investidora

A Composição Acionária da Eletrosul como investidora está apresentada no quadro a seguir.

QUADRO A.11.5.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

UJ Como Investidora - Posição Em 31/12/2013			
Denominação Investidora:	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.		
Ações Ordinárias (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011
ARTEMIS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.*	-	100,00	100,00
PORTO VELHO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.*	-	100,00	100,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA DO RIO GRANDE DO SUL S.A*.	-	100,00	100,00
EOLICA CERRO CHATO I S.A.*	-	100,00	90,00
EOLICA CERRO CHATO II S.A.*	-	100,00	90,00
EOLICA CERRO CHATO III S.A.*	-	100,00	90,00
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	49,00	49,00	49,00
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	49,00	49,00	49,00
CHUI HOLDING S.A.	49,00	49,00	49,00
CONSTRUTORA INTEGRACAO LTDA	24,50	24,50	24,50
COSTA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	49,00	49,00	49,00
EMPRESA DE TRANSMISSAO DO ALTO URUGUAI S.A.	27,42	27,42	27,42
ESBR PARTICIPACOES S.A.	20,00	20,00	20,00
MARUMBI TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	20,00	20,00	20,00
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	24,50	24,50	24,50
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	80,00	80,00	80,00
TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A.	51,00	51,00	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES S.A.	24,72	24,72	-
UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	75,00	75,00	75,00
FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	51,00	-	-
Ações Preferenciais (% de participação)			
Empresa Investida	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2011

Fonte: Departamento de Contabilidade

*Incorporadas em 2013.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Eletrorol Centrais Elétricas S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Eletrorol Centrais Elétricas S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eletrorol Centrais Elétricas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e da Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e suas controladas (Consolidado) em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2 c, em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas, passando todos os bens vinculados ao respectivo contrato para a União, sob a administração da Companhia.

O Decreto nº 7.891/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega a ANNEL que terá 150 dias para se manifestar.

Os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R\$ 514.924 mil em 31 de dezembro de 2013 e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2 c, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.



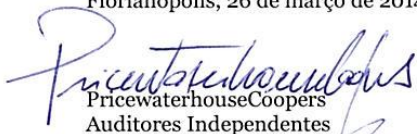
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.

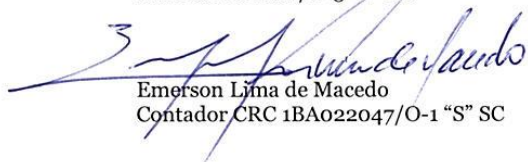
Outros assuntos

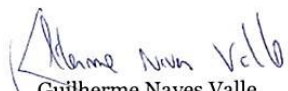
**Informação suplementar - demonstração
do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária pela Companhia. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Florianópolis, 26 de março de 2014


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" SC


Emerson Lima de Macedo
Contador CRC 1BA022047/O-1 "S" SC


Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" SC

12.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Inauguração da PCH Barra do Rio Chapéu

A PCH Barra do Rio Chapéu, que aproveita o potencial hidrelétrico do rio Braço do Norte, entre os municípios de Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, foi inaugurada em janeiro de 2013. A usina disponibiliza 15,15 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN), o suficiente para atender o consumo de 128 mil habitantes. A PCH contou com a parceria do banco de fomento alemão KfW e representa um marco por ter sido o primeiro empreendimento de geração da Eletrosul em Santa Catarina.

Início das obras do Megawatt Solar

Em janeiro, a Eletrosul deu início à implantação do Projeto Megawatt Solar (1 MWp) – primeira usina fotovoltaica de grande porte integrada a um prédio público no País. Durante o ano, além das adequações da cobertura do edifício-sede e dos estacionamentos para montagem dos cerca de 4,2 mil painéis fotovoltaicos, foi concluída a obra civil da subestação e instalada parte dos módulos nos telhados do prédio. A energia gerada será conectada à rede elétrica local e comercializada a consumidores livres por meio de leilões.

Eletrosul divulga Plano de Investimentos até 2017

A empresa anunciou que, até 2017, pretende investir, aproximadamente, R\$ 5,6 bilhões em novos projetos de geração e transmissão de energia, e em melhorias e ampliações de ativos já existentes. Desse montante, R\$ 3,4 bilhões já estão contratados e incluem os investimentos em usinas hidrelétricas, eólicas e solares, além de sistemas de transmissão em andamento, mas considera, também, as perspectivas de participação e contratação de empreendimentos nos próximos leilões.

Inaugurado primeiro prédio sustentável da Eletrosul

As novas instalações do Setor de Manutenção de Campos Novos (SC), que fica anexo a uma das maiores unidades de transmissão da Eletrosul – a SE Campos Novos (525 kV) – foram inauguradas no início de 2013. O primeiro prédio sustentável de uso administrativo da empresa reúne aspectos construtivos que atendem aos conceitos de eficiência energética, conservação de energia e preservação de recursos naturais. A edificação obteve a etiqueta nível A de Eficiência em Conservação de Energia, na fase de projeto e com o prédio construído, conforme critérios do Programa Brasileiro de Etiquetagem – coordenado pelo Inmetro.

Eletrosul expande e incorpora cinco empresas

Acionistas da Eletrosul aprovaram, em maio de 2013, a incorporação das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Usinas Eólicas Cerro Chato I, II e III, Porto Velho Transmissora de Energia (PVTE) e da RS Energia. As empresas haviam sido constituídas para implantação do Complexo Eólico Cerro Chato (RS), da SE Coletora Porto Velho (RO), e de quatro subestações e mais de 290 quilômetros de linhas em municípios gaúchos e catarinenses. A incorporação soma R\$ 1,44 bilhão em ativos de geração e transmissão.

Realizado primeiro leilão de venda de energia própria

A Assessoria de Comercialização de Energia (ACE) da Eletrosul realizou, no mês de abril, o primeiro leilão de venda de energia própria da empresa no mercado livre. A energia comercializada no certame foi proveniente da PCH Barra do Rio Chapéu.

Cessão de terreno para novo centro de saúde

No início de maio, a diretoria da Eletrosul assinou o termo de cessão de um terreno de 1,1 mil metros quadrados para a construção do novo Centro de Saúde do bairro Pantanal, em Florianópolis. A obra será realizada pela prefeitura na área anexa à sede da Eletrosul, ocupada pelo Pelotão de Policiamento Tático da Polícia Militar de Santa Catarina, a ser transferido para outro local.

São Domingos entra em operação comercial

A Hidrelétrica São Domingos (MS) entrou em operação comercial em junho de 2013. Aproveitando o potencial hidrelétrico do rio Verde, nos municípios de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, o empreendimento tem capacidade instalada de 48 MW, suficiente para atender ao consumo de, aproximadamente, 550 mil habitantes. Com investimento na ordem de R\$ 485 milhões, a usina é o maior empreendimento do PAC no estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Eletrosul fornece fibra óptica para Telecentro Binacional

A robusta malha de telecomunicações por fibra óptica utilizada pela Eletrosul é a responsável pelo atendimento ao primeiro Telecentro Binacional da América Latina, inaugurado em 2013, na cidade gaúcha de Sant'Ana do Livramento, divisa com Rivera, no Uruguai. O espaço conta com terminais conectados à Internet de alta velocidade e atende, gratuitamente, cerca de 20 mil pessoas por mês que transitam na fronteira. O suporte ao fornecimento de dois dos três links de 100 Mbps que chegam à unidade é feito a partir do sistema de comunicação óptica de alta capacidade (DWDM) da Eletrosul, que possui 80 Gbps.

Começam obras da Interligação Brasil-Uruguai

A Eletrosul deu início, em julho, às obras da interligação eletroenergética entre Brasil e o Uruguai. As atividades começaram pela implantação da SE Candiota (500/230 kV), no Rio Grande do Sul, e do trecho de três quilômetros de linha em 230 kV, que ligará a unidade à SE Presidente Médici. O projeto prevê, ainda, a construção de outros 60 quilômetros de linha de extra-alta-tensão (525 kV) da SE Candiota até o município de Aceguá (RS), na divisa com o Uruguai. O empreendimento está sob responsabilidade da Eletrosul (39,6%) e da Eletrobras (60,4%), com investimento total, no lado brasileiro, de R\$ 128 milhões. No Uruguai, a implantação está a cargo da Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas (UTE).

Operação plena de todos os empreendimentos hidrelétricos

No mês de agosto, a Eletrosul registrou a plena operação comercial de todos os cinco empreendimentos hidrelétricos que começaram a ser implantados – com recursos próprios e em parceria – a partir de 2008. Somando 337,05 MW de potencia instalada, estão operando comercialmente um total de 14 turbinas distribuídas pela UHPSJ (77 MW), UHSD (48 MW), PCH Barra do Rio Chapéu (15,15 MW), PCH João Borges (19 MW) e na UHE Mauá (177,9 MW – relativo a 49% de participação). Trata-se de um marco para a empresa, porque consolida seu retorno ao segmento 15 anos após a privatização de seu parque gerador.

Eletrosul e Telebras assinam contrato para ampliar telecomunicações

Também em agosto de 2013, Eletrosul e a Telebras assinaram um acordo técnico-operacional e comercial para expansão de infraestrutura de telecomunicações e aceleração da implantação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) nos estados do Sul e no Mato Grosso do Sul. Pelo acordo, a Eletrosul entrará com sua infraestrutura de telecomunicações, e sua experiência em manutenção e operação de sistemas de telecomunicações, e a Telebras exercerá seu conhecimento na comercialização dos serviços e no relacionamento com os diversos agentes do mercado. A parceria vai aumentar de 80 Gbps para 400 Gbps a capacidade da rede DWDM da Eletrosul.

Eletrosul e Cientec firmam parceria

No mês de outubro, Eletrosul e a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec) firmaram um termo de cooperação para o desenvolvimento de projetos de pesquisa, tecnológicos, e científicos no segmento de energia. O primeiro trabalho a ser desenvolvido em conjunto será a avaliação do projeto de geração de energia a partir da combustão de resíduos sólidos urbanos. O Projeto Seberi é uma iniciativa do Grupo Creluz – Cooperativa de Distribuição e Geração de Energia – e da Associação de Municípios da Zona de Produção (Amzop), e envolve municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Cigres).

Inauguração da PCH João Borges

Foi inaugurada, em novembro de 2013, a PCH João Borges, que aproveita o potencial hidrelétrico do rio Caveiras, entre os municípios de São José do Cerrito, Campo Belo do Sul e Lages, em Santa Catarina. O empreendimento teve investimentos superiores a R\$ 172 milhões e representa um importante reforço para o suprimento de energia do Estado, com capacidade de 19 MW – suficiente para atender o consumo de, aproximadamente, 150 mil habitantes.

Eletrosul e CEEE-GT arrematam empreendimentos de transmissão no Sul

O maior lote de empreendimentos de transmissão no Sul do País licitados pela ANEEL em novembro de 2013 foi arrematado pelo Consórcio Missões, constituído pela Eletrosul (51%) e CEEE-GT (49%). Os empreendimentos contemplam as SEs Santa Maria 3 (230/138 kV), no Rio Grande do Sul, e SE Pinhalzinho (230/138 kV), em Santa Catarina, além de mais de 240 quilômetros de linhas da rede básica. Sozinha, a Eletrosul arrematou, ainda, o lote correspondente à SE Ivinhema (230/138 kV), no Mato Grosso do Sul.

Líder na venda de energia eólica no leilão A-3

A energia de 15 novos projetos eólicos da Eletrosul compostos pelas SPEs Coxilha Seca, Chuí IX e Hermenegildo I, II e III foi comercializada no 17º Leilão de Energia Nova (A-3), da ANEEL, realizado em novembro de 2013. Os parques no extremo Sul gaúcho somam 212,5 MW de potência instalada, o que corresponde a 24,5% do total comercializado no leilão (A-3). Os investimentos ultrapassam R\$ 1 bilhão.

Iniciada operação do parque Cerro dos Trindade

Começaram a operar comercialmente, em dezembro de 2013, os aerogeradores do Parque Eólico Cerro dos Trindade, que integra o projeto de ampliação do Complexo Eólico Cerro Chato, em Sant'Ana do Livramento (RS).

**PARTE B DO ANEXO II DA DN 127/2013– CONTEÚDO
ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE
UNIDADES AFINS.**

15 PARTE B, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/5/2013

Valores e Vigências dos Contratos de Publicidade

Agência MOB Comunicação Ltda

Informamos que temos contrato com agência de publicidade e propaganda, com vigência até 24 de abril de 2014, cuja finalidade é prestação de serviços de publicidade institucional, cujo valor contratado é de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) anual.

A seguir são apresentados os demonstrativos das despesas com publicidade, patrocínios e outros.

QUADRO B.3.1 - PATROCÍNIOS CULTURAIS CONCEDIDOS PELA ELETROSUL – 2013

Beneficiário	Valor
Medeiros Musical	R\$ 49.000,00
Antonio Carlos Floriano	R\$ 32.000,00
Cine Teatro Peperi	R\$ 20.000,00
Sociedade Beneficente e Cultural Novatos	R\$ 30.000,00
Projeto Templos	R\$ 57.162,00
Ronaldo dos Anjos	R\$ 40.000,00
Fronteiras Projetos e Produções Culturais Ltda.	R\$ 70.838,00

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Marketing

QUADRO B.3.2 - DEMONSTRATIVO DE PUBLICIDADE, PATROCÍNIOS E OUTROS – 2013

Demonstrativo de publicidade, patrocínios e outros - Exercício 2013			
DESCRIÇÃO			VALOR
320 - CONTRIBUICOES E DOACOES			110.062,93
10290726000160 - QUINTETO SAMBA AI LTDA - ME			20.000,00
	CP 2013060620 (APROPRIAÇÃO) REC 001 - RD RD-1498-05 - F4976033		20.000,00
57283222987 - SERGIO MURILO GOMES			40.000,00
	CP 2013060618 (APROPRIAÇÃO) REC 001 - RD RD-1498-05 - F4924066		40.000,00
80629694000160 - ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DOS ESPORTES			1.500,00
	CP 2013027588 (APROPRIAÇÃO) REC 005 - RD 1422-13,21/06/12 - F4942604		500,00
	CP 2013039478 (APROPRIAÇÃO) REC 006 - F4942604		500,00
	CP 2013059265 (APROPRIAÇÃO) REC 007 - RD 1422.13 - F4942604		500,00
92903392000117 - ASSOC.DEFESA VIDA NATUREZA VALE RIO URUGUAI			48.562,93
	CP 2013014208 (APROPRIAÇÃO) COMPDV 4512 - ADIANT 1120 - F5433454		48.562,93
321 - CONTRIBUICOES A ENTIDADES AFINS			529.135,47
00322818000120 - INDÚSTRIAS NUCLEARES DO BRASIL S.A. INB			2.148,86
	CP 2013046102 (APROPRIAÇÃO) COMPDV 5877 - OUTROS DPR 0036/2011 - F4906783		2.148,86
02880983000123 - ASS. DOS INTEGRANTES DO FORUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL			600,00
	CP 2013020586 (APROPRIAÇÃO) REC SN - RPRE 0028/2013 - F4882181		600,00
03474433000258 - ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS EMPRESAS GERADORAS DE ENERG.ELETR.			95.467,92
	CP 2013001529 (APROPRIAÇÃO) BB 13-10 - RPRE 0003-2013 - F4877025		23.866,98
	CP 2013009544 (APROPRIAÇÃO) BB 13-26 - RPRE 0003-2013 - F4877025		23.866,98
	CP 2013025590 (APROPRIAÇÃO) BB 13-42 - RPRE 0003-2013 - F4877025		23.866,98
	CP 2013041085 (APROPRIAÇÃO) BB 13-58 - RPRE 0003-2013 - F4877025		23.866,98
03638083000218 - ABRATE-ASSOC.BRAS.GR.EMP.TRANS.M. DE ENERGIA ELETRICA			74.714,40
	AP130801CCC002 ACERTO CP 2013027833 - PGTO DA 2ª PARC. TRIMESTRAL - CONT. ANUAL DE 2013		24.904,80
	CP 2013013928 (APROPRIAÇÃO) BB 0000000000219 - RPRE 0042/2013 - F4665587		24.904,80
	CP 2013055410 (APROPRIAÇÃO) BB 000008-10/2013 - RPRE 0042-2013 - F4665587		24.904,80
04073500000104 - ABRAGEL - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GERAÇÃO DE ENERGIA LIMPA			6.000,00
	CP 2013045958 (APROPRIAÇÃO) BB 0000001913 - RPRE 0079/2013 - F4967363		2.000,00
	CP 2013051408 (APROPRIAÇÃO) BB 0000001967 - RPRE 0079/2013 - F4967363		2.000,00
	CP 2013054905 (APROPRIAÇÃO) BB 0000002106 - RPRE 0079/2013 - F4967363		2.000,00
08087674000187 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA EÓLICA			54.000,00
	CP 2013002408 (APROPRIAÇÃO) REC 15012013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987		4.500,00
	CP 2013003235 (APROPRIAÇÃO) REC 16022013001 - RPRE 0007/2013 - F4908987		4.500,00
	CP 2013009094 (APROPRIAÇÃO) REC 17032013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987		4.500,00

	CP 2013013497 (APROPRIAÇÃO) REC 18042013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013021236 (APROPRIAÇÃO) REC 19052013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013024062 (APROPRIAÇÃO) REC 20062013024 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013030719 (APROPRIAÇÃO) REC 21072013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013035665 (APROPRIAÇÃO) REC 23082013031 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013037890 (APROPRIAÇÃO) REC 24092013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013042975 (APROPRIAÇÃO) REC 25102013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013050426 (APROPRIAÇÃO) REC 26102013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	CP 2013054902 (APROPRIAÇÃO) REC 27122013007 - RPRE 0007/2013 - F4908987	4.500,00
	09604060000198 - COMITÊ BRASILEIRO DA CIER	13.020,90
	CP 2013015109 (APROPRIAÇÃO) OUTROS 2013-031 - RPRE 0044/2013 - F4835213	13.020,90
	29550928000121 - CENTRO DA MEMORIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL	168.000,06
	CP 2013014000 (APROPRIAÇÃO) REC 4041 - RPRE 0041/2013 - F4114964	168.000,06
	30033823000184 - COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	2.150,00
	CP 2013006148 (APROPRIAÇÃO) BB 2013031 - RPRE 0026/2013 - F4491578	2.150,00
	33402892000297 - ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS	8.397,00
	CP 2013042651 (APROPRIAÇÃO) FAT 10048989/2013 - RPRE 0076/2013 - F4697374	8.397,00
	34272088000112 - COMITE BRASILEIRO DO CONSELHO MUNDIAL DA ENERGIA	12.580,00
	CP 2013037149 (APROPRIAÇÃO) BB 20130120 - RPRE 0020/2013 - F4538445	12.580,00
	49738636000124 - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE CUSTOS	10.000,00
	CP 2013019270 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2013 - RD 1422.01-21/06/12 - F4960375	5.000,00
	CP 2013019288 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2013 - RD 1422.01-21/06/12 - F4960375	5.000,00
	60579703000148 - EMPRESA FOLHA DA MANHA S.A	969,80
	CP 2013056311 (APROPRIAÇÃO) DANFE 000119044 - F5407243	969,80
	62659891000140 - ASSOCIACAO BRASIL DE CONCESSIONARIAS DE EN.ELETRICA	26.244,00
	CP 2013001972 (APROPRIAÇÃO) REC 1421 - RPRE 0006/2013 - F4004199	26.244,00
	83594788000139 - ASSOCIACAO COML E INDL DE FLORIANÓPOLIS	1.831,62
	CP 2013008012 (APROPRIAÇÃO) BB 01/2013 - RD RPRE-0030/2013 - F5436557	1.831,62
	92821701000371 - RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	580,00
	CP 2013038310 (APROPRIAÇÃO) DANFE 113781 - F4784535	580,00
	ES100924081013 - IHA - INTERNATIONAL HYDROPOWER ASSOCIATION	52.430,91
	AT131125009 PROVISÃO DE TRIBUTOS S/IMPORTAÇÃO INVOICE 3530INV02425 IHA-INTERNATIONAL HIDROPOWER	8.042,91
	CP 2013048379 (APROPRIAÇÃO) FAT 3530inv02425 - RPRE 0086/2013 - F4893930	41.278,80
	CP 2013048379 (VARIAÇÃO_CAMBIAL_A_MAIOR) - FAT 3530inv02425 - F4893930	3.109,20
	351 - PUBLICIDADE LEGAL	1.745.584,88
	04196645000100 - IMPRENSA NACIONAL	420.958,57
	CP 2013003360 (APROPRIAÇÃO) NFF 00603/2013 - F4734366	17.948,67
	CP 2013015237 (APROPRIAÇÃO) NFF 15571/2013 - F4734366	18.556,07

	CP 2013033403 (APROPRIAÇÃO) NFF 37559/2013 - F4734366	17.736,08
	CP 2013039377 (APROPRIAÇÃO) NFF 43231/2013 - F4734366	12.542,81
	CP 2013039384 (APROPRIAÇÃO) NFF 34427/2010 - F4734366	1.305,91
	CP 2013039388 (APROPRIAÇÃO) NFF 36800/2011 - F4734366	14.395,38
	CP 2013039390 (APROPRIAÇÃO) NFF 38129/2011 - F4734366	11.419,12
	CP 2013039393 (APROPRIAÇÃO) NFF 46183/2011 - F4734366	16.339,06
	CP 2013039397 (APROPRIAÇÃO) NFF 48274/2011 - F4734366	13.636,13
	CP 2013039400 (APROPRIAÇÃO) NFF 50495/2011 - F4734366	14.243,53
	CP 2013039429 (APROPRIAÇÃO) NFF 54699/2011 - F4734366	10.629,50
	CP 2013039433 (APROPRIAÇÃO) NFF 56571/2011 - F4734366	13.059,10
	CP 2013039437 (APROPRIAÇÃO) NFF 08158/2012 - F4734366	9.809,51
	CP 2013039443 (APROPRIAÇÃO) NFF 17492/2012 - F4734366	10.204,32
	CP 2013039463 (APROPRIAÇÃO) NFF 22766/2012 - F4734366	9.748,77
	CP 2013039483 (APROPRIAÇÃO) NFF 36583/2012 - F4734366	6.225,85
	CP 2013039489 (APROPRIAÇÃO) NFF 38684/2012 - F4734366	303,70
	CP 2013039491 (APROPRIAÇÃO) NFF 43103/2012 - F4734366	28.092,25
	CP 2013039493 (APROPRIAÇÃO) NFF 38846/2012 - F4734366	17.644,97
	CP 2013039496 (APROPRIAÇÃO) NFF 47091/2012 - F4734366	28.608,54
	CP 2013039501 (APROPRIAÇÃO) NFF 05243/2013 - F4734366	14.425,75
	CP 2013039503 (APROPRIAÇÃO) NFF 10485/2013 - F4734366	14.638,34
	CP 2013039509 (APROPRIAÇÃO) NFF 20792/2013 - F4734366	19.436,80
	CP 2013039527 (APROPRIAÇÃO) NFF 23366/2010 - F4734366	11.996,15
	CP 2013039606 (APROPRIAÇÃO) NFF 32125/2013 - F4734366	22.170,10
	CP 2013039609 (APROPRIAÇÃO) NFF 28255/2012 - F4734366	25.662,65
	CP 2013053810 (APROPRIAÇÃO) NFF 49940/2013 - F4734366	20.439,01
	CP 2013061570 (APROPRIAÇÃO) NFF 56324/2013 - F4734366	19.740,50
	09168704000142 - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO S.A. - EBC	877.676,07
	CP 2013000461 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255363 - F4838407	2.006,40
	CP 2013000468 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255364 - F4838407	928,80
	CP 2013000473 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255365 - F4838407	696,60
	CP 2013000477 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255366 - F4838407	1.625,40
	CP 2013000512 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253519 - F4838407	2.863,87
	CP 2013000517 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255664 - F4838407	502,48
	CP 2013000793 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255944 - F4838407	628,10
	CP 2013000801 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255941 - F4838407	376,86
	CP 2013000803 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255943 - F4838407	565,29
	CP 2013000804 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255942 - F4838407	502,48
	CP 2013000806 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255940 - F4838407	4.333,86

	CP 2013000808 (APROPRIAÇÃO) NFFS 255939 - F4838407	376,86
	CP 2013000937 (APROPRIAÇÃO) NFFS 256061 - F4838407	2.832,00
	CP 2013002376 (APROPRIAÇÃO) NFFS 256555 - F4838407	565,29
	CP 2013002380 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257112 - F4838407	688,80
	CP 2013002384 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257120 - F4838407	688,80
	CP 2013002392 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257122 - F4838407	2.863,87
	CP 2013002395 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257116 - F4838407	688,80
	CP 2013002404 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257118 - F4838407	516,60
	CP 2013002417 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257119 - F4838407	1.205,40
	CP 2013002423 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257123 - F4838407	2.147,90
	CP 2013002430 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257125 - F4838407	5.011,78
	CP 2013002533 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257121 - F4838407	1.119,30
	CP 2013002550 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257126 - F4838407	624,08
	CP 2013002560 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257124 - F4838407	2.863,87
	CP 2013002564 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257117 - F4838407	688,80
	CP 2013002569 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257115 - F4838407	947,10
	CP 2013002578 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257113 - F4838407	4.993,80
	CP 2013002762 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257114 - F4838407	516,60
	CP 2013002764 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257571 - F4838407	8.228,64
	CP 2013002766 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257570 - F4838407	9.404,16
	CP 2013002768 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257925 - F4838407	1.722,00
	CP 2013002771 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257924 - F4838407	2.927,40
	CP 2013002776 (APROPRIAÇÃO) NFFS 257926 - F4838407	861,00
	CP 2013002860 (APROPRIAÇÃO) NFFS 258110 - F4838407	1.789,92
	CP 2013002863 (APROPRIAÇÃO) NFFS 258109 - F4838407	1.789,92
	CP 2013002866 (APROPRIAÇÃO) NFFS 258108 - F4838407	1.789,92
	CP 2013004945 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259439 - F4838407	688,80
	CP 2013004949 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259444 - F4838407	684,56
	CP 2013005214 (APROPRIAÇÃO) NFFS 260085 - F4838407	502,48
	CP 2013005236 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259455 - F4838407	430,50
	CP 2013005248 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259456 - F4838407	602,70
	CP 2013005255 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259437 - F4838407	684,56
	CP 2013005654 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259189 - F4838407	1.789,92
	CP 2013005665 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259446 - F4838407	1.283,55
	CP 2013005672 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259442 - F4838407	861,00
	CP 2013005687 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259453 - F4838407	855,70
	CP 2013005701 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259452 - F4838407	855,70
	CP 2013005771 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259441 - F4838407	861,00

	CP 2013005773 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259454 - F4838407	1.119,30
	CP 2013005780 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259451 - F4838407	855,70
	CP 2013005782 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259447 - F4838407	2.755,20
	CP 2013005783 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259450 - F4838407	5.989,90
	CP 2013005788 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259445 - F4838407	513,42
	CP 2013005832 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259443 - F4838407	688,80
	CP 2013005966 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259438 - F4838407	602,70
	CP 2013005971 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259440 - F4838407	602,70
	CP 2013005976 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259448 - F4838407	688,80
	CP 2013005981 (APROPRIAÇÃO) NFFS 259449 - F4838407	516,60
	CP 2013006234 (APROPRIAÇÃO) NFFS 260087 - F4838407	376,86
	CP 2013007821 (APROPRIAÇÃO) NFFS 260088 - F4838407	879,33
	CP 2013007826 (APROPRIAÇÃO) NFFS 261064 - F4838407	1.625,40
	CP 2013007834 (APROPRIAÇÃO) NFFS 260086 - F4838407	502,48
	CP 2013009375 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262171 - F4838407	5.011,78
	CP 2013009394 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262170 - F4838407	947,10
	CP 2013009648 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262169 - F4838407	1.377,60
	CP 2013009650 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262168 - F4838407	947,10
	CP 2013009654 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262376 - F4838407	1.789,92
	CP 2013009662 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262375 - F4838407	430,50
	CP 2013009677 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262374 - F4838407	1.722,00
	CP 2013009684 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262373 - F4838407	1.205,40
	CP 2013009686 (APROPRIAÇÃO) NFFS 262735 - F4838407	879,33
	CP 2013009691 (APROPRIAÇÃO) NFFS 263167 - F4838407	1.625,40
	CP 2013009698 (APROPRIAÇÃO) NFFS 263168 - F4838407	1.374,60
	CP 2013009715 (APROPRIAÇÃO) NFFS 263169 - F4838407	3.239,36
	CP 2013011053 (APROPRIAÇÃO) NFFS 263774 - F4838407	602,70
	CP 2013011063 (APROPRIAÇÃO) NFFS 263773 - F4838407	1.205,40
	CP 2013011075 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264058 - F4838407	947,10
	CP 2013011083 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264059 - F4838407	602,70
	CP 2013011090 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264061 - F4838407	1.789,92
	CP 2013011096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264062 - F4838407	3.937,82
	CP 2013011100 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264060 - F4838407	774,90
	CP 2013011117 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264056 - F4838407	602,70
	CP 2013011122 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264057 - F4838407	430,50
	CP 2013011135 (APROPRIAÇÃO) NFFS 264428 - F4838407	1.649,52
	CP 2013013876 (APROPRIAÇÃO) NFFS 265149 - F4838407	397,78
	CP 2013013877 (APROPRIAÇÃO) NFFS 265150 - F4838407	253,13

	CP 2013013879 (APROPRIAÇÃO) NFFS 265151 - F4838407	253,13
	CP 2013013880 (APROPRIAÇÃO) NFFS 265152 - F4838407	253,13
	CP 2013014328 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266076 - F4838407	516,60
	CP 2013014331 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266079 - F4838407	2.147,90
	CP 2013014334 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266078 - F4838407	430,50
	CP 2013014370 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266077 - F4838407	430,50
	CP 2013014378 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266073 - F4838407	430,50
	CP 2013014469 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266074 - F4838407	688,80
	CP 2013014538 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266072 - F4838407	439,67
	CP 2013014544 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266075 - F4838407	602,70
	CP 2013014547 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266071 - F4838407	439,67
	CP 2013014654 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266070 - F4838407	690,91
	CP 2013014657 (APROPRIAÇÃO) NFFS 266263 - F4838407	486,08
	CP 2013016504 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267440 - F4838407	602,70
	CP 2013016518 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267439 - F4838407	430,50
	CP 2013016535 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267441 - F4838407	430,50
	CP 2013016556 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267438 - F4838407	602,70
	CP 2013016771 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267722 - F4838407	602,70
	CP 2013016777 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267721 - F4838407	3.228,75
	CP 2013016783 (APROPRIAÇÃO) NFFS 267723 - F4838407	516,60
	CP 2013018714 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269183 - F4838407	430,50
	CP 2013018724 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269182 - F4838407	1.635,90
	CP 2013018725 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269181 - F4838407	688,80
	CP 2013018726 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269180 - F4838407	430,50
	CP 2013018728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269417 - F4838407	486,08
	CP 2013018731 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269416 - F4838407	976,96
	CP 2013018733 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269418 - F4838407	555,52
	CP 2013018735 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269419 - F4838407	430,50
	CP 2013018793 (APROPRIAÇÃO) NFFS 269420 - F4838407	430,50
	CP 2013019772 (APROPRIAÇÃO) NFFS 270548 - F4838407	11.996,88
	CP 2013019777 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271197 - F4838407	2.505,89
	CP 2013019780 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271196 - F4838407	2.505,89
	CP 2013019825 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271421 - F4838407	854,84
	CP 2013019828 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271422 - F4838407	854,84
	CP 2013019840 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271423 - F4838407	688,80
	CP 2013019854 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271424 - F4838407	4.821,60
	CP 2013019873 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271425 - F4838407	3.013,50
	CP 2013019879 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271426 - F4838407	1.119,30

	CP 2013020019 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271427 - F4838407	1.205,40
	CP 2013020028 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271428 - F4838407	3.013,50
	CP 2013020031 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271429 - F4838407	1.119,30
	CP 2013020043 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271430 - F4838407	602,70
	CP 2013020051 (APROPRIAÇÃO) NFFS 271431 - F4838407	602,70
	CP 2013020082 (APROPRIAÇÃO) NFFS 272491 - F4838407	486,08
	CP 2013020101 (APROPRIAÇÃO) NFFS 272490 - F4838407	486,08
	CP 2013021201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 272709 - F4838407	2.376,32
	CP 2013021210 (APROPRIAÇÃO) NFFS 272954 - F4838407	17.728,20
	CP 2013021402 (APROPRIAÇÃO) NFFS 273123 - F4838407	2.834,44
	CP 2013021698 (APROPRIAÇÃO) NFFS 273484 - F4838407	2.834,44
	CP 2013022331 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274182 - F4838407	602,70
	CP 2013022340 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274183 - F4838407	516,60
	CP 2013022344 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274184 - F4838407	602,70
	CP 2013022452 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274186 - F4838407	774,90
	CP 2013022457 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274187 - F4838407	2.505,89
	CP 2013022463 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274188 - F4838407	2.505,89
	CP 2013022469 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274405 - F4838407	1.485,20
	CP 2013023451 (APROPRIAÇÃO) NFFS 275325 - F4838407	732,72
	CP 2013024194 (APROPRIAÇÃO) NFFS 275729 - F4838407	516,60
	CP 2013024263 (APROPRIAÇÃO) NFFS 276314 - F4838407	2.505,89
	CP 2013025749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 276762 - F4838407	272.650,02
	CP 2013025859 (APROPRIAÇÃO) NFFS 274185 - F4838407	516,60
	CP 2013029085 (APROPRIAÇÃO) NFFS 277806 - F4838407	27.121,50
	CP 2013029089 (APROPRIAÇÃO) NFFS 277641 - F4838407	6.855,36
	CP 2013029091 (APROPRIAÇÃO) NFFS 278374 - F4838407	976,96
	CP 2013029096 (APROPRIAÇÃO) NFFS 278375 - F4838407	1.099,08
	CP 2013029101 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279376 - F4838407	10.130,40
	CP 2013029105 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279660 - F4838407	4.284,60
	CP 2013029423 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279887 - F4838407	688,80
	CP 2013029445 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279890 - F4838407	2.324,70
	CP 2013029446 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279889 - F4838407	2.712,15
	CP 2013029497 (APROPRIAÇÃO) NFFS 279888 - F4838407	774,90
	CP 2013029506 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280108 - F4838407	7.103,25
	CP 2013029515 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280111 - F4838407	947,10
	CP 2013029519 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280110 - F4838407	516,60
	CP 2013029530 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280109 - F4838407	516,60
	CP 2013029550 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280106 - F4838407	688,80

	CP 2013029687 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280105 - F4838407	947,10
	CP 2013029727 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280104 - F4838407	2.669,10
	CP 2013030001 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280107 - F4838407	602,70
	CP 2013030006 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280405 - F4838407	1.485,20
	CP 2013030010 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280406 - F4838407	3.239,36
	CP 2013030012 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280407 - F4838407	1.100,00
	CP 2013030022 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280408 - F4838407	1.100,00
	CP 2013030041 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280713 - F4838407	2.147,90
	CP 2013030074 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280712 - F4838407	27.121,50
	CP 2013030099 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280714 - F4838407	1.789,92
	CP 2013030125 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280715 - F4838407	2.863,87
	CP 2013030134 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280716 - F4838407	1.789,92
	CP 2013030145 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280717 - F4838407	2.147,90
	CP 2013030158 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280718 - F4838407	1.789,92
	CP 2013030170 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280719 - F4838407	2.863,87
	CP 2013030182 (APROPRIAÇÃO) NFFS 280720 - F4838407	2.863,87
	CP 2013030187 (APROPRIAÇÃO) NFFS 276575 - F4838407	336,00
	CP 2013030386 (APROPRIAÇÃO) NFFS 281316 - F4838407	555,52
	CP 2013030396 (APROPRIAÇÃO) NFFS 281314 - F4838407	3.239,36
	CP 2013030410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 281315 - F4838407	3.644,28
	CP 2013031392 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282651 - F4838407	602,70
	CP 2013031398 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282652 - F4838407	516,60
	CP 2013031410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282653 - F4838407	2.863,87
	CP 2013031415 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282655 - F4838407	2.147,90
	CP 2013031420 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282649 - F4838407	555,52
	CP 2013031430 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282650 - F4838407	516,60
	CP 2013031569 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282654 - F4838407	1.789,92
	CP 2013031574 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282865 - F4838407	774,90
	CP 2013031582 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282868 - F4838407	516,60
	CP 2013031588 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282867 - F4838407	688,80
	CP 2013031669 (APROPRIAÇÃO) NFFS 282866 - F4838407	602,70
	CP 2013031678 (APROPRIAÇÃO) NFFS 283043 - F4838407	166,21
	CP 2013032548 (APROPRIAÇÃO) NFFS 283282 - F4838407	27.121,50
	CP 2013032918 (APROPRIAÇÃO) NFFS 283769 - F4838407	516,60
	CP 2013032919 (APROPRIAÇÃO) NFFS 283770 - F4838407	602,70
	CP 2013035166 (APROPRIAÇÃO) NFFS 286096 - F4838407	486,08
	CP 2013035175 (APROPRIAÇÃO) NFFS 286095 - F4838407	624,96
	CP 2013035181 (APROPRIAÇÃO) NFFS 286865 - F4838407	688,80

	CP 2013035195 (APROPRIAÇÃO) NFFS 287407 - F4838407	486,08
	CP 2013035519 (APROPRIAÇÃO) NFFS 287655 - F4838407	308,00
	CP 2013035546 (APROPRIAÇÃO) NFFS 288142 - F4838407	1.782,24
	CP 2013035557 (APROPRIAÇÃO) NFFS 288493 - F4838407	2.505,89
	CP 2013036319 (APROPRIAÇÃO) NFFS 287654 - F4838407	2.834,44
	CP 2013036848 (APROPRIAÇÃO) NFFS 289858 - F4838407	1.789,92
	CP 2013036849 (APROPRIAÇÃO) NFFS 289857 - F4838407	2.147,90
	CP 2013037233 (APROPRIAÇÃO) NFFS 289856 - F4838407	1.789,92
	CP 2013037239 (APROPRIAÇÃO) NFFS 289855 - F4838407	602,70
	CP 2013037501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 290767 - F4838407	33.419,88
	CP 2013037505 (APROPRIAÇÃO) NFFS 290766 - F4838407	854,84
	CP 2013039421 (APROPRIAÇÃO) NFFS 287408 - F4838407	555,52
	CP 2013039546 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292389 - F4838407	5.263,96
	CP 2013039550 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292390 - F4838407	5.263,96
	CP 2013039848 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292841 - F4838407	602,70
	CP 2013039853 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292842 - F4838407	688,80
	CP 2013039857 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292839 - F4838407	430,50
	CP 2013039860 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292846 - F4838407	4.295,81
	CP 2013039948 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292845 - F4838407	4.295,81
	CP 2013039950 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292844 - F4838407	2.147,90
	CP 2013039952 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292843 - F4838407	4.295,81
	CP 2013039954 (APROPRIAÇÃO) NFFS 292840 - F4838407	3.228,75
	CP 2013045295 (APROPRIAÇÃO) NFFS 291374 - F4838407	516,60
	CP 2013045302 (APROPRIAÇÃO) NFFS 293862 - F4838407	976,96
	CP 2013045307 (APROPRIAÇÃO) NFFS 293859 - F4838407	854,84
	CP 2013045314 (APROPRIAÇÃO) NFFS 293860 - F4838407	854,84
	CP 2013045340 (APROPRIAÇÃO) NFFS 293861 - F4838407	854,84
	CP 2013045341 (APROPRIAÇÃO) NFFS 295654 - F4838407	2.505,89
	CP 2013045350 (APROPRIAÇÃO) NFFS 295652 - F4838407	602,70
	CP 2013045354 (APROPRIAÇÃO) NFFS 295651 - F4838407	602,70
	CP 2013045361 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296990 - F4838407	3.579,84
	CP 2013045366 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296485 - F4838407	220,00
	CP 2013045371 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296996 - F4838407	3.579,84
	CP 2013045373 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296991 - F4838407	1.789,92
	CP 2013045375 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296992 - F4838407	1.789,92
	CP 2013045381 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296993 - F4838407	1.789,92
	CP 2013045411 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296994 - F4838407	1.789,92
	CP 2013045415 (APROPRIAÇÃO) NFFS 296995 - F4838407	3.579,84

	CP 2013045566 (APROPRIAÇÃO) NFFS 297106 - F4838407	2.863,87
	CP 2013046497 (APROPRIAÇÃO) NFFS 297657 - F4838407	4.049,20
	CP 2013046502 (APROPRIAÇÃO) NFFS 297656 - F4838407	4.049,20
	CP 2013046507 (APROPRIAÇÃO) NFFS 297655 - F4838407	4.049,20
	CP 2013046836 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298415 - F4838407	352,00
	CP 2013046894 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298414 - F4838407	688,80
	CP 2013046895 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298413 - F4838407	484,00
	CP 2013046898 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298420 - F4838407	748,00
	CP 2013046904 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298419 - F4838407	484,00
	CP 2013046937 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298418 - F4838407	484,00
	CP 2013046963 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298416 - F4838407	880,00
	CP 2013046966 (APROPRIAÇÃO) NFFS 295653 - F4838407	602,70
	CP 2013046971 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298857 - F4838407	854,84
	CP 2013046976 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298858 - F4838407	854,84
	CP 2013048721 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300121 - F4838407	486,08
	CP 2013048731 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300122 - F4838407	624,96
	CP 2013048753 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300120 - F4838407	5.263,96
	CP 2013048777 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300358 - F4838407	416,64
	CP 2013049202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300362 - F4838407	2.505,89
	CP 2013049205 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300361 - F4838407	2.505,89
	CP 2013049209 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300360 - F4838407	2.863,87
	CP 2013049212 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300359 - F4838407	1.789,92
	CP 2013049234 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300680 - F4838407	5.998,44
	CP 2013049241 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300679 - F4838407	854,84
	CP 2013049244 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300678 - F4838407	3.239,36
	CP 2013049258 (APROPRIAÇÃO) NFFS 300677 - F4838407	2.429,52
	CP 2013049269 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301084 - F4838407	602,70
	CP 2013049279 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301085 - F4838407	430,50
	CP 2013049290 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301086 - F4838407	602,70
	CP 2013049462 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301087 - F4838407	774,90
	CP 2013049465 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301088 - F4838407	688,80
	CP 2013049470 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301089 - F4838407	774,90
	CP 2013051340 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301922 - F4838407	430,50
	CP 2013051344 (APROPRIAÇÃO) NFFS 301921 - F4838407	688,80
	CP 2013051351 (APROPRIAÇÃO) NFFS 302846 - F4838407	396,00
	CP 2013051359 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303029 - F4838407	352,00
	CP 2013051373 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303028 - F4838407	396,00
	CP 2013051378 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303027 - F4838407	352,00

	CP 2013051672 (APROPRIAÇÃO) NFFS 298417 - F4838407	1.056,00
	CP 2013052210 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303595 - F4838407	2.834,44
	CP 2013052216 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303593 - F4838407	3.239,36
	CP 2013052218 (APROPRIAÇÃO) NFFS 303594 - F4838407	3.644,28
	CP 2013052991 (APROPRIAÇÃO) NFFS 304041 - F4838407	8.864,10
	CP 2013053423 (APROPRIAÇÃO) NFFS 304851 - F4838407	484,00
	CP 2013056099 (APROPRIAÇÃO) NFFS 305971 - F4838407	3.645,60
	CP 2013056101 (APROPRIAÇÃO) NFFS 306465 - F4838407	1.789,92
	CP 2013056105 (APROPRIAÇÃO) NFFS 306464 - F4838407	1.789,92
	CP 2013056120 (APROPRIAÇÃO) NFFS 306463 - F4838407	688,80
	CP 2013056127 (APROPRIAÇÃO) NFFS 306462 - F4838407	688,80
	CP 2013056141 (APROPRIAÇÃO) NFFS 306461 - F4838407	602,70
	CP 2013056152 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307176 - F4838407	6.411,30
	CP 2013056169 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307482 - F4838407	484,00
	CP 2013056190 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307483 - F4838407	484,00
	CP 2013056229 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307484 - F4838407	484,00
	CP 2013056826 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307485 - F4838407	528,00
	CP 2013056839 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307487 - F4838407	352,00
	CP 2013056854 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307486 - F4838407	484,00
	CP 2013056881 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307488 - F4838407	572,00
	CP 2013057166 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307787 - F4838407	602,70
	CP 2013057171 (APROPRIAÇÃO) NFFS 307788 - F4838407	430,50
	09305983000149 - PSR SOLUÇÕES E CONSULTORIA EM ENERGIA LTDA.	4.600,00
	CP 2013028690 (APROPRIAÇÃO) NFS 00002085 - F4930998	4.600,00
	14284430000197 - FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	435.262,10
	CP 2013000488 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006610 - F4943115	578,21
	CP 2013000489 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006680 - F4943115	578,21
	CP 2013000492 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006457 - F4943115	63,60
	CP 2013000493 (APROPRIAÇÃO) NFPS 006613 - F4943115	578,21
	CP 2013002210 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007298 - F4943115	21,20
	CP 2013002253 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007389 - F4943115	1.300,97
	CP 2013002254 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007406 - F4943115	159,01
	CP 2013002944 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007738 - F4943115	63,60
	CP 2013003451 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007763 - F4943115	722,76
	CP 2013003452 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007762 - F4943115	1.185,33
	CP 2013003453 (APROPRIAÇÃO) NFPS 007761 - F4943115	722,76
	CP 2013006295 (APROPRIAÇÃO) NFPS 009002 - F4943115	187,92
	CP 2013006579 (APROPRIAÇÃO) NFPS 009280 - F4943115	63,60

	CP 2013008515 (APROPRIAÇÃO) NFPS 009967 - F4943115	187,92
	CP 2013008516 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010216 - F4943115	187,92
	CP 2013008517 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010082 - F4943115	187,92
	CP 2013008519 (APROPRIAÇÃO) NFPS 009762 - F4943115	216,83
	CP 2013009735 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010673 - F4943115	63,60
	CP 2013010567 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010389 - F4943115	274,65
	CP 2013010568 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010663 - F4943115	289,10
	CP 2013010572 (APROPRIAÇÃO) NFPS 010881 - F4943115	2.659,76
	CP 2013011627 (APROPRIAÇÃO) NFPS 011501 - F4943115	21,20
	CP 2013011740 (APROPRIAÇÃO) NFPS 011712 - F4943115	1.459,98
	CP 2013011832 (APROPRIAÇÃO) NFPS 011711 - F4943115	231,28
	CP 2013014197 (APROPRIAÇÃO) NFPS 012980 - F4943115	42,40
	CP 2013014198 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013093 - F4943115	21,20
	CP 2013014496 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013150 - F4943115	24.922,73
	CP 2013014498 (APROPRIAÇÃO) NFPS 012518 - F4943115	187,92
	CP 2013014499 (APROPRIAÇÃO) NFPS 012519 - F4943115	173,46
	CP 2013014501 (APROPRIAÇÃO) NFPS 012578 - F4943115	187,92
	CP 2013014504 (APROPRIAÇÃO) NFPS 012280 - F4943115	187,92
	CP 2013014882 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013251 - F4943115	2.457,39
	CP 2013014883 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013253 - F4943115	780,58
	CP 2013014884 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013254 - F4943115	823,95
	CP 2013014885 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013255 - F4943115	737,22
	CP 2013014886 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013256 - F4943115	2.717,58
	CP 2013015579 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013690 - F4943115	21,20
	CP 2013016290 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013711 - F4943115	3.382,52
	CP 2013016806 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014563 - F4943115	63,60
	CP 2013016807 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014422 - F4943115	63,60
	CP 2013016851 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014447 - F4943115	22.495,47
	CP 2013017190 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014260 - F4943115	53,00
	CP 2013017353 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014579 - F4943115	267.717,72
	CP 2013017800 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014580 - F4943115	22.495,47
	CP 2013017802 (APROPRIAÇÃO) NFPS 014745 - F4943115	22.495,47
	CP 2013019082 (APROPRIAÇÃO) NFPS 013208 - F4943115	79,50
	CP 2013022323 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016838 - F4943115	47,70
	CP 2013022851 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016993 - F4943115	1.459,98
	CP 2013022852 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016979 - F4943115	5.695,36
	CP 2013022853 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016982 - F4943115	1.459,98
	CP 2013022854 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016981 - F4943115	1.633,44

	CP 2013022855 (APROPRIAÇÃO) NFPS 016980 - F4943115	1.994,82
	CP 2013023023 (APROPRIAÇÃO) NFPS 017123 - F4943115	1.459,98
	CP 2013027585 (APROPRIAÇÃO) NFPS 018820 - F4943115	231,32
	CP 2013044599 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024405 - F4943115	2.621,68
	CP 2013044601 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024406 - F4943115	1.634,69
	CP 2013044602 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024404 - F4943115	1.249,15
	CP 2013044605 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024409 - F4943115	663,13
	CP 2013044606 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024407 - F4943115	647,71
	CP 2013044607 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024410 - F4943115	1.187,47
	CP 2013044609 (APROPRIAÇÃO) NFPS 024408 - F4943115	663,13
	CP 2013045101 (APROPRIAÇÃO) NFPS 025310 - F4943115	123,37
	CP 2013046389 (APROPRIAÇÃO) NFPS 026457 - F4943115	9.669,37
	CP 2013047158 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027344 - F4943115	647,71
	CP 2013047621 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027542 - F4943115	755,66
	CP 2013047622 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027541 - F4943115	724,82
	CP 2013047623 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027539 - F4943115	693,97
	CP 2013047624 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027540 - F4943115	647,71
	CP 2013047627 (APROPRIAÇÃO) NFPS 027452 - F4943115	647,71
	CP 2013049586 (APROPRIAÇÃO) NFPS 028418 - F4943115	848,19
	CP 2013049589 (APROPRIAÇÃO) NFPS 028308 - F4943115	123,37
	CP 2013049590 (APROPRIAÇÃO) NFPS 028215 - F4943115	185,06
	CP 2013051943 (APROPRIAÇÃO) NFPS 029036 - F4943115	817,35
	CP 2013051944 (APROPRIAÇÃO) NFPS 029033 - F4943115	1.187,47
	CP 2013051945 (APROPRIAÇÃO) NFPS 029034 - F4943115	4.287,22
	CP 2013054089 (APROPRIAÇÃO) NFPS 030014 - F4943115	1.711,80
	CP 2013056250 (APROPRIAÇÃO) NFPS 031003 - F4943115	2.498,31
	CP 2013058298 (APROPRIAÇÃO) NFPS 030560 - F4943115	123,37
	CP 2013061531 (APROPRIAÇÃO) NFPS 033034 - F4943115	940,72
	CP 2013061534 (APROPRIAÇÃO) NFPS 032250 - F4943115	1.696,38
	CP 2013061567 (APROPRIAÇÃO) NFPS 033110 - F4943115	169,64
	87161501000138 - CORAG COMPANHIA RIO GRANDENSE DE ARTES GRAFICAS	9.400,94
	CP 2013000941 (APROPRIAÇÃO) NFSC 070570 - F4608850	1.052,28
	CP 2013001540 (APROPRIAÇÃO) NFSC 070772 - F4608850	783,62
	CP 2013007977 (APROPRIAÇÃO) NFSC 072534 - F4608850	559,72
	CP 2013021899 (APROPRIAÇÃO) NFSC 078618 - F4608850	559,72
	CP 2013031382 (APROPRIAÇÃO) NFSC 081133 - F4608850	559,72
	CP 2013034256 (APROPRIAÇÃO) NFSC 083740 - F4608850	912,91
	CP 2013035425 (APROPRIAÇÃO) NFSC 084295 - F4608850	600,60

	CP 2013042247 (APROPRIAÇÃO) NFSC 087412 - F4608850	2.090,09
	CP 2013044405 (APROPRIAÇÃO) NFSC 088163 - F4608850	480,48
	CP 2013048999 (APROPRIAÇÃO) NFSC 089357 - F4608850	600,60
	CP 2013051734 (APROPRIAÇÃO) NFSC 090637 - F4608850	1.201,20
	92821701000100 - RBS ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S.A.	-2.863,87
	CP 2012062630 (APROPRIAÇÃO) NFFS 253519 - F4459683	-2.863,87
	FUNDO ROTATIVO DE CAIXA -	551,07
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - DESPESA PUBLICAÇÃO DIARIO OFICIAL DO MS	152,38
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - REPOSIÇÃO DE CAIXA DO DGI	22,60
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - REPOSIÇÃO DO CAIXA DO DGI	50,85
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 06112013 - REPOSIÇÃO DO CAIXA DO DGI	16,95
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 17102013 - REPOSIÇÃO DO CAIXA DO DGI	118,65
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 21112013 - REPOSIÇÃO DO CAIXA DO DGI	50,85
	- FUNDO ROTATIVO DE CAIXA - PRESTACAO DE CONTAS - 26092013 - REPOSIÇÃO DO CAIXA DO DGI	138,79
	352 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	825.142,31
	00403498000133 - AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	1.134.786,46
	20130731CCC001 ACERTO CLASSIFICAÇÃO CP 2013027450 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	15.540,00
	20130731CCC001 ACERTO CLASSIFICAÇÃO CP 2013027458 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	10.356,42
	20130731CCC001 ACERTO CLASSIFICAÇÃO CP 2013032914 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	12.828,66
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013036342 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	341,78
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013039623 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	1.140,60
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013039624 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	570,30
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013039626 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	570,30
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013039627 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP 131001CCC001 ACERTO CP 2013039627 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL.	4.297,80
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013032912 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	3.659,82
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013032914 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	12.828,66
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034908 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	570,78
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034911 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	8.321,25
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034912 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	3.917,86
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034915 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	789,43
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034917 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	877,32
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034918 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	877,32
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034919 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	263,14
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013034920 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	5.263,92
	AP131001CCC013 ACERTO CP 2013040084 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	341,78
	CP 2012062836 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003865 - F4827286	-36.615,24
	CP 2013000418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003865 - F4827286	39.615,24

	CP 2013004377 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003928 - F4827286	1.520,00
	CP 2013004408 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003988 - F4827286	6.129,05
	CP 2013004427 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003987 - F4827286	1.520,00
	CP 2013004491 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003975 - F4827286	2.455,75
	CP 2013004496 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003989 - F4827286	8.398,00
	CP 2013004615 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003940 - F4827286	4.992,72
	CP 2013004728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003927 - F4827286	1.520,00
	CP 2013004729 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003929 - F4827286	1.881,00
	CP 2013004733 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003930 - F4827286	1.881,00
	CP 2013004740 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003936 - F4827286	14.250,00
	CP 2013004749 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003941 - F4827286	1.558,00
	CP 2013004751 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003944 - F4827286	2.850,00
	CP 2013004754 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003945 - F4827286	3.800,00
	CP 2013004774 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003948 - F4827286	15.675,00
	CP 2013004778 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003949 - F4827286	14.250,00
	CP 2013004779 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003950 - F4827286	20.425,00
	CP 2013004784 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003954 - F4827286	3.800,00
	CP 2013004790 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003955 - F4827286	9.116,83
	CP 2013004953 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003932 - F4827286	1.614,51
	CP 2013004955 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003937 - F4827286	1.235,00
	CP 2013004957 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003933 - F4827286	1.246,88
	CP 2013004958 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003946 - F4827286	1.974,86
	CP 2013004959 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003943 - F4827286	1.235,00
	CP 2013004969 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003938 - F4827286	1.286,61
	CP 2013004971 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003956 - F4827286	1.684,12
	CP 2013004972 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003926 - F4827286	630,63
	CP 2013004977 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003935 - F4827286	2.351,25
	CP 2013004981 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003951 - F4827286	42.750,00
	CP 2013004988 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003953 - F4827286	1.701,93
	CP 2013004996 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003931 - F4827286	21.998,20
	CP 2013005014 (APROPRIAÇÃO) NFFS 03925 - F4827286	1.584,00
	CP 2013005029 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003978 - F4827286	570,00
	CP 2013005033 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003974 - F4827286	2.565,00
	CP 2013005165 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003924 - F4827286	330,00
	CP 2013005177 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003947 - F4827286	1.066,28
	CP 2013005184 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003939 - F4827286	2.228,47
	CP 2013005201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003925 - F4827286	1.584,00
	CP 2013009386 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003995 - F4827286	9.116,83

	CP 2013009397 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003997 - F4827286	1.525,00
	CP 2013009405 (APROPRIAÇÃO) NFFS 004000 - F4827286	1.525,00
	CP 2013009408 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4003 - F4827286	1.881,00
	CP 2013009413 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4008 - F4827286	6.018,25
	CP 2013009416 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4013 - F4827286	8.398,00
	CP 2013009418 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4002 - F4827286	1.881,00
	CP 2013009437 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4032 - F4827286	3.800,00
	CP 2013009491 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4043 - F4827286	1.995,00
	CP 2013009495 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4042 - F4827286	323,00
	CP 2013009501 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4041 - F4827286	484,50
	CP 2013009504 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4035 - F4827286	484,50
	CP 2013009508 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4036 - F4827286	2.227,90
	CP 2013009510 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4034 - F4827286	726,75
	CP 2013010375 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003996 - F4827286	6.277,44
	CP 2013010376 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4005 - F4827286	1.365,63
	CP 2013010377 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4006 - F4827286	1.235,00
	CP 2013010379 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4009 - F4827286	2.698,00
	CP 2013010380 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4010 - F4827286	1.235,00
	CP 2013010381 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4011 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010383 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4012 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010385 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4018 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010386 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4020 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010387 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4019 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010388 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4021 - F4827286	3.055,20
	CP 2013010390 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4023 - F4827286	2.351,25
	CP 2013010391 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4024 - F4827286	803,99
	CP 2013010392 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4025 - F4827286	535,99
	CP 2013010393 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4037 - F4827286	2.407,00
	CP 2013010395 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4038 - F4827286	19.910,55
	CP 2013010397 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4044 - F4827286	1.235,00
	CP 2013010398 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4045 - F4827286	950,00
	CP 2013010399 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4026 - F4827286	3.900,00
	CP 2013010401 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4027 - F4827286	1.684,12
	CP 2013010408 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4001 - F4827286	11.519,68
	CP 2013010409 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4007 - F4827286	2.351,25
	CP 2013010411 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003998 - F4827286	1.078,00
	CP 2013010412 (APROPRIAÇÃO) NFFS 003999 - F4827286	312,18
	CP 2013011417 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4022 - F4827286	2.565,00

	CP 2013011532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4050 - F4827286	1.056,00
	CP 2013011536 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4004 - F4827286	3.800,00
	CP 2013013827 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4077 - F4827286	9.116,83
	CP 2013014034 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4076 - F4827286	1.235,00
	CP 2013015975 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4088 - F4827286	12.797,60
	CP 2013016009 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4087 - F4827286	1.425,00
	CP 2013017839 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4117 - F4827286	9.455,61
	CP 2013017960 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4126 - F4827286	980,86
	CP 2013017966 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4125 - F4827286	427,50
	CP 2013018007 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4124 - F4827286	845,88
	CP 2013018010 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4123 - F4827286	351,50
	CP 2013018012 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4122 - F4827286	1.409,80
	CP 2013018023 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4119 - F4827286	17.581,30
	CP 2013019251 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4093 - F4827286	2.526,18
	CP 2013019258 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4094 - F4827286	29.900,00
	CP 2013019262 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4086 - F4827286	3.648,00
	CP 2013019275 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4104 - F4827286	9.012,55
	CP 2013019280 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4115 - F4827286	3.685,00
	CP 2013019281 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4121 - F4827286	181,50
	CP 2013019282 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4118 - F4827286	4.169,00
	CP 2013019285 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4128 - F4827286	739,22
	CP 2013019286 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4120 - F4827286	2.464,00
	CP 2013019287 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4129 - F4827286	2.275,45
	CP 2013019316 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4103 - F4827286	1.634,76
	CP 2013019676 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4116 - F4827286	2.176,96
	CP 2013039628 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4298 - F4827286	5.092,50
	CP 2013039629 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4292 - F4827286	458,05
	CP 2013040028 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4318 - F4827286	570,30
	CP 2013040031 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4320 - F4827286	5.263,92
	CP 2013040033 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4319 - F4827286	657,79
	CP 2013040037 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4328 - F4827286	570,20
	CP 2013040039 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4314 - F4827286	103,43
	CP 2013040041 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4317 - F4827286	2.850,00
	CP 2013040042 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4313 - F4827286	5.092,50
	CP 2013040044 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4325 - F4827286	141,75
	CP 2013040045 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4326 - F4827286	141,75
	CP 2013040047 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4315 - F4827286	3.885,57
	CP 2013040049 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4327 - F4827286	3.306,00

	CP 2013040051 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4312 - F4827286	458,05
	CP 2013040052 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4316 - F4827286	5.092,50
	CP 2013040093 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4291 - F4827286	1.638,00
	CP 2013040643 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4335 - F4827286	24.225,00
	CP 2013041215 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4343 - F4827286	4.617,00
	CP 2013044356 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4346 - F4827286	2.850,00
	CP 2013044366 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4349 - F4827286	283,50
	CP 2013044369 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4350 - F4827286	324,45
	CP 2013044410 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4355 - F4827286	8.851,50
	CP 2013044624 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4357 - F4827286	1.989,75
	CP 2013044627 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4354 - F4827286	55,28
	CP 2013044629 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4359 - F4827286	5.092,50
	CP 2013044643 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4358 - F4827286	141,75
	CP 2013044683 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4345 - F4827286	190,10
	CP 2013044689 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4344 - F4827286	190,10
	CP 2013044728 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4338 - F4827286	5.263,90
	CP 2013044738 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4336 - F4827286	2.631,96
	CP 2013044746 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4337 - F4827286	570,30
	CP 2013044814 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4360 - F4827286	110,57
	CP 2013045978 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4383 - F4827286	5.819,73
	CP 2013045978 (GLOSA) - NFFS 4383 - F4827286	-0,60
	CP 2013048785 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4375 - F4827286	125,79
	CP 2013048785 (GLOSA) - NFFS 4375 - F4827286	-0,28
	CP 2013048791 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4374 - F4827286	684,13
	CP 2013048796 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4353 - F4827286	2.018,75
	CP 2013048798 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4376 - F4827286	3.016,77
	CP 2013048804 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4352 - F4827286	2.018,75
	CP 2013048810 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4381 - F4827286	6.141,24
	CP 2013048991 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4405 - F4827286	1.178,76
	CP 2013050801 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4412 - F4827286	190,10
	CP 2013050803 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4418 - F4827286	263,14
	CP 2013050806 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4420 - F4827286	1.666,75
	CP 2013050807 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4413 - F4827286	5.263,92
	CP 2013050809 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4411 - F4827286	438,53
	CP 2013050810 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4410 - F4827286	146,22
	CP 2013050816 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4403 - F4827286	2.341,75
	CP 2013050818 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4401 - F4827286	1.487,70
	CP 2013050822 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4402 - F4827286	1.282,50

	CP 2013050848 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4404 - F4827286	1.282,50
	CP 2013050851 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4415 - F4827286	6.279,21
	CP 2013050853 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4416 - F4827286	645,75
	CP 2013050857 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4414 - F4827286	645,75
	CP 2013051673 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4434 - F4827286	1.264,62
	CP 2013051963 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4431 - F4827286	458,05
	CP 2013051964 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4433 - F4827286	252,00
	CP 2013051966 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4425 - F4827286	390,39
	CP 2013051969 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4430 - F4827286	5.452,07
	CP 2013051969 (GLOSA) - NFFS 4430 - F4827286	-0,45
	CP 2013051970 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4424 - F4827286	231,00
	CP 2013051972 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4427 - F4827286	824,25
	CP 2013051976 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4428 - F4827286	635,86
	CP 2013051980 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4422 - F4827286	141,75
	CP 2013051983 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4429 - F4827286	2.667,00
	CP 2013051987 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4421 - F4827286	6.989,27
	CP 2013051988 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4419 - F4827286	584,88
	CP 2013053721 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4445 - F4827286	11.875,00
	CP 2013055644 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4458 - F4827286	95.041,80
	CP 2013055672 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4454 - F4827286	2.625,00
	CP 2013058192 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4472 - F4827286	219,26
	CP 2013058193 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4464 - F4827286	570,30
	CP 2013058195 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4465 - F4827286	5.673,12
	CP 2013058196 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4462 - F4827286	3.421,39
	CP 2013058198 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4466 - F4827286	570,30
	CP 2013058199 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4467 - F4827286	5.263,92
	CP 2013058201 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4461 - F4827286	190,10
	CP 2013058202 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4463 - F4827286	657,79
	CP 2013058203 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4460 - F4827286	5.452,07
	05864862000186 - GIUSTI COMUNICAÇÃO LTDA	-309.644,15
	AP130801CCC009 ACERTO CP 2013031561 - SERV. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013002852 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	134.414,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013002856 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	175.465,02
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013007460 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013012295 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013017907 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013023180 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013028413 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15

	AP1308CCC004 ACERTO CP 2013031561 E LOTE CCC001 MÊS 07/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013002852 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-134.414,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013002856 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-175.465,02
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013007460 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013012295 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013017907 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013023180 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013028413 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013031561 E LOTE CCC004 MÊS 08/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013031561 E LOTE CCC009 MÊS 08/2013 FEITO EM DUPLICIDADE	-309.644,15
	AP131001CCC005 ACERTO CP 2013039627 E LOTE CCC001 MÊS 10/2013 - SERV. ASSESSORIA COMUNICAÇÃO	-309.644,15
354 - DEMAIS PATROCÍNIOS		502.021,71
	00074312000140 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE CRICIUMA	3.000,00
	CP 2013005238 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2013 - RD 1398-17,20/12/11 - F4721610	3.000,00
	00632629088 - BERNARDO ANDRE SADA KOLLER	1.000,00
	CP 2013031108 (APROPRIAÇÃO) REC 008 - RD 1398-17 - F4873130	1.000,00
	01552704000130 - COLEGIO ILHEU LTDA - ME	80.000,00
	CP 2013025654 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2013 - RD 1463-10,18/04/13 - F4774742	20.000,00
	CP 2013051956 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2013 - RD 1463-10,18/04/13 - F4774742	20.000,00
	CP 2013056350 (APROPRIAÇÃO) REC 003/2013 - F4774742	20.000,00
	CP 2013058003 (APROPRIAÇÃO) REC 004/2013 - RD 1463-10 - F4774742	20.000,00
	01793683000144 - COMITÊ DE AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA	8.740,00
	CP 2013055301 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2013 - RD 1492-04,31/10/13 - F4973865	8.740,00
	02302894014 - DIOGO MELLO DA ROSA	1.000,00
	CP 2013003791 (APROPRIAÇÃO) REC 6/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4876895	1.000,00
	02925701981 - ROBERTO RODRIGUES OLIVEIRA	3.000,00
	CP 2013004178 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4897859	1.000,00
	CP 2013004181 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4897859	1.000,00
	CP 2013027032 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4897859	1.000,00
	02955839000109 - ASSOCIAÇÃO SUL-MATO-GROSSENSE DE ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO	5.500,00
	CP 2013023236 (APROPRIAÇÃO) REC 1291/2013 - RD 1398-17,20/12/11 - F4927870	5.500,00
	03627912000186 - DERLI ANTONIO SANTIN	2.653,00
	CP 2013059401 (APROPRIAÇÃO) NF 001857 - AREA 1270 - F4814374	2.653,00
	04089815000140 - GRUPO DE APOIO A BRIGADA MILITAR DE SANTO ANGELO	4.000,00
	CP 2013023264 (APROPRIAÇÃO) REC 001/GRvSA/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4962016	2.000,00
	CP 2013055299 (APROPRIAÇÃO) REC 002/GRvSA/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4962016	2.000,00
	04169893000154 - FUNDAÇÃO CULTURAL MEMORIA VIVA DO CONTESTADO NA REGIÃO DE IRANI	30.000,00
	CP 2013050303 (APROPRIAÇÃO) REC 001/2013 - RD 1420-02,31/05/12 - F4938637	30.000,00

04641037000150 - GRÊMIO RECREATIVO EDUCACIONAL, CULTURAL ESPORTIVO ASSISTENCIAL B.C. ALEGRIA DO CAMINHO NOVO	2.000,00
CP 2013043727 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2013 - RD 1456-01,28/02/13 - F4959245	2.000,00
04812503000112 - TRANSMISSAO DA CIDADANIA E DO SABER - CIDADANIA E SABER	53.959,49
CP 2013010566 (APROPRIAÇÃO) REC 24/2012 - ADIANT 1141 - F4688191	3.959,49
CP 2013011785 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2013 - RD 1455-02,22/02/13 - F4688191	10.000,00
CP 2013038445 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2013 - RD 1455-02,22/02/13 - F4688191	10.000,00
CP 2013051688 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2013 - RD 1455-02,22/02/13 - F4688191	10.000,00
CP 2013059376 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2013 - RD 1455-02,22/02/13 - F4688191	10.000,00
CP 2013061356 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2013 - RD 1455-02,22/02/13 - F4688191	10.000,00
04822583902 - RODRIGO BALTAZAR	1.000,00
CP 2013000275 (APROPRIAÇÃO) REC 8 - RD 1398-17,20/12/11 - F4853752	1.000,00
05695237963 - ANA CLÁUDIA MARIA DE JESUS	500,00
CP 2013000970 (APROPRIAÇÃO) REC nº 12/12 - RD 1402-01,26/01/12 - F4789220	500,00
07299551000147 - INSTITUTO DE COMUNICAÇÃO ESTUDOS E CONSULTORIA	24.943,91
CP 2013017267 (APROPRIAÇÃO) REC 26/2013 - RD 1459-17,21/03/13 - F4791259	6.250,00
CP 2013027028 (APROPRIAÇÃO) REC 40/2013 - RD 1459-17,21/03/13 - F4791259	6.250,00
CP 2013038441 (APROPRIAÇÃO) REC 51/2013 - RD 1459-17,21/03/13 - F4791259	6.250,00
CP 2013060616 (APROPRIAÇÃO) REC 80/2013 - RD 1459-17,21/03/13 - F4791259	6.193,91
07577224901 - LAIS REGINA PADILHA GODINHO	2.000,00
CP 2013005080 (APROPRIAÇÃO) REC 04/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4931681	1.000,00
CP 2013008032 (APROPRIAÇÃO) REC 05/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4931681	1.000,00
08302421000189 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL, ASSISTENCIAL E DESPORTIVA DE DESCANSO	3.500,00
CP 2013006930 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4918564	3.500,00
09143100000141 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL BAICU DE ALGUEM	5.000,00
CP 2013029410 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2013 - RD 1424-02,05/07/12 - F4943298	5.000,00
09439978000129 - ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS RURAIS DE RIO VERDE	-13.400,00
CR. 2013000096 RECEBIMENTO REF. CE ARS - 0001/2013	-13.400,00
09620484000146 - AGAPES BUFFET E EVENTOS	3.500,00
CP 2013004173 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1391-01,10/11/12 - F4882165	3.500,00
09878412970 - DANIELA HIKARI YANO	1.000,00
CP 2013000710 (APROPRIAÇÃO) REC 08/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926880	1.000,00
11377988000129 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL TERRA LIVRE	5.000,00
CP 2013004177 (APROPRIAÇÃO) REC 03/2013 - RD 1420-02,31/05/12 - F4935584	5.000,00
12612886000103 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA BONSUCESO MINA DO MATO FUTEBOL CLUBE	2.500,00
CP 2013027033 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1398-17,20/12/11 - F4926567	2.500,00
15187190000175 - MEDEIROS MUSICAL LTDA ME	48.000,00
CP 2013013630 (APROPRIAÇÃO) REC 6/6 - RD 1414-03,13/04/12 - F4935394	6.000,00

	CP 2013016612 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 1/6 - RD 1462-01,11/04/13 - F4935394	14.000,00
	CP 2013022551 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 2/6 - RD 1462-01,11/04/13 - F4935394	7.000,00
	CP 2013031488 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 3/6 - RD 1462-01,11/04/13 - F4935394	7.000,00
	CP 2013040078 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 4/6 - RD 1462-01,11/04/13 - F4935394	7.000,00
	CP 2013055545 (APROPRIAÇÃO) REC Nº 5/6 - RD 1462-01,11/04/13 - F4935394	7.000,00
	30033823000184 - COMITE NAC BRAS DE PROD TRANSM DE ENERGIA ELET CIGRE BRASIL	100.000,00
	CP 2013005961 (APROPRIAÇÃO) REC 01/2013 - RD 1417-04,11/05/12 - F4491578	100.000,00
	32812612991 - DULCINO GOMES DOS SANTOS	-1.092,33
	ND 2013013034 RECEBIMENTO CR 2013013034	-1.092,33
	80629694000160 - ASSOCIACAO DOS MORADORES DO BAIRRO DOS ESPORTES	1.000,00
	CP 2013009515 (APROPRIAÇÃO) REC 0003 - RD 1422-13,21.06.12 - F4942604	500,00
	CP 2013014576 (APROPRIAÇÃO) REC 004 - RD 1422-13,21.06.12 - F4942604	500,00
	80669740000154 - CENTRO DE EDUCAÇÃO E EVANGELIZAÇÃO POPULAR - CEDEP	50.000,00
	CP 2013005567 (APROPRIAÇÃO) REC 0029/2012/Parc 2 - RD 1429-06,16/08/12 - F4768381	25.000,00
	CP 2013005569 (APROPRIAÇÃO) REC 0029/2013/parc 1 - RD 1429-06,16/08/12 - F4768381	25.000,00
	80675416000149 - ASSOC. DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DA Eletrosul	3.000,00
	CP 2013004175 (APROPRIAÇÃO) REC 02/2012 - RD 1348-25,23/12/10 - F4129971	3.000,00
	85788503000126 - COMUNIDADE EVANGÉLICA DE MATADOR	4.000,00
	CP 2013002258 (APROPRIAÇÃO) REC 002/2012 - RD 1410-08,15/03/12 - F4938207	4.000,00
	88124961000159 - PREF. MUN. DE SANTANA DO LIVRAMENTO - RS	60.000,00
	CP 2013059010 (APROPRIAÇÃO) REC S/N - RD 1493-03 - F4749456	60.000,00
	92903392000117 - ASSOC.DEFESA VIDA NATUREZA VALE RIO URUGUAI	6.817,64
	CP 2013031256 (APROPRIAÇÃO) REC nº 04/2013 - RD 1414-05,13/04/12 - F5433454	6.817,64
	93593234000170 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE BOSSOROCA	-100,00
	CR. 2013000295 RECEBIMENTO REF. CI ACS - 0002/2013	-100,00
	355 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	5.110,70
	00403498000133 - AGENCIAMOB COMUNICACAO LTDA	5.110,70
	CP 2013009478 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4049 - F4827286	513,00
	CP 2013009486 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4047 - F4827286	737,44
	CP 2013009489 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4046 - F4827286	1.802,63
	CP 2013010402 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4039 - F4827286	192,38
	CP 2013010404 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4033 - F4827286	256,50
	CP 2013010405 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4040 - F4827286	470,25
	CP 2013010406 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4048 - F4827286	940,50
	CP 2013011532 (APROPRIAÇÃO) NFFS 4050 - F4827286	198,00
	356 - LEI ROUANET - PATROCÍNIO CULTURAL	250.000,00
	10691270000140 - CINE TEATRO PEPERI LTDA	20.000,00
	CP 2013060515 (APROPRIAÇÃO) REC 28 - RD RD-1500-06 - F4924602	20.000,00

	10836912000151 - SOCIEDADE BENEFICIENTE E CULTURAL NOVATOS	30.000,00
	CP 2013060507 (APROPRIAÇÃO) REC 002 - RD RD-1500-06 - F4976017	30.000,00
	11507138000106 - FRONTEIRAS PROJETOS E PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA	70.838,00
	CP 2013060513 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD RD-1500-06 - F4976025	70.838,00
	24593672953 - RONALDO DOS ANJOS	40.000,00
	CP 2013060511 (APROPRIAÇÃO) REC 001 - RD RD-1500-06 - F4707462	40.000,00
	39548007053 - EDELWEISS GALVARROS BASSIS	57.162,00
	CP 2013060516 (APROPRIAÇÃO) REC 01 - RD RD-1500-06 - F4976059	57.162,50
	CP 2013060516 (GLOSA) - REC 01 - F4976059	-0,50
	45447365953 - ANTONIO CARLOS FLORIANO	32.000,00
	CP 2013060532 (APROPRIAÇÃO) REC 0001/2013 - RD RD-1500-06 - F4976041	32.000,00
	TOTAL	3.967.058,00

Fonte: Assessoria de Comunicação Social e Marketing

40 PARTE B, ITEM 28, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

A Eletrosul, por intermédio da Eletrobras, negociou um financiamento junto ao Banco Alemão KfW, para construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas do Programa denominado "Complexo São Bernardo", com capacidade instalada prevista de 53 MW.

A construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs") no Estado de Santa Catarina constitui objetivo do Programa à geração de energia elétrica eficiente, segura e economicamente viável usando fontes alternativas. Com a consecução deste objetivo pretende-se contribuir para a proteção do meio ambiente e a proteção climática global, através da redução de emissões de carbono.

Em 2013, as PCHs do Complexo São Bernardo, Barra do Rio Chapéu, com capacidade instalada de 15 MW, e João Borges, com capacidade instalada de 19 MW, foram concluídas e entraram em operação comercial, sendo que as duas PCH's correspondem a capacidade instalada de 34 MW, 64,00% da capacidade instalada do Complexo.

O investimento do Complexo São Bernardo foi parcialmente financiado com recursos da Cooperação Financeira entre o Brasil e a Alemanha, através de um financiamento e uma contribuição não-reembolsável, junto ao Banco KfW, no valor de 13.3 milhões euros, para a Tranche 1.

A formalização do repasse dos recursos financeiros da 1ª. tranche, da Eletrobras para a Eletrosul, foi através do Contrato ECR 281/2008, assinado em 01/07/2009.

O financiamento das TRANCHES II e III, solicitado após o início das obras, como financiamento suplementar, no valor de 49,4 milhões de euros, também foi concedido pelo Banco Alemão KfW, para as Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobras, sócia controladora da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., que assinou o contrato de financiamento na condição de agente executor. Portanto, foram assinados em 01/11/2012 os seguintes contratos de operação de crédito externo:

1. Contrato de Contribuição Financeira Não reembolsável e Execução do programa, no valor de 3.472.385,11 euros;
2. Contrato de Empréstimo e Execução do Programa, no valor de 45.948.095,72 euros.

Em 24/05/2013, como consequência da assinatura dos referidos contratos de financiamento, foram assinados os contratos de repasse entre a Eletrobras e a Eletrosul, conforme segue:

1. Contrato de Repasse de Contribuição Financeira Não Reembolsável - ECR 282/2012 – firmado entre Eletrobras/Eletrosul – no valor de 3.472.385,11 euros;
2. Contrato de Repasse de Contribuição Financeira Reembolsável – ECR 283/2013 – firmado entre Eletrobras/Eletrosul – no valor de 45.948.095,72 euros.

A seguir segue as condições dos contratos de repasse:

QUADRO B.28.1 – CONDIÇÕES DOS CONTRATOS DE REPASSE

Valor - Tranches II e III	49.420.480,83 Euros
a) Loan Portion 1	17.090.191,40 Euros
Amortização	31 parcelas semestrais, sendo: • 22 parcelas de 551.000,00 euros, • 8 parcelas de 552.000,00 euros, • 1 parcelas de 552.191,40 euros. Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 15 anos
Encargos	4,5% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
b) Loan Portion 2	13.857.904,32 Euros
Amortização	41 parcelas semestrais, sendo: • 1 parcela de 337.000,00 euros, • 39 parcelas de 338.000,00 euros • 1 parcela de 338.904,32 euros. Carência: 10 anos Prazo Pagamento: 20 anos
Encargos	2,0% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
c) Development Loan	15.000.000,00 Euros
Amortização	21 parcelas semestrais, sendo: • 15 parcelas de 714.000,00 euros, • 6 parcelas de 715.000,00 euros. Carência: 5 anos Prazo Pagamento: 10 anos
Encargos	2,04% a.a. juros + 0,25% Taxa de Comprometimento + 0,50% Taxa de Gerenciamento + 0,20% Comissão de Repasse Eletrobras
d) Financial Contribution (Donative)	3.472.385,11 Euros

Fonte: Assessoria Econômico-financeira

A captação adicional, nas condições disponibilizadas pelo Kfw, visa proporcionar uma melhora na estrutura de capital, associada ao Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC, além de usufruir o benefício fiscal associado às despesas financeiras, alavancando dessa forma o projeto, resultando assim numa Taxa Interna de Retorno - TIR maior, tornando a rentabilidade mais atrativa.

Os impactos sobre o fornecimento dos bens e serviços objetos dos contratos.

O orçamento previsto inicialmente para o Complexo São Bernardo sofreu elevação dos custos durante a fase de consolidação da execução dos projetos básicos. Cabe destacar que à época da contratação inicial da Tranche I, os estudos para consolidação dos projetos executivos não haviam sido completamente concluídos. No transcorrer do desenvolvimento destes estudos, constatou-se uma condição geológica bem menos favorável do que aquela que havia sido considerada, resultando em um aumento dos custos para execução dos empreendimentos.

Em adicional, simultaneamente, ocorreu grande elevação dos preços dos equipamentos eletromecânicos, acompanhado da valorização dos insumos e das obras de engenharia, motivada pela expressiva expansão do parque gerador brasileiro nos últimos anos, para atender o crescimento da atividade econômica no Brasil.

Esses motivos fizeram com que a Eletrosul modificasse os cronogramas de execução e optasse por construir primeiro as PCHs Barra do Rio Chapéu, com capacidade instalada de 15 MW, e João Borges, com capacidade instalada de 19 MW, que se encontram com as obras concluídas e em operação comercial.

A elevação dos custos de implantação do Complexo São Bernardo, motivou a Eletrosul a pleitear um Financiamento Suplementar de 49,4 milhões euros, tranches II e III.

Os recursos relativos as Tranches II e III foram liberados pelo Banco Alemão KfW, e em seguida repassados a Eletrosul, através dos contratos de repasse ECR 282/2012 e ECR 283/2012, no decorrer do ano de 2013, conforme descrição a seguir:

QUADRO B.28.2 - RESUMO LIBERAÇÕES DE RECURSOS – ECR 282/2012 E ECR 283/2012

ECR 283/2013			
Descrição	Data	Liberação KfW (Euros)	Repasso Eletrobras (R\$)
Loan Portion I	17/7/2013	17.090.191,40	
	19/7/2013		50.028.117,29
Loan Portion II	17/7/2013	13.857.904,32	
	19/7/2013		40.566.243,32
Empréstimo Desenvolvimentista	25/7/2013	15.000.000,00	
	26/8/2013		45.469.500,00
Total		45.948.095,72	136.063.860,60
ECR 283/2013			
Descrição	Data	Liberação KfW (Euros)	Repasso Eletrobras (R\$)
Financial Contribution	17/7/2013	3.472.385,11	
	19/7/2013		10.164.712,93
Total		3.472.385,11	10.164.712,93
Total Geral (ECRs 282-283/2012)		49.420.480,83	146.228.573,53

Fonte: Assessoria Econômico-Financeira/Eletrosul

Cabe destacar, que todos os valores liberados ocorreram mediante comprovações dos desembolsos efetuados pela Eletrosul.

45 PARTE B, ITEM 33, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 127, DE 15/5/2013.

I - Previdência Complementar Patrocinada

A Eletrosul é patrocinadora da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (Elos), CNPJ – 42.286.245/0001-77, entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo básico a complementação de aposentadoria de seus empregados. As contribuições e as responsabilidades da patrocinadora são paritárias com as dos participantes, nos termos da legislação vigente.

A fiscalização e o controle da Fundação Elos são efetivados por representantes designados pela alta administração da Eletrosul para o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva da fundação, em conjunto com os representantes dos participantes eleitos e indicados nesse órgão. Estes, no cumprimento de suas atribuições, suprem as ações de supervisão, fiscalização e controle da patrocinadora, além de auditorias regulares e extraordinárias realizadas pela Auditoria Interna da patrocinadora e por auditoria independente.

Além do Plano de Benefício Definido (BD), existente desde a criação da Elos e que busca a complementação de aposentadoria com base no salário real médio dos últimos 36 meses de atividade do empregado, em relação ao valor do benefício de aposentadoria da Previdência Oficial, em 2010 teve início o processo de adesão a um novo tipo de Plano, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O Plano CD consiste em pagamento de um benefício em função do saldo de conta individual do participante, constituído pelas contribuições do participante e patrocinadora, corrigido pela rentabilidade da aplicação desses recursos no mercado financeiro, descontados os respectivos custos do Plano.

A natureza do Plano CD difere do Plano BD pelo seu caráter individual, visto que o BD tem caráter de mutualismo. Desde 31/12/2009, o Plano BD está fechado para novas adesões, e os empregados admitidos a partir dessa data podem se inscrever no Plano CD.

Os planos BD e CD apresentaram, em 31/12/2013, a seguinte posição:

QUADRO B.33.1 - POSIÇÃO DOS ATIVOS GARANTIDORES		VALOR (R\$ MIL)
Ativos Garantidores	BD	CD
Exigível Atuarial	R\$ 1.051.835	R\$450.783
Superávit Técnico Acumulado	R\$ (155.252)	R\$ 970*
Total	R\$ 896.583	R\$ 460.993

Fonte: Departamento de Contabilidade

* Superávit exclusivamente do sub-plano Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS)

QUADRO B.33.2 – PARTICIPANTES DOS PLANOS BD E CD		
Participantes	BD	CD
Participantes Ativos	549	987
Participantes BPD	7	2
Autopatrocinadores	19	9
Participantes Assistidos	665	126
Pensionistas	42	-

Fonte: Departamento de Contabilidade

O programa de investimentos da ELOS cumpre a Resolução BACEN nº. 3.792, de 24.09.2009, tendo em seu demonstrativo, em 31/12/2013, uma aplicação de R\$ 850.641 mil, para o plano BD e R\$ 403.199 mil para o plano CD, composta conforme a seguir:

QUADRO B.33.3 - COMPOSIÇÃO DA APLICAÇÃO (R\$ MIL)

BD		CD	
Composição da aplicação em (R\$ mil)		Composição da aplicação em (R\$ mil)	
Mercado Financeiro 811.976	Renda Fixa - 675.596	Mercado Financeiro 308.360	Renda Fixa – 315.526
	Renda Variável - 136.380		Renda Variável – 61.223
Investimento Imobiliário 34.919 38.665	Centro Regional - 25.322	Investimento Imobiliário 15.004	Centro Regional – 9.067
	Shopping Center		Shopping Center -
	Invest. Estruturados - 10.510		Invest. Estruturados - 3.829
	Centro Século XXI – 2.833		Centro Século XXI –1.049
Operações com Participantes 23.045		Operações com Participantes 12.505	

Fonte: Departamento de Contabilidade

QUADRO B.33.4 - DEMONSTRATIVO DE REPASSES FEITOS PELA ELETROSUL À ELOS EM 2013 (R\$ MIL):

Folha de Pagamento dos Empregados Participantes	Contribuições		Outros recursos repassados pela Patrocinadora*	Recursos descontados dos empregados e repassados pela Patrocinadora**	Total repassado pela Patrocinadora
	Pagas pelos Empregados Participantes	Pagas pela Patrocinadora			
192.732	21.671	21.671	16.283	10.021	69.646

Fonte: Departamento de Contabilidade

QUADRO B.33.5 – OUTROS RECURSOS

* Outros recursos repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 16.283 mil referem-se a:	
3.391	Pagamento em 240 parcelas, vencendo a 1ª em janeiro/1995 e a última em dezembro/2014, referente à contribuição adicional de benefício - recadastramento de tempo de serviço
246	Pagamento referente a despesas administrativas de participantes assistidos
1.252	Locação de um imóvel de propriedade da Fundação ELOS para a Eletrosul
3.415	Artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios da ELOS - RPBE - SB40
3.436	Efeitos da Emenda Constitucional nº. 20
421	Diferença de Reserva Matemática
1.124	Contribuição Suplementar - cobertura à reserva a amortizar, assumida pela Eletrosul
2.491	Contribuição patrocinadora - Benefício da geração atual plano CD.
505	Outros – Processos Judiciais e Reembolso serviço de consultoria atuarial

Fonte: Departamento de Contabilidade

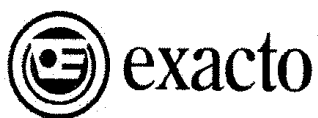
QUADRO B.33.6 – RECURSOS DESCONTADOS DOS EMPREGADOS

** Recursos descontados dos Empregados e repassados pela Patrocinadora no total de R\$ 10.021 mil referem-se a:	
320	Plano de Benefícios Elos Saúde
8.987	Empréstimo Pessoal
713	Jóia Elos, Seguro Facultativo, Contribuição sobre Gratificação de Função, etc.

Fonte: Departamento de Contabilidade

Informamos que a SPC não emite Manifestação à Fundação ELOS.

Com relação ao parecer da auditoria independente e conclusões do último estudo atuarial, encontram-se reproduzidos nas páginas a seguir.



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs.
Conselheiros e Diretores da
FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS
Praça Pereira Oliveira, 64 – Sobreloja – Ed. Emedaux
Florianópolis/SC

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS**, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do plano de gestão administrativa e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das

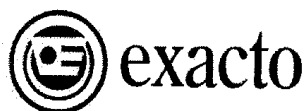
Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2326
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

Página 1 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício acima referidas apresentam adequadamente, em todos aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **FUNDAÇÃO ELETROSUL DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ELOS** e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Ênfase

a) Déficit Técnico Acumulado no Plano BD-ELOS/ELETROSUL

Chamamos à atenção para a Nota 10.1.a.1, às demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/ELETROSUL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (155.252 mil), equivalente a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.051.835 mil. Com base na Resolução CNPC nº13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independentemente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.252 mil) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

b) Déficit Técnico Acumulado no Plano Plano BD-ELOS/TRACTEBEL

Chamamos à atenção para a Nota 10.1.a.3, às demonstrações contábeis, que descreve a apresentação no Plano BD-ELOS/TRACTEBEL, de um Déficit Técnico Acumulado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ (149.213 mil), equivalente a 13,98% do total das Provisões Matemáticas do plano existente de R\$ 1.067.159 mil. Com base na Resolução CNPC nº13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independentemente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (149.213 mil) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela

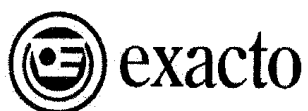
Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2326
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

Página 2 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br





CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Porto Alegre, 19 de março de 2014.

Exacto Auditoria S/S
CRC RS-001544/O-3


Marcelo Souza Marques do Couto
Contador CRC RS-050671/O-2 S-SC

Exacto Auditoria

Rua Dona Laura, 228, 3º andar, CEP 90430-090, Porto Alegre, RS, Brasil
Fone: +(55) (51) 3331.2466 Fax: +(55) (51) 3331.2326
PORTO ALEGRE, RS SÃO PAULO, SP VITÓRIA, ES

Página 3 de 3

exacto@exacto.com.br
www.exacto.com.br



PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2013 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Não aplicável.

Variação do resultado:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 675.249,75;

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (145.464.994,57);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%...R\$ (17.892.920,50);

Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 5.398.288,36;

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ 2.032.641,89;

Déficit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ (155.251.735,07).

(*1): $R\$ 675.249,75 = 609.101,43 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,19% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 14,76% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 1.051.834.922,32.

Natureza do resultado:

O Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07), corresponde a 14,76% do total das Provisões Matemáticas do Plano no valor de R\$ 1.051.834.922,32, apurado neste exercício foi predominantemente conjuntural, que com base na Resolução CNPC Nº 13, de 04 de novembro de 2013, atualmente em vigor, independente de sua natureza ser de origem conjuntural ou estrutural, deve ser objeto de equacionamento até o final do exercício seguinte ao encerramento do exercício social em que está sendo apurado este resultado deficitário, ou seja, até o final de 2014, pois este Déficit Técnico Acumulado de R\$ (155.251.735,07) é superior a 10% do total das Provisões Matemáticas do Plano.

Soluções para equacionamento de déficit:

Tomando por base as colocações apresentadas neste Parecer Atuarial e considerando também que até o momento não foi oficializada a Resolução tomada pela CNPC/MPS, na 13ª Reunião Ordinária

do colegiado, ocorrida em 24/02/2014, informando que excepcionalmente no fechamento contábil do ano de 2013, o referido percentual de 10% das Provisões Matemáticas do Plano seria de 15% sobre o mesmo valor e, neste contexto, não seria imperativo, ao longo de 2014, a elaboração de um Plano de Equacionamento de Déficit, já que o percentual de 15% das Provisões Matemáticas não foi ultrapassado.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

- Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial da Taxa Real de Juro: pode-se concluir que a carteira do Plano apresenta projeção de retorno aderente à premissa atuarial utilizada para Avaliação Atuarial do exercício de 2013, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida.

- Continuação da "Opinião do Atuário" em relação a Hipótese Atuarial de Crescimento Real de Salário: também, tem de se considerar que, com a implantação do Plano CD-Eletrosul, em geral, os Participantes mais jovens se transferiram do Plano BD-Eletrosul para o Plano CD-Eletrosul e, portanto, em geral, os que estão mais próximos da entrada em aposentadoria programada são os que permaneceram no Plano BD-Eletrosul. Fato que deve ser constantemente analisado, inclusive pelas políticas de aumentos salariais da Patrocinadora, considerando a taxa média de crescimento real dos salários (taxa média de crescimento acima da inflação), que a Patrocinadora estima dar ao longo dos anos futuros aos atuais empregados, seja por mérito pessoal ou seja por produtividade geral, em conformidade com o item 1.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006.

- Continuação da Justificativa e Opinião do Atuário em relação a Hipótese Atuarial da Composição da Família de Pensionistas: Ao longo, no máximo, dos próximos 3 (três) anos, a contar de 31/12/2013, se estará implantando para as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, a adoção da Família Efetiva no lugar de Experiência de Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil, ou seja, até o final do exercício de 2016 (até 3 anos a contar da Avaliação Atuarial do exercício de 2014), está acertada entre a ELOS e a Patrocinadora Eletrosul a adoção da Família Efetiva na proporção de 1/3 (um terço) a cada ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em 2016). (Início da Opinião do Atuário) No que se refere às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, a adoção da composição média de família de dependentes beneficiários obtida com base em dados da composição familiar de empregados/ex-empregados de empresas do setor energético que atuam no Sul do Brasil é um procedimento a ser mantido nos anos futuros. Com relação às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, conforme indicado nas Demonstrações Atuariais (DA) do ano de 2011, foi feito o cadastramento das famílias de dependentes-beneficiários dos Benefícios de Pensão por Morte já concedidos e, conseqüentemente, se passou a adotar, para esses benefícios, a Família Efetiva no lugar da Experiência da Composição Familiar de empresas do setor energético do Sul do Brasil. Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2013 – PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais:

Fundo Patronal Não Comprometido constituído pelo saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Coletiva de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinadora, em razão de não serem mais passíveis de serem destinados para resgate, portabilidade ou benefícios dos que deixaram de ser participantes do Plano. Tendo por finalidade, caso se faça atuarialmente necessária a sua utilização, o Plano de Custeio Anual irá prever sua utilização, com a devida deliberação favorável do Conselho Deliberativo da ELOS, sendo vedada sua utilização para o custeio das despesas administrativas. Fundo Coletivo de Benefício de Risco Saldo, constituído e devidamente atualizado, das contribuições destinadas ao custeio dos Benefícios de Risco realizadas pela Patrocinadora, incluindo as realizadas por participantes, na condição de Autopatrocinado, para o custeio desses benefícios. Tendo por finalidade prover recursos para pagamento dos Benefícios de Risco que excedam ao valor das contribuições destinadas ao Custeio dos Benefícios de Risco, recebidas, a cada mês, com base no Plano de Custeio vigente para dar cobertura a esses benefícios.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012 para R\$ 969.749,82 em 31/12/2013, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)...R\$ 10.795.762,31;

Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela ELOS para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade...R\$ (8.990.699,34);

Adoção da Tábua de Mortalidade AT2000 (unissex) desagravada em 10%...R\$ (956.009,72);

Adoção do Fator de Capacidade de 97,5%...R\$ 295.605,05;

Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)...R\$ (174.908,48);

Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)...R\$ 969.749,82.

(*1): $R\$ 10.795.762,31 = 9.738.194,40 \times 1,1086$ (tomando como indexador o INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a 0,30% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 1,75% do valor total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.) obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 55.187.401,11.

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não Aplicável.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

Outros fatos relevantes:

- Em relação a Hipótese Atuarial de Taxa Real Anual de Juros: procurando uma melhor perspectiva para a obtenção de retorno dos investimentos compatíveis com a meta atuarial de rentabilidade, devendo essa análise ser apresentada ao atuário responsável pelo Plano com as correspondentes sustentações.

FATO RELEVANTE: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/Eletrosul, que, com o advento do Plano CD - Eletrosul, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD - Eletrosul pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada.

- Em relação a Hipótese Atuarial de Tábua de Mortalidade Geral: Já no que se refere ao Benefício de Pecúlio pago por Morte em Atividade, pela natureza do Benefício e pelo quantitativo de participantes não assistidos alcançados por essa cobertura é necessário adotar um nível agravado de mortalidade como o qx da AT-49 (masculina) agravado em 25%.

(*) Tábua na versão unissex desagravada em 10%, com pesos de 18,49% e 81,51%, respectivamente para o sexo feminino e masculino, calculados pela população total dos participantes válidos dos Planos BD ELOS/Eletrosul e CD Eletrosul (B.P.D.S.), no final de 2012, que era de 1.260 indivíduos, dos quais 233 eram mulheres e 1.027 homens: sejam não assistidos (649), aposentados, que não por invalidez (565) e pensionistas por morte de

participante (46), todos estes aqui considerados válidos.

- Em relação a Hipótese Atuarial de Composição de Família de Pensionistas: Finalmente, com relação aos Benefícios de Aposentadoria, passíveis de serem revertidos em Benefícios de Pensão por Morte, em face da excepcionalidade das rentabilidades registradas no exercício de 2013, que levou a que o Conselho Nacional de Previdência Complementar CNPC/MPS estabelecesse, excepcionalmente para o exercício de 2013, em sua 13ª Reunião Ordinária do Colegiado (ocorrida em 24/02/2014), que a parcela do Déficit Técnico Acumulado excedente a 15% (e não excedente a 10%) apurado num primeiro exercício, não importando a sua natureza

(conjuntural ou estrutural), se estará realizando a transição para a adoção da Família Efetiva, de forma gradativa, mantido o prazo de 4 (quatro) anos a contar de 31/12/2012 (ou seja, de 3 anos a contar de 31/12/2013), só que começando a partir da Avaliação Atuarial do exercício de 2014, na proporção de 1/3 (um terço) a cada ano (1/3 em 2014, 1/3 em 2015 e 1/3 em, 2016).

- Com relação ao custo do Plano - NOTA: A partir de março de 2013, com a publicação da portaria PREVIC n.º 89 de 25/02/2013, que aprovou as alterações propostas para o Regulamento do Plano de Benefícios CDEletrosul, a ELOS passou a utilizar como base de cálculo o Saldo da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder do Participante, inclusive Assistidos, para apuração da fonte de custeio do PGA do Plano, com a utilização do percentual de 0,018% (*), aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da ATA n.º 305, de 14/03/2013. A referida ATA também define a utilização do Fundo Administrativo do Plano, que na posição de 31/12/2013 era de R\$ 6.328.633,57, para os Participantes inscritos no Plano até 14/03/2013, a fim de cobrir as despesas administrativas vinculadas ao Plano durante o exercício de 2013, relacionadas aos referidos Participantes, calculadas por rateio em função do valor do Saldo de Contas dos Participantes, inclusive Assistidos e do Saldo de Contas do Patrocinador, bem como determina um saldo mínimo para a manutenção desse Fundo Administrativo, conforme Regulamento do PGA e aprovação orçamentária. (*) calculado anualmente.

- Com relação Princ.Riscos Atuariais: 5) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - Eletrosul, que passará a vigorar em 2014, uma vez que foi alterado a forma de cobrança da Despesa Administrativa, que passou a ser através de percentual a ser aplicado sobre os Recursos Garantidores dos Benefícios, é o definido no Regulamento do Plano. Da Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária com a Contribuição Normal Básica dos Participantes Não Assistidos, do total dessa parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 14% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 11% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade e os restantes 75% à cobertura dos benefícios programados.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2012 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais descritas no item IV letra a desta D.A., os regimes atuariais de financiamento apresentados no item VI.7. desta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

- . Déficit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade (*1).....R\$ (92.935.881,77),
- . Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 130.455.491,64,
- . Efeito nas Provisões Matemáticas ainda decorrentes do aumento salarial extraordinário do ano de 2010 (*3)..... R\$ (16.299.175,33),
- . Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*4).....R\$ (2.545.524,68),
- . Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*5).....R\$ (8.217.966,08),
- . Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (9.847.842,36),
- . Superávit Técnico Acumulado do ano de 2012.....R\$ 609.101,43.

(*1): $(83.537.871,25) \times 1,1125 = (92.935.881,77)$.

(*2): $956.713.463,46 - 826.257.971,82 = 130.455.491,64$, sendo que R\$ 69.461.081,73 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 13.149.306,07 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): $424.682.736,69 - 440.981.912,02 = (16.299.175,33)$.

(*4): $945.340.871,27 - 947.886.395,95 = (2.545.524,68)$.

(*5): $947.886.395,95 - 956.104.362,03 = (8.217.966,08)$.

NOTA: Equivalente a 1,03% do Total das Provisões Matemáticas do exercício de 2012.

Natureza do resultado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) do total das Provisões Matemáticas, encontra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o Plano apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de

capitalização que está sendo adotado, desde a avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

- 1) Avaliação de todos os benefícios pelo Regime de Capitalização na Versão Agregado, sendo o custo, aberto por benefício, atribuído de forma proporcional ao valor atual de cada um dos Benefícios Futuros (Aposentadorias sem ser por Invalidez/Aposentadorias por Invalidez/Pensão por Morte - Auxílio-Reclusão/Auxílio-Funeral por Morte de Dependente).
- 2) Para o exercício de 2013, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício e contabilizado como Reserva de Contingência para reduzir contribuições vigentes.
- 3) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2012, foi de 28,95% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,70% alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012, todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 69.461.081,73 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 13.149.306,07 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.
- 4) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, os Saldos dos Débitos da Patrocinadora Eletrosul para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa Eletrosul) eram, em 31/12/2012, de:
 - i) R\$ 9.170.041,63 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 132 meses a contar de janeiro de 2013);
 - ii) R\$ 6.162.227,99 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 24 meses a contar de janeiro de 2013);
 - iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.748.909,75 (amortização em 235 meses a contar de janeiro de 2013); e
 - iv) Contribuição (Parte Patronal Paritária) sobre os benefícios que seriam concedidos no Plano BD ELOS/Eletrosul aos que se transferiram para o Plano CD ELOS/Eletrosul caso os mesmos não tivessem realizado tal transferência: R\$ 28.717.733,20 (amortização em 232 meses a contar de janeiro de 2013).

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2012 - PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2012, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 1.811.777,06 em 31/12/2011 para R\$ 9.738.194,40 em 31/12/2012, tendo sido as causas mais prováveis para essa evolução, as seguintes:

Superávit Técnico Acumulado do ano de 2011 atualizado para 31/12/2012 pela meta atuarial de rentabilidade (*1).....R\$ 2.015.601,98, Ganho Financeiro decorrente da meta atuarial de rentabilidade (INPC + 5% ao ano) ter sido ultrapassada em 2012 (*2).....R\$ 8.556.612,96,

Efeito de se ter passado a adotar a Família Efetiva na Avaliação Atuarial das Pensões por Morte já concedidas (*3).....R\$ 0,00, Efeito de se ter passado a adotar desagravamento de 5% nas Tábuas de Mortalidade Geral e de Inválidos utilizadas em 2012 (*4).....R\$ (426.473,00), Outros Resultados Atuariais de Origens diversas e pulverizadas (VIDE NOTA).....R\$ (407.547,54), Superávit Técnico Acumulado de 2012.....R\$ 9.738.194,40.

(*1): $1.811.777,06 \times 1,1125 = 2.105.601,98$.

(*2): $61.241.214,76 - 52.684.601,80 = 8.556.612,96$, sendo que R\$ 4.539.809,87 resulta de se ter passado a registrar todos os títulos de renda fixa pelo valor de mercado e sendo que R\$ 902.044,27 resulta de reavaliação de imóveis.

(*3): Não houve repercussão por não haver ainda Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) concedido de Pensão por Morte.

(*4): $51.076.547,37 - 51.503.020,37 = (426.473,00)$.

NOTA: Equivalente a 0,79% do Total das Provisões Matemáticas relativas aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.).

Natureza do resultado:

Considerando que o Plano CD ELOS/Eletrosul é um Plano basicamente de Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos.

Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável, pois o sub-plano B.P.D.S. apresentou resultado superavitário neste exercício.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual. Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

1) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - Eletrosul, exceto no que se refere à situação dos (B.P.D.S.)

2) Assim, no que se refere ao Sub-Plano B.P.D.S., constituído pelos Benefícios Saldados (na forma de Benefício Definido), a rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2012, foi de 28,83% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 11,25%, o que, em termos reais, representou obter 21,59%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2012, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2013, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano. FATO RELEVANTE: No encerramento do exercício de 2012 todos os títulos de Renda Fixa passaram a ser registrados a valor de mercado, o que representou um aumento de R\$ 4.539.803,87 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano, bem como ocorreu uma reavaliação de imóveis que levou a um aumento de R\$ 902.044,27 no valor do Patrimônio de Cobertura do Plano.

3) FATO RELEVANTE-Taxa Real Juros: Sendo o Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) o Saldamento do Plano BD ELOS/Eletrosul, que, com o advento do Plano CD - Eletrosul, ficou fechado a novas adesões de participantes, abriu-se, aqui, também, a perspectiva para se analisar a questão da taxa real de desconto/juros levando em consideração que o horizonte de vida futura dos Benefícios se reduziu de forma significativa com o Saldamento, o que tem de ser levado em consideração na Política de Investimentos desse Sub-Plano Saldado do Plano CD - Eletrosul pelo correspondente ALM, o qual deverá demonstrar ser viável, considerando a carteira de títulos de renda fixa e de outros investimentos se trabalhou com a perspectiva de obtenção do retorno dos investimentos compatíveis com 5% ao ano de juros real, aqui considerada.

4) Nesse contexto, no que se refere aos (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando:

i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano;

ii) Mortalidade Geral qx da AT-2000 (masculina) desagradado em 5%;

iii) Mortalidade de Inválidos da AT-83 (masculina) desagradado em 5%;

iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA;

v) Rotatividade Nula; e vi) Fator de Capacidade de 98% (Não sendo aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de Provisão Matemática de R\$ 51.503.020,37 e num valor de Superávit Técnico Acumulado de R\$ 9.738.194,40, devidamente registrada como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

5) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os qx da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, e em se tratando do Benefício de Risco

por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, custos este que vêm se mostrando suficientemente adequados, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder) de R\$ 1.479.136,28, registrado em 31/12/2011, para R\$ 3.898.445,59, registrado em 31/12/2012.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2011 – PLANO BD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Déficit Técnico Acumulado, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento apresentados nesta D.A. e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

As causas mais prováveis da evolução da Situação Superavitária de R\$ 8.756.074,25 registrada em 31/12/2010 para a Situação Deficitária de R\$ (83.537.871,25) registrada em 31/12/2011, estão detalhadas nesta D.A.. Tal Déficit Técnico Acumulado é basicamente de natureza estrutural (já que somente R\$ (8.514.715,29) pode ser considerado como de natureza conjuntural por corresponder a não obtenção da meta atuarial de rentabilidade em 2011) e, além disso, ultrapassa a 10% (dez por cento) do Exigível Atuarial, já que R\$ (83.537.871,25) representa 10,20% de R\$ 818.725.792,25. Neste contexto, à luz da legislação aplicável, será necessário elaborar, neste exercício de 2012, o mais rapidamente possível, a forma de equacionamento desse Déficit Técnico pelo Patrocinador/Participantes/Assistidos.

Natureza do resultado:

Conforme já destacado nesta D.A., a natureza do Déficit Técnico Acumulado registrado em 31/12/2011 é basicamente estrutural, bem como excede a 10% do Exigível Atuarial, e, neste contexto, à luz da legislação aplicável, será necessário elaborar, neste exercício de 2012, o mais rapidamente possível, a forma de equacionamento desse Déficit Técnico pelos Patrocinador/Participantes/Assistidos.

Soluções para equacionamento de déficit:

Para o exercício de 2012, estão sendo mantidas as contribuições normais vigentes, devendo ser implantado o mais rapidamente possível, neste exercício de 2012, em conformidade com a legislação aplicável, a forma de equacionamento do Déficit Técnico Acumulado de R\$ (83.537.871,25) em razão do mesmo ser basicamente estrutural, bem como exceder a 10% (dez por cento) do exigível atuarial.

Adequação dos métodos de financiamento:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado desde 01/01/2010 e com o processo de migração para o Plano CD - Eletrosul encerrado em 31/12/2011, o regime financeiro de capitalização que está sendo adotado, a partir da avaliação atuarial de 2011, é o de Capitalização na versão Agregado, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Outros fatos relevantes:

1) Ao longo dos próximos exercícios se estará caminhando para a implantação da Família Efetiva, primeiramente para os Benefícios de Pensão por Morte já Concedidos e, posteriormente, para os Benefícios de Aposentadoria já Concedidos, o que representará avaliar as Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos de uma forma mais acurada.

2) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura deste Plano, ao longo de 2011, foi de 10,58% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,48%, o que, em termos reais, representou obter 4,15% não alcançando assim a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2011, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem, o INPC do IBGE, e adotando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e de despesas, na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade, sendo que, para 2012, a meta atuarial de rentabilidade real líquida está sendo mantida em 5% ao ano.

3) Deve-se destacar que, segundo informações da área contábil da ELOS, o Saldo dos Débitos da Patrocinadora Eletrosul para com o Plano de Benefícios Definidos (BD) da ELOS (Massa Eletrosul) era, em 31/12/2011, de:

- i) R\$ 9.194.610,26 referentes à amortização que até 2007 vinha sendo registrada como Provisão Matemática a Constituir (amortização em 144 meses a contar de janeiro de 2012);
- ii) R\$ 8.730.697,38 referentes a Recadastramento de Tempo de Serviço (amortização em 37 meses a contar de janeiro de 2012); e
- iii) Recomposição da Reserva Matemática por Contrato Financeiro decorrente de Acordo Judicial proveniente de Desbloqueio do Teto de Contribuição ao Plano dos participantes envolvidos na correspondente Ação Judicial: R\$ 4.755.843,53 (amortização em 247 meses a contar de janeiro de 2012).

4) A questão relativa à contribuição patronal incidente sobre os benefícios dos que migraram para o Plano CD Eletrosul apontada no Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial - DRAA do exercício de 2010, incluída na Reserva de Migração, cujo montante, em 31/12/2011, era de R\$ 27.568.347,85, deve ser resolvida com a contratação de sua amortização junto ao Plano BD ELOS/Eletrosul, nos termos acordados entre a Patrocinadora Eletrosul e a ELOS, com a anuência da ANEEL e do DEST, já que o referido montante relativo ao valor atual da referida contribuição patronal encontra-se deduzido do Valor Atual dos Benefícios Futuros a Conceder (Programados/Não Programados) desse Plano BD.

5) Estatística dos benefícios, por tipo, quantidade, idade média e benefício médio: Invalidez: 38 - 57,00 - R\$ 3.195,59; Idade: 4 - 70,25 - R\$ 2.358,39; Tpo.Serviço: 505 - 59,37 - R\$ 5.572,32; Especial: 1 - 61,00 - R\$ 374,98; Pensão (inclusive suspensa): 34 - 56,03 - R\$ 2.513,99; BPD (Vesting): 7 - 51,00 - R\$ 2.604,79. Total de benefícios: 582 - 59,10 - R\$ 5.207,46. 6) As formações sobre "Benefícios", referente as Provisões Matemáticas, foram agrupadas no campo "COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO"; e quanto as estatísticas foram lançadas nos respectivos benefícios.

PARECER ATUARIAL DO PL – ANO 2011 – PLANO CD

PARECER ATUARIAL DO PLANO

Qualidade da base cadastral:

Os dados cadastrais que nos foram enviados pela ELOS, foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2011, refletida nesta D.A.

Variação do resultado:

Pela natureza do Plano CD - Eletrosul ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, exceto na situação correspondente aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido, cujo valor Superavitário evoluiu de R\$ 353.476,30 em 31/12/2010 para R\$ 1.811.777,08, basicamente como consequência do ganho atuarial de R\$ 1.078.001,67 decorrente de se ter obtido, ao longo de 2011, uma taxa real de juros acima da meta atuarial de juros reais de 5% ao ano.

Natureza do resultado:

Pela natureza do Plano CD - Eletrosul ser do tipo Contribuição Definida, o mesmo não registra, ao longo do tempo, superávit ou déficit atuarial, ou qualquer resultado acumulado, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), que são Benefícios Saldados, na forma de Benefícios Definidos. Assim, com relação ao Sub-Plano B.P.D.S., considerando que o Superávit Acumulado, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco por cento) das respectivas Provisões Matemáticas, encontrava-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, ele é entendido como conjuntural não sendo, portanto, passível de distribuição facultativa ou obrigatória.

Soluções para equacionamento de déficit:

Não aplicável. NOTA: De acordo com o constante do DRAA (modelo SPC do MPS) que compôs a Nota Técnica de Implantação do Plano de Benefícios Previdenciários nº 01 CD Eletrosul (JM-1356/2007 de 20/06/2007), Plano este aprovado pela então Secretaria de Previdência Complementar através da Portaria nº 3253 de 23/12/2009, publicada no D.O.U em 28/12/2009, o Fundo Exclusivo dos Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.) se destina exclusivamente a dar cobertura às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e de Benefícios a Conceder dos optantes parcial (50%) ou total (100%) pelo Benefício Proporcional Diferido Saldado (B.P.D.S.), sendo a cobertura de eventual insuficiência atuarial de recursos nesse Fundo de responsabilidade exclusiva da Patrocinadora Eletrosul.

Adequação dos métodos de financiamento:

No que se refere aos Benefícios de Risco por Morte do Participante Ativo e por Incapacidade Laborativa, tais benefícios estão sendo adequadamente financiados pelo Regime de Repartição Simples. Quanto aos benefícios, concedidos na modalidade de Contribuição Definida, eles estão sendo financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Individual.

Finalmente, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), por serem Benefícios Saldados na modalidade de Benefício Definido, os mesmos estão sendo adequadamente financiados pelo Regime Financeiro de Capitalização Agregado.

Outros fatos relevantes:

1) Nesse contexto, no que se refere aos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados (B.P.D.S.), na forma de

Benefício Definido, as Provisões Matemáticas estão avaliadas considerando:

i) taxa real de desconto/juros de 5% ao ano;

ii) Mortalidade Geral q_x da AT-2000 (masculina);

iii) Mortalidade de Inválidos $q_{xi} = q_x$ da AT-83 (masculina);

iv) Entrada em Invalidez: ix da LIGHT MÉDIA;

v) Rotatividade Nula; e

vi) Fator de Capacidade de 98% (Não sendo Aplicável utilizar projeção de crescimento real de salário), resultando num valor de R\$ 47.389.402,80 e num Superávit Técnico Acumulado de R\$ 1.811.777,08, devidamente registrada como Reserva de Contingência nos termos da legislação aplicável.

2) Em relação ao Benefício de Risco por Morte do Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os q_x da Tábua de Mortalidade Geral AT-49 (masculino) agravados em 25%, que vem se mostrando suficiente, conforme demonstra a evolução do Saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefício de Risco (a Conceder), que, em 31/12/2011, alcançou o valor de R\$ 1.479.136,28 comparativamente aos R\$ 258.674,69 registrados em 31/12/2010.

3) Em se tratando do Benefício de Risco por Incapacidade de Participante Ativo, o custo do mesmo é avaliado atuarialmente pelo regime financeiro de repartição simples, utilizando os ix da Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (MÉDIA) agravados em 25%, que vem se mostrando suficientemente adequada, conforme demonstra a evolução do saldo registrado como Fundo Coletivo de Benefícios de Risco (a Conceder), de R\$ 258.674,69, registrado em 31/12/2010, para R\$ 1.479.136,28 em 31/12/2011.

4) O Plano de Custeio Vigente destinado a dar cobertura aos Benefícios do Plano CD - Eletrosul, que continuará em vigor em 2012, é o mesmo utilizado no exercício anterior.

5) Do total da Contribuição (Normal) Básica dos Participantes Não Assistidos, considerando que R% seja igual a 50% para todos os participantes do Plano, temos que 15% será destinado ao custeio administrativo e o restante será destinado ao custeio dos Benefícios Programados. 6) Do total da parcela paritária da contribuição normal da Patrocinadora, temos que: 14% será destinado à cobertura dos benefícios de risco de invalidez, 11% à cobertura dos benefícios de risco por morte em atividade, 15% à cobertura das despesas administrativas e os restantes 60% à cobertura dos benefícios programados.

7) Em conformidade com o Programa de Gestão Administrativa, 15% (quinze por cento) da Contribuição (Normal) Básica dos Participantes Ativos e da Contribuição Normal da Patrocinadora (Paritária) são destinados ao custeio das despesas administrativas, considerando que R% seja igual a 50% para todos os participantes do Plano, merecendo destaque já ter sido aprovada pelo Conselho Deliberativo da ELOS e pela Patrocinadora, aguardando aprovação no DEST para ser levada à PREVIC, uma forma de ajuste do Custeio Administrativo ao estabelecido na Resolução MPS/CGPC Nº 29/2009.

8) A rentabilidade repassada às contas desse Plano é com base na variação do valor das cotas que corresponde ao Retorno dos Investimentos, conforme estabelece o Regulamento de Benefícios do Plano CD - Eletrosul, exceto no que se refere à situação dos Benefícios Proporcionais Diferidos Saldados, que são Benefícios Saldados, na forma de Benefício Definido.

9) A rentabilidade nominal líquida, obtida pela ELOS na aplicação do Patrimônio de Cobertura desse Sub-Plano, ao longo de 2011, foi de 14,03% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade líquida de 11,48%, o que, em termos reais, representou obter 7,40%, alcançando, assim, a meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5% ao ano estabelecida para 2011, tomando como indexador base, com 1 (um) mês de defasagem na sua aplicação, o INPC do IBGE, e adotando o

método da taxa interna de retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas na obtenção dos referidos percentuais de rentabilidade.

II - Informações sobre as ações de fiscalização empreendidas no exercício com base no disposto do art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, conforme segue:

- Tipo de fiscalização: Projeto de Auditoria Interna, previsto no PAINT/2013 com 448 horas-homem;
- Data da ocorrência: 16/08/2013 a 30/09/2013 (conforme PAINT);
- Principais constatações:
 1. inobservância de Norma de Gestão Empresarial no que se refere ao cadastramento de itens do ativo imobilizado (NG 1.11);
 2. inobservância de Norma de Gestão Empresarial no que se refere ao controle de ponto (NG 1.7) e;
 3. necessidade de revisão e/ou atualização de Normas de Gestão Empresarial.
- Providências adotadas para sanear as irregularidades verificadas:
 1. Após o encerramento do exercício de 2013, no mês de janeiro de 2014 foram atualizados os bens do ativo imobilizado, inclusive a base cadastral do responsáveis, conforme compromisso assumido por esta Entidade na CE SUP - 0170/2013;.
 2. A atualização das Normas de Gestão Empresarial, já era vista como necessária pela Entidade e o Relatório AUD 016/2013 corroborou com o nosso entendimento. Para reforçar o compromisso da atualização e revisão das Normas, este item é parte integrante do Plano de Metas de 2014, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Elos, conforme pode ser visualizado na DCD-314, anexo à este documento, com previsão de conclusão até o final deste exercício e
 3. A atualização das Normas de Gestão Empresarial, já era vista como necessária pela Entidade e o Relatório AUD 016/2013 corroborou com o nosso entendimento. Para reforçar o compromisso da atualização e revisão das Normas, este item é parte integrante do Plano de Metas de 2014, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Elos, conforme pode ser visualizado na DCD-314, anexo à este documento, com previsão de conclusão até o final deste exercício.

Permanecemos à disposição para eventuais informações adicionais.

Florianópolis, 28 de maio de 2014.



Eurides Luiz Mescolotto

Diretor-Presidente